

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**A Cidade da Beira como Destino Turístico:
Estado, Turismo e Desenvolvimento em Moçambique**

Ana Maria Pinho Guina

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Estudos Africanos

Orientador:

Prof. Doutor, Fernando Bessa Ribeiro, Professor Auxiliar
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Abril, 2016



Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Cidade da Beira como Destino Turístico:

Estado, Turismo e Desenvolvimento em Moçambique

Ana Maria Pinho Guina

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Estudos Africanos

Membros do júri:

Presidente - Doutor Eduardo Maria Costa Dias Martins

Professor Auxiliar do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Vogal - Doutora Brígida João Benedito Farinha da Rocha Brito

Professora Auxiliar da Universidade Autónoma de Lisboa

Vogal - Doutor João Filipe de Jesus Marques

Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Vogal - Doutor Pedro Miguel Pinto Prista Monteiro

Professor Auxiliar do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Vogal - Doutor Luís Francisco dos Santos Gomes Carvalho

Professor Auxiliar do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Vogal - Doutor Fernando Bessa Ribeiro, Professor Auxiliar

da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Abril, 2016

AGRADECIMENTOS

Ao terminar este trabalho gostaria de expressar de alguma forma os meus agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a sua realização:

- Ao meu orientador, Prof. Doutor Bessa Ribeiro, por quem tenho muita admiração e respeito. Muito obrigada por acreditar neste trabalho e conduzi-lo com grande competência e orientações muito pertinentes, pela prontidão, paciência e os bons conselhos, que me fizeram adquirir uma visão plural e um grande exemplo de lição de vida.

- A todos os que me auxiliaram na Beira, em Maputo e em Nampula, proporcionando-me estadia, transporte e sugestões, fica uma dívida muito grande, sem os quais a investigação não seria possível.

- À Embaixada da República de Moçambique em Lisboa, ao Ministério do Turismo, ao Centro de Promoção de Investimentos, ao Diretor Provincial de Turismo de Sofala e demais colaboradores desta instituição, às Gerências dos Hotéis Moçambique, Tivoli, VIP e Miramar.

- A todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta investigação, nomeadamente os turistas entrevistados, alguns antigos e atuais funcionários de estabelecimentos turísticos e agentes do turismo, aqui fica o meu agradecimento, pela receptividade demonstrada no ato das conversas e entrevistas.

- Para finalizar, ao meu marido e grande companheiro, pela ajuda, incentivo e compreensão. Pelas preciosas sugestões e paciência que sempre teve nas minhas solicitações de apoio, e por acreditar na minha capacidade.

RESUMO

A pobreza e sua relação com o desenvolvimento têm sido objeto recorrente de análise e de confronto de argumentos e perspectivas teóricas e políticas. Não existe consenso sobre os objetivos do desenvolvimento e os meios para o atingir. Embora não deixe de produzir efeitos sociais, simbólicos e ambientais indesejados e, não raro, desastrosos, o turismo é visto como uma das soluções para minimizar a pobreza e as carências de bem-estar social e económico. Tendo isto por “pano de fundo”, esta dissertação procura analisar o papel das políticas públicas na construção e implementação de uma agenda de desenvolvimento alavancada no turismo a um contexto concreto, o da cidade moçambicana da Beira. Se a recolha de dados assentou numa metodologia múltipla e comparativa, combinando entrevistas, inquéritos por questionário, observação e diálogo com atores sociais, a elaboração do quadro teórico apoiou-se nos contributos das ciências sociais, em especial da sociologia e da antropologia. Procedeu-se à discussão acerca do Estado, políticas públicas, desenvolvimento e turismo. Procurou-se discutir o papel do turismo na Beira e as possíveis políticas necessárias para transformá-la num destino turístico preferencial. Apesar de muito decadente, padecendo de problemas económicos e sociais, alguns deles decorrentes da guerra civil, a Cidade da Beira possui potencialidades culturais e naturais que podem ser mobilizadas para desenvolver o turismo. Para que as potencialidades se transformem em dinâmicas socioeconómicas, é necessário que o Estado, em articulação com atores económicos e lideranças políticas locais, defina políticas de capacitação de pessoas, de construção de infraestruturas e de mobilização da população.

Palavras-chave: Estado, turismo, desenvolvimento, políticas públicas, Cidade da Beira.

ABSTRACT

Poverty and its relation with development have been recurring subject of analysis and confrontation of arguments and theoretical and political perspectives. There is no consensus about the achievement of development and the resources to achieve it. With all social, symbolic, and environment endured effects, tourism is steel seen, as the solution to minimize poverty and shortages of social and economic well-being. It's a "back up plan" this dissertation analyzes the role of public policies in the construction and implementation of a development agenda leveraged on tourism to a specific context, the Mozambican city, Beira. If the data collection was settled on a multiple and comparative methodology, combining interviews, questionnaire surveys, observation and dialogue with social partners, the development of a theoretical framework was based on social sciences contribute, especially sociology and anthropology. The discussion of the State, public policy, about development and tourism proceeded. In search of the role of tourism in Beira and the possible policies needed to transform it into a preferential destination of tourists. Although with economic and social problems, Beira has cultural and natural potentiality that can be mobilized to grow tourism there. To those potentialities become socioeconomically dynamic it's necessary that the state in articulation with economical, political identities, discuss about the capacitating of people construction of infrastructures and their mobilization.

Keywords: State, tourism, development, public policies, City of Beira

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE DE QUADROS.....	viii
ÍNIDICE DAS FIGURAS E FOTOGRAFIAS	ix
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: O PROBLEMA DE PARTIDA E A ABORDAGEM METODOLÓGICA	5
1.1. O problema.....	5
1.2. O trabalho de campo na Cidade da Beira: metodologia e dados recolhidos.....	13
1.3. O plano de tese e os constrangimentos vividos.....	21
CAPÍTULO II: ESTADO, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	29
2.1. Pensar o desenvolvimento: conceito e trajetos.....	29
2.2. A construção do paradigma atual: o desenvolvimento sustentável.....	47
2.3. O desenvolvimento local como estratégia de sustentabilidade	53
2.4. O papel das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo.....	62
CAPÍTULO III: O TURISMO: TRAJETO HISTÓRICO, ESTRUTURAS E ATORES.....	69
3.1. A definição do turismo e os fenómenos turísticos	69
3.2. Evolução histórica, tipos e impactos do turismo.....	82
3.3. A promoção do turismo, transportes e comunicações.....	102
3.4. Atores envolvidos no planeamento turístico e o seu papel	117
3.5. O turismo como agente dinamizador da economia local	120
3.6. Planeamento: conceito, tipos, instrumentos e níveis.....	127
PARTE2 - RECONSTRUIR UM DESTINO TURÍSTICO: A CIDADE DA BEIRA	139
CAPÍTULO IV: UMA CIDADE NA BORDA DO ÍNDICO.....	139
4.1. Localização geográfica e caraterização histórica e socioeconómica	139
4.2. As estruturas políticas e a gestão local da cidade	144
CAPÍTULO V: O TURISMO COMO ALAVANCA PARA O DESENVOLVIMENTO NA CIDADE DA BEIRA	155
5.1. O que esperam os turistas: críticas e anseios	155
5.2. O que esperam os operadores turísticos: críticas e anseios.....	160

5.3. Recursos, dificuldades e potencialidades: estratégias para o desenvolvimento do turismo na Cidade da Beira	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
Livros e artigos.....	179
Documentos e fontes primárias	193
Documentação em suporte electrónico	194
Arquivos e outros recursos documentais.....	194
VIII - A N E X O S	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1. – Demonstração da variação das hipóteses.....	11
Quadro 3.1. – Benefícios do turismo.....	97
Quadro 4.1. – Temperatura, Precipitação e humidade na Cidade da Beira	143
Quadro 4.2. – Origem dos hóspedes estrangeiros 2009-2013	148
Quadro 4.3. – Evolução do N° de hóspedes 2009-2013	149
Quadro 5.1. – Demonstração do ambiente turístico na Cidade da Beira	168

ÍNDICE DAS FIGURAS E FOTOGRAFIAS

Figura 4.1. – Situação geográfica de Moçambique	141
Figura 4.2. – Situação geográfica da província de Sofala	145
Fotografia 4.3. – Hotel Moçambique.....	147
Fotografia4.4 . – Ruínas do Grande Hotel.....	149
Fotografia 4.5. – Farol de Macúti.....	150
Fotografia 4.6. – Complexo Estoril (Hotel Dom Carlos e Motel Estoril).....	150
Fotografia 4.7. – Hotel Moçambique.....	151
Figura 4.8 – Planta da Cidade da Beira.....	153
Fotografia1. – Casa dos Bicos	VIII
Fotografia2. – Vista do Hotel Embaixador.....	IX
Fotografia3. – Hotel Índico.....	IX
Fotografia4. – Hotel Tivoli.....	X
Fotografia5. – Hotel Mira Mar.....	X
Fotografia6. – Hotel Mira Mar-Restaurante.....	XI
Fotografia7. – Mural no interior do Restaurante Mira Mar.....	XI
Fotografia8. – Porto da Beira.....	XII
Fotografia9. – Navio de grande calado atracado no Porto da Beira.....	XII
Fotografia10. – Camiões carregando mercadorias no Porto.....	XIII
Fotografia11. – Camiões descarregando mercadorias no Porto.....	XIII

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACP – África, Caraíbas e Pacífico

BM – Banco Mundial

CFM – Caminhos-de-Ferro de Moçambique

CIPD – Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento

CMET – Código Mundial de Ética do Turismo

CNUAD – Comissão Mundial das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CONDES – Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável

CPI – Centro de Promoção de Investimentos

CRM – Constituição da República de Moçambique

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

ENACOMO – Empresa Nacional de Comércio de Moçambique

EU – European Union/União Europeia

FAO – Food and Agriculture Organization/Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOPROSA – Fórum Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Sofala

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

HIV – Humana Immunodeficiency Virus

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IDH – Índice do Desenvolvimento Humano

INE (M) – Instituto Nacional de Estatística (Moçambique)

INE (P) – Instituto Nacional de Estatística (Portugal)

IPH – Índice de Pobreza Humana

LBPOTU – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo

MITUR – Ministério do Turismo

NEPAD – New Partnership for African Development/Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento

ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milénio

OE – Orçamento do Estado

OIT – Organização Internacional de Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial da Saúde

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organizações Não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da Unidade Africana

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural

PARP – Plano de Ação para a Redução da Pobreza

PARPA – Plano de Ação da Redução da Pobreza

PD – Países Desenvolvidos

PDM – Plano de Desenvolvimento Municipal

PEDB – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Beira

PEDD – Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital

PEDTM – Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique (2004-2013)

PERPU – Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana

PES – Plano Estratégico Social

PESOD – Plano Económico-social e Orçamento Distrital

PIB – Produto Interno Bruto

PMA – Países Menos Avançados

PMD – Países Menos Desenvolvidos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPI – Plano Prospetivo Indicativo

PQG – Programa Quinquenal do Governo

PRE – Programa de Reabilitação Económica

PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social

PRM – Polícia da República de Moçambique

PTEIM – Política do Turismo e Estratégia da Sua Implementação

PVD – Países em Vias de Desenvolvimento

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

RETOSA – Regional Tourism Organization of Southern Africa

SADC – Southern Africa Development Community/Comunidade para o Desenvolvimento de África Austral

SADCC – Southern Africa Development Co-ordination Conference/Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento de África Austral

SIDA – Síndrome Imunodeficiência Adquirida

UDI – Unilateral Declaration of Independence/ Declaração Unilateral da Independência

UNCDF – United Nations Capital Development Fund/Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development/Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNWTO - World Tourism Organization/Organização Mundial do Turismo

WTO – World Trade Organization/Organização Mundial do Comércio

ZANU-PF – Zimbabwe African National Union – Patriotic Front/União Nacional Africana do Zimbabwe – Frente Patriótica

INTRODUÇÃO

No mundo globalizado em que vivemos hoje, onde o desemprego é estrutural e o crescimento da pobreza e das desigualdades é visível (v. Davis 2006, Harvey 2011 e Piketty 2013), não obstante os bons resultados alcançados por muitos países (v. van Zanden 2014), os setores de produção e venda de serviços, em especial o do turismo, podem apresentar alternativas para o desenvolvimento socioeconómico de muitas sociedades. É neste quadro que o presente trabalho procura compreender de forma profunda o contributo que o setor turístico pode representar no desenvolvimento da Cidade da Beira.

África, pelo seu clima, orografia e paisagens, oferece imagens que, para muitos apreciadores, constituem um atrativo turístico. Os países africanos, em geral, e Moçambique em particular, querendo competir no mercado internacional do turismo, terão de salvaguardar e fazer a gestão dos seus recursos naturais de maneira a criarem produtos turísticos desejáveis. A preservação desses procedimentos constitui um instrumento que o governo e a sociedade civil dispõem para proteger os seus recursos naturais, especialmente os ecossistemas, e a sua biodiversidade, com vista ao uso sustentável, sendo o turismo um mecanismo preferencial. Deste modo, torna-se evidente a necessidade de se manter um elo forte entre o setor do turismo e a manutenção de boas práticas.

Moçambique é um país dotado de um conjunto diversificado de recursos naturais com níveis de conservação mantidos no seu *habitat*, constituindo um excelente atrativo turístico. O largo espetro do mosaico cultural, onde a combinação de turismo de praia tropical ao longo da imensa costa, com a vida cosmopolita das suas cidades, a rica diversidade de flora e fauna, assim como a sua localização geográfica, são outros elementos de diferenciação e atração turística do país. Pelo seu potencial arqueológico, natural e cultural, entre outros, Moçambique é considerado um auspicioso destino turístico de referência mundial. Por isso, considerando-se as enormes mudanças ocorridas nas últimas décadas, procurou-se compreender e caracterizar essa indústria, enquanto setor que promove transformações quantitativas e qualitativas, no desenvolvimento da África Austral e de Moçambique em particular. Apesar de se considerar que a indústria do turismo não privilegia a vertente ecológica, devemos considerar alternativas para a preservação do meio ambiente, perspetivado com carácter duradouro e a longo prazo.

Do ponto de vista social, apesar do forte crescimento económico que Moçambique vem registando, muitos moçambicanos continuam a viver abaixo da linha da pobreza. O

mesmo acontece na Cidade da Beira, cuja situação económica ainda reflete, em boa medida, os impactos severos da guerra civil e do brutal declínio da economia do Zimbábue, de onde provinha um número significativo de turistas. Medidas iniciais que o Governo adotou para o combate à pobreza surgiram de um modo sequencial, atendendo às várias conjunturas, em forma de Planos de Ação da Redução da Pobreza (PARPA I e II), nos quinquênios 2001-2005 e 2006-2009, respetivamente. Estes planos de ação tiveram a orientação de, para o caso do PARPA I, transformar o perdão da dívida externa num instrumento de promoção de desenvolvimento económico e social do país. No entanto, o PARPA II visava alcançar o objetivo de diminuir a incidência da pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009, mas foi estendido até 2010. Para o período 2011-2014, o Governo de Moçambique optou por um novo Plano de Ação para Redução da Pobreza (PARP), considerado como uma estratégia de médio prazo, tendo como objetivo o combate à pobreza e a promoção da cultura de trabalho.

Foi considerando este cenário marcado por aspetos de elevado potencial turístico e por problemas sociais, como a pobreza que afeta a larga maioria da população moçambicana, que se procurou conhecer as potencialidades do turismo na Cidade da Beira, tendo em conta que nas regiões economicamente deprimidas o turismo pode atuar como atividade motora de crescimento económico, mas sem condições de, isoladamente, promover o desenvolvimento regional (Silva, 1994). Este exercício não deve ignorar a importância crucial da sustentabilidade ambiental nas políticas de desenvolvimento do turismo, podendo mesmo exigir a reformulação crítica destes conceitos.

Para um melhor entendimento do fenómeno tornou-se necessário conhecer as suas origens e, posteriormente, a posição atual da atividade para os Estados em desenvolvimento, bem como para os que o alcançaram, onde crescimento económico tenha sido fortemente influenciado pela indústria turística. Mas este conhecimento deve também ser guiado por preocupações de sustentabilidade ambiental, evitando repetir os erros que foram (ou estão a ser) cometidos no domínio do desenvolvimento económico sem o correspondente aumento do bem-estar social e o respeito pelas condições ecológicas onde ele ocorre. Se é aceite que o setor do turismo é um dos que pode contribuir para a geração de crescimento económico, nem sempre ele se realiza no respeito pela sustentabilidade ambiental.

Num outro ângulo, Todaro e Smith (2002) vêm o desenvolvimento económico a partir do interior das nações. Ele deve ser visto como um processo multidimensional envolvendo substanciais mudanças nas estruturas sociais, nas instituições, assim como na aceleração do crescimento económico, na redução da desigualdade e na erradicação da pobreza.

Do ponto de vista da pesquisa empírica, a análise dos efeitos reais da atividade turística tem sido muito relevante para grande parte dos países, facto que deveria permitir aprofundar a profissionalização de recursos humanos para atuarem com eficiência e eficácia nesta indústria (Vieira, 1997). No caso de Moçambique, por exemplo, constata-se que não se tem demonstrado que a criação de mais centros e escolas de formação de serviços turísticos e a participação dos trabalhadores em ações de formação se traduza na aquisição efetiva de novos conhecimentos, competências, habilidades ou comportamentos que facilitem a sua intervenção no mercado de trabalho.

Nesta perspetiva, tornou-se fundamental averiguar as variáveis determinantes e prever a aquisição de novos conhecimentos, competências e comportamentos através de intervenções de formação e uma maior consciencialização dos dirigentes políticos, líderes e sociedade civil para uma melhor gestão da atividade turística nas várias dimensões, tendo em conta que o país possui condições em termos de recursos naturais para registar um desenvolvimento nos diversos setores de atividade, com destaque para o turismo, de maneira que se traduza na melhoria das condições de vida de cada indivíduo e de toda população.

Deste modo, este trabalho de investigação tem como finalidade contribuir para a produção de conhecimento que concorra para potenciar práticas que impulsionem o turismo em Moçambique e, em particular, na cidade e região da Beira, tendo em vista favorecer a modernização de infraestruturas, promoção do crescimento económico, desenvolvimento social e melhores serviços de ligação entre o país e o mundo. Assim, tentou-se prestar especial atenção ao emprego gerado, à transferência e inovação das práticas, nomeadamente nas áreas da gestão, da empresa e dos recursos humanos, da organização do trabalho e da respetiva adaptação à cultura. Reconhecendo-se a relevância do tema e do local para a compreensão do fenómeno turístico e seu papel no desenvolvimento, daqui decorre a importância da análise compreensiva de conceitos fundamentais para esta investigação, como são os do desenvolvimento e do turismo, bem como a relação entre este e o aumento das oportunidades, para uma população que vive maioritariamente em situação de pobreza.

PARTE1 - PROBLEMA, MÉTODO E A DISCUSSÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I: O PROBLEMA DE PARTIDA E A ABORDAGEM METODOLÓGICA

1.1.O PROBLEMA

A literatura e os estudos sobre o turismo na Cidade da Beira são muito escassos (v., entre outros, Honwana, 2000 & Ministério do Turismo, 2003). Como se verá mais adiante, a Cidade da Beira conta com cerca de 600 mil habitantes, afetados por um elevado índice de desemprego e de pobreza (INE, 2007). A crise política e económica, em que o Zimbábue (antiga Rodésia) está mergulhado, tem atingido de forma severa a cidade, assim como vários setores das províncias de Sofala e de Manica, nomeadamente as atividades portuárias, a que acresce o crescimento da população devido aos deslocados e consequentes problemas sociais¹. Para se compreender melhor a crise económica do Zimbábue e a sua influência no turismo da Cidade da Beira importa considerar uma das atividades mais rentáveis nas três últimas fases da história moderna deste país, a agricultura: (i) no período anterior à UDI²; (ii) no período do governo minoritário e, (iii) no período posterior à independência. Facto comum em todos estes períodos é, como considera Gontijo (2012), a reforma agrária como uma questão complexa.³

No primeiro período, a questão da reforma agrária recai nas relações entre o ocupante estrangeiro e as tribos locais. Esta complexidade toma forma com a Primeira Guerra de Matabele em 1893-94, por motivos de usurpação forçada de terras e de proteção dos colonos pela *British South Africa Company*⁴ (Hensman, 1900 *apud* Gontijo (2012)). Pelos mesmos motivos, e ainda segundo o autor, “a guerra seguinte eclodiu pouco tempo depois [...]. A Segunda Guerra de Matabele iniciou-se em 1896-97 como uma revolta popular contra a autoridade da *Company*, sendo atualmente celebrada no Zimbábue, pelo governo da maioria, como a Primeira Guerra de Independência”.

¹ É caso, entre outros, da entrada em massa de jovens zimbabueanas de diferentes idades na Cidade da Beira para se prostituírem (www.jornalnoticias.co.mz, 2009).

² UDI- Unilateral Declaration of Independence.

³ O mesmo se pode dizer sobre Moçambique. Também aqui a terra é uma questão social da maior importância, suscitando debates e conflitos que exprimem diferentes posição político-ideológicas (v. Ribeiro 2010b).

⁴ O actual Zimbábue tinha a designação de Rodésia antes da proclamação da sua independência em 18 de Abril de 1980. O nome é uma homenagem a Cecil Rhodes, também conhecido entre os colonos por “Colosso” que, tendo recebido o aval do governo britânico, usou a *British South Africa Company* para a exploração das riquezas da região do Zimbábue, tendo também utilizado a sua perspicácia política para negociar acordos com os chefes tribais locais, entre os quais o rei Lobengula de Ndebele, para explorar a região. Rhodes liderou os colonos que fundariam o *Fort Salisbury* (atual Harare, capital do Zimbábue), marco simbólico da colonização inglesa naquele país.

A *Unilateral Declaration of Independence*, a 11 de Novembro de 1965, não foi bem recebida pela comunidade internacional. A recusa da monarquia britânica em estender a sua coroa à Rodésia deu aso para que o Reino Unido aplicasse sanções ao regime minoritário de Ian Douglas Smith. Mesmo sem usar a força militar, a coroa britânica aplicou sanções económicas tais como o fim da paridade entre a libra esterlina e a moeda rodesiana, a expulsão da Rodésia da Bolsa de Valores de Londres, o congelamento dos ativos rodesianos e o banimento da importação do tabaco rodesiano (Zvobgo, 2005 *apud* Gontijo, 2012). Estas sanções foram reforçadas pela Resolução 216 e 217 das Nações Unidas as quais apelavam para a aplicação de sanções económicas internacionais e o não reconhecimento da independência, porque a declaração era fruto de um governo ilegal de minoria racista.

No início, a Rodésia conseguiu manter a sua economia graças à exploração de recursos minerais e a sua exportação e mantinha ainda uma poderosa e competitiva agricultura no mercado internacional. Belfiglio (1978 *apud* Gontijo 2012) afirma que a partir de meados da década de 1970 a economia rodesiana entra numa grave crise financeira que tornou inviáveis novos investimentos e prejudicou os que estavam em aplicação. Não foi de somenos importância a adesão de Moçambique às resoluções 216 e 217 contra a Rodésia. Através destas sanções, as mercadorias daquele país viram-se impedidas de transitar pelos portos de Maputo e Beira, ainda que essa atitude tivesse trazido problemas económicos, através da perda de postos de trabalho, prestação de serviços e outros.

Foi nesse contexto que a 18 de Abril de 1980, o então território Rodesiano proclamou a sua independência e passou a designar-se Zimbábue, tendo vencido as eleições o ZANU-PF e o seu presidente Robert Mugabe. Nessa altura, segundo Thompsom (2011 *apud* Gontijo *op. cit.*), o país era o mais desenvolvido na África subsaariana: mantinha o nível de grande produtor agrícola com uma infraestrutura desenvolvida e um setor financeiro relativamente desenvolvido. Porém, continuava com uma forte injustiça na distribuição de terras para a agricultura, sendo que os negros, a maioria do país, detinham as piores áreas. Esta questão é crucial, diz ainda o autor, para se compreender a perseguição aos zimbabueanos de raça branca, pois as expectativas da maioria da população de ver resolvidas as questões de acesso à terra foram-se gorando ao longo dos anos, até que, segundo escreve Benjamim (*apud* Gontijo 2012: p.8):

Apenas duas semanas após o referendo constitucional de 2000, uma eleição que ele (Robert Mugabe) perdeu pela primeira vez, ele ordenou que os veteranos de guerra invadissem as

fazendas dos brancos e os intimidasse, colocando também os eleitores negros contra os fazendeiros. Essa estratégia, conta o Benjamin Freeth, funcionou, pois não apenas intimidou os trabalhadores negros e trouxe o apoio dos veteranos como também permitiu a concessão de fazendas tomadas injusta e ilegalmente dos brancos para militares e burocratas de alto escalão, apoiadores do regime.

Em 2008, devido às reformas agrárias do governo e também às sucessivas secas que o país enfrentou, a agricultura foi seriamente atingida. Por outro lado, Zimbábue é considerado hoje um dos países com uma das maiores percentagens de pessoas padecendo de VIH/SIDA (OMS, 2008). Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2008, o desemprego era muito elevado e grande percentagem da população não tinha acesso aos produtos e serviços básicos (alimentação, saúde e educação), o que fazia com que se refugiasse nos países vizinhos à procura de melhores condições de vida.

Em 2009, a inflação chegou aos exorbitantes níveis de 98% ao dia⁵. A hiperinflação destruiu a economia do país, arrasando o setor produtivo. Nos últimos anos, o Zimbábue diminuiu a sua produção agrícola. Uma medida governamental congelou os preços, causando falta de abastecimento, fortalecimento do mercado negro e prisão de comerciantes contrários à medida. Todavia, de acordo com o relatório do IDH (2012), o setor de mineração tem dado um contributo significativo para a recuperação económica que se começou a sentir desde 2009. Apesar de a economia estar a registar melhorias, ainda são necessárias reformas políticas que permitam um maior crescimento. O relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para 2010, divulgado no dia 4 de Novembro do mesmo ano, mostra o Zimbábue na posição 169, o último país do *ranking*.

Segundo o relatório do Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2012, o crescimento económico desacelerou de 10,6% em 2011 para 4,4% em 2012, refletindo uma frágil recuperação devido, em grande medida, às incertezas políticas e económicas, um elevado excesso de dívida e a deterioração das infraestruturas. Em 2011, as exportações de minerais que representam 47% do total das exportações, era liderada por platina (43%), ouro (28%) e os diamantes (20%). No contexto social e desenvolvimento dos recursos humanos, no ano de 2012, o governo continuou com a abordagem orientada para o setor da saúde. No

⁵http://pt.wikipedia.org/wiki/Zimbábue#cite_note, consultado a 16/02/2014.

entanto, a atribuição do orçamento total da saúde diminuiu de 9,33% em 2011 para 8,64% do total do orçamento em 2012.

Esta longa discussão sobre este país vizinho é relevante para se compreender o contexto, nomeadamente histórico, em que o turismo se desenvolveu na Cidade da Beira. Na época colonial, Zimbábue era um dos países em que os seus residentes frequentemente procuravam as praias da Cidade da Beira, em combinação com visitas ao Parque Nacional da Gorongosa ou a uma coutada. Porém, devido às crises consecutivas que esse país tem atravessado, tem havido uma drástica redução no acesso ao turismo moçambicano, e em particular ao da região da Beira⁶.

Uma importante abordagem aliás, sobejamente conhecida, remete-nos a considerar o facto de que sem investigação é impossível a transmissão de conhecimentos inovadores, tendo-se achado interessante efetuar uma breve reflexão metodológica sobre a investigação em turismo, bem como definir as sucessivas etapas que garantam um conhecimento com vista a obter resultados empiricamente sustentados.

Foi considerando estes contextos que se organizou a investigação e se elaborou a tese *ACidade da Beira como destino turístico: Estado, turismo e desenvolvimento em Moçambique*. Como sempre acontece, ela é o resultado das várias etapas de um processo de construção científica concreto. Num primeiro momento, na fase exploratória verificou-se um extenso leque de temas e a necessidade de centrar o estudo em aspetos mais relacionados com o setor de turismo. Trata-se de um objeto de estudo que tem sido caracterizado por uma fraca evidência científica ao nível da abordagem sociológica, daí que se optou pela definição de contextos estruturais mais latos, condição que se considera essencial para a compreensão do setor do turismo da atualidade.

O trabalho resultou de uma investigação que pretende produzir contributos para o desenvolvimento do turismo na Cidade da Beira, atendendo ao seu papel na criação de emprego. Por outro lado, ao gerar recursos para a cidade, promovem-se oportunidades de formação e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da mão-de-obra e seus efeitos positivos na promoção do crescimento económico que poderá ajudar a reduzir, deste modo, o desemprego e os índices de pobreza, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento. Segundo o Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique-PEDTM (2004-2013), a Região Centro, onde a Cidade da Beira se encontra,

⁶ www.gorongosa.org/pt, consultado em 21/08/2013

contribui com 18% do total da capacidade de alojamento que existe no país. Uma em cada duas ocupações que acontecem fora da Cidade de Maputo tem lugar na Região Centro, em particular na cidade da Beira, com cerca de 90% dos hóspedes da província de Sofala⁷. Ainda segundo o mesmo PEDTM, a Cidade da Beira não possui padrões de serviços internacionalmente aceitáveis. Os hotéis da zona Centro enfrentam dificuldades para encontrar pessoal qualificado.

Para que a pesquisa tenha sido realizada com a precisão requerida, foi necessário especificar os objetivos gerais e específicos da investigação que constituíram o passo à formulação do problema. Segundo Gil (2002), o objetivo geral define, de modo geral, o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa, referindo-se a conceitos mais ou menos abstratos. Deste modo, o objetivo fundamental deste trabalho está baseado na análise dos factores que contribuem para o desenvolvimento do turismo na Cidade da Beira, através do levantamento de informações sobre o setor, caracterização das condições que ditam a existência do turismo e finalmente refletir sobre a capacidade do turismo na produção de emprego para os seus habitantes.

De modo a tornar o estudo mais completo e na perspectiva de se conseguir promover os objetivos pretendidos, é necessário, segundo Moesch (2006), focar em alguns aspetos da ciência em geral e mostrar como a epistemologia do turismo é um assunto que ganhou importância nos estudos turísticos somente na década de 1990, isto porque os investigadores da área estavam mais interessados em questões práticas da atividade, como gestão, planeamento e políticas públicas. Na verdade, os académicos começam atualmente, face ao valor económico e social agregado ao setor de turismo, a interessar-se pelos estudos turísticos.

Para todas as ciências, a epistemologia é importante porque estabelece uma revisão do conhecimento de determinado assunto e oferece critérios para a aceitação desse conhecimento. O debate concernente ao turismo, em ser ou não uma ciência, também se encontra no campo da epistemologia. São três as correntes a respeito deste tema: a primeira afirma que o turismo não é uma ciência mas está a percorrer o caminho para se tornar como tal, pois está a passar pelas mesmas fases de outras ciências, que surgiram na transição do século XIX para o século XX, como a Antropologia (Palhares e Netto, 2003: 20); a segunda corrente diz que o turismo não é e nunca será uma ciência, pois é constituída apenas por uma atividade humana, e é auxiliado pelas ciências nos seus estudos. O terceiro grupo de

⁷ INE- Direção de Estatísticas Sectoriais e de Empresas (DESE), 2012.

pesquisadores diz que o turismo é uma ciência por possuir um corpo teórico maduro e relativamente grande, embora os mesmos ainda não tenham conseguido comprovar esta afirmação em termos teóricos e empíricos (*op. cit.* 2003).

A redução da pobreza e a melhoria de bem-estar, através da promoção do desenvolvimento social e económico, constituem um objetivo central nas políticas públicas do país. O desemprego e a fraca qualificação profissional têm implicações económicas e sociais negativas, dado que, numa economia cada vez mais global e competitiva, tem sido fortemente dependente da utilização de novas tecnologias, e a falta de qualificação profissional dificulta a ocupação dos postos de trabalho criados, o que conseqüentemente favorece a manutenção de altas taxas de desemprego.

O desemprego continua a ser um dos problemas mais difíceis de resolver, sendo que para a erradicação da pobreza a melhor via é a promoção do emprego para os cidadãos. Tanto o desemprego como a fraca qualificação profissional são factores que comprometem a redução da pobreza, o alcance do objetivo central do Governo. Assim, o presente trabalho procura responder ao seguinte problema: *Até que ponto o turismo poderá contribuir para o desenvolvimento da Cidade da Beira, dinamizando a economia local e melhorando as condições de vida dos seus habitantes, nomeadamente através do acesso a trabalho assalariado?*

Não obstante o crescimento económico ser indispensável, por si só não é condição suficiente para a criação de mais postos de trabalho e conseqüente redução da pobreza. O país requer um objetivo claro no domínio do emprego como parte integrante das políticas macroeconómicas e sociais. O capital humano constitui o maior recurso de um país. Em tempos de globalização é importante que os países disponham de melhores recursos humanos, dotados de uma cultura de trabalho e de conhecimentos que lhes permitam enfrentar os desafios colocados pela economia global.

Apesar dos efeitos que o turismo possa provocar ao ambiente, deve-se tentar conciliar o interesse económico do setor do turismo e o objetivo de tornar esta atividade um verdadeiro agente de desenvolvimento, bem como um instrumento de combate à pobreza. Há uma grande necessidade de se atrair maior número possível de turistas nacionais e estrangeiros e uma abertura cada vez maior aos investimentos privados, de forma que haja um aumento de rendimentos.

De modo a tornar o estudo mais completo e na perspectiva de se conseguir implementar os objetivos pretendidos, houve a necessidade de se propor possíveis soluções para o problema equacionado, através da formulação das seguintes hipóteses:

- (i) A dinamização do turismo poderá funcionar como um instrumento de desenvolvimento e crescimento económico que ajudará na redução da pobreza;
- (ii) O incremento do turismo e opções estruturais tomadas pelo poder político ajuda na criação de emprego e de atividades remuneradas sustentáveis.

Estas hipóteses consistem em proposições suscetíveis de serem declaradas verdadeiras ou falsas, tal como pode verificar-se no quadro abaixo de demonstração da variação das hipóteses:

Quadro 1.1. Demonstração da variação das hipóteses

Hipóteses	Variáveis	Indicadores
Hipótese 1: A dinamização do turismo poderá funcionar como um instrumento de desenvolvimento e crescimento económico que ajudará a reduzir a pobreza.	Variável x – independente A dinamização do turismo.	Oferta de serviços e produtos turísticos e aumento dos indicadores do turismo.
	Variável y – dependente Desenvolvimento e crescimento económico.	Criação de postos de trabalho.
Hipótese 2: O incremento do turismo e opções estruturais tomadas pelo poder político ajudam na criação de emprego e de atividades remuneradas sustentáveis.	Variável x – independente O incremento do turismo e opções estruturais tomadas pelo poder político.	Dinamização do turismo.
	Variável y – dependente Criação de emprego e de atividades remuneradas sustentáveis.	Melhoria nos indicadores de emprego e rendimento.

A compreensão densa destas questões depende de uma abordagem teórico-metodológica que considere, por um lado, o trajeto histórico da cidade desde as primeiras iniciativas de atividades turísticas e, por outro, as articulações entre Estado, turismo e desenvolvimento. Obviamente, este trabalho de doutoramento não pretende apresentar propostas de execução, *receitas* prontas a aplicar no domínio do turismo e do desenvolvimento, mas somente contribuir para um melhor conhecimento deste complexo e multifacetado campo socioeconómico com possíveis efeitos na sua valorização na Cidade da Beira. Deste esforço teórico e empírico será desejável que resulte um conhecimento circunstanciado que possa ser útil aos cidadãos em geral e em particular aos decisores políticos e outros agentes, nomeadamente económicos, com capacidade e recursos para intervir no campo do turismo e do desenvolvimento.

A realização do presente estudo, diversificado e amplo, exigiu uma escolha metodológica muito cuidada, patente nas estratégias de investigação para alicerçar o seu objeto. Nesse contexto, dando seguimento ao enquadramento disciplinar no âmbito das ciências sociais, combinado com uma especial atenção ao percurso e o papel de certas iniciativas económicas e suas influências nos aglomerados populacionais mais próximos delas, a principal intenção deste trabalho é contribuir para a análise do turismo no crescimento económico capaz de impulsionar o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida das comunidades.⁸

A opção epistemológica fundamenta-se numa perspectiva interdisciplinar, o que leva a não cairmos em superficialidades temáticas e analíticas resultantes da possível dispersão da análise, face à diversidade de questões abordadas de natureza teórica e conceptual. Ao fazer

⁸Escrutinando o conceito, Ribeiro (2010a) esclarece que “a comunidade é um dos conceitos mais utilizados pelas ciências sociais nos últimos 200 anos [...] Na sua longa reflexão sobre o conceito ‘comunidade’ – *Gemeinschaft* –, Tönnies [1955 (1887): 42-73] considera que ela assenta na perfeita união da vontade humana que está preservada como uma original ou natural condição, ao contrário do que acontece com a sociedade – *Gesellschaft*. Na visão de Tönnies, na *Gemeinschaft*os indivíduos estão unidos por um ideal comum de sentimentos, esperanças, aspirações, desejos, atitudes, emoções e crenças, a que dá o nome de *consensus*. Esta imagem idílica é partilhada também por teóricos críticos como Marx, apontado por Sobral (1999: 42-43) como um exemplo paradigmático. Para Marx (e Engels) a comunidade é a forma primitiva e primordial de organização social, correspondendo a comunidade à sociedade comunista primitiva. A sua dissolução deu origem às sociedades estratificadas, atravessadas por desigualdades e lutas sociais. A comunidade surge, aos seus olhos, como uma organização social modelar, constituindo uma referência para a sociedade comunista a construir, pois só nela o indivíduo dispõe dos meios para desenvolver inteiramente as suas faculdades e só nela a liberdade pessoal será possível [Marx e Engels 1975 (1846)]”.

diversas abordagens teóricas para serem operacionalizados os vários conceitos que deram origem às escolas e paradigmas, ajudou de forma sustentável a traçar o quadro teórico de fundamentação conceptual que permitiu não só a interpretação limitada da realidade, mas repensar num conjunto de princípios.

Deste modo, embora se destaque a importância da questão da interdisciplinaridade como suporte para a análise dos aspetos relevantes ao trabalho, vale a pena realçar que as disciplinas do campo social farão parte da abordagem, como é o caso da Sociologia, da Antropologia, da História, entre outras. Nas duas primeiras o método etnográfico tem um lugar de destaque, porquanto a História privilegia sobretudo o método hermenêutico. Essa abordagem fundamentou-se no facto de que essas disciplinas têm métodos e técnicas privilegiadas para estudos de grupos humanos e suas particularidades. Ao olharmos para a etnografia, pode-se considerar que é um método voltado para designar a atividade antropológica e sociológica de recolha de informação através da observação participante, cuja prática tradicional consistia em permanecer durante um período de tempo mais ou menos longo num lugar, estudando a vida de um grupo de pessoas ou de uma pequena sociedade (Zaluar, 1995). Por sua vez, o método hermenêutico tem por objetivo fazer um estudo detalhado de leis e documentos já formulados sobre um determinado contexto de abordagem. Assim, será importante analisar os planos estratégicos e decretos publicados em relação ao setor do turismo, para depois interpretá-los.

1.2. O TRABALHO DE CAMPO NA CIDADE DA BEIRA: METODOLOGIA E DADOS RECOLHIDOS

No fim do século XIX, a produção do conhecimento antropológico estava intrinsecamente vinculada aos viajantes da época. Naquele período, as investigações eram produzidas através de subdivisões de funções e tarefas que envolviam as figuras do observador, do pesquisador e do pesquisado (Dewalt e Dewalt, 2002). E, ainda segundo estes autores, o trabalho de observação no local e coleta de dados, por vezes, era realizado por viajantes, missionários e administradores que, posteriormente, repassavam o material de pesquisa a académicos situados nas metrópoles, responsáveis por analisar e interpretar os dados nos seus respetivos gabinetes.

Assim, com a consolidação do trabalho de campo, a necessidade de diferenciar o conhecimento etnográfico das informações registadas por outros viajantes tornou-se cada vez

mais presente na estratégia de consolidação da investigação nas ciências sociais. Longe de ser considerado como um conhecimento secundário, o trabalho de campo passou a ser visto como a base da pesquisa dos grupos humanos e das atividades por si realizadas, desde então distanciando-se do modelo investigativo anterior por passar a reunir as figuras do teórico e do observador num mesmo indivíduo (Peirano, 1991).

Os primeiros estudos realizados sobre o turismo, iniciados em 1960, procuraram analisar justamente os impactos causados na relação entre as ex-colónias e os centros geradores de fluxos turísticos, onde as primeiras incursões etnográficas tinham também o processo de aculturação resultante da presença dos turistas nos respetivos territórios. Assim, baseando-se nas abordagens teóricas e de terreno praticadas, entre outros, por Greenwood (1989), Nash (1996), Ribeiro e Sacramento (2006), Sacramento e Ribeiro (2014), torna-se evidente o contributo da etnografia para o refinamento da pesquisa qualitativa no turismo, ao possibilitar uma melhor compreensão deste complexo e multifacetado campo social. Para estes autores, a etnografia é entendida como uma opção metodológica que, considerando muitos dos aspectos fundamentais do relativismo cultural, procura analisar e compreender os atores sociais no seu próprio contexto, valorando, ainda que de modo não exclusivo, o ponto de vista nativo e os elementos materiais e simbólicos que envolvem as formas de manipulação e resistência, bem como as diferenças, os conflitos e as assimetrias que caracterizam este campo social.

Por outro lado, Oliver de Sardan (*apud* Ribeiro, 2010a) entende que ao se fazer o estudo de grupos numa perspectiva de desenvolvimento, como é o caso em apreço, deve-se considerar quer os contributos da Antropologia, quer os da Sociologia, sem ignorar a História. Para o autor, é um domínio em que elas não podem ser colocadas em oposição, nem distinguidas, pelo que sugere uma abordagem que designa por socioantropologia, que aqui vai ser compreendida como sendo um estudo empírico multidimensional dos grupos sociais contemporâneos e das suas interações, numa perspectiva diacrónica, tentando combinar a análise das práticas com a das representações (Oliver de Sardan, 1995).

Nesse sentido, o trabalho do campo etnográfico possibilita dar a ver às pessoas experiências, redes sociais e sistemas de trocas que passam despercebidos dos olhares *de longe e de fora* de outros modelos metodológicos, tornando-se também um meio de dar voz às populações nativas que viabilizam e protagonizam o desenvolvimento turístico nos seus territórios. Tal modo de investigação é capaz de recuperar e trazer à superfície atores, deslocamentos e redes de relação sociais que participam diferentemente no mercado turístico,

abarcando também fenómenos sociais não-institucionalizados inscritos no quotidiano (Santana, 2009: 21).

A grande motivação nessa abordagem assenta no facto de que a informação etnográfica mais importante situa-se nas esferas da economia em que vive o grupo ou a comunidade, a tecnologia, organização social, atividade política, as formas de resolução dos conflitos, as relações com o exterior, a religião, a magia, a ciência e outras estratégias usadas no mundo envolvente, pelo que não deixaria de ser importante abordar as ferramentas dessa técnica no estudo da indústria do turismo.

Na visão partilhada por Bruner (2005) a abordagem etnográfica vem sendo aplicada em estudos sobre temas como a “invenção” de culturas, práticas sociais entre população local, profissionais e turistas, o *marketing* turístico, o papel dos mediadores (imagens, guias, agências); a análise dos visitantes, a presença dos turistas nas comunidades residentes, a relação entre indivíduos, comunidades e instituições, a transformação dos recursos naturais e culturais em produtos turísticos e o turismo como sistema promotor de significados culturais no âmbito global. Ainda conforme salienta Bruner (2005: 17), trabalhar como guia transformou-se numa ferramenta metodológica fundamental para a sua pesquisa, na medida em que pode estudar o turismo sob o ponto de vista etnográfico, mediante a sua participação integral nos itinerários de visita e sua interação com os grupos de turistas.

Desse modo, a contribuição principal da antropologia para os estudos do turismo reside na conjugação da descrição etnográfica com uma abordagem teórica compreensiva. Tal como sustenta Ribeiro (2003a), este exercício de antropologia, com uma componente também muito forte de observação visual, focaliza-se nos efeitos provocados pelas mudanças políticas e económicas mais recentes na vida quotidiana. Aliás, o autor sustenta que a utilização deste método permite realizar um estudo empírico multidimensional dos grupos sociais contemporâneos e das suas interações, numa perspetiva diacrónica, combinando a análise das práticas com a das representações (Ribeiro, 2004).

Se partirmos do princípio de que ao se relatarem dados inerentes ao turismo está sempre presente o aspeto humano, seus valores, traços culturais, como o caso da culinária, a dança, a gastronomia e as obras artísticas, como sendo atividades que atraem cada vez mais turistas para o território moçambicano, veremos que a preservação e manutenção de um ou outro valor do povo ou da região estão diretamente dependentes de como a população está estruturada e de como ela assume o papel que esses valores têm para o crescimento da atividade turística e desenvolvimento local. Por isso, a essência da etnografia é

o conhecimento do modo de vida do *nativo* através da prática em conjunto e da partilha com o próprio, e não a mera recolha de informação. Assim, o etnógrafo trata as pessoas como parceiras de interação e não como objetos de estudo, o que é muito importante para alavancar o desenvolvimento com o envolvimento dos povos locais, conscientes de cada uma das ações em decurso.

Segundo defende Shulman (1989), a elaboração teórica do conhecimento científico passa necessariamente por situações experienciais, ou seja, o conhecimento é uma epistemologia da experiência onde o senso comum assume papel de relevo nessa construção. Com isso, pretende-se elucidar a ideia de que todo o conhecimento que se cria num determinado contexto é fruto de uma integração, modificação ou expansão de conhecimentos pré-existentes geralmente resultantes de experiências ou pesquisas de campo, para posteriormente analisá-las com o uso da lógica.

De forma sucinta, procura-se apresentar alguns aspetos que caracterizam esta estratégia metodológica comparativa, onde são confrontados os dados de campo, em relação ao modo como se encara o turismo noutras nações, com destaque para aquelas que alcançaram o crescimento económico sob a contribuição do setor. Essa metodologia tem-se afirmado cada vez mais importante, sendo que utiliza os mesmos conceitos e indicadores (previamente definidos e obtidos através de técnicas estatísticas), de modo a chegar a resultados que permitam um entendimento mais profundo de cada estudo de caso. Aqui, há que destacar que esta metodologia exige um estudo limitado de casos procurando identificar as características comuns e as suas diferenças e, através de dados empíricos e após a escolha das variáveis, estabelecer relações entre elas (Caïs, 1997: 30).

É importante enfatizar que, tanto em ciências sociais como na economia de desenvolvimento, não é fácil a utilização do método comparativo, visto que, na relação global-local, os lugares turísticos são parte de uma estrutura transnacional perpassada por fluxos de pessoas, mercadorias, imagens, finanças e tecnologia (Appadurai, 1998). Não sendo viável nem adequado pensá-los como unidades isoladas, a abordagem comparativa de determinados lugares permite estabelecer confrontos e correlações que podem, não obstante os constrangimentos acima enunciados, facilitar uma melhor compreensão dos problemas e quotidianos que os atores sociais neles enfrentam.

No seu trabalho *The use of comparative history in macro-social inquiry* Skocpol e Somers (1998) identificam três tipos de análise comparativa. O primeiro desses tipos engloba os estudos dedicados ao exame sistemático da covariação existente entre os casos, procurando

gerar e controlar hipóteses. Numa segunda categoria situam-se os trabalhos nos quais o investigador analisa uma série de casos “com o objetivo de mostrar que muitos deles podem ser iluminados de maneira útil mediante um conjunto de conceitos e categorias ou por um modelo concreto”. Neste caso, não existe um controlo efetivo da teoria, mas uma espécie de demonstração paralela, ainda que este tipo de abordagem não permita falsear uma teoria, cumpre um papel importante no processo de elaboração de teorias, pelo menos no campo dos estudos internacionais.

Um último enfoque identificado como *contraste de contextos*, consiste na comparação de dois ou mais casos, tentando colocar em evidência as suas diferenças recíprocas. É nesse contexto que, como modo de interligar as diferentes perspetivas de análise sobre o fenómeno turismo, várias são as etapas da construção da atividade como indústria de produção de serviços e produtos, que se levam em consideração com vista a incorporar a necessidade desse setor de atividade para o desenvolvimento local e regional, quer da Cidade da Beira, quer do país em geral.

A debilidade presente em qualquer uma dessas perspetivas analíticas pode servir como estímulo para que o pesquisador venha a recorrer a qualquer um dos outros enfoques. A noção de ciclo de investigação permite situar o uso do método comparativo dentro de um campo teórico-metodológico abrangente, composto por múltiplas estratégias de abordagem dos objetos empíricos. Em conformidade com Weber (1997), o método comparativo implica uma série de passos que se articulam de forma diferenciada segundo distintas orientações teóricas e metodológicas. Assim, tendo em conta os passos propostos, decidiu-se por um trabalho que obedeceu à seleção dos fenómenos por comparar, o que implicou não apenas na definição de recortes claramente delineados no tempo e no espaço, e portanto, capazes de tornarem os universos empíricos pesquisados claramente reconhecíveis, mas, mais do que isso, na construção de instâncias turísticas de forma empírica, para de seguida seguir-se a definição dos elementos a serem comparados.

Esse ponto pareceu-me central, à medida que teve como desdobramento diferentes alternativas possíveis de trabalho, envolvendo teorias e práticas, partindo de modelos explicativos previamente construídos, nos quais os planos estratégicos, as leis e aspetos a serem comparados já se encontravam claramente identificados. É nesse contexto que Skocpol e Somers (1998) referem-se que se espera que o método comparativo, se bem aplicado, possa servir como uma bússola para que o investigador consiga realizar sua viagem explorando os caminhos que se abrem no decorrer do processo de investigação sem se afastar demasiado, no

entanto, de um trabalho sistemático sobre as interrogações que o motivaram no início do seu trabalho.

Segundo Ribeiro (2006), o investigador pode construir melhor conhecimento através do trabalho de campo, se estabelecer relações sociais significativas como ator social, permitindo aceder a um nível de conhecimento e de compreensão dos factos que procura. No entanto, esta procura depende fundamentalmente da forma como as decisões que o pesquisador vai tomar sobre o envolvimento dos membros das comunidades em estudo na sua investigação. Isso leva a um entendimento de que o cientista poderá assumir-se em certas circunstâncias como um elemento passivo, embora reflexivo diante de situações em que a comunidade se torna parte ativa e protagonista no encaminhamento de suas preocupações. Mas, é claro que a passividade referida poderá ser apenas na dimensão física, visto que haverá, na verdade, um grande exercício por sua parte para organizar as narrativas, compreender e interpretá-las, com vista à construção de novo conhecimento.

Já Amaro (1999) refere que a atitude científica requer associação entre as diferentes formas de entender e de dar seguimento à pesquisa, resultando numa racionalidade emocional, em que a subjetividade ganha importância progressivamente. No presente estudo, é princípio epistemológico de base que a investigação é um processo que se caracteriza pela sua complexidade; nela fazem parte diferentes momentos, destacando-se a observação, a reflexão, a interpretação e a avaliação de uma determinada realidade.

Na perspetiva de Quivy & Campenhoudt (1992) a *observação* é um momento que engloba um conjunto de operações através das quais o modelo de análise constituído por hipóteses e conceitos é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis, para posterior tomada de notas. Nesse contexto, será necessário circunscrever as análises empíricas no espaço geográfico e social e no tempo. O segundo momento da complexidade de investigação é caracterizado pela *reflexão*, que depende fundamentalmente das informações tomadas no passo anterior, onde se revelam as representações sociais ou juízos a partir de certos elementos constitutivos da realidade observada. O terceiro momento diz respeito à *interpretação*, fase que permite fazer a explicitação da realidade social dos factos vividos, tendo em conta o quadro referencial ou contexto de inserção da mesma realidade. Por fim, segue-se a *avaliação*, onde trata-se de demonstrar até que ponto a realidade observada constitui uma preocupação que necessita de ser investigada para a produção do conhecimento modificado, seja corretivo aos anteriores ou que traz novos impulsos às situações candentes da sociedade.

Os pressupostos desta investigação remetem-nos para a ideia de que o conhecimento não é um estágio apenas de racionalização dos procedimentos mas um processo crítico de aprendizagem em que o investigador tem de se entregar e envolver-se com base na percepção individual dos contextos sociais em análise e com as quais contata. No entanto, em conformidade com Marconi e Lakatos (2009) a boa epistemologia requer do pesquisador o uso de técnicas de rutura com o senso comum, evitando as tentações do saber imediato e as facilidades de uma sociologia espontânea, isto é, sem o epistemológico.

Considerados o problema, os objetivos, o quadro conceptual, assim como a experiência adquirida ao longo do trajeto académico, o trabalho começou por aprofundar a discussão teórica a partir das referências bibliográficas utilizadas para elaborar o estado da arte. Esta revisão bibliográfica inclui também pesquisa de legislação, de fontes primárias e de informação em suporte eletrónico.

Depois desta tarefa preliminar e decisiva para o bom desenrolar da pesquisa, deu-se início em 2009 ao trabalho de campo na Cidade da Beira, com permanências temporárias, tendo acabado por se prolongar até finais do ano 2012. O trabalho foi fundamentalmente etnográfico, em que se colheram as narrativas de várias personalidades e instituições governamentais, bem como outros *stakeholders* do setor de turismo. Numa primeira fase, tendo em conta a preocupação fundamental de compreender as causas do cenário que se fazia sentir no setor turístico na Cidade da Beira, achou-se interessante fazer uma apreciação cautelosa da história da cidade e da província em geral, bem como dos arquivos existentes quer do Governo, Direção Provincial do Turismo, quer do Conselho Municipal sobre as atividades, os desafios, os constrangimentos e barreiras e as estratégias atuais para o desenvolvimento do setor de turismo.

Para iniciar as atividades no terreno, tive que me apresentar ao Governo da Província de Sofala e de seguida à Direção Provincial de Turismo, tendo exibido a credencial do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Feitas as apresentações, as instituições em referência permitiram que se fizesse a consulta dos arquivos e revistas, onde constavam algumas informações relevantes sobre o setor. Nesta mesma fase fui abordando outras instituições relacionadas com o setor do turismo, sempre com o cauteloso acompanhamento de um funcionário da Direção Provincial de Turismo, que presenciou a maior parte das entrevistas e conversas com alguns hóspedes e proprietários dos estabelecimentos turísticos.

A partir de 2009 tive a possibilidade de visitar o Hotel Moçambique, Hotel Tivoli, Grande Hotel e o Hotel Embaixador. Para além dos hotéis mencionados, vale clarificar que

foi necessário frequentar igualmente outros pontos a nível da cidade como forma de obter uma visão geral sobre a situação do setor de turismo, tendo em conta os desafios atuais de desenvolvimento baseados nesta importante indústria.

Um dos aspetos a apontar durante a investigação foi a relação com a população local, nomeadamente líderes de bairro e comunitários. Muitos alimentaram a expectativa de colaborar num trabalho com ganhos económicos imediatos e pessoais. Porém a pesquisa era apenas de carácter e com finalidade académicos, visando uma produção científica. De certa forma esses paradoxos influenciaram para que houvesse algumas dificuldades, mas nunca foi motivo para implicar a desistência, pelo que o processo de recolha de dados para a produção do relatório acabaram por se efetivar.

O trabalho de campo, que visava a recolha de dados, permitiu confrontar os planos estratégicos do Ministério do Turismo, bem como os planos do Governo local e do Município, com a prática no terreno, tendo havido sempre que necessário a revisão do quadro teórico. A abordagem metodológica assentou na combinação de enfoques e técnicas de pesquisa usados habitualmente nas ciências sociais, tendo-se privilegiado a pesquisa documental, o inquérito por questionário, a entrevista e a observação participante.

Tal estratégia exprime também uma abordagem múltipla que, segundo Ribeiro (2004), espelha os paradigmas cada vez mais utilizados nas pesquisas sociais, pelo que nenhum destes métodos e técnicas foram utilizados como contraponto aos outros mas antes como recurso complementar e cruzado. Esta estratégia metodológica múltipla, combinada de forma estreita com a teoria, foi utilizada de uma forma flexível, sendo afinada e adaptada à medida que o trabalho de campo se foi realizando, de forma a garantir a máxima acomodação do método e do próprio investigador ao problema e ao terreno.

Na Beira foram inquiridos, entre outros, indivíduos relacionados com os hotéis – gestores, trabalhadores no ativo e reformados –, os decisores políticos e os atores sociais que detêm informações e outros dados relevantes para a execução do presente trabalho de investigação. Os guiões de entrevista e os inquéritos por questionário aplicados foram elaborados na Cidade da Beira durante o trabalho de campo e em conformidade com as informações e problemas que o terreno foi suscitando (*vide* anexos A, B, C e D). Como um dos eixos determinantes da pesquisa foi consolidado o recurso aprofundado da bibliografia especializada de proveniência técnica e política.

A compreensão densa destas questões depende de uma abordagem teórico-metodológica que considere, por um lado, o trajeto histórico da cidade desde as

primeiras iniciativas turísticas, e as articulações entre Estado, turismo e desenvolvimento, por outro. Obviamente, este projeto de doutoramento não pretende apresentar receitas prontas a aplicar no domínio do turismo e do desenvolvimento mas, somente compreender e discutir sobre este complexo e multifacetado campo socioeconómico. Deste esforço teórico e empírico será desejável que resulte um conhecimento circunstanciado que possa ser útil aos cidadãos em geral e em particular aos decisores políticos e outros agentes, nomeadamente económicos, com capacidade e recursos para intervir no campo do turismo e do desenvolvimento.

Depois desta tarefa preliminar, mas decisiva para o bom desenrolar da pesquisa, deu-se início ao trabalho de campo na Cidade da Beira, em Junho de 2009. A recolha de dados permitiu confrontar e, sempre que necessário, fez-se a revisão do quadro teórico formulado, em coerência com o princípio da interação entre teoria e prática seguido sobretudo pelas correntes teóricas críticas.

A metodologia assentou na combinação de diversos métodos e técnicas de pesquisa usados habitualmente nas ciências sociais. São eles, em concreto, a pesquisa bibliográfica e documental, o inquérito por questionário, a entrevista, as narrativas de vida para a indagação da memória e o trabalho de campo com observação participante. Trata-se da aplicação de uma estratégia metodológica múltipla, cada vez mais utilizada nas pesquisas no âmbito dos estudos africanos. Segundo Ribeiro (2010a), nenhum destes métodos e técnicas foi utilizado como contraponto aos outros mas, antes como recurso complementar e cruzado.

Esta estratégia metodológica múltipla, combinada de forma estreita com a teoria, foi utilizada de uma forma flexível, sendo afinada e adaptada à medida que o trabalho de campo avançou, de forma a garantir a máxima acomodação do método e do próprio investigador ao problema e ao terreno.

1.3.O PLANO DE TESE E OS CONSTRANGIMENTOS VIVIDOS

Este projeto de doutoramento pretende identificar e compreender as relações complexas entre o Estado, a indústria turística e o desenvolvimento na Cidade da Beira, capital da província de Sofala (Moçambique). Do mesmo modo, procura verificar em que medida o desenvolvimento assente no turismo pode contribuir para a melhoria das condições de vida da população nesta cidade moçambicana.

Este trabalho de dissertação procurará responder às seguintes questões: (i) Qual a importância do fenómeno turístico para a economia da Beira? (ii) Quais são as principais tendências do turismo na cidade? (iii) Qual o papel do Estado e do poder político local na dinamização do turismo? (iv) Que medidas deverão ser tomadas para que o turismo possa funcionar como um instrumento de desenvolvimento, nomeadamente no campo da redução da pobreza? Para responder concebeu-se um plano de tese dividido em duas partes, a primeira com três capítulos e a segunda com dois.

Esta primeira parte discute os aspetos teóricos da tese, iniciando por uma abordagem detalhada de um conjunto de contextos que, analisados do ponto de vista de correlações, permitem-nos formular o problema de partida incluso no Capítulo I. É evidente que não se faz turismo sem turistas e, estes provinham, na sua maioria, da Rodésia do Sul, hoje Zimbábue. A crise económica do Zimbábue, com precedências históricas oriundas da colonização deste território pela coroa britânica, aparece aqui referenciada como o contexto mais significativo e que catapultou o turismo na Cidade da Beira para o estágio de letargia a partir dos anos de 1990. Antes de se definir o problema, este capítulo expõe o objetivo geral da pesquisa, centrado na análise dos factores que contribuem para o desenvolvimento do turismo na Cidade da Beira, através do levantamento de informações sobre o setor, caracterização das condições que ditam a existência do turismo e, finalmente, refletindo sobre a capacidade do turismo na produção de emprego para os seus habitantes.

O turismo é ou não uma ciência? A resposta pode ser encontrada na análise das três correntes epistemológicas do turismo que são trazidas para este capítulo por Moesch na sua obra "*A produção do saber turístico*", subsidiado posteriormente por Palhares e Netto (2003), aqui citado pela lucidez que empresta ao tema, evidenciando a importância que este tema teve a partir da década de 1990.

A clarividência do tema demonstrado ao longo da tese assenta na formulação das duas hipóteses identificadas: (i) A dinamização do turismo poderá funcionar como um instrumento de desenvolvimento e crescimento económico que ajudará na redução da pobreza; (ii) O incremento do turismo e opções estruturais tomadas pelo poder político ajudam na criação de emprego e de atividades remuneradas sustentáveis, porque ela aborda o tema na perspetiva holística da contribuição de um conjunto de conhecimentos científicos correlacionados.

Aliás, este foi o método escolhido, considerando as diferentes perceções epistemológicas do turismo, para evitar os defeitos da pesquisa em turismo usando o método citado por Dewalt e Dewalt (2002).

O primeiro capítulo termina com uma explanação sobre o plano da tese e os constrangimentos vividos, evidenciando-se aqui o facto de se ter deparado com uma ausência de literatura sistematizada e específica, embora já exista alguma produção em Moçambique mas, de certa forma, insuficiente. Por outro lado, havia certa resistência por parte dos operadores do turismo, dos responsáveis desta actividade e dos turistas em partilhar ou ceder as informações solicitadas. Por outro lado, o meu trabalho chegou a ser visto como uma ameaça por parte de alguns agentes policiais, em boa parte devido a ter fotografado certas áreas no centro da Cidade da Beira, situação que me colocou à beira da detenção.

O Capítulo II discute os conceitos de Estado, desenvolvimento e políticas públicas, trazendo ao texto teorias e autores, como Todaro (2002) que afirma claramente que o desenvolvimento significa mudança de estrutura nas diferentes dimensões da esfera da vida social; Smith[1985(1776)] que explica que o papel do Estado, na sua função económica, situa-se essencialmente numa relação a dois domínios: criar condições para que o mercado possa funcionar e fornecer bens que não pode produzir. Amaro (2004) é citado neste capítulo dada a sua contribuição na formulação do conceito de desenvolvimento focado nas ciências sociais. Aqui, desenvolvimento tem sido um dos mais polémicos e importantes conceitos, que mobiliza as vontades de mudanças e de transformação das sociedades e dos indivíduos e que serve para avaliar e classificar o nível e progresso das sociedades. Na análise problemática do conceito de desenvolvimento apresentam-se as principais propostas teóricas e as ideias que lhe são subjacentes, desde o seu surgimento associado à Revolução Industrial, ao capitalismo, assim como alguns resultados produzidos por estas concepções.

Se considerarmos o pensamento de Adam Smith[1985(1776)] sobre o papel do Estado, pode-se admitir que o desenvolvimento configura-se como fruto do crescimento económico. Na relação Estado-desenvolvimento e participação dos indivíduos, Adam Smith confia na parcimónia e na prudência dos indivíduos privados, mas atribui ao Estado os defeitos da prodigalidade e do mau emprego dos capitais, rejeitando qualquer papel ativo deste no processo de acumulação de capital, designadamente, cobrando receitas através de impostos sobre os rendimentos privados com o objetivo de fazer despesas que se substituam às despesas dos particulares. Acrescenta ainda que as virtudes privadas da fragilidade e da prudência só produzirão os efeitos benéficos se o Estado não limitar a liberdade individual. Segundo o autor, todo o homem, desde que não viole as leis da justiça, tem direito de lutar pelos seus interesses como melhor entender e entrar em concorrência, com a sua indústria e capital, com as de qualquer outro homem.

Este capítulo desenrola um novo não apenas conceitual do desenvolvimento e do papel do Estado, como também focaliza-se no esclarecimento do seu trajeto histórico, partindo, como já me referi, das concepções economicistas trazidas pela Revolução Industrial e que desembocam no atual paradigma terminologicamente conhecido por desenvolvimento sustentável que incorpora o meio ambiente, assim como o desenvolvimento local e humano. Este último centra-se na erradicação da pobreza e procura que o crescimento económico produza benefícios reais para as sociedades em geral e para um dos seus membros em particular. O conceito de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento introduzido em 1990 foi uma nova forma de encarar o progresso socioeconómico de um país, passando-se a medir não só o crescimento económico mas sobretudo os benefícios desse crescimento, a diversos níveis, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano a primeira grande alternativa ao crescimento do Produto Interno Bruto para medir o desenvolvimento.

O capítulo termina com uma abordagem do papel das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo. Na esteira de Silva e Ribeiro (2012), as políticas públicas constituem um instrumento privilegiado dos Estados para a definição de agendas públicas orientadas para os mais diversos fins que visam promover o bem-estar social – o desenvolvimento económico, a melhoria de áreas sociais. A política pública pode ser mais ou menos generalizante. No que se refere ao turismo, por exemplo, podem desdobrar-se de uma política de turismo ou outras políticas específicas como uma política de marketing turístico e de capacitação de mão-de-obra para o turismo. Com isso, vale dizer que o potencial turístico não é dado naturalmente, mas sim como resultado de uma construção política, económica e cultural. Enquanto produto, ele é fruto de um conjunto de condições decorrentes de relações entre cultura, mercado e políticas públicas que venham a proporcionar o desenvolvimento da atividade. O turismo tem de ser compreendido como uma atividade transversal a diversos setores da vida social. Assim, Dencker (2004) sublinha a existência de três áreas de destaque para a aplicação de políticas públicas no turismo que incluem a implantação de infraestruturas básicas para apoiar o incremento do turismo em escala regional, a atração de investimentos privados para a implantação de equipamentos hoteleiros, de serviços turísticos diversos, a qualificação e formação de mão-de-obra para trabalhar no setor. Estas áreas são vistas como constituintes de macro estratégias norteadoras, aliadas a um agressivo marketing nacional e internacional.

O Capítulo III, o último da primeira parte, aborda o turismo nas suas vertentes históricas, estruturais e atores envolvidos. A definição do turismo e os fenómenos turísticos, evolução histórica, tipos e impactos do turismo, a promoção do turismo, transportes e comunicações, o turismo como agente dinamizador da economia local, planeamento: conceito, tipos, instrumentos e níveis e atores envolvidos no planeamento turístico e o seu papel são os debates que a autora leva em consideração para completar esta parte.

Por outras palavras, desenvolver o turismo, como várias outras atividades económicas, é metamorfosear valores imateriais (subjacentes nos seus produtos) em valores económicos que podem gerar desenvolvimento. Seja sob que prisma for, as tendências económicas, técnicas e holísticas do conceito de turismo são arrebatadas por autores tão diversos quão díspares, como Schullernn (1911 *apud* Barreto 2002), que foi o primeiro a dar uma definição económica, havendo, no entanto, outros que o tratam como indústria e parece ser qualificativo o de maior uso na literatura comum, não científica; outros ainda tratam-no como fenómeno económico e social, setor económico ou atividade social e económica.

A disparidade conceitual continua com Boyer (2003) que afirma que o turismo foi inventado, pois nenhum lugar é turístico em si e nenhum sítio merece ser visitado, e que para que esse produto (turismo) possa ser aceite pela maior parte dos turistas passa-se necessariamente por um trabalho árduo que é o de tornar o lugar interessante aos turistas. Rumando na perspetiva económica, o conceito económico aliado ao fenómeno turístico vai ganhando virtudes ascendentes com as intervenções de McIntosh, Gouldner (1986) e Lanfant (1993). Entretanto, foi a equipa de autores coordenada por Cooper (2001) que, a meu ver, trouxe o conceito holístico de turismo ao considerar que este, enquanto conceito, se desenvolve tendo em conta que teve a sua origem nas várias ciências sociais como a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, Geografia, História, Política, Ecologia, e Gestão.

Não há certeza se foi no Século XVIII com a Revolução Industrial, ou no Século XIX com Thomas Cook, que o turismo iniciou. O debate é enriquecido com os desenvolvimentos de Castelli (2001), Boyer (2003) e Eric Hobsbawn (1995), puxando o pêndulo para a emergência do capitalismo no Século XVIII. Burkart & Medlik (1990) contrapõem, afirmando que as raízes estão na prática da aristocracia inglesa em realizar viagens de estudo à costa mediterrânica e a Paris (Século XIX), reconhecendo, porém, que essas viagens já eram realizadas pelos romanos com objetivos administrativos. Considerando um debate ainda por

prosseguir, o mais importante é compreender a evolução histórica do turismo, atendendo à proposta de Cunha (2001) que considera que é necessário, inicialmente considerar a situação dos países segundo o grau de desenvolvimento.

Na formulação do problema de partida e abordagem metodológica, ficou definido o objetivo geral desta tese que, na essência, não busca encontrar fórmulas acabadas para os atuais problemas do turismo. Antes pelo contrário, procura-se contribuir para a produção de conhecimento que concorra para potenciar práticas que impulsionem o turismo em Moçambique e, em particular, na cidade e região da Beira, tendo em vista favorecer a modernização de infraestruturas, promoção do crescimento económico, desenvolvimento social e melhores serviços de ligação entre o país e o mundo. Por isso, os dois capítulos desta segunda parte versam sobre a Cidade da Beira, sendo que o primeiro “Uma cidade na borda do Índico” fornece referências sobre a localização, história e situação socioeconómica da cidade, que cresceu rapidamente devido a sua posição geográfica que lhe permite desempenhar o papel de corredor de exportação e importação de bens de e para as regiões e os países do *interland* interno e regional (Zimbábue, Malawi e Zâmbia), tendo sido nesse contexto do desenvolvimento de infraestruturas ferro-portuárias e de índole administrativa que começou a surgir toda uma rede de serviços vocacionados ao turismo.

De facto, compreender a diversidade dos elementos geográficos, factores climáticos e humanos que caracterizam Moçambique do ponto de vista de diversidade de condições naturais para práticas económicas como a sua situação na costa do Índico que enriquece as suas bacias hidrográficas, fertilizando os solos, as diferenças altimétricas e de latitude que determinam médias de temperatura e pluviosidade excelentes para diversas práticas turísticas e o mosaico cultural dos povos bantus da região, que emprestam ao país uma riqueza social ainda longe do seu pleno aproveitamento, transforma todo este conjunto no que é comumente chamado de *Pérola do Índico*.

Beira, povoação assim batizada em 19 de Agosto de 1887 em homenagem ao Príncipe D. Luís Filipe, é apenas mais um dos muitos exemplos de miscelâneas étnico-tribais com uma maioria pertencente ao grupo *Bangwe*, resultante do cruzamento entre os *Machangas*, *Matewes* e *Podzos* do vale do Rio Zambeze. Religiosamente, a Cidade da Beira apresenta um tabuleiro de crenças no qual a maioria professa o cristianismo, havendo, contudo, uma grande franja de muçulmanos e hindus.

Neste capítulo também se apresentam dados da divisão administrativa e do formato de governação da cidade, município instituído, com diferentes mecanismos de

participaçãocomunitária nos processos de tomada de decisão como encontros de consulta comunitária, Conselho Consultivo do PERPU (Plano Económico de Redução da Pobreza Urbana) e encontros de consulta com grupos de interesse.

O segundo capítulo desta parte “Turismo como alavanca para o desenvolvimento da Cidade da Beira” surge como corolário de todo o debate trazido nesta tese. É aqui que se procura articular o quadro teórico em contribuições praticáveis para o desenvolvimento do turismo. As críticas e os anseios dos operadores turísticos e dos próprios turistas são adicionadas às estratégias para o desenvolvimento do turismo, tendo em consideração os recursos, dificuldades e potencialidades, pois Moçambique é apresentado como produto do processo da própria história universal, oferecendo uma miscelânea cultural da culinária indo e afro-europeia do Norte ao Sul e da costa ao *interland*, que é um potencial do turismo cultural ainda por explorar.

Turistas nacionais e estrangeiros, maioritariamente vindos de províncias do centro de Moçambique, ou de paragens como a África do Sul, quase sempre com os seus próprios meios de transporte ou mesmo com a sua comida, foram os primeiros entrevistados, considerando a necessidade de intervenções nas áreas de infraestruturas rodoviárias e preservação do meio ambiente como essenciais em qualquer futuro projeto de desenvolvimento do turismo. Aqui se faz referência a Rocha (2004) e Moraes (2002) que, em abordagens isoladas, acham ser imperativo o Estado concorrer na correção das imperfeições do mercado a partir da supervisão das instituições turísticas, financeiras e outras, da regulação preventiva, bem como pela adoção de um comportamento mais seletivo entre os atores do mercado. Tal deve acontecer nos transportes, serviços de restauração, hospedagem e outros produtos turísticos.

Os operadores turísticos apresentam críticas mais seletivas em aspetos de segurança, infraestruturas e serviços públicos de higiene, saneamento e educação com uma participação mais ativa do governo, do conselho municipal e dos próprios cidadãos. Enfim, este capítulo enfatiza, resumidamente, que tanto operadores quanto turistas procuram maximizar os ganhos e as experiências que o turismo pode proporcionar. Tal remete-nos para a questão da qualidade. Este termo tem variações conceituais discutidas por Barreto(2002) e Becker (1996), sendo que este último introduz o que designa dedimensões de qualidade obrigatória e qualidade atrativa.

Tornar aplicável a amálgama teórica, de expectativas dos principais atores turísticos (incluindo o governo e a municipalidade) e atingir os objetivos científicos desta tese, resume-se na apresentação de estratégias de desenvolvimento assente na valorização das pessoas (desenvolvimento sociocultural), valorização da natureza (preservação e conservação ambiental) e valorização do produto turístico (desenvolvimento económico). Para tanto, partindo de pesquisas exploratórias bem como de contribuições das comunidades, do governo e das agendas políticas de governo foi identificada uma série de valores, para a definição das vertentes, visão e missão do turismo na Beira como um todo.

Complementarmente, apresenta-se a análise SWOT na qual se indicaram diferenças relacionadas à caracterização regional. Esta análise da Matriz SWOT, realizada e apresentada, permitiu a visualização estruturada dos desafios trazidos por um processo de desenvolvimento turístico nos moldes em que o governo demonstrou que as ações a serem implantadas no município deveriam ser integradas e complementares, dado que as inter-relações existentes entre os desafios são evidentes. Soluções pontuais, que não considerassem todo o abrangente contexto em que o turismo se insere, seriam insuficientes e, portanto, inadequadas para compreender as ações a levar a cabo para se elevar o setor a um nível desejado.

Para o tema em estudo, em particular sobre a Cidade da Beira, constata-se a inexistência de literatura sistematizada e específica, embora já exista alguma produção nacional mas, de certa forma, insuficiente.

CAPÍTULO II: ESTADO, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1.PENSAR O DESENVOLVIMENTO: CONCEITO E TRAJETOS

Estado é o conjunto das instituições (governo, forças armadas, funcionalismo público, entre outros setores públicos) que controlam e administram uma nação, país soberano, com estrutura própria e politicamente organizada (Weber, 1997). Como é argumentado por Weber (1997 [1909-1913]: 83-85), Estado é entendido como uma função institucional política, quando e na medida em que o seu quadro administrativo dispõe do privilégio exclusivo do uso da força para a manutenção de uma dada ordem política, económica e social. Este monopólio da violência por parte do Estado é uma característica tão essencial da sua situação atual como o seu carácter de instituição racional e de *empresa* permanente.

Considerando a globalização e as novas formas de organização produtiva, a reestruturação urbana e a inclusão social constituem desafios para a governação urbana e para uma democracia mais participada orientada para o desenvolvimento regional e local. Neste sentido questiona-se se qualquer política de desenvolvimento, em regiões menos favorecidas, deve empenhar-se numa abordagem estratégica, na participação local, na definição de ações e tomada de decisões, para se promover um desenvolvimento participativo e estável da cidade. Na visão partilhada por Giddens (1991) a globalização e o contexto global de mudança intervêm com transformações técnicas e tecnológicas, económicas, mudanças sociais de modo que dão origem aos diversos impactos que geram um novo protagonismo às cidades. Estas cidades, devido ao massivo ajuntamento da população e de recursos, podem ser capazes de atrair investimento e de favorecer iniciativas inovadoras.

Giddens (1991) e Ascher (2001) referem que o crescimento das cidades e da população urbana em geral, bem como a concentração de atividades económicas e o funcionamento em redes das instituições, agentes produtivos e administrações locais dão grande importância aos processos de desenvolvimento. Qualquer sociedade, se não planear e preparar convenientemente o seu futuro, estará ameaçada pela incerteza, ambiguidade e dificuldade de controlo. Para gerir a mudança em contextos de incerteza e de concorrência acrescida, o planeamento deve abarcar a participação da sociedade civil, agentes económicos e sociais, em particular, para além dos agentes públicos e privados.

Ascher(2001) ao contribuir para esboçar os desafios que se impõem ao urbanismo na atualidade avança com uma reflexão acerca do que considera ser a nova condição social e

urbana. O processo de modernização, como resultado da combinação histórica de três dinâmicas socio-antropológicas (individualização, racionalidade e diferenciação social) sofre uma vez mais transformações (*Idem, p.21*).

Este autor formula alguns princípios para um novo urbanismo que permitam, de alguma forma, sustentar uma nova prática de decisão, da conceção e regulação das cidades e dos territórios mais ajustada, admitindo, por sua vez, formas de decisões múltiplas e participativas, mas também reguladoras onde se devem traçar as decisões urbanas estruturantes e estratégicas (Ascher, 2001: 72-85).

As definições apresentadas podem sofrer mudanças de acordo com a perspectiva teórica do sociólogo ou antropólogo em questão. Porém, interessa-nos a visão geral do que é cultura. Ela é entendida neste âmbito como sendo a herança social e total da humanidade, o que quer dizer que como termo específico, uma cultura significa determinada variante da herança social, sendo que podemos finalmente entender que a cultura, como um todo, compõe-se de grande número de culturas, cada uma das quais é característica de um certo grupo de indivíduos, mesmo que seja na mesma sociedade.

Nesta parte, entendemos que antes de discutir a questão ligada a importância da manutenção e preservação dos valores culturais seja necessário compreender que a cultura é todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo ser humano como membro da sociedade. Para Colleyn (2005) cultura pode-se entender como sendo o conjunto de práticas sociais artificiais aprendidos de geração em geração por meio da vida em sociedade.

A tomada de consciência da população sobre a necessidade de preservar alguns traços e dinamizar outros, é uma das discussões principais que se faz sentir na relação turismo – cultura, associada a questão da sustentabilidade ambiental, ou seja, noção de turismo ecológico. Ao se considerar os efeitos positivos bem como negativos da atividade turística, pode-se ressaltar os diferentes cenários que se formam com a introdução de novos valores e costumes, através do convívio com distintas personalidades de traços culturais antes desconhecidos ou mesmo inexistentes numa determinada sociedade.

Na discussão sobre o turismo cultural e seu contributo para o desenvolvimento, há que fazer menção ao facto de que quando as comunidades locais se defrontam com outras culturas, percebem as discrepâncias dos valores culturais e a diferença entre os visitantes, seja do ponto de vista de hábitos, de equipamentos trazidos por eles e de estilos que claramente distinguem-se daqueles apresentados pela população local. Deste modo, o encontro entre

essas partes gera inquietações, e nem sempre essa situação reacende em segmentos da população a disposição de preservar identidades e resgatar manifestações culturais adormecidas.

Por outro lado, devido a questão ambiental a nível global urge-se a necessidade de promover um turismo cada vez mais sustentável sob ponto de vista ambiental, ao mesmo tempo assegurando espaços de lazer em que os turistas possam desfrutar de um descanso e trocas turísticas agradáveis, sem que haja choques culturais, mas pelo contrário trocas culturais (Alencar & Barbosa, 2000). Assim, ações de preservação ou manutenção de traços culturais locais devem ser levadas a cabo pelo setor de turismo, porém, de forma integrada, onde outros setores de atividade, sejam profundamente envolvidos, garantindo a melhoria na prestação de serviços e oferta turística.

Parte-se do princípio de que cada setor possui características específicas, que exigem dos colaboradores e gestores ajustes para se adaptar e delinearem estratégias de aproximação ao público-alvo, de forma que sejam tomadas decisões que dizem respeito a necessidade de manter ou reestruturar ações em decurso com todas outras partes interessadas, das quais se destaca a comunidade. Entretanto, é preciso notar que os valores culturais e o ambiente representam por excelência o símbolo de uma comunidade, pelo que a sua preservação e manutenção é uma questão que deve merecer especial atenção por parte da comunidade local, dos viajantes, da sociedade civil, bem assim dos pesquisadores sociais.

A construção de um país é um processo cumulativo que, em determinados períodos permite saltos, mudanças de escala, alterando profundamente o tecido económico, social e político. Por isso, Todaro (2002) afirma claramente que o desenvolvimento significa mudança de estrutura nas diferentes dimensões da esfera da vida social. Assim, justifica-se refletir acerca das diferentes teorias que norteiam os estudos de desenvolvimento e o papel do Estado, nomeadamente na expansão do turismo. O estudo das teorias de desenvolvimento [v., entre outros, Arrighi (1997), Frank (1976), Furtado (1961), Long (2001), Oliver de Sardan (1995), Pieterse (2001), Rodrigues (2009) e Silva e Cardoso (2005)] e a sua relação com o Estado é marcado por diversas transformações quanto às definições de fins e meios, refletindo os problemas e tendências que predominam no debate político mundial. Ainda que podendo assumir distintas dimensões, é responsabilidade do Estado promover políticas públicas que resolvam os problemas da população e ao mesmo tempo satisfazer as suas necessidades.

O papel do Estado pode ser também o de promover e coordenar a dinâmica do turismo, assegurando que os benefícios do turismo sejam para toda a sociedade, visto o setor

privado não ter responsabilidade e obrigatoriedade para desenvolver determinadas atividades, particularmente quando se trata de organizar de forma sistemática a resolução dos problemas da sociedade. E, para se alcançar o sucesso, o turismo necessita de planeamento a nível local, regional e nacional. O Estado tem de investir diretamente no turismo, ainda que o faça numa lógica temporária em que, posteriormente, possa vender aos agentes do setor privado os investimentos realizados. Cabe ainda ao Estado, através da execução da sua política orçamental, regular e dinamizar as áreas socioeconómicas mais importantes. Nesta perspetiva, o papel do Estado, na sua configuração económica, situa-se essencialmente numa relação a dois domínios: criar condições para que o mercado possa funcionar, e fornecer bens que o mercado não pode produzir (Smith, 1985). O autor considera que existe um sistema de liberdade individual em que o governo não tem de interferir com as atividades produtivas da população; e o mercado deve funcionar com a mínima interferência do Estado. Ao apresentar esta visão, Smith tem subjacente uma lógica utilitarista que defende que o bem-estar de uma sociedade era identificado com o bem-estar agregado de todos os indivíduos e que o Estado devia limitar-se às atividades de defesa nacional, segurança interna – preservação da propriedade privada, e de edificação e manutenção de instituições e obras públicas que, pela sua natureza, o privado não podia construir.

Da possibilidade de produzir e consumir cada vez mais, surge então o conceito de crescimento económico (caraterística associada ao conceito de desenvolvimento), com a ideia de progresso material que fez eclodir e sustenta a ideia de desenvolvimento. Este conceito tem sido abordado de modo diverso pelos diferentes teóricos da economia, do planeamento e da sociologia. A sua utilização, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, passou a ser mais frequente e a ter um significado mais político-ideológico, mas assente em teorias e modelos explicativos da evolução socioeconómica dos países. São vários os factores que explicam o aparecimento do conceito de desenvolvimento a seguir à Segunda Guerra Mundial, mas a que é referida como factor principal por quase todos os autores é o processo da independência da maioria das antigas colónias europeias, influenciadas pelos interesses dos Estados Unidos e da influência ideológica da União Soviética (Amaro, 2004).

Nas Ciências Sociais, o conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais polémicos e importantes, que mobiliza as vontades de mudanças e de transformação das sociedades e dos indivíduos (Amaro, 2004: 1), e que serve para avaliar e classificar o nível e progresso das sociedades. Na análise problemática do conceito de desenvolvimento, focam-se as principais propostas teóricas e as ideias que lhe são subjacentes, desde o seu surgimento associado à

Revolução Industrial,⁹ ao capitalismo, assim como alguns resultados produzidos por estas conceções.

O pensamento de Smith (1985) sobre desenvolvimento assenta no crescimento económico e, segundo ele, o motor do crescimento económico é a divisão de trabalho. Com a sua teoria de divisão de trabalho ele incrementa um grande progresso, pois a partir desta teoria, generaliza-se o entendimento de que a produtividade depende não só das características de um determinado setor de atividade, mas das características da especialização do trabalho. Neste sentido, dava-se um passo decisivo com vista a conceber e explicar o excedente em termos de valor e não apenas em termos físicos. É com Smith que pela primeira vez o problema capital da análise na economia capitalista consiste em saber o que é que determina o valor das mercadorias.

O problema poderá ser a questão de existir um nível de procura suficiente por tal bem ou grupos de bens para eles se constituírem primordiais para os consumidores. Contrariamente à substituição de importações que se reduz ao comércio externo da economia nacional, esta estratégia industrial orientada para as exportações persegue um incremento no nível de relações comerciais com o exterior. Por outro lado, a abundância em recursos naturais e o esforço no setor do mercado conduzem a um desenvolvimento são e rápido, embora possa levar cada vez mais às desigualdades sociais, tanto por factores que possam estar ligados à conduta de parte da classe política, como por ausência de políticas públicas adequadas.

Smith (1985) salienta, porém, que confia na parcimónia e na prudência dos indivíduos privados, mas atribui ao Estado os defeitos da prodigalidade e do mau emprego dos capitais, rejeitando assim, qualquer papel ativo do Estado no processo de acumulação de capital, designadamente, cobrando receitas através de impostos sobre os rendimentos privados, com o objetivo de fazer despesas que se substituam às despesas dos particulares. Acrescenta ainda que as virtudes privadas da fragilidade e da prudência só produzirão os efeitos benéficos se o Estado não limitar a liberdade individual. Segundo o autor, todo o homem, desde que não

9 A Revolução Industrial teve início no século XVIII, na Inglaterra, com a mecanização dos sistemas de produção. Enquanto na Idade Média o artesanato era a forma de produzir mais utilizada, na Idade Moderna tudo mudou. A burguesia industrial, ávida por maiores lucros, menores custos e produção acelerada, buscou alternativas para melhorar a produção de mercadorias. Também podemos apontar o crescimento populacional, que trouxe maior procura de produtos e mercadorias.

viola as leis da justiça, tem direito de lutar pelos seus interesses como melhor entender e entrar em concorrência, com a sua indústria e capital, com as de qualquer outro homem.

Segundo Furtado (1961) o conceito de desenvolvimento só surgiu depois da II Guerra Mundial. Refere-se à experiência resultante da Revolução Industrial, da emergência do capitalismo e da crítica à sociedade feudal. A Revolução Industrial, em íntima articulação com as revoluções que a antecederam, introduz profundas alterações que permitem um espetacular avanço das forças produtivas, permitindo o acesso a uma grande e crescente quantidade e variedade de produtos para satisfação das necessidades.

O desafio do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida dos seres humanos, no seu sentido mais amplo (Gómez *et al*, 2007). Alguns autores consideram que em África a abordagem da questão desenvolvimento deve ser confrontada com o problema do subdesenvolvimento, uma dicotomia que se regista frequentemente nos países que ainda sofrem devido à exploração colonial, um problema histórico da economia desenvolvida do mundo capitalista. Como bem o enuncia Wallerstein (2002 *apud* Ribeiro 2004), para o continente africano, “não conseguiremos ponderar seriamente nada acerca da atual situação da África ou a sua possível trajetória se antes não analisarmos o que tem acontecido no sistema internacional como um todo nos últimos cinquenta anos”.

Após a Segunda Guerra Mundial os povos do continente africano iniciaram um processo em direção à autodeterminação política. Este processo formal terminaria em 1975, com a constituição e o reconhecimento internacional dos novos Estados de língua oficial portuguesa. Seguindo os argumentos de Ribeiro (2004), em que se explica as teorias do sistema mundial e da dependência, pode-se afirmar que os territórios coloniais mantiveram, após a independência política, uma situação de dependência em relação aos países centrais, muitos deles, antigas potências coloniais, que os constroem a adotar políticas de desenvolvimento compatíveis com os interesses das antigas potências colonizadoras. Essa dependência acentuou-se nos últimos trinta anos, com a consolidação da hegemonia neoliberal imposta pelos países centrais e colocadas em prática com o apoio das organizações internacionais do Consenso de Washington, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio (Ribeiro, 2004). Os processos e factos sociais que envolvem os países periféricos, no que muitos designam por desenvolvimento, são um domínio da investigação partilhada pela antropologia e pela sociologia. Esta posição é ainda defendida por Ribeiro (2012) que entende que o subdesenvolvimento não é uma condição natural mas somente o produto criado por uma longa história de dominação colonial,

que permanece para além desta, pelo que terá de ser quebrada para construir uma economia autónoma, isto é, criar oportunidades que possam conduzir ao desenvolvimento socioeconómico.

O desenvolvimento é tido como um processo de avanço que os economistas entendem ser consequência normal do bom funcionamento da economia. Conforme Souza (1995: 16), “não existe uma definição universalmente aceite de desenvolvimento”. Para uma primeira corrente de economistas de inspiração mais liberal, o crescimento é considerado como um sinónimo de desenvolvimento. Já para uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não condição suficiente. Ainda na mesma perspetiva, Oliveira (2002) entende que o crescimento económico não faz sentido se não conseguir promover o desenvolvimento humano (social), entendido como a realização pessoal dos indivíduos de um país ou região. Dessa forma, para atingir o desenvolvimento pleno e sustentável, é preciso reduzir a exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade. Ainda de acordo com Oliveira (2002: 32), “O desenvolvimento, em qualquer conceção, deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”. Isto implica dizer que as alterações da composição do produto interno e a alocação dos diferentes recursos pelos setores económicos, devem estar dispostos de maneira a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social. No entanto, para Sandroni (2002), desenvolvimento económico significa crescimento económico acompanhado por melhorias do nível de vida da população e por alterações estruturais na economia. Para o autor, o desenvolvimento depende, ainda, das características de cada país ou região; isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possui.

O desenvolvimento económico de um país ou estados é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. Assim, para Souza (1995), o desenvolvimento económico supõe uma sociedade capitalista organizada na forma de um estado-nação onde há empresários e trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital e progresso técnico, um mercado que coordena o sistema económico e um Estado que regula esse mercado e complementa a sua ação coordenadora.

Outras estratégias de desenvolvimento que uma nação subdesenvolvida pode perseguir, incluem, na visão de Ricardo (1996), a substituição de importações, ou uma estratégia industrial orientada para as exportações. Em relação à estratégia industrial orientada

para as exportações, antes pressupõe-se a existência de oportunidades de mercados externos para os quais o país pode exportar os bens, uma vez desenvolvida a respetiva indústria.

Celso Furtado figura entre os autores que lavraram o terreno das abordagens críticas sobre o desenvolvimento. O seu pensamento salienta que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem a representação de estruturas sociais que resulta da prevalência de um ou de outro, podendo-se considerá-las como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial (Furtado, 2000). Isto indica que o binómio desenvolvimento-subdesenvolvimento há-de ser vinculado ao processo de acumulação de capital, adquirindo suas especificidades no curso deste.

Os dois entendimentos acima, ainda que diferentes na ótica dos seus autores, complementam-se. Com efeito, o “desenvolvimento no mundo todo tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração” (Furtado, 2009: 30). Nessa perspetiva surgem, paralelamente às teorias do desenvolvimento, os estudos acerca do subdesenvolvimento. Para Furtado, tais ideias foram fortemente inspiradas nos trabalhos de Prebisch, nos quais se salienta que o capitalismo funciona também como um processo de difusão irregular do progresso técnico. Os baixos níveis de assimilação de tecnologia pelos países periféricos traduzem-se em desigualdades no seio das populações, projetando o seu atraso na trincheira da acumulação de capital.

Para a análise dos processos de integração de Moçambique na economia-mundo, é necessário considerar com particular atenção os efeitos provocados pelo colonialismo e pelas experiências relacionadas com a tentativa (fracassada) de estabelecimento de uma sociedade socialista e, no presente, pelos programas de ajustamento estrutural, pois constituem a expressão material da atual fase de reconfiguração do capitalismo neste país.

Uma das preocupações do governo e dos parceiros sociais é a redução dos níveis de pobreza, através da promoção do crescimento económico sustentável, com o reforço do programa no desenvolvimento humano e social, dando apoio ao investimento e desenvolvimento do empresariado nacional, e criando um bom ambiente de negócios muito favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada e incidência de ações na educação, saúde e desenvolvimento rural, com o objetivo de promoção do emprego e formação profissional. E, o potencial económico de Moçambique para a atração de investimentos no turismo, na agro-indústria, agricultura, pesca, exploração mineira é enorme.

Projetos como o da Mozal¹⁰, Barragem de Cabora Bassa, corredores ferro-portuários, companhias açucareiras e complexos turísticos ao longo de todo o País, têm contribuído significativamente para colocar Moçambique na rota dos grandes investimentos regional e internacional. Na área do turismo, de entre algumas medidas prioritárias estão: o envolvimento de Moçambique na Organização Regional de Turismo de África Austral (RETOSA); harmonização e desenvolvimento de políticas, estratégias e legislação ao nível regional e encorajamento de investimentos no setor; promoção de melhoria das qualidades dos serviços turísticos; e, vender a imagem do país na região. Moçambique possui uma vasta costa marítima e uma localização geográfica que lhe conferem vantagens comparativas na área de serviços de transporte na região. Os portos e os corredores de desenvolvimento permitem um acesso aos países do *interland*. Tanto o Malawi, como o Zimbábue, a Zâmbia e a República Democrática do Congo utilizam o porto da Beira.

Moçambique é um país agrícola. Porém, a agricultura é basicamente do tipo familiar, sem aproveitamento da economia de escala. A prevalência da agricultura de subsistência faz com que em cada zona se produza um pouco de tudo mas em pequenas quantidades. A dispersão da produção, associada às más condições das vias de acesso, torna os custos da comercialização elevados. E estes são particularmente elevados quando se trata de escoar a produção agrícola das zonas de produção do centro e norte do país para as zonas de consumo costeiras e no sul. Ao desenvolver a produção e a produtividade no campo geram-se as condições para aumentar a oferta desses produtos nos centros urbanos e, por consequência, a um preço mais acessível para o consumidor.

Na ideia apresentada acima, há que destacar que à medida que o setor do turismo se vai desenvolvendo, igualmente outros segmentos da sociedade vão crescendo, impulsionando assim o desenvolvimento nacional. Deste modo, reconhece-se a grande importância económica que esse setor provoca na Cidade da Beira em particular e na sociedade moçambicana em geral.

De seguida apresentamos uma vasta lista de impactos resultantes da atividade turística em Moçambique: (i) *rendimento* – sendo que a atividade de satisfazer um turista implica a compra e venda de bens e serviços em diferentes momentos e locais, trazendo rendimentos significativos para a economia; (ii) *emprego* – por ser uma atividade intensiva que envolve vários graus de habilidade, os trabalhos envolverão várias camadas da sociedade de forma

¹⁰ MOZAL – Mozambique Aluminum, Fábrica de Alumínio de Moçambique.

transversal, estimulando assim outros setores de atividade a promoverem emprego, na expectativa de satisfação das necessidades dos turistas; (iii) *investimento* – a intensidade do capital no setor cria várias oportunidades de investimento para os setores públicos e privados; (iv) *infraestruturas* – o potencial e a dinâmica do crescimento do setor de turismo aliados aos benefícios económicos abrem espaços para investimento em infraestruturas e novas construções; (v) *prestígio* – a conquista de um lugar na lista dos destinos preferidos traz implicações sociais e económicas positivas; (vi) *criação de pequenos empregos*, estando o turismo ligado a uma diversidade de setores da economia, acaba proporcionando oportunidades para pequenos negócios, com o intuito de diversificar cada vez mais os produtos e serviços oferecidos.

O turismo é um setor económico em constante crescimento em todo o Mundo. É um negócio internacional em crescimento e altamente competitivo. Como um setor económico, o turismo é um dos poucos que eventualmente pode contribuir para o crescimento e oferta de emprego à escala necessária para fazer a diferença em Moçambique. O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2003) aborda que o turismo é um setor económico que cresce constantemente em todo o mundo. Essa atividade é de dimensão internacional que em 2001 chegou a contribuir com 4,2% do PIB nacional, tendo empregado cerca de 8,2% de moçambicanos. O turismo é um setor de trabalho intensivo e abrangente no que diz respeito às habilidades e níveis de formação; senão, vejamos que são vários os setores que se interligam ao do turismo como é o caso de transportes, agricultura, alimentação e bebidas, serviços financeiros, construção e artesanato.

A forma como evoluiu o turismo em cada país tem sido objeto de estudos que incidem, quer nos aspetos económicos relacionados com o desenvolvimento desta atividade, quer nos aspetos político-culturais associados à divulgação do país, quer ainda nas interligações entre o desenvolvimento do turismo e do património cultural. Inserindo-se numa literatura utilitária, os guias de viagem são um reflexo das alterações económicas, sociais, culturais e tecnológicas que ao longo do tempo foram sendo introduzidas nas viagens culturais ou de veraneio, que gradualmente passaram a ser realizadas por grupos sociais cada vez mais latos.

A análise dos vários guias de turismo permite-nos fazer uma abordagem de temas diversos tendo em conta que com esses instrumentos, por um lado, podemos nos ligar à história da arte e definir, para cada momento histórico, a noção de património. Por outro, ligamo-nos com a história económica, ao se estabelecerem interligações com os vários meios

de transporte ou novas indústrias que o desenvolvimento tecnológico e industrial foi colocando à disposição dos viajantes e turistas.

Assim, com a movimentação da atividade turística no país, têm-se aberto outras formas de apreensão de espaços que contribuíram e contribuem para a divulgação de novos lugares como as termas ou as praias e para a construção de imagens sobre as cidades ou o campo. Um dos requisitos essenciais para o desenvolvimento da atividade turística tem muito a ver com a satisfação das necessidades dos consumidores. O transporte, o alojamento, a animação e a restauração são os principais elementos do produto turístico, o qual pode ser alargado á tudo que o turista consome ou observa durante o período de permanência no destino.

Com o fim da guerra civil, Moçambique incorporou-se de novo nas rotas do turismo, possuindo hoje lugares bem conhecidos dos turistas da África Austral e até internacionais, com o é o caso do arquipélago de Bazaruto, o Parque Nacional de Gorongosa e o Parque das Quirimbas. Nestes destinos estão presentes o exotismo e a diferença que os turistas europeus tanto apreciam, tal como no caso da Beira parece indiscutível que ela pode também beneficiar destes fluxos, incluindo os que se relacionam com as viagens de cruzeiro. Para esta rápida recuperação do setor turístico em Moçambique, o Estado tem desempenhado um papel fundamental. Como acontece em muitos outros setores económicos, o Estado funciona como um dinamizar estratégico do setor, ao definir, por um lado, o quadro político-jurídico em que o setor deve operar, e, por outro, ao construir boa parte das infraestruturas, nomeadamente aeroportuárias, portuárias, rodoviárias e de telecomunicações das quais o turismo depende fortemente.

Quer dizer, o Estado e os diversos poderes públicos, como o autárquico, procuram que o turismo funcione como uma alavanca para o desenvolvimento. Na perspetiva de Serrão (2004) tal exige que a oferta turística seja combinada com uma agenda política comprometida com a melhoria da segurança pública, dos serviços de saúde, das estradas, das ruas e caminhos, da formação profissional, ou seja, de tudo o que contribui para o bom acolhimento do turista.

Segundo Ribeiro (2010a) esta discussão remete-nos para um terreno muito complexo, o do desenvolvimento. Considerando a crise em que o continente está mergulhado, é o próprio conceito que tem de ser interpelado. Ainda sobre a mesma perspetiva, Santos (1999, citado por Ribeiro, 2010a) enfatiza que em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento. De uma

forma ou de outra, mantendo um distanciamento prudente em relação aos excessos retóricos que não contribuem para o esclarecimento cabal do que está em jogo, a reflexão crítica sobre o desenvolvimento é importante.

Ribeiro (2003b) debruça-se sobre o desenvolvimento como fenómeno social particularmente quando vinculada à deteção das causas e relações que o permitam compreender e transformar, tomando sempre em consideração que é uma *realidade*, como sublinha Olivier de Sardan (1990b: 189), ao propor que se estude o desenvolvimento como tal. Este tipo de abordagem convoca ao debate as propostas mais recentes de Long (1989, 1992 e 2001), de Arce e Long (1999) e de Olivier de Sardan (1995, 2001) em defesa de pesquisas orientadas para os atores sociais.

Tendo contribuído para a renovação dos estudos sobre o desenvolvimento, esta abordagem tem subalternizado, contudo, o papel jogado pelas estruturas sistémicas, sobretudo quando aparece conjugada com um ecleticismo teórico pretensamente a-ideológico. Apesar destes reparos, o trabalho tem de ser feito com os cidadãos beneficiários, em diálogo com eles, refletindo sobre as suas racionalidades e fazendo a crítica das suas posições sobre a problemática em causa.

De facto, tal como o entende Sen (1999 citado por Ribeiro, 2003b), a sua realização depende da expansão de outras liberdades, como as políticas e as sociais. Constatando a contradição entre uma opulência sem precedentes e a negação dos bens essenciais à realização da liberdade para a maioria, Sen propõe um desenvolvimento *doce*, no qual o crescimento económico é combinado com a melhoria das condições sociais e das liberdades individuais.

As teorias de modernização, em que a acumulação era vista como motor de crescimento, concebem o desenvolvimento como um processo de passagem, de transição entre dois modelos ou tipos de sociedade, que se traduzem pela dicotomia tradicional e moderno. A esta corrente de pensamento liga-se a teoria Keynesiana¹¹, que defende o papel central do Estado, agente líder e investidor (política fiscal, investimento público, etc.).

Os paradigmas teóricos desenvolvidos para explicar a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental foram importados com poucas modificações para os casos de

¹¹ John Maynard Keynes, (1883-1946), economista inglês, jornalista e financeiro, melhor conhecido pelas suas teorias económicas e nas causas de desemprego prolongado. No seu trabalho, *A Teoria Geral de Emprego, Juros e Dinheiro* (1935-36), defendia uma solução para recessão económica baseada na política de pleno emprego patrocinada pelo governo.

países menos desenvolvidos que enfrentavam a pobreza e as dificuldades económicas com o fim da II Guerra Mundial e o processo de descolonização (Furtado, 1961).

As teorias da modernização surgem “como produto de um contexto histórico marcado pelo processo de descolonização que conduziu à desintegração dos impérios coloniais e, por conseguinte, ao surgimento de novas nações, o aparecimento de novas superpotências e por último o alastramento do movimento comunista a nível mundial” (So, 1990: 17). Segundo este autor, as teorias da modernização, em termos de conceção teórica, foram influenciadas pelas teorias evolucionista e funcionalista. As teorias de modernização são essencialmente influenciadas por Talcott Parsons¹², através dos conceitos de sistema, de equilíbrio homeostático e variáveis-padrão a nível cultural, que constituem as relações sociais chave que definem e constroem um sistema cultural (Silva & Cardoso, 2005).

Pelos seus pressupostos teóricos e pelo contexto histórico de surgimento, as teorias da modernização têm importantes implicações políticas. Permitem uma justificação implícita para a relação assimétrica de poder entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas. Assim, os países subdesenvolvidos, enquanto sociedades menos desenvolvidas, devem ter como guias os países da Europa ocidental e EUA, enquanto sociedades modernas e desenvolvidas. A modernização do Terceiro Mundo, por outro lado, iria constituir um caminho de afastamento do comunismo e estas duas implicações políticas justificam e legitimam a ajuda externa dos EUA (Ribeiro, 2012).

Ainda segundo Ribeiro (2012), estas teorias foram alvo de muitas críticas por possuírem um carácter etnocêntrico, ao considerarem que os modelos de desenvolvimento a serem seguidos como exemplos são os EUA e a Europa Ocidental, pois, estas é que são as sociedades modernas, e o Terceiro Mundo é considerado atrasado, primitivo, tradicional e inferior. As teorias de modernização ignoram a resiliência dos valores tradicionais, podendo mesmo constituir factores promotores da modernidade e com esta coexistirem.

Devido ao abrandamento do crescimento económico, nomeadamente na América Latina, o que se traduziu em instabilidade política, desemprego e inflação acelerados e pelo decréscimo dos lucros dos países industrializados, nos anos 60 do século XX surgiram as teorias da dependência, face à incapacidade demonstrada pelas teorias da modernização em explicarem o fosso crescente entre países ricos e países pobres e à crise do marxismo ortodoxo na América Latina. Estas teorias de dependência resultam em parte da teoria do

¹² Talcott Parsons (1902-1979) teve muita influência nos anos 50 e 60, particularmente na América. Produziu o sistema teórico geral para análise da sociedade, que veio a ser conhecido por funcionalismo estrutural.

imperialismo, mas desafiam alguns dos seus pressupostos, focando os problemas provocados pelo sistema capitalista mundial.

No final dos anos de 1970 a desaceleração do ritmo de crescimento bem como a recessão económica direcionaram as atenções para os problemas estruturais do continente africano e para as questões da dívida externa dos países latino-americanos e, devido às críticas feitas às teorias de modernização, houve um reexaminar dos pressupostos básicos desta teoria, pelo que os novos estudos de modernização colocaram a tradição como sendo um factor adicional de desenvolvimento (Furtado, 1961).

A interpretação do desenvolvimento tem as suas raízes na teoria económica neoclássica, que é encarada como sinónimo de crescimento, aumento da produtividade do trabalho, declínio da participação da agricultura no PIB, progresso tecnológico e industrialização, com o conseqüente aumento do nível de urbanização e centralização das decisões. Por outro lado, a interpretação do desenvolvimento coloca o conceito próximo da noção de senso comum, em que a atenção está em índices do nível de vida, como sejam a pobreza, a educação, a alfabetização, o acesso ao emprego, à habitação e à água potável. E por último, a interpretação do desenvolvimento dá ênfase ao potencial e capacidades humanas no contexto das relações com outros grupos sociais. Para manter o crescimento, o sistema social condiciona o homem, que é produtor e consumidor a ponto de o fazer aderir implicitamente a uma nova cultura, a da eficiência produtiva, da standardização, e da racionalidade tecnológica.

Esta visão do mundo, que nasceu na Europa Ocidental e EUA, foi adotada como modelo pelos países mais desenvolvidos do mundo nos anos 1950-1970. A perspectiva em que a base económica é o centro da atividade humana traduz-se em análises e atitudes excessivamente economicistas, com recurso a indicadores económicos como índices de desenvolvimento, reduzindo o desenvolvimento ao conceito de crescimento económico. A ideia de que se tem que produzir e consumir cada vez mais está intimamente relacionada com a anterior, em que o crescimento económico é alcançado através do aumento da produção, que por sua vez necessita do aumento do consumo para se poder concretizar (So, 1990).

Contudo, importa mencionar a ideia de Gómez *et al* (2007), que fala do desenvolvimento como sendo um processo social, económico, cultural e político que tende para a melhoria das condições de vida das populações e de todos os indivíduos através de sua participação livre e significativa no próprio desenvolvimento e na distribuição da riqueza que dela deriva. Com isso, um aspeto bastante importante nessa ideia diz respeito a maneira como

as pessoas se organizarão e serão protagonistas no processo de elevação das suas condições básicas em termos de água, habitação, alimentação e, fundamentalmente o acesso a saúde e educação.

Em contraponto, Amaral *et al* (2008) discutem sobre o conceito de desenvolvimento vinculado às teorias de modernização ou desenvolvimentismo. Na sua perspectiva, o desenvolvimento seria a adoção de normas de comportamento e valores identificados com a racionalidade económica moderna, marcada pela busca da máxima produtividade, geração de poupança e efetivação de investimento que permitissem tanto a acumulação da riqueza individual quanto da sociedade como um todo: (i) cada economia de acordo com suas vocações naturais, conseguiria obter condições comparativamente mais favoráveis no comércio internacional – lei das vantagens comparativas; (ii) a ideia de desenvolvimento enquanto um *continuum* evolutivo. Os países avançados se encontrariam nos extremos superiores dessa escala, que se caracterizava pelo pleno desenvolvimento do aparelho produtivo e os subdesenvolvidos se encontrariam em um estágio inferior de desenvolvimento em decorrência de sua fraca industrialização; (iii) para manter o alto grau de consumo das classes e camadas da sociedade que se beneficiam com os aumentos de produtividade e pelo progresso tecnológico, faz-se necessário manter um alto grau de concentração do rendimento, recursos económicos e políticos nas mãos de poucos, estando o aparelho coercitivo do Estado a favor da manutenção da lei e da ordem.

Os países africanos têm adotado modelos de desenvolvimento pouco variados, tendencialmente virados para o crescimento do consumo improdutivo de bens importados, apostando, em contrapartida, nas matérias-primas agrícolas, minerais e energéticas, para financiar o seu crescimento industrial ou retribuir os investimentos feitos com o capital externo (Yáñez-Casal, 1996: 163-178). Os países subdesenvolvidos normalmente são de economia agrária e desenvolvem-se numa base rural, por isso a inovação tecnológica é vista como um dos factores fundamentais ao desenvolvimento, condicionando os ritmos e os gestos humanos e substituindo a força de trabalho.

A grande aspiração era caminhar para a prosperidade e a riqueza, a par da sua independência política. Amaro (2004) argumenta que uma parte da produção teórica inicial sobre o desenvolvimento visava a evolução desses países, pelo que o conceito apareceu quase sempre ligado à resolução dos chamados *problemas e vícios do subdesenvolvimento*.

As decisões de investimento, embora formalmente contidas em planos, não obedecem geralmente a critério económico de avaliação preciso, nem em termos micro nem

macroeconómicos. Para além do peso da economia informal, a economia formal está longe de dominar a economia real, concreta. As exigências de programas impostos pelo FMI e BM decorrem de necessidades urgentes e objetivas e, o conteúdo desses programas poderá ter consequências decisivas e distintas na estruturação dos sistemas económicos das nações em formação, como é o caso de Moçambique. Para a conceção da política de desenvolvimento e para as prioridades na estratégia de investimentos, estão em causa o papel do setor camponês tradicional, o montante dos recursos a aplicar em despesas de educação e saúde e as prioridades setoriais na industrialização.

Na tentativa de renovação do conceito de desenvolvimento citam-se várias designações que cumprem critérios que são fundamentais para a sua utilidade e pertinência social. Esses critérios, em volta do conceito de ecodesenvolvimento, têm a ver com: *(i)* o reconhecimento institucional internacional pelas organizações mais importantes, como a ONU (Organização das Nações Unidas), BM (Banco Mundial), FMI (Fundo Monetário Internacional), OCDE (organização do Comércio e Desenvolvimento da Europa) e os diversos serviços da União Europeia, entre outros; *(ii)* a fundamentação científica, isto é, ter já sido objeto de investigações e trabalhos académicos.

No caso de Moçambique, a sua incorporação tardia na economia-mundo tem de ser analisada à luz da situação semiperiférica de Portugal (Ribeiro 2010). Essa integração foi, desde sempre, um processo dinâmico. Moçambique ainda continua a depender em muito da ajuda externa para o seu orçamento geral do Estado. Segundo os indicadores básicos, existem ainda diferenças significativas que justificam a sua posição nos índices de desenvolvimento humano¹³. Na estratégia de desenvolvimento nacional, Moçambique poderia priorizar a agricultura mecanizada, canalizando a maior parte dos seus recursos para a produção agrícola, investindo extensivamente na mecanização, nas infraestruturas para irrigação e no emprego de agroquímicos. Com essa estratégia de desenvolvimento agrícola pode-se esperar alcançar, entre outros resultados positivos, a autossuficiência alimentar das populações e um excedente agrícola que poderá ser exportável. Ao exportar o excedente agrícola, pode trazer divisas que

¹³ Dados de 2012 publicados em 2013 pelo PNUD indicam que Moçambique está na posição 185 do IDH, de um total de 187 países. O IDH (desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbubul Haq) é uma medida comparativa da riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros factores. Ainda segundo o Relatório do UNDP sobre o Desenvolvimento Humano, Moçambique é um dos países com um elevado nível de crescimento do IDH. A média do crescimento alcançado por Moçambique é de 2,35% desde o ano de 2000 e um crescimento acumulado de 51% desde 1980.

servirão para importações de outros bens de consumo ou de capitais, dependendo das exigências estruturais ou conjunturais da economia.

Apesar dos grandes esforços e do notável crescimento económico que Moçambique vem registando, muitos moçambicanos continuam a viver abaixo da linha da pobreza. O combate a esta situação constitui uma das grandes prioridades do Governo. É nesse contexto que foram implementados os PARPA I e II. O PARPA I foi sucedido pelo PARPA II, para o quinquénio 2006-2009, com vista a alcançar o objetivo de diminuir a incidência da pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009. Este documento manteve em comum as prioridades em áreas de desenvolvimento do capital humano na educação e saúde, da melhoria na governação, do desenvolvimento das infraestruturas básicas e da agricultura, do desenvolvimento rural, e de melhoria na gestão macroeconómica e financeira. Também incluiu nas prioridades maior integração da economia nacional e o aumento da produtividade. Em particular, focalizou a atenção no desenvolvimento com base no nível distrital, na criação de um ambiente favorável ao crescimento do setor produtivo nacional, à melhoria do sistema financeiro, ao florescimento das pequenas e médias empresas enquadradas no setor formal, e a desenvolver sistemas de arrecadação de receitas internas e de afetação dos recursos orçamentais.

Apesar do PARPA II ter previsto um aumento das receitas internas em termos reais para o período de 2006-2009, o Governo de Moçambique continuou a contar com a contribuição dos parceiros de cooperação para financiar anualmente cerca de 40% do Orçamento de Estado durante aquele período. Ele foi estendido até 2010, e teve a sua continuidade sob a forma de PARP – Plano de Ação para Redução da Pobreza 2011-2014, considerada estratégia de médio prazo do governo moçambicano que foca no objetivo de combate à pobreza e promoção da cultura de trabalho, com vista ao alcance do crescimento económico inclusivo e redução da pobreza e vulnerabilidade no país, sobre os quais foram direcionados os esforços da ação governativa, como: Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira, Promoção de Emprego e Desenvolvimento Humano e Social, mantendo em comum aos documentos anteriores, os pilares sobre Governação, Gestão Macroeconómica e de Finanças Públicas. Finalmente, o PARP 2011-2014 teve como meta principal reduzir o índice de incidência da pobreza alimentar dos atuais 54,7% para 42% em 2014. Este instrumento de médio prazo contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Considerando que o desenvolvimento a longo prazo baseia-se em princípios políticos e ideológicos que sustentam opções de carácter económico e social, Moçambique procura integrar-se na Agenda 2025. Contudo, para que esta seja exequível, torna-se importante que os objetivos do Milénio sejam alcançados. Segundo o Comité de Conselheiros da Agenda 2025 (Revisão de 2013), tal compromisso económico e social insere alguns objetivos complementares, com enfoque na mulher e na criança, tais como: *(i)* reduzir significativamente a percentagem e o número total de pobres, com prioridade para os mais pobres, tanto no meio rural, como nas cidades; *(ii)* Assegurar a educação básica de qualidade e relevante para todos, e alcançar índices de licenciados e de técnicos médios, próximos das médias africanas; *(iii)* alcançar igualdade entre sexos, bem como a valorização da mulher, refletindo-se na presença da mulher nos centros de decisão política e económica, nas matrículas dos diferentes níveis de ensino e no emprego, assim como nas atividades económicas e empresariais; *(iv)* prosseguir com as ações que visem maior redução da mortalidade infantil; *(v)* melhorar a saúde das gestantes, com redução da mortalidade materna; *(vi)* combater e reduzir os índices de mortalidade causados pelas principais epidemias (HIV/SIDA, malária, tuberculose e doenças respiratórias); *(vii)* promover o planeamento familiar, por forma a gerar maiores benefícios na saúde das crianças e das mulheres, no empoderamento da mulher e na redução da pobreza; *(viii)* fortalecer o papel da mulher visando a redução substancial dos índices de analfabetismo no seio das mulheres, reduzir os índices de mortalidade... neonatal..., visando o desenvolvimento pleno da criança para que nasça e cresça saudável e afirme a sua identidade e individualidade nas relações com a família, os amigos e a comunidade. O papel da mulher é ainda fundamental para atingir altos índices de produção agrícola, onde o seu papel é dominante: *(i)* melhorar a qualidade de vida e o respeito pelo ambiente; *(ij)* aumentar o emprego formal criando, em especial, oportunidades de trabalho para os jovens e recém-graduados de ambos os sexos.

Não obstante o limite temporal da Agenda 2025, a mesma apresenta propostas que visam a adoção de políticas económicas e sociais que assegurem o crescimento, que proporcionem valorizar os recursos naturais, a criação de emprego, a aplicação de igual oportunidade, maior justiça e transparência nos processos, o que poderá permitir melhor distribuição do rendimento. Assim, o desenvolvimento humano significaria um ataque aos principais males de hoje: malnutrição, doenças, analfabetismo, bairros com habitações precárias, desemprego, desigualdade e eliminação da pobreza.

2.2.A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA ATUAL: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para a construção do paradigma do desenvolvimento sustentável foram fundamentais eventos como a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente (1972) – que conduziu à fundação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – e o seminário sobre “Padrões de Utilização dos Recursos, o Meio Ambiente e as Estratégias para o Desenvolvimento”, em Cocoyoc (México), em 1974, organizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Santos e Rodríguez 2003: 39). O conceito de “desenvolvimento sustentável” veio a ser definido na década seguinte, em 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (cf. B. S. Santos e Rodríguez 2003: 41). Embora o meio ambiente tenha sido sempre essencial para a vida, a preocupação com o equilíbrio entre a vida humana e o meio ambiente só assumiu dimensões internacionais durante a década de 1950. No final da década de 1960, as questões ambientais eram uma inquietação quase exclusivamente do mundo ocidental. Nos países em desenvolvimento, a preocupação com o meio ambiente era vista como um luxo do ocidente.

No início da década de 1970, a atenção concentrou-se no meio ambiente biofísico, em questões como as relacionadas com a fauna e a flora silvestres, a conservação do solo, poluição da água, degradação da terra e desertificação, em que o homem era considerado a causa principal desses problemas. No Ocidente, havia duas grandes escolas de pensamento sobre as causas da degradação ambiental, uma culpava a ganância e a busca implacável pelo crescimento económico e a outra responsabilizava o crescimento populacional (Meadows, 1972). Essa visão foi resumida no estudo feito na época sobre o futuro global, realizado pelo Clube de Roma¹⁴, cujo modelo analisava cinco variáveis, tecnologia, população, nutrição, recursos naturais e meio ambiente; e pela Conferência sobre Ambiente das Nações Unidas em 1972, assim como o Relatório Brundtland e a Conferência do Rio, que constituem marcos históricos que vêm reforçar àquelas ideias. Para Meadows¹⁵ (1972) a principal conclusão do estudo foi a de que, se as tendências da época continuassem, o sistema global se sobrecarregaria e entraria em colapso até o ano 2000. Para que isso não ocorresse, tanto o crescimento populacional quanto o crescimento económico teriam de parar. As crises económicas e ecológicas acentuaram a consciencialização que deram origem a uma corrente

¹⁴ Clube de Roma era um grupo de “Símbolos”, cerca de 50 “sábios” que se reunia regularmente na tentativa de endireitar o mundo.

¹⁵ D.H. Meadows (1941-2001), fundadora do Sustainability Institute e coautora do livro *Limits to Growth*.

de pensamento denominada ecodesenvolvimento. Com esse pano de fundo, é surpreendente que a ideia de uma conferência internacional sobre o meio ambiente tenha sido realizada em Estocolmo, em 1972, e foi o evento que transformou o meio ambiente numa questão de relevância internacional. A conferência deu origem ao que posteriormente ficaria conhecido como o *Espírito de Compromisso de Estocolmo*, em que representantes de países desenvolvidos e em desenvolvimento buscaram maneiras de conciliar os pontos de vista extremamente divergentes de cada um.

A Conferência expressou o direito das pessoas de viverem “em ambiente de qualidade que permita uma vida com dignidade e bem-estar”. A partir de então, vários governos e organizações, incluindo a Organização da Unidade Africana (OUA), adotaram instrumentos ou dispositivos constitucionais, reconhecendo o meio ambiente como um direito humano fundamental. Entre 1971 e 1975, importantes leis ambientais no âmbito nacional, foram aprovadas em países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE). O meio ambiente passou a existir ou entrou na lista de prioridades de várias agendas nacionais e regionais. Outros avanços ocorreram em 1974, quando foi realizado um simpósio de especialistas, presidido por Barbara Ward¹⁶ em Cocoyoc, no México. Organizado pelo PNUMA e pela UNCTAD, o simpósio identificou os factores sociais e económicos que levam à deterioração ambiental. As crises económicas e ecológicas da década de 1980 despertaram a consciência para a importância da relação do homem com o ambiente, o que fez com que as reflexões sobre o desenvolvimento alterassem o seu enfoque.

O desenvolvimento sustentável é o modelo que prevê a integração entre economia, sociedade e meio ambiente. Na verdade, o termo sustentável é um discurso sobre o mundo, sobre a organização da produção e do consumo e, portanto, sobre a organização das relações sociais (Sachs, 1996). Pretende ser uma proposta coerente para a superação da crise ambiental planetária partindo do reconhecimento da necessidade de modificar os estilos de produção, de consumo e, por conseguinte, dos modos de apropriação da natureza. Ao nível de várias instâncias e organismos internacionais foi assumido este conceito como aquele que designa o processo de satisfação de necessidades que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras (Amaro, 2004). O conceito sustentável tornou-se uma nova divisa pela qual os indivíduos, governos e instituições têm estado a analisar sobre o impacto das ações humanas sobre o meio natural e sobre a base dos recursos (Pinheiro, 2003). A grande

¹⁶ Barbara Ward (1914-1981), economista britânica e escritora interessada em problemas dos países em desenvolvimento.

preocupação de que o desenvolvimento económico, a exploração dos recursos naturais e transgressões sobre os recursos ambientais não têm sido de maneira sustentável.

Como muitos outros termos evocativos, a palavra sustentável ou desenvolvimento sustentável podem ser usadas numa vasta gama de outros aspetos de carácter igualmente importante; por exemplo, evoca a questão de preservação a longo prazo. A Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio ambiente, em 1987 no Relatório *Our Common Future* definiu o desenvolvimento sustentável como sendo aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para fazer face às suas necessidades. Em conformidade com o autor, um aspeto de capital importância diz respeito a especificação do que deve ser sustentado, fazendo com que haja uma responsabilidade coletiva na conservação das mesmas oportunidades para as gerações futuras, de forma a cumprir com essas exigências. É nesta perspetiva que muitos analistas da ecologia defendem que os investimentos compensatórios são muitas vezes impossíveis de fazer bem como são eticamente indefensáveis, visto que as leis da física se vêm entendendo como limitadas para a criação de recursos que substituam a degradação ecológica.

Este processo de construção de um novo paradigma para o desenvolvimento ancorado na sustentabilidade ambiental ocorre num período marcado por uma mudança profunda a nível económico: o consenso keynesiano da pós-Segunda Guerra Mundial foi substituído pelo chamado Consenso de Washington¹⁷, um consenso entre o FMI, o BM e o Tesouro dos Estados Unidos, tinha como objetivo a aplicação das políticas *certas* para os países em desenvolvimento. Anése (2000) refere que o FMI e o BM, instituídos na Conferência de Bretton Woods em 1944, tinham como objetivo salvar o mundo de futuras depressões económicas. O FMI foi criado na convicção de que era necessária uma ação coletiva a nível

¹⁷Consenso de Washington é um termo criado pelo economista John Williamson em 1989 quando escreveu uma lista de recomendações aos países dispostos a reformar suas economias. Fórmula neoliberal para os países emergentes na década de 90. Nesta época, criou-se a impressão de que havia um grupo de medidas a serem tomadas no campo da economia que valeriam para o crescimento de todos os países. Essas ideias foram implementadas e adotadas por muito tempo sem serem contestadas. Devido a alguns fracassos decorrentes da implementação destas políticas, o Consenso começou a ser questionado.

Entre as principais medidas apregoadas pelos defensores deste Consenso para os Estados estão: (i) diminuição ou eliminação das barreiras alfandegárias; (ii) diminuição ou eliminação das barreiras contra investimentos estrangeiros e transações de moeda estrangeira; (iii) a implementação de uma maior disciplina fiscal; (iv) reforma tributária; (v) liberalizações de taxas de juros; (vi) revisão de prioridades de gastos públicos e, (vii) redução de gastos públicos.

global para alcançar a estabilidade económica, ao passo que ao BM competiam os problemas estruturais: a natureza das despesas do Estado, as instituições financeiras do país, o mercado de trabalho e as políticas comerciais. Segundo Teixeira (2002) e Rocha (2010), o Consenso aplica medidas como a liberalização do mercado de capitais, ênfase nas exportações, redução do investimento público e uniformidade de receitas¹⁸. Segundo aponta Salomão (2007), a maior parte dos países não tem sabido gerir as medidas impostas pelo Consenso de Washington, resultando em crises um pouco por todo o lado, que culminam no aumento da pobreza. Como cada país passa por épocas e contextos diferentes, é preciso ter em conta essas realidades e fazer opções consoante o caso, mas sobretudo, é preciso mudar as mentalidades, não só dos países mas também das instituições internacionais, pois à medida que a crise evoluía, o desemprego aumentava, o PIB diminuía e os bancos encerravam.

Aqui se coloca a questão de saber se o turismo pode transformar-se num vetor de desenvolvimento, capaz de realizar a passagem para um novo modo de produzir sustentável, efetivado dentro dos parâmetros valorativos que superem a visão míope de um desenvolvimento rápido, acelerado, a qualquer preço, e ambientalmente perverso. Essa questão fortalece a ideia do turismo como factor de desenvolvimento e se funda, não só no discurso mas também na prática, e o fundamento do plano é a diversificação e a distribuição geográfica da infraestrutura em novas áreas, com uma expansão a eles, direcionada da infraestrutura necessária (Becker, 2001).

¹⁸As imposições das instituições de Bretton Woods revelaram-se um fracasso, sobretudo em países em desenvolvimento. Joseph Stiglitz (2004, p. 39-59) mostra o que se tem feito ao longo dos últimos anos em várias partes do mundo, desde a aplicação e falhanço dos programas do FMI, à necessidade de reforma da instituição. Utiliza como exemplo os países da Ásia (onde a globalização foi um sucesso), os países africanos (onde ela foi um desastre) e os ex-países de economia comunista, tomando como exemplo a Rússia, onde a globalização foi uma desilusão. Ele desenvolve os três pilares do Consenso de Washington, a saber: a austeridade orçamental, as privatizações e a liberalização do comércio. Para este autor o programa triangular estabilização-liberalização-privatização, que se destinava a criar as condições indispensáveis ao crescimento, abriram caminho para o colapso em que o investimento estagnou, os capitais esgotaram-se e registou-se uma autêntica pilhagem dos ativos. Ao aplicar as suas políticas austeras, o FMI esqueceu-se de factores importantes como pobreza, desigualdade, capital social, o que atrasou todo o processo de reestruturação, porque até o patronato, considerado mais insensível, evitava o despedimento, dado que esse acto equivalia a condenar pessoas a morrer à fome, pois tanto a liberalização como a privatização geram lacunas porque criam desemprego, uma vez que o investimento estrangeiro é muito reduzido e, por outro lado, faz aumentar a corrupção, uma vez que as empresas estatais serviam como saída de capitais para fins privados.

Muitas vezes, em processos de planeamento público, o que se vê são reuniões públicas formais, normalmente ao final do processo, para validar decisões previamente tomadas. Um estilo interativo assume que os melhores resultados são obtidos através de processos participativos e abertos. Uma abordagem integrativa é útil para explicitar os benefícios e os custos do desenvolvimento turístico e promover a melhoria no relacionamento entre as partes interessadas. É necessário também que haja incentivos e benefícios mútuos, pois “a cooperação por si só não cria um comprometimento em relação ao desenvolvimento sustentável” (Hall, 2001: 60).

O que podemos apreender sobre os prováveis impactos do turismo pode ser difícil em descrever, mas podemos tentar apontar para algumas probabilidades e tendências, tanto em termos de riscos como em termos de novas oportunidades. Do ponto de vista social, o risco maior seria um crescimento económico nos moldes do velho modelo promotor de desigualdades, exclusão, poluição, degradação ambiental, enfim, trazendo apenas um consumo do espaço e uma circulação mercantil, sem trazer os benefícios para a região.

É nesta perspetiva que surgem as *Teorias alternativas do Desenvolvimento* que trazem um novo significado ao conceito, baseando-o, de uma monolítica visão economicista, para uma concepção que leve em conta objetivos mais abrangentes, comportamentos coletivos em colaboração e capacidades e recursos endógenos. Um desenvolvimento *Bottom up*, em que diferentes áreas culturais podem necessitar de diferentes estratégias de desenvolvimento. Gómez (2007) refere que as teorias alternativas do desenvolvimento evoluíram desde o desenvolvimento regional, passando pelo desenvolvimento local até ao desenvolvimento sustentável, suportadas em lógicas que valorizam o social e o cultural, as dinâmicas individuais e coletivas, as competências e recursos endógenos; um desenvolvimento a partir dos recursos, mas também das necessidades endógenas expressas em cada comunidade, das características territoriais e de processos auto-determinados.

O desenvolvimento sustentável exige que haja solidariedade inter-geracional, integração da gestão dos recursos naturais a nível dos recursos não renováveis na gestão das suas reservas e a nível dos recursos renováveis, necessidade de acompanhar a sua renovação com o cuidado de não a inviabilizar, nas estratégias de desenvolvimento e durabilidade dos processos de produção e consumo que tenham a ver com o desenvolvimento.

Os governos precisam atentar para a necessidade de se estimular a criação de parcerias e relacionamentos efetivos entre grupos formais e informais no setor. Essas parcerias têm carácter político e podem contribuir significativamente rumo ao desenvolvimento sustentável.

Com a criação, por exemplo, de códigos de conduta ou códigos ambientais é possível minimizar impactos em ambientes naturais ameaçados. Entretanto, deve-se assegurar que tais iniciativas não caiam no erro de definir o *menor denominador comum*, tanto no desenvolvimento como na implementação das regras.

Em muitos casos, pode ser difícil para os consumidores diferenciarem operações de turismo sustentáveis e não sustentáveis. Sendo assim, para se beneficiarem de experiências de melhor qualidade e diminuírem os impactos nas comunidades hospedeiras, é necessária uma tomada de consciência por parte do turista quanto aos produtos e serviços por ele consumidos. Embora seja possível uma mudança no comportamento do turista, o cerne da questão está na elaboração de formas mais sustentáveis para os produtos e serviços turísticos oferecidos ao consumidor. Para ilustrar a capacidade dos mercados em adaptar-se aos princípios do desenvolvimento sustentável, basta citar o exemplo da mudança ocorrida no turismo de aventura, que passou de serviços destrutivos para experimentais, por exemplo, da caça para os safaris fotográficos.

Por outro lado, tem-se dado maior atenção aos aspetos que dizem respeito ao aumento de consciência dos consumidores e pouco se tem falado na tomada de consciência dos fornecedores de produtos turísticos. Para Hall (2001) os produtores precisam adequar-se à nova realidade, que exige uma postura identificada com os princípios do desenvolvimento sustentável. Para tal, é necessária a adoção de regulamentações, como códigos de conduta, preocupadas em balizar as diretrizes de funcionamento do setor.

Muitas vezes, a adesão compulsória não tem o efeito desejado, sendo necessário, em alguns casos, o apoio das regulamentações governamentais para que se tenha um efeito global sobre as práticas de desenvolvimento (OMT, 2003). Ainda segundo a OMT (*idem*), pode-se considerar que desde 1970 houve pouca evolução no sentido da proteção do ambiente: os países mais poluidores, mais industrializados, não têm conseguido controlar os seus elevados padrões de consumo, enquanto os países pobres têm necessidades de gastar os recursos ao seu alcance, quer para sobreviverem, quer para cumprirem os programas de ajustamento estrutural que as instituições financeiras internacionais lhes impõem, como forma de resolverem os problemas do seu endividamento externo.

Porém, a ambiguidade do conceito de desenvolvimento sustentável tem originado pelo menos duas interpretações principais: uma proposta de limitação do desenvolvimento ao ritmo que o ecossistema pode suportar, o que pode, por conseguinte, garantir a sua manutenção a longo prazo; e a outra, estratégia para manter o desenvolvimento, isto é, o ritmo do

crescimento económico (Sachs, 1996). Para os críticos, como Latouche, 2009(*apud* Ribeiro, 2012), o desenvolvimento sustentável significa que o “desenvolvimento deve avançar num ritmo o mais sustentável possível até que ele se torne irreversível” ao referir que o que realmente conta na vida não é mensurável, por isso vivemos uma *falência da felicidade quantificável*. Por outro lado, um crescimento infinito é incompatível com um mundo finito. Pois, para Latouche “Quem acredita nisso ou é louco ou é economista”. Ainda na sua abordagem, Latouche argumenta que se o desenvolvimento é uma palavra tóxica, devemos falar de “futuro sustentável da vida”. E esse, sim, é possível. Por isso, a proposta do decrescimento é a da autolimitação e simplicidade voluntárias, da abundância frugal, da reabilitação do espírito da doação e da promoção da convivialidade (Ribeiro, 2012).

2.3.O DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

O desenvolvimento local, também denominado por desenvolvimento comunitário é o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir das suas capacidades. Sublinhando a importância das teorias institucionalistas [v., entre outros, Myrdal 1970 e 1974 (1957)], Stohr (1981), Lopes (1980) e Reis (1994)]formulam propostas centradas no território e no aproveitamento dos seus recursos e capacidades. No seu entender, tal permite impulsionar o desenvolvimento local e regional,o que permite alargara autonomia das regiões e dos países. Uma das ferramentas indispensáveis para a eficiência e eficácia do desenvolvimento local é a participação. Entende-se por desenvolvimento participativo como processo que adota uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, implicando a afirmação plena da cidadania nos seus direitos e deveres.

De acordo com Sousa (2007), o desenvolvimento local seria a constituição de um ambiente produtivo inovador, no qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes económicas e sociais locais. O desenvolvimento local expressa uma estratégia territorial diante do impacto da fragmentação económica, produtiva e sócio-espacial geradas pelas novas redes e fluxos económicos, que surgiram nesta transição para um regime de acumulação e regulação flexível. As políticas locais para superar as chamadas falhas de mercado, num diagnóstico local mais acurado, são mais eficazes que as políticas centralizadas, dado que o conhecimento das especificidades regionais permite um desenho de intervenção mais eficiente e articulado.

Segundo Dalmás (2001) e Gómez (2007), o desenvolvimento local é um projeto local que deve ter em consideração alguns componentes, independentemente das atividades desenvolvidas, nomeadamente: (i) a criação de empregos através de iniciativas locais, usando as capacidades e recursos locais para ir ao encontro das necessidades locais; (ii) a criação de infraestruturas que sirvam a região e a comunidade; (iii) a existência de uma rede de serviços e instituições comunitárias de suporte, como a saúde básica, cooperativas de produtores e consumidores, e serviços de educação; (iv) a educação que é particularmente importante, pois, ela deve promover uma consciência de identidade local, dos problemas e interesses locais. As pessoas devem desenvolver as suas capacidades de aprendizagem trabalhando na sua comunidade. Só assim as forças produtivas locais podem ser mobilizadas para fornecer trabalho e capital para o desenvolvimento local. Podemos ainda considerar (v) o controlo territorial da economia local. Para tal é necessário que as unidades de produção sejam de pequena escala e que produzam para as necessidades da população local. O capital acumulado deve ser mantido localmente; e ainda repensar (vi) o papel e a conservação dos recursos naturais. Estes devem ser usados para satisfação das necessidades de produção local, no âmbito de uma estratégia de descentralização e desenvolvimento igualitário.

Na visão partilhada por Sousa (2007), as políticas de desenvolvimento local são políticas de longo prazo e o seu êxito só é possível quando as populações locais as assumem como próprias. Isto requer o conhecimento das suas capacidades e das possibilidades de utilizar produtivamente os recursos locais existentes, mas também que exista a vontade da população local em levar a cabo os projetos de mudança estrutural, contínua e constante.

Ao discutir a questão do desenvolvimento local, Francisco (2010) esclarece que este deve, em primeiro lugar, procurar reverter a tendência da concentração dos poderes decisores em instituições impessoais, devolvendo-o às pessoas e comunidades territorialmente organizadas e assegurando a sua distribuição equitativa. Isto implica a prioridade de existência de comunidades organizadas capazes de assumirem um processo de envolvimento da população nas decisões sobre os assuntos que lhe dizem respeito, de forma a se ultrapassar o conflito sobre a separação de poderes entre as elites e as populações.

Para Amaro (1990), pode-se perceber que muitas das iniciativas locais nascem de sistemas de valores autóctones e de princípios de colaboração comunitária. Estes movimentos gerados internamente na comunidade são o produto de uma série de factores que resulta no acentuar da consciência da necessidade de mobilizar recursos locais para resolver problemas locais. No entanto, Amaro (1990) afirma que o desenvolvimento local consiste no processo de

empowerment que consiste na ligação entre instituições pessoais fortes e através do fortalecimento do controle e posse dos recursos locais.¹⁹ O desenvolvimento centrado nas pessoas é integral à organização local. Para tal, é imperioso criar oportunidades socioeconômicas, como a rede comercial rural e escolas, e fazer com que as mesmas comunidades se envolvam efetivamente no autoprogresso econômico, político e cultural; ou seja, um *empowerment* das comunidades locais de um determinado nível territorial, que por essa via participa na atividade econômica global.

Friedmann (1996), por sua vez, concebe o *empowerment* como o aumento do poder através do envolvimento dos atores sociais em ações social e politicamente relevantes. Existem três tipos fundamentais de poder, o social, o político e o psicológico. O poder social refere-se ao acesso a algumas bases de produção doméstica (informação, conhecimento e técnicas, organizações sociais, recursos financeiros). Essas bases compõem o espaço físico habitado pelo agregado onde fazem parte o bairro e as relações de vizinhança que se estabelecem de uma forma alargada, níveis de informação nas áreas sobre cuidados de saúde, serviços públicos, oportunidades de emprego, níveis de educação e formação profissional, organizações formais e informais, instrumentos de trabalho e de subsistência e recursos financeiros, bem como o acesso ao crédito. Como é óbvio, à medida que os agregados se empenham por um maior acesso às bases do poder social, os mesmos deparam-se com grandes dificuldades na organização e transformações de reivindicações sociais. Os mais pobres dificilmente têm acesso aos meios que os levariam a melhorar a sua situação.

O poder político refere-se ao acesso, ao processo pela qual são tomadas as decisões, particularmente as que afetam a vida dos atores sociais enquanto indivíduos, mas é também poder de voz e ação coletiva. O poder psicológico é entendido como uma percepção de força, manifestando-se em comportamentos de autoconfiança. O *empowerment* psicológico é resultado de um trabalho intersubjetivo, mas também do sucesso nos domínios social e político.

A importância da participação como um processo reside no reconhecimento da participação como um resultado integral, ou mesmo o objetivo central e declarado de um

¹⁹O conceito de *empowerment* relaciona-se essencialmente com a problemática da conquista e aumento da capacidade de exercer controlo sobre os meios disponíveis para que determinada ação se desenrole, aumentando a sua eficácia. *Empowerment* pode ainda ser entendido como acesso e partilha do controlo sobre os recursos disponíveis para o próprio desenvolvimento, acesso à decisão e, portanto, possibilidade de influenciar; é também o direito e capacidade de participar. Assim, participação e *empowerment*, apesar de diferentes, dependem um do outro para terem significado e função. Essa dicotomia, em projetos de desenvolvimento, constitui meio de organizar e controlar os recursos, contribuindo para a realização, eficiência e sustentabilidade da ação.

projeto de desenvolvimento. A mesma deve ser vista em parte como um processo educativo que fornece à população as capacidades analíticas e de ação, necessárias para que se torne ativamente envolvida, e as exigências desse processo devem ser consideradas na definição de um projeto. Através desse processo educativo, no qual a população atua como sujeito do seu próprio desenvolvimento e não como objeto do desenvolvimento dos outros, os mais pobres podem emergir e ativamente intervir nas forças que influenciam o seu desenvolvimento.

O desenvolvimento participativo é radicalmente diferente nas abordagens, na metodologia e na atuação. O seu centro de interesse é “o desenvolvimento moral, intelectual, técnico e as capacidades dos indivíduos. Isto implica que a iniciativa de estabelecer as atividades deve ser tomada pela própria população, que deve também encarregar-se da sua implementação e evolução”Ghai (1990).O elemento central no processo participativo é a consciencialização, que constitui um caminho para libertar as iniciativas criativas da população, através de um processo sistemático de reflexão e análise, levado a cabo pela mesma. É necessário uma organização efetiva que permita a participação. A descentralização do poder pode ser um meio de assegurar essa participação nas decisões e na gestão.

As relações entre os vários parceiros do desenvolvimento e as populações devem ser de parceria e intercâmbio, de consenso e de solidariedade, requerendo a escolha das melhores soluções possíveis entre ambas partes e a partilha de responsabilidades. Para se promover a participação efetiva da população deve-se promover o espírito de cooperação na identificação e solução dos problemas, tentando aumentar a capacidade das comunidades e a sua responsabilidade na gestão e utilização do seu espaço e das atividades que aí desenvolvem.

A participação e o *empowerment* na base não são possíveis de ser sustentados se as estruturas a nível nacional e regional não evoluírem no sentido de apoiarem a participação e o *empowerment* da população pobre. As reflexões sobre o desenvolvimento local têm a ver sobretudo com os constrangimentos de ordem estrutural e sistémica que muitas vezes encontra obstáculos no acesso das populações pobres e desprivilegiadas de meios pelos quais poderiam elas próprias encontrar soluções para os seus problemas, e deste modo melhorar as suas condições de vida.

Contudo, fica clara a ideia de que o desenvolvimento local deve ser entendido como um processo endógeno registado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas

capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando o rendimento e as formas de riqueza, ao mesmo tempo que se assegura a conservação dos recursos naturais (Ghai, 1990). A década de 1990 caracterizou-se pela busca por uma melhor compreensão sobre o conceito e o significado do desenvolvimento sustentável e trouxe novas preocupações, nomeadamente com o desenvolvimento humano, centrado na erradicação da pobreza, que tem a ver com os benefícios reais do crescimento económico para as sociedades em geral e para um dos seus membros em particular.

O conceito de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), introduzido em 1990 com o primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano, foi uma nova forma de encarar o progresso socioeconómico de um país, passando-se a medir não só o crescimento económico, mas sobretudo os benefícios desse crescimento, a diversos níveis, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a primeira grande alternativa ao crescimento do Produto Interno Bruto para medir o desenvolvimento. Este indicador seria o reflexo da multidimensionalidade da vida humana em oposição à restrição tradicional em indicadores como o rendimento *per capita*, crescimento da população, entre outros. Parte-se do princípio de que a riqueza das nações são as pessoas e que o objetivo fundamental do desenvolvimento é proporcionar-lhes condições de vida saudável, longa, no pleno desenvolvimento das suas capacidades.

Na abordagem do conceito de Desenvolvimento Humano destacam-se três aspetos que foram já identificados como sendo indispensáveis para que os indivíduos possam expandir as suas oportunidades de vida, o serem instruídos, viverem uma vida mais longa e saudável e gozarem de um nível de vida adequado. Além dos aspetos atrás mencionados foram igualmente apontados, no primeiro relatório global de desenvolvimento humano, outros aspetos como sejam a dignidade, liberdade política e garantia de outros direitos humanos.

De acordo com o relatório do programa *Educação para Todos* da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 2005 cerca de 800 milhões de pessoas (quase 14% da população mundial) não só passavam fome como não sabiam ler ou escrever, habilidades essenciais para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2005). Foi em 1997 que se introduziu o Índice de Pobreza Humana (IPH). Este revelou-se extremamente importante nos estudos comparativos e de planeamento de políticas de luta contra a pobreza.

Em termos de gestão governamental, os eventos do final da década de 80 continuavam a influenciar o desenvolvimento político em todo o mundo. Para o enriquecimento do debate

sobre as formas em que o crescimento económico irá beneficiar o desenvolvimento humano, as questões sobre a segurança humana, os efeitos da globalização, boa governação²⁰, a erradicação da pobreza, “não através de ajudas mas da atribuição de poder”²¹, e a igualdade sexual, servem de componentes de análise do desenvolvimento.

Nessa perspetiva, desenvolvimento é a remoção dos obstáculos para o que uma pessoa pode fazer em vida. As necessidades básicas concretizam-se na estratégia apelidada de *Luta contra a Pobreza* colocam as pessoas no centro do desenvolvimento, com o Estado a promover uma industrialização apoiada em tecnologia, mão-de-obra intensiva, crédito e investimento em áreas onde as pessoas com menos rendimentos possam ter acesso, e promovendo também uma política fiscal com taxas progressivas e serviços públicos de base.

As necessidades básicas mínimas definidas no Relatório Geral da OIT (1976) incluíam tanto bens materiais como a habitação, alimentação, vestuário, serviços públicos de saúde, água, saneamento, transporte público, educação, como bens não materiais e com características mais políticas, como a igualdade de direitos humanos, o direito a emprego remunerado e a participação nas decisões.

Segundo Sem (2009) (PNUD, 1996: 49), as recentes tendências do desenvolvimento não têm em conta simplesmente o progresso económico, mas também baseiam-se na promoção das capacidades humanas (centradas nas pessoas, distribuição equitativa das riquezas), em que o nível de vida deverá ser julgado pelo nível do rendimento apresentado e pela capacidade das pessoas viverem as suas vidas com liberdade de escolha. Ao estudarem-se indicadores como a esperança de vida à nascença, a mortalidade infantil, os tradicionais índices económicos, a criminalidade, as despesas militares, conseguem-se hierarquizar os países do planeta.

O alargamento do âmbito do conceito de desenvolvimento não coloca em causa o princípio da vantagem de abertura ao comércio internacional, com preços formados pela oferta e pela procura, mas salienta o papel da acumulação em capital humano e coloca em debate se o nível de intervenção do Estado deve ser o de principal agente de planeamento, apenas *market friendly*, ou o de garante indispensável da existência de condições para os

²⁰ Boa governação é a questão em que o critério é a obrigatoriedade de realização de eleições periódicas, com multipartidarismo e liberdade de apresentação de candidaturas à presidência, com uma assembleia proporcional ao resultado eleitoral, o partido mais votado a constituir governo, segundo o chamado modelo de Westminster. (Proença, Carlos, 2003: 124).

²¹ James Gustave Speth, Administrador do PNUD, Prefácio ao Relatório do Desenvolvimento Humano, 1996.

pobres aumentarem as suas capacidades de escolha, através de correções normativas da distribuição que o mercado realiza (Sen, 2003).

Essas tendências de ênfase nas comunidades começaram na altura em que se questionava sobre a pobreza, o desemprego e a desigualdade nas sociedades humanas. O nível de vida de um país (Dornbusch *et al*, 1991) é determinado por dois factores, a produtividade física do trabalho e as razões de troca, em que a produtividade pode ser aumentada através da melhor afetação dos recursos, acumulação de capital e do progresso técnico. O progresso técnico é o mais importante impulsionador do crescimento, sendo igualmente o menos bem compreendido. O segundo factor determinante do nível de vida, em que uma subida dos preços a que se vende relativamente ao preço a que se compra provoca um aumento do rendimento real.

Para muitos países em vias de desenvolvimento, flutuações nas razões de troca são a principal fonte de variação do nível de vida. O grau de utilização de recursos também pode causar variação do nível de vida. Ao estudar sobre a pobreza, Sen (1999) descobre que na percepção das pessoas a pobreza não tinha somente dimensão económica e material. Muitas vezes era o resultado de condições especiais e sobretudo uma dimensão social e política. O autor defende os princípios flexíveis do desenvolvimento que permitem analisar as mudanças e os desafios que os países e as populações pobres enfrentam, em oposição à ortodoxia rígida imposta, e ultrapassa a questão do desenvolvimento como crescimento, afirmando que o desenvolvimento humano é o alargamento das capacidades do ser humano para se realizar individual e coletivamente em contextos sociais e culturais diferentes. A pobreza não era apenas uma questão de falta de acesso aos meios de produção e dos sistemas de acumulação e de propriedade, mas também a privação do acesso aos meios pelos quais as camadas mais desfavorecidas da população pudessem melhorar as suas condições de vida, o que traduz a tal falta de poder.

Dentro da estratégia de redução da pobreza, também podemos considerar os esforços de autores, reunidos em 1995 e 1996 pelo Secretário-geral da OCDE, com o objetivo de tentar explorar conceitos novos, como economia plural ou sociedade ativa, para além de elaborarem uma síntese com propostas de estratégias de desenvolvimento de longo prazo, apoiada na modernização simultânea da agricultura, indústria e comércio, no investimento em recursos humanos e na reforma das instituições públicas.

A estratégia de desenvolvimento humano tem como objetivos centrais aumentar as capacidades e as possibilidades de escolhas que permitam a cada pessoa desenvolver a sua

personalidade, em simultâneo com o crescimento do bem-estar coletivo com especial atenção aos mais pobres. São instrumentos principais desta estratégia, as medidas de promoção do crescimento económico que garantam emprego, manutenção de legislação do trabalho que proteja os trabalhadores, e acesso dos mais pobres a bens básicos (saúde, educação, habitação, nutrição e emprego).

Cabe ao Estado o papel de interventor amigável para com o mercado e para com a sociedade civil, assegurando a promoção dos direitos humanos aprovados pela ONU, bem como das minorias nacionais e imigradas, da justiça, da segurança e como produtor de bens públicos. No âmbito da estratégia de desenvolvimento humano, os efeitos sociais são positivos com maior distribuição de bem-estar e criação ou consolidação de uma rede de segurança social para os mais pobres, o mesmo a verificar-se na agricultura, indústria e serviços. As questões de igualdade de género, questões ambientais, questões de condições de trabalho e atualização de salários tornam-se elementos de produção.

Por seu turno Fukuda-Parr (2003)²² faz uma síntese comparativa de três abordagens no âmbito de desenvolvimento na edição do primeiro relatório do Paradigma do Desenvolvimento Humano, que se tornou muito importante por ser quantificável por medir as capacidades das pessoas que são introduzidas pelo IDH (Índice do Desenvolvimento Humano): o Desenvolvimento Humano, a Alternativa Neoliberal e as Necessidades Básicas. No estudo do género, ela afirma que o ser humano não é o único interveniente, e que é preciso fazer a construção social de história da diferença dos indicadores de assimetrias (educação, acesso ao mercado de trabalho). O género constitui uma construção social da relação homem – mulher, com resultados assimétricos nas concessões. No entanto os ajustamentos são possíveis na aplicação adequada dos IDH, podendo-se assim minimizar o bloqueamento das mulheres nas atividades económicas, políticas, e sociais.

A desigualdade sexual tem sido um factor retardador no crescimento dos indivíduos, no desenvolvimento dos países e na evolução das sociedades. Um número cada vez maior de países adotou políticas sobre população e desenvolvimento que incluíam medidas que pretendiam ir ao encontro das necessidades das raparigas e das mulheres em matéria de cuidados de saúde e de educação, nomeadamente dos seus direitos em matéria de

²² Sakiko Fukuda-Parr é membro da *Harvard University's Kennedy School of Government*. Na década de 1994-2004 liderou a elaboração dos relatórios do PNUD sobre o Desenvolvimento Humano como directora e autora-chefe. Ela é co-autora de “Capacidade para o Desenvolvimento: Velhos Problemas, Novas Soluções” e muitas outras obras relacionadas com o Desenvolvimento Humano.

reprodução. Os esforços para conseguir a igualdade entre os sexos contribuirão para um crescimento demográfico e um desenvolvimento económico equilibrados. A maioria dos países já introduziu algumas medidas destinadas a proteger a segurança pessoal das mulheres e os seus direitos no casamento, de propriedade, de representação política e no local de trabalho. Os cuidados de saúde e a educação para as raparigas e as mulheres foram objeto de acordos internacionais, nomeadamente os que foram alcançados numa série de conferências sobre a mulher, como a Conferência Mundial sobre Educação para todos, em 1990, e a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), em 1994.

Na discussão empreendida, Friedmann procura definir e esclarecer o novo conceito de pobreza implícita numa abordagem de desenvolvimento alternativo que difere da definição tradicional e burocrática de pobreza. Nesta abordagem, o conceito de desenvolvimento alternativo é centrado na comunidade humana, esta entendida como comunidade pertencente a um determinado território, incluindo a aldeia, localidade, distrito até mesmo a província e, em termos globais, a nação (Friedman, 1996). Para Friedmann, estava a necessidade de repensar a doutrina sobre o desenvolvimento muito em voga na altura, o crescimento económico, e que era imperioso olhar para o desenvolvimento pensando, primeiro que tudo, na satisfação das necessidades humanas em água potável, alimentação e habitação, como o básico estágio da decência de um Homem. O ponto fulcral é que o desenvolvimento se orienta para a transformação e uso de recursos locais pelas populações respetivas, respondendo desta forma às necessidades básicas, sociais e individuais das pessoas, com um final de bem-estar social.

No entanto, o desenvolvimento humano deve ser entendido como processo de ampliação da gama de opções das pessoas, brindando-as com maiores oportunidades de educação, cuidados médicos e emprego, abarcando o espectro de opções humanas, desde um ambiente físico em boas condições, até as liberdades económicas e políticas. (Armas, 1995:5-6 *apud* Gómez *et al.* 2007:58-59). Isso passa necessariamente por um processo de melhoria da qualidade de vida das pessoas, onde três aspetos se tornam importantes: elevar o nível de vida das pessoas – seus rendimentos, seu consumo de alimentos, serviços de saúde, educação, etc.; criação de condições conducentes para o crescimento da autoestima das pessoas, através da criação de sistemas e instituições sociais, económicas e políticas que promovem a dignidade e respeito humanos; e aumento das liberdades das pessoas através da ampliação de variáveis de escolha de bens e serviços.

2.4.O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Antes de se analisar o impacto das políticas públicas sobre o desenvolvimento do turismo, importa deixar claro que a função que o Estado desempenha na sociedade humana sofreu inúmeras transformações ao longo dos tempos. Nos séculos XVIII e XIX, seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo. Entretanto, com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado diversificaram-se. Atualmente é comum afirmar-se que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade e, para tal, é necessário desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como na saúde, na educação, no meio ambiente, no turismo e noutras. É nesta perspectiva que entendemos que, para que sejam atingidos resultados positivos em diversas áreas e promover o bem-estar da sociedade, os governos utilizam Políticas Públicas, que podem ser definidas como sendo o conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (Rocha, 2010).

Na visão apresentada por Silva e Ribeiro (2012) explica-se que:

As políticas públicas fazem parte do confronto sem fim entre diferentes modos e projetos de organizar as estruturas e a vida em sociedade, constituindo-se também em campo de protestos e reivindicações múltiplas – escola, saúde, habitação, entre outras áreas de possível intervenção pública –, nomeadamente por parte das classes e grupos sociais comprometidos com uma agenda política orientada para soluções de maior justiça e de redução das desigualdades, na qual o acesso a bens públicos é fundamental.

Esta visão dos autores parte do princípio de que as políticas públicas constituem um instrumento privilegiado dos Estados para a definição de agendas públicas orientadas para os mais diversos fins que visam promover o bem-estar social – o desenvolvimento económico, a melhoria de áreas sociais.

Com isso, entende-se que apesar de as políticas públicas constituírem princípios orientadores de ação devem ser caracterizadas por atividades práticas. Esta ideia traz o entendimento de que a capacidade que os governos têm de agir ou não agir sobre uma determinada situação, constitui sua política, ou seja, é seu procedimento de ação rumo à melhoria das condições de vida das populações, ou seja, seguindo Silva e Ribeiro (2012), as políticas públicas dizem respeito àquilo que os governos decidem ou não fazer. Teixeira (2002) comunga do mesmo raciocínio, ao afirmar que as políticas públicas são a totalidade de

ações, metas e planos que o governo traça para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Para os autores, as políticas públicas devem ser explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos normativos da constituição que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Porém, alguns teóricos defendem que nem sempre há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade do povo e as ações desenvolvidas pelos seus decisores políticos.

O certo é que as ações que os dirigentes públicos, os governantes ou os decisores selecionam como suas prioridades constituem desafios para o seu mandato e respondem aos seus princípios, mas que nem sempre satisfazem as necessidades da população. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue expressar de forma integral os seus problemas e preocupações. É nesta perspectiva que as necessidades da sociedade devem ser apresentadas aos dirigentes públicos por meio de grupos organizados, o que se denomina de Sociedade Civil Organizada, a qual inclui sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e, nalgum momento, as Organizações Não Governamentais (Teixeira, 2002).

Na verdade, as políticas públicas devem a todo custo responder àquilo que a sociedade vai exigindo, uma vez que ela decide, através dos votos ou eleições, sobre aqueles que deverão conduzir os destinos de suas vidas. Mas é comum verificar-se um conjunto de promessas quando se parte para a conquista do voto e, ganho o processo, são tantas as ações que se deslocam das reais expectativas da população. Esse facto é devido aos modelos de aplicação das políticas públicas que, em muitos casos, na visão de Rocha (2010), regista uma tomada de decisões de forma incrementada associada ao fraco suporte técnico das organizações políticas, as quais se tornam apenas políticas e não decisões voltadas ao público, embora se faça aplicação de recursos públicos.

Por outro lado, as discrepâncias nas necessidades do povo e objetivos dos políticos nacionais que, relacionados com as políticas internacionais, para o caso dos países em via de desenvolvimento, pouco se voltam para a melhoria das condições de vida das populações, se não mesmo para o crescimento económico de alguns segmentos da sociedade.

No entanto, os recursos para atender a todas as formas de procura da sociedade e seus diversos grupos são limitados ou escassos. Como consequência, os bens e serviços públicos desejados pelos diversos indivíduos se transformam em motivo de disputa (Teixeira, 2002 & Rocha, 2010).

Segundo Teixeira (2002), política pública é parte do processo de planejamento governamental e envolve tudo aquilo que um governo decide fazer ou não, relativamente a um dado setor da vida social. Vista assim de forma tão abrangente, a política pública tem origem no próprio processo de planejamento, com a diferença de que este é o processo e a política pública é o posicionamento da administração pública frente a um aspecto da vida social num dado momento. Este posicionamento pode ser exposto na forma de um documento – tal como o plano – e ter, conseqüentemente, a visibilidade que se espera de uma política pública ou não. De uma forma geral, vale a pena enfatizar que as políticas públicas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e rendimento como forma compensatória ao atraso que se regista nos países em via de desenvolvimento.

Teixeira (2002) enfatiza que ao longo da história o Estado tem sido um agente político importante nos processos de mudança e de reformas sociopolíticas, económicas e institucionais. Se não vejamos que: *(i)* a importância do Estado na indução e condução do desenvolvimento para a superação do subdesenvolvimento; *(ii)* Estado como um importante instrumento, passível de ser utilizado para resolver problemas estruturais. As políticas públicas, coordenadas e reguladas pelo Estado, podem ser de grande relevo para a saída do subdesenvolvimento; *(iii)* a autonomia do Estado é uma condição chave para manobrar o processo político e económico. O esforço conduzido para superar o subdesenvolvimento é algo a ser empreendido por toda a nação, porém coordenado pelo Estado.

Por outro lado, as políticas públicas têm como objetivo responder às necessidades da sociedade, particularmente as mais prementes. Essas necessidades são interpretadas e selecionadas por quem ocupa o poder, mas segundo uma agenda criada pelo próprio poder político ou condicionada pela pressão da opinião pública ou de grupos de interesse. Algumas políticas públicas têm ainda como objetivo ampliar ou consolidar os direitos de cidadania; outras promover o desenvolvimento e o crescimento económico; outras ainda regular os conflitos de interesses na sociedade e, por fim, promover a produção e provisão de bens e serviços considerados essenciais que o mercado não produz. Os objetivos das políticas públicas são valorizações dos que detêm o poder exprimindo as suas opções e visões políticas (Teixeira, 2002).

A política pública pode ser mais ou menos generalizante. No que se refere ao turismo, por exemplo, podem desdobrar-se de uma política de turismo ou outras políticas específicas como uma política de marketing turístico e de capacitação de mão-de-obra para o turismo. Com isso, ele é fruto de um conjunto de condições decorrentes de relações entre cultura,

mercado e políticas públicas que venham proporcionar o desenvolvimento da atividade. O turismo tem de ser compreendido como uma atividade transversal a diversos setores da vida social e um meio para se melhorar as condições de vida de muitos moçambicanos, mas, para tanto, não poderá mais ser tratado como um fim.

Contudo, as políticas públicas sendo um conjunto de programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados, de acordo com Rocha (2010), as políticas públicas devem ser assumidas como instrumento principal do poder público na promoção de objetivos de desenvolvimento e, o Estado exerce papel fundamental, actuando de forma activa, promovendo ações e parcerias com órgãos do setor privado, procurando manter condições adequadas com vista ao fortalecimento da competitividade. O consenso que se estabeleceu em torno da sustentabilidade democrática na gestão de políticas públicas é o do envolvimento participativo dos diversos actores sociais e políticos que englobam a comunidade ou a sociedade civil. Assim, a capacidade da população de advogar por seus interesses é ingrediente chave ao processo de efetividade de políticas públicas para o desenvolvimento.

As políticas de turismo em vários países também contemplaram a questão do marketing, inclusive como recurso às estratégias de ampliação dos canais de distribuição dos seus produtos turísticos. Em diversos países em vias de desenvolvimento, tais produtos frequentemente se localizam em espaços distintos dos grandes mercados consumidores. Logo, a necessidade de divulgar intensamente o produto cresce à medida que os potenciais turistas situam-se nos grandes centros urbanos dos países desenvolvidos, e que a concorrência entre os destinos por tais consumidores se acentua.

Nos últimos anos, os organismos nacionais de turismo têm-se especializado na função de grandes promotores da imagem externa de seus países, convidando os visitantes estrangeiros a efetuar gastos nas atrações turísticas disponíveis em seus territórios. Essas agências financiam campanhas publicitárias, organizam centros de informações permanentes nas grandes metrópoles mundiais que podem gerar demanda por seus produtos e participam ativamente, com o setor privado, das grandes feiras internacionais do setor para fomentar a distribuição do produto doméstico (Dencker, 2004).

É importante chamar a atenção para o papel do setor público como agente financiador das atividades de marketing, visto o setor turístico ser formado por diferentes empreendimentos que oferecem diversos tipos de serviços. Essa variedade manifesta-se

também com relação à diferença de tamanho das empresas participantes desse mercado. Assim, sem um amplo trabalho de coordenação do setor público, que dê escala às campanhas dos produtos dos países em desenvolvimento no mercado externo, as possibilidades de êxito na divulgação para atrair turistas estrangeiros tendem a ser reduzidas, ainda que se considere o caso das grandes metrópoles que têm suas marcas consolidadas no mercado mundial.

Segundo Dencker (2004), de entre as várias atividades e estratégias a levar a cabo para a melhoria do setor do turismo, entende-se que as ações que merecem destaque relacionam-se com três áreas, a destacar: (i) a implantação de infraestruturas básicas para apoiar o incremento do turismo em escala regional; (ii) a atração de investimentos privados para a implantação de equipamentos hoteleiros e de serviços turísticos diversos; (iii) e a qualificação e formação de mão-de-obra para trabalhar no setor. Estas áreas são vistas como constituintes de macroestratégias norteadoras, aliadas a um agressivo marketing nacional e internacional.

Segundo a OMT, mais de 80% do fluxo global do turismo é de origem doméstica e pelas previsões da mesma organização, nas próximas duas décadas na maioria dos países desenvolvidos o turismo doméstico atingirá seu teto máximo em relação à proporção das suas populações. O principal crescimento do turismo doméstico deverá ocorrer em países de economia emergente localizados na Ásia, América Latina, Médio Oriente e África, conforme destaca o estudo da OMT (2013). É o caso dos cinco países de economias emergentes, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, os quais apresentam crescimento na produção de produtos agrícolas e industriais, possuem uma expansão, mais notadamente no setor de serviços, incluindo o turismo. Ainda segundo as informações publicadas pela OMT em 2013, houve um importante crescimento do fluxo de turistas desses países emergentes: a África do Sul apresentou interesse em atrair turistas do Brasil, Índia, China e Rússia, utilizando o turismo de entretenimento, o cultural e o de negócios, como principais atrativos. Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Beira (2004 – 2013), em Moçambique, a política nacional para o turismo está apoiada também na descentralização institucional das ações de fomento para o setor e na atração dos agentes económicos que fazem parte do comércio turístico do país (o caso das redes hoteleiras, empresas de transportes aéreos, locadoras de veículos, restaurantes, agências e operadoras de viagens, e outros segmentos empresariais). Pelo discurso oficial, tudo isto visa a melhoria da infraestrutura turística e da qualidade dos serviços prestados, para assim poder-se atingir a competitividade no setor turístico nacional, tornando-o capaz de atrair uma fatia maior do turismo internacional e induzir o crescimento do turismo interno.

O turismo na Cidade da Beira, e em Moçambique em geral, é predominantemente interno ou doméstico²³. Nos dias de hoje, ao lado da diversificação da oferta e da emergência de novos produtos e práticas turísticas, também cresce em importância no mercado mundial de viagens o turismo interno ou doméstico. Alguns autores, como Pearce (1989), há muito que chamam a atenção para o crescimento do turismo doméstico, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países em desenvolvimento.

Uma outra questão que vale a pena fazer menção é referente aos riscos inerentes ao modelo de desenvolvimento do turismo que o governo e Município da Cidade da Beira vêm adotando, no que diz respeito às infraestruturas, que mostram uma clarividência de indução à urbanização turística através de implantação das infraestruturas necessárias à expansão do turismo e também por conta de determinados empreendimentos turísticos, como complexos hoteleiros e parques temáticos. Chama-se a atenção para os impactos ambientais negativos que tais empreendimentos podem ocasionar no futuro. Assim, se por um lado, os investimentos em massa que vêm sendo feitos no litoral da região são importantes para incrementar o turismo em escala regional, por outro, eles não deixam de despertar preocupações em virtude dos impactos negativos ao meio ambiente, pelo que há a grande necessidade em desenhar planos que satisfaçam essas atenções, sob o risco de desenvolver o turismo em detrimento de outros setores.

²³Plano Estratégico de Desenvolvimento da Beira (2004 – 2013).

CAPÍTULO III: O TURISMO: TRAJETO HISTÓRICO, ESTRUTURAS E ATORES

3.1.A DEFINIÇÃO DO TURISMO E OS FENÓMENOS TURÍSTICOS

A definição do turismo não se esgota num único conceito. Segundo Recomendações das Nações Unidas-Organização Mundial do Turismo sobre Estatísticas de Turismo, define-se turismo como sendo “atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens, com fins de negócios, lazer e outros, permanecendo em lugares diferentes dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo” (OMT, 2003).

O campo de investigação sobre as novas formas de existência do turismo é oportuno para uma leitura sobre as crenças dos atores, produtores ou consumidores, já que se trata de estudar a metamorfose de certo número de valores imateriais em valores económicos. Para a definição de turismo pode-se identificar no campo académico, nas empresas e nos órgãos governamentais, três tendências: a económica, a técnica e a holística, como argumenta Beni (2001: 27).

A tendência económica tem a ver com a definição estabelecida por dois autores. Em 1911, Hermann von Schullern (*apud* Barreto 2002) foi o primeiro a dar uma definição sob a ótica económica em que só se reconhecem as implicações económicas ou empresariais do turismo. As operações de natureza económica que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocação de estrangeiros para dentro e fora de um país, cidade ou região. Segundo McIntosh (1972) e dentro da mesma perspetiva, a económica, Beni (2001) reforça a ideia pela qual o turismo envolve mais do que componentes empresariais, apresentando uma faceta qualitativa. Existe uma grande discordância na definição económica precisa do turismo. Alguns autores tratam-no como indústria e parece ser o de maior uso na literatura comum, não científica. Outros tratam-no como fenómeno económico e social, setor económico ou atividade social e económica.

A concetualização do turismo como um fenómeno da modernidade aparece claramente expressa no trabalho de Boyer (1988), com um nível de problematização muito produtivo, onde a relação do turismo com a economia, cultura e sociedade assume o papel central. Deste modo, esse fenómeno não ficará limitado a uma simples definição, pois que este ocorre em distintos campos de estudo em que é explicado conforme diferentes correntes de pensamento, e verificado em vários contextos da realidade social. Para Boyer (2003: 19), “o turismo foi inventado”. “Nenhum lugar é turístico em si”, nenhum sítio “merece ser visitado”, como diz

aliteratura turística; o turismo é um produto das dinâmicas socioculturais (Boyer, 2003: 14). Esta ideia leva-nos a uma compreensão de que assumir os locais onde se pratica o turismo constitui em si um produto turístico. Para que esse produto passe a ser aceite pela maior parte de turistas passa-se necessariamente por um trabalho árduo que é o de tornar o lugar interessante aos turistas. Para que isso aconteça torna-se indispensável a participação do Estado, das ONG, dos políticos e da sociedade civil na construção de uma imagem local, nas dimensões cultural, social, económica e política, tendendo para a satisfação integral dos turistas em seus tempos de lazer, sendo que este é o objetivo primordial.

Rumando na perspectiva económica, o conceito económico aliado ao fenómeno turístico vai ganhando virtudes ascendentes com as intervenções de McIntosh, Gouldner (1986) e Lanfant (1993). Entretanto, foi a equipa de autores coordenada por Cooper (2001) que, a meu ver, trouxe o conceito holístico de turismo ao considerar que o turismo, enquanto conceito, se desenvolve tendo em conta que este teve a sua origem nas várias ciências sociais como a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, Geografia, História, Política, Ecologia, e Gestão.

Não há certeza se foi no Século XVIII com a Revolução Industrial, ou no Século XIX com Thomas Cook, que o turismo iniciou. O debate é enriquecido com os desenvolvimentos de Castelli (2001), Boyer (2003) e Eric Hobsbawn (1995), puxando o pêndulo para a emergência do capitalismo no Século XVIII e, Burkart & Medlik (1990) contrapõem, afirmando que as raízes estão na prática da aristocracia inglesa em realizar viagens de estudo à costa mediterrânica e à Paris (Século XIX), reconhecendo, porém, que essas viagens já eram realizadas pelos romanos com objetivos administrativos. Considerando um debate ainda por prosseguir, o mais importante é compreender a evolução histórica do turismo, atendendo a proposta de Cunha que afirma que é necessário inicialmente considerar a situação dos países segundo o grau de desenvolvimento de suas economias.

O turismo é próprio da sociedade contemporânea. Surge com ela e acompanha as suas transformações. Atualmente, o tempo do turismo, como o do lazer, é frequentemente concebido a partir de um antagonismo em relação ao tempo do trabalho. Nessa linha de raciocínio, poder-se-ia entender o espaço turístico como aquela porção do território sobre a qual existe uma produção de sentido e de uma imagem que desperta o desejo de ser experimentada turisticamente pelas pessoas. Essa construção simbólica pode estimular um fluxo turístico, embora não seja condição suficiente para tal. Existem diversos elementos, tanto na oferta como no acesso (condições da infraestrutura, proximidade dos centros

emissores), quanto na demanda, como rendimento populacional, grau de urbanização, tempo livre disponível, que também são importantes na determinação desse fluxo.

Espaço turístico pode ainda entender-se como a consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos, que são a matéria-prima do turismo. A distribuição e a densidade dessas áreas são marcadas pela descontinuidade territorial, daí que a melhor forma de determinar um espaço turístico é recorrer ao método empírico, observando a distribuição territorial dos atrativos, das plantas, detetando agrupamentos e concentrações (Boullón, 1990: 65).

Outra conceptualização amplamente difundida é a de Gouldner (1986), que define o turismo como sendo “a soma de fenómenos e relações resultantes da interação entre turistas, empresários do setor turístico, autoridades locais e comunidades de acolhimentos no processo de atração de turistas e outros visitantes onde o turista é o indivíduo que viaja de local para local por razões donde se excluem o trabalho”. Esta definição tem sido muito utilizada em materiais pedagógicos sobre o turismo e frequentemente citada pelos estudiosos.

Lanfant (1980) propõe uma conceptualização radicalmente diferente. A autora considera o turismo como facto internacional, não no sentido que lhe é conferido pelos geógrafos, estatísticos e especialistas de marketing, mas no sentido forte que os fundadores da escola francesa de sociologia deram a este facto. No sentido durkheimiano nem todos os factos sociais estão aptos a se internacionalizar, existindo fenómenos que refletem mais precisamente as características de um grupo, de um povo ou de uma nação; outros fenómenos estão sobretudo ligados às trocas entre esses povos, passando o território nacional, vivendo uma espécie de vida supranacional. Esta autora considera que o turismo é distinguido pela noção de troca internacional, na qual as relações que se constituem entre o mundo subdesenvolvido e desenvolvido são ‘recíprocos’. As sociedades de acolhimento ‘enriquecem’ devido à troca patrocinada pelos turistas provenientes dos países ricos. O turismo é caracterizado como um meio de redistribuição de rendimentos resultantes dos países ricos para os países pobres.

Ainda segundo Lanfant (1991), estamos perante um modelo ideológico que é substituto da teoria da troca, quando a difusão mundial do turismo internacional gera processos que atravessam, dividem e separam os sistemas culturais e arruinam a imagem que as sociedades têm de si próprias. A autora chama a atenção para os equívocos gerados pela expressão turismo internacional, já que esta tem sido analisada como um fenómeno de mobilidade que ultrapassa as fronteiras nacionais, sendo frequentemente compreendido como

turismo efetuado por estrangeiros. Na sua perspetiva existem várias formas de abordar a definição de turismo internacional. Depois, a consonância foi colocada na emancipação social das populações das sociedades industriais. O fenómeno universalizou-se no quadro das férias.

Ela salienta que, sob pena de muitos autores, turismo e férias tornarem-se inter-relacionados. Nesta linha, alega, o turismo internacional é retratado como um derivado da mobilidade sazonal que ultrapassa as fronteiras²⁴, o que constitui uma análise parcial já que afeta o turismo internacional um ponto de emissão que se torna implicitamente causa inicial, produzindo uma visão unilateral construída a partir das sociedades industriais (Lanfant, 1991). É nesta lógica de raciocínio que a autora propõe como saída para estas definições, uma preocupação do fenómeno como facto internacional no sentido durkheimiano do facto social.

A palavra turismo invade o discurso social, aparece como um motivo condutor no mais vulgar das conversas, assim como nas reflexões filosóficas, mergulha-se no discurso político e desponta no discurso científico. Turismo faz parte da rede de trocas linguísticas e, como tal, está ligado às estruturas que articulam estas trocas. É a partir daqui que se desenha o seu significado como facto social. A perspetiva de Lanfant (1992) é a abordagem do fenómeno turístico na sua globalidade, considerando que o turismo se está a formar no ponto de articulação dos mundos moderno e tradicional, rural e urbano, industrial e arcaico.

Ao proceder à inventariação do conceito e sua evolução, a primeira das definições de turista adotada pela Comissão de Estatística da Liga da Sociedade das Nações, em 1937, referia-se ao turista internacional como sendo a pessoa que visita um país que não seja da sua residência por um período de, pelo menos, vinte e quatro horas. Desde a década de 1930, organizações governamentais e empresas de turismo vinham tentando administrar o tamanho e as características dos mercados turísticos. Para tal, precisavam de uma definição de turista, a fim de distingui-lo de outros viajantes e ter uma base comum pela qual pudessem colecionar estatísticas comparáveis (MacIntosh, 1972).

O turismo é um dos fenómenos que melhor caracteriza o modo de viver das sociedades modernas, constituindo uma consequência de necessidades nos domínios de lazer, da cultura, da religião, da atividade profissional e do conhecimento de outras terras e de outros povos. Pode ser definido de diversas formas, de acordo com os interesses e as perceções das entidades envolvidas, sejam elas associações profissionais e empresariais, setor público e investigadores (Costa *et al.*, 2004: 2). O processo de desenvolvimento do fenómeno turístico

²⁴ Os critérios de definição da Organização Mundial do Turismo para fins estatísticos seguem esta conceptualização.

tem sido fortemente marcado pela problemática dos impactos ou efeitos socioculturais do turismo nas comunidades de acolhimento, levando alguns autores a considerá-lo como um processo de difusão do modelo ocidental à escala mundial. Porém, além da natureza colateral e sazonal, entre outros, o turismo tem a sua internacionalização como um dos princípios básicos (Baptista, 1997). Com efeito, parece poder dizer-se que a importância turística de um determinado país é particularmente avaliada em função da capacidade que esse mesmo país tem de atrair turistas e investimentos estrangeiros no âmbito do turismo.

Devido à sua importância, na presente investigação, foram selecionados alguns conceitos centrais. O fenómeno do turismo será analisado como cenário no qual toda a investigação se desenvolve tendo em conta que este teve a sua origem nas várias ciências sociais como a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, Geografia, História, Política, Ecologia, e Gestão. Cooper *et al.* (2001: 38) ampliam o leque de disciplinas ligadas ao turismo a partir dos contributos de Jafari e Ritchie e ainda de McIntosh e Gouldner (1996). De acordo com estes autores, o turismo cruza-se (pode-se dizer que há interdisciplinaridade) com disciplinas e departamentos, nomeadamente agricultura, parques e recreação, planeamento urbano e regional, marketing, direito, administração de hotéis e restaurantes, transportes e educação. Kirdar (1997: 32) acrescenta ainda as disciplinas de arquitetura, estatística, biologia e medicina, filosofia, história e pedagogia.

Castelli (2001), na sua obra *Turismo: Atividade Marcante*, segue um caminho semelhante, ao afirmar que “A viagem turística atual é uma decorrência da sociedade industrial que provocou uma concentração de pessoas em cidades, de tal sorte que a fuga deste meio ambiente tornou-se até mesmo uma questão de sobrevivência. A viagem turística passou a ser para o homem urbano atual um produto de primeira necessidade”.

Em 1963, as Nações Unidas patrocinaram uma conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo, realizada em Roma, que recomendou definições de *visitante* e *turista* para fins de estatísticas internacionais, e concluiu: “Para projetos estatísticos, o termo visitante descreve a pessoa que visita um país que não seja o de sua residência, por qualquer motivo, e que nele não venha exercer ocupação remunerada”. Esta definição inclui: turistas como visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade da viagem pode ser classificada sob um dos seguintes pontos: lazer,

negócios, família, missões e conferências; e excursionistas como visitantes temporários que permaneçam menos de 24 horas no país visitado (ONU²⁵, 1963).

Em 1968, a Organização Mundial de Turismo (que então se chamava União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens) aprovou essa definição de 1963 e passou a incentivar os países a adotá-la. Essa definição apresenta uma tendência holística que procura abranger a essência total do assunto, como sendo a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória. Sua característica é o campo de estudo, pois reconhece que o turismo abarca muitos aspectos que se centralizam no principal, isto é, os turistas. Pelo facto de não ter sido construída com a terminologia de uma disciplina académica, permite abordagens interdisciplinares e multidisciplinares do estudo do turismo.

Por seu lado, Jafari (1994) dá uma definição técnica ao afirmar o turismo como sendo a conjugação do ser humano longe do seu local de residência com a indústria que satisfaz as suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, económico e sociocultural da área recetora. Daí que este autor sentiu a necessidade de agregar no estudo do turismo teorias e conceitos de campos como, por exemplo, os da antropologia, sociologia, ciência política, economia, ecologia, geografia e estudos urbanísticos.

O turismo é hoje uma das atividades económicas e sociais mais dinâmicas das nossas sociedades. Como salientou Krippendorf (2003: 13): “a sociedade humana, outrora tão sedentária, pôs-se em movimento”. A emergência e massificação da procura pela prática da atividade turística reforçam a importância de se definir parâmetros e conceitos que ajudem estudiosos, profissionais do comércio turístico, investidores e sociedade em geral a compreender as interfaces desse fenómeno que tanto pode influenciar a vida das pessoas trazendo desenvolvimento ou problemas para as localidades e satisfação ou frustração para os turistas.

Segundo Barreto (2003: 20) “o turismo consiste no deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência, visitando outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços especialmente implementados para esse tipo de visitaçãõ”. É nesse contexto que surge a pertinência da abordagem do

²⁵ ONU - Conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo (Roma, 1963).

desenvolvimento local, quer dizer, dos locais de destino turístico, quer sejam grandes cidades, ou pequenas aldeias. Nessa abordagem, o desenvolvimento impera a necessidade de envolvimento e participação. Ou seja, o turismo deve ocorrer a partir do poder endógeno e que a sua comunidade consiga possuir o controlo e desenvolver o seu potencial socioeconómico, preservando os valores culturais e ambientais, superando as limitações com o intuito de melhorar a qualidade de vida de seus indivíduos, desta forma servindo como ferramenta para a sustentabilidade.

A Organização Mundial de Turismo apresentou o conceito de turismo sustentável como aquele em que realiza a gestão de todos os recursos de tal forma em que as necessidades económicas e estéticas possam ser satisfeitas, mantendo-se ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade e o sistema de suporte de vida (OMT, 2001 *apud* Coriolano, 2006: 202). Ainda segundo Coriolano (2006), é de se esperar que exista convergência entre turismo sustentável e turismo comunitário, mas suas concepções não são as mesmas. Para ele, o turismo sustentável lançado pela Organização Mundial de Turismo (OMT) e Organizações das Nações Unidas para o Comércio (UNCTAD) pretende atender a ecologia, a sociedade, a economia e fala do bem-estar das comunidades pobres, sem apontar caminhos. O turismo comunitário, portanto, representa a prática dessa proposta da OMT (Coriolano, 2006: 203). Assim, o turismo comunitário é um segmento do turismo que permite o desenvolvimento local, tal como defende ao salientar que este tipo de turismo é visto por alguns autores como meio para a inserção de outras práticas, como desenvolvimento económico de uma determinada área, como meio de interação e desenvolvimento social, concretização da consciência de preservação ambiental, cultural e ainda como ferramenta para a sustentabilidade (Coriolano, *op.cit.*).

Nas três últimas décadas, as interações transnacionais conheceram uma intensificação dramática, desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocações em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados (Appadurai, 1990 e Fortuna, 1999).

Este pensamento conduz a uma visão de que nem sempre o mundo foi global, mas hoje implica “interações de uma nova ordem e de uma nova intensidade”, onde factores geográfico, ecológico e cultural permitem uma maior interação, de modo que estes devem ser vistos como ferramentas para a atração turística (Appadurai, 1990: 43). Assim, podemos aferir que os estudos sobre o turismo estão entre aqueles que mais se interessaram pelas questões

identitárias, ao proporcionarem o contato e a relação de populações diferentes, com traços culturais também diferentes, mas com um objetivo comum, a procura por lugares de lazer com produtos e serviços de qualidade. Appadurai deixa claro que os paradigmas relacionados com o turismo descrevem a globalização como sendo um fenómeno que do ponto de vista cultural assumiu um relevo especial com a chamada *viragem cultural* da década de oitenta, ou seja, com a mudança de ênfase nas ciências sociais dos fenómenos socioeconómicos para os fenómenos culturais. A viragem cultural veio reacender a questão da primazia causal na explicação da vida social e, com ela, a questão da globalização cultural.

Entretanto, numa perspetiva da teoria geral do turismo podemos afirmar que as cidades não se limitam a espaços materiais ou vividos; elas são igualmente espaços de imaginação e de representação voltados para atividade turística e de lazer. Com isso, entende-se que o turismo compreende um sistema de serviços e produtos com uma das finalidades exclusiva de promoção e excursão de viagem. Mas é preciso igualmente que haja infraestruturas adequadas para responder ao desejo e às necessidades do consumidor dos serviços turísticos, no caso a receção, hospedagem, consumo e atendimento às pessoas ou grupos oriundos de suas localidades ou países de origem (Krippendorf, 2003).

Nas duas últimas décadas, a preocupação com os problemas sociais e ambientais, decorrentes do desenvolvimento ilimitado e do uso inadequado dos recursos naturais e culturais, tem aumentado entre muitos segmentos da sociedade, colocando sob questionamento a eficácia das políticas públicas elaboradas para os diversos setores da economia, incluindo aí, o turismo. Nesse contexto, Lindberg (2002) constata que nos dias de hoje tem havido um maior questionamento entre os especialistas no que se refere aos modelos de planeamento turístico adotados e, sobretudo, com relação à falta de planeamento e de ordenamento dos territórios nos quais o turismo se apropria.

Com a expansão espacial do turismo e com a crescente diversificação desta atividade no atual cenário mundial, a OMT (2003) explica que ao mesmo tempo que se apresentam novas oportunidades para países e regiões na busca pelo desenvolvimento económico, apresentam-se, também, novos desafios aos agentes governamentais, a quem compete elaborar e implementar as políticas de ordenamento do território, assim como aos demais atores sociais (agentes privados, populações locais, etc.) envolvidos no processo do desenvolvimento turístico. Um desses desafios diz respeito à busca da sustentabilidade no turismo, cujo imperativo é a construção de um modelo de desenvolvimento apoiado nos três pilares básicos da sustentabilidade, tais como, o crescimento económico, a

conservação ambiental e a justiça social (Ruschmann, 1994). As políticas que buscam o desenvolvimento integrado da atividade turística segundo a ótica da sustentabilidade devem ser implementadas através de processos de gestão participativos e descentralizados, que promovam a articulação entre os poderes administrativos, assim como a harmonização dos interesses de todos os atores sociais envolvidos. Tendo em conta a preocupação fundamental quanto ao ambiente e da sua relação com o turismo, vale a pena introduzir um novo conceito que se considere alternativa para os demais problemas que essa atividade vem causando ao meio ambiente. Trata-se da ecologia, que associada ao turismo resulta num só termo: ecoturismo.

O ecoturismo é uma atividade que tem como base a utilização dos recursos naturais e o património natural e cultural, que procura usufruir deles de forma sustentável, ou seja, através da conservação ou preservação dos ecossistemas envolvidos. O crescimento do ecoturismo tem sido associado aos apelos dos ambientalistas nos meios de comunicação e na nova forma de tratar o meio ambiente depois das conferências de Estocolmo, em 1972, e da Eco-92, no Rio de Janeiro. De acordo com Araújo e Silva (2006), o conceito de ecoturismo, ou turismo ecológico, remete-nos para a noção de que este deve explorar as potencialidades naturais ou ecológicas da área em que será realizado.

O ecoturismo surgiu para oferecer uma opção de desenvolvimento sustentável às comunidades, proporcionando um incentivo para conservar e administrar as regiões naturais podendo ser uma alternativa à extração agressiva de recursos florestais (Wood, 2002). Nesta perspectiva, procura-se assumir o ecoturismo como sendo a resposta aos problemas causados pela falta de um desenvolvimento sustentável, mostrando assim ser a alternativa possível. Isto porque vários autores, como Hall (2001), consideram que o ecoturismo pode vir a diminuir a exploração dos recursos florestais, gerar lucro e receita para administrar as áreas de proteção, e dessa forma, efetivar o discurso do desenvolvimento sustentável.

Igualmente, na visão do Lindberg (2002), o ecoturismo pode ser caracterizado como sendo um meio para o aumento da compreensão dos valores ambientais devido à mudança do modo como a natureza é vista pela sociedade. Para se alcançar um equilíbrio entre ser humano e natureza, é preciso verificar a sustentabilidade, a conservação e o fortalecimento da comunidade recetora das atividades turísticas.

Assim, a procura de turismo para áreas naturais é maior e continua a crescer. Porém, nem o governo nem, muito menos, os empresários que exploram a atividade do turismo nessas áreas se preocupam em incluir no planeamento das atividades, a comunidade local. O

ideal seria que as comunidades dos locais explorados tivessem participação efetiva do desenvolvimento da atividade, reduzindo o que na maioria das vezes resulta em imposição cultural dos turistas sobre o local das atividades turísticas, conduzindo as pessoas a preservar os ambientes naturais e a fortalecer as comunidades receptoras, objetivando a sustentabilidade e conservação de ambos como ferramenta necessária ao desenvolvimento da atividade bem assim como do local (Godinho, 2004).

O desenvolvimento desta atividade pressupõe um planejamento integrado com as condições ambientais, ou seja, com a noção de desenvolvimento sustentável. Deste modo, apresentando alguns aspectos a ter em conta na abordagem turística, há que considerar os argumentos de Cooper *et al* (2001) e Godinho (2004) acerca das condições indispensáveis a ter em conta no desenvolvimento do turismo sustentável, nomeadamente: *(i)* respeito pelas comunidades locais; *(ii)* envolvimento económico efetivo das comunidades locais; *(iii)* respeito pelas condições naturais e conservação do meio ambiente; *(iv)* interação educacional – garantia de que o turista incorpore para a sua vida o que aprende em sua visita, gerando consciência para a preservação da natureza e do património histórico, cultural e étnico.

Nesse sentido, o turismo ecológico tem como um dos pressupostos a possibilidade de propiciar qualidade de vida de forma direta ou indireta para a população local e dos visitantes. Outro pressuposto é o de que ele deve promover o conhecimento e a formação dos indivíduos, na medida em que cria consciência ecológica e promove o desenvolvimento local, envolvendo a população (Cunha, 2006). Em 2003 a OMT (2003) referia que o ecoturismo apresentava um crescimento superior a 20% ao ano, enquanto as outras modalidades de turismo crescem aproximadamente 7,5% ao ano, ou seja, cerca de três vezes mais. A busca por esse tipo de atividade está ligada à necessidade das pessoas saírem da vida agitada e estressante do meio urbano, da maior consciência ecológica e da preocupação com o meio ambiente. Como o ecoturismo nasceu da ideia de usufruto da natureza ou da volta do homem ao meio natural, propondo-se que o produto turístico aqui utilizado é o menos transformado possível. Ou seja, deve haver uma preservação do que é natural, sem grandes interferências dos seres humanos.

Nasceu também na confluência do padrão que começava a ser debatido e que se desejava implantar: o desenvolvimento sustentável – por volta dos anos de 1960 e início dos anos de 1970. O caminho ideal para o ecoturismo é o que se chama desenvolvimento sustentável. Para Silva (2006), este conceito propõe a integração da comunidade local com atividades que possam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e

culturais. É pertinente assinalar que o turismo trabalha com um produto que é a natureza, seja ela modificada ou preservada, no caso do ecoturismo.

No dizer de Becker (2005: 3), no ecoturismo a natureza assume um novo significado: “... é o caso, também, da valorização da natureza como produto, como mercadoria para o turismo, também outro significado atribuído à natureza”. E ainda segundo Becker (2005) “... gerando um novo mercado turístico, o chamado ecoturismo, com indivíduos que realmente não estão submetidos ao marketing e ao turismo em massa, mas sim, ao desejo de retornar à natureza”. Procura-se que os seres humanos se insiram na natureza sem deformá-la, sem depredá-la excessivamente; quer um retorno à natureza e faz isto em lugares, em pontos seletivos do espaço. Com isto, nós temos, do ponto de vista territorial e espacial, uma valorização seletiva dos territórios. Os territórios são valorizados em função da sua acessibilidade, às vezes em função do marketing, que vende a sua imagem, e em função da natureza também que, se for bem vendida, digamos assim, é valorizada. Já que se sabe que muitas atividades, ao agredirem o meio ambiente, trazem consequências diretas e indiretas aos locais onde atuam e ainda nas suas áreas de influência, pois o fluxo dos rios e a contaminação das águas subterrâneas podem afetar vastas extensões de terras, como também a poluição do ar pode atingir regiões longínquas.

Evidentemente, o ecoturismo não é uma atividade causadora de impactos significativos e, pelo seu conceito, se inclui naquelas atividades integradas ao meio ambiente, pois se propõe que ela deve promover a conservação e preservação dos recursos naturais envolvidos. No entanto, deve ser planeado para não trazer algum tipo de impacto negativo, pois o fluxo de ecoturistas pode superar a capacidade de suporte do local e causar algum dano ambiental. Entretanto, seu carácter modificador pode ser benéfico (positivo) ou adverso (negativo). Desta forma, concebe-se que o turismo e o ecoturismo devem ter bases sustentáveis, ou seja, devem ser planeados. Essa sustentabilidade baseia-se na execução de projetos ou estudos visando uma ação satisfatória e de políticas públicas envolvendo os agentes económicos e sociais. Neste caso, não se trata de agentes que tenham uma certa influência política, mas em primeiro lugar aqueles que tenham um conhecimento profundo do contexto em referência (Silva, 2006).

Em 1994 a Organização Mundial de Turismo-OMT declarou que o turismo constitui-se fundamentalmente de um conjunto de técnicas baseadas em princípios científicos com o objetivo de prestar uma série de serviços a pessoas que pretendam aproveitar o tempo livre para viajar, denominadas turistas ou excursionistas. A juntar a tudo isso, está todo um

conjunto de recursos que são também parte integrante. Esse tempo disponível para o lazer, fins-de-semana, férias, feriados prolongados, termina por incentivar um grande número de pessoas a aderir ao turismo como uma necessidade vital para a qualidade de vida, pelo que podemos concluir que o turismo está a ela associado.

Entretanto, à medida que o turismo se vem transformando numa grande indústria à escala mundial, não há mais espaços para a falta de estruturas e de recursos apropriados ao exercício da atividade. Tudo tem de ser bem estruturado e sistematizado. Aliado a isso, estão vários procedimentos organizacionais que podem ser entendidos, não só em termos de implantação da estrutura turística, como também no sentido de preparação da viagem dos turistas.

Para a análise do fenómeno turístico, enquanto processo marcadamente internacionalizado nas suas vertentes socioculturais e económicas, fenómeno por excelência de consumo simbólico num processo que pode ser considerado contraditório de massificação e seletividade, o *artigo 1, ponto 1*, do Código Mundial de Ética do Turismo, aprovado pela Organização Mundial do Turismo-OMT, defende que “o turismo deve estar ao serviço da paz e da amizade e compreensão entre os povos”. O que significa que a compreensão e a promoção dos valores éticos e morais comuns à humanidade, num espírito de tolerância e de respeito pela diversidade das crenças religiosas e filosóficas, são ao mesmo tempo fundamento e consequência de um turismo responsável; os atores do desenvolvimento turístico e os próprios turistas devem ter em conta as tradições ou práticas sociais e culturais de todos os povos, incluindo as das minorias e populações autóctones, reconhecendo a sua riqueza e diversidade.

No âmbito internacional, é de destacar o papel decisivo da OMT na melhoria da qualidade do turismo, pelo peso específico que representa este setor, levando a cabo um labor permanente de promoção, coordenação, apoio e assessoria dos seus membros. A União Europeia tem também demonstrado interesse pela qualidade no setor turístico, especialmente através da preparação de documentos dirigidos para a homogeneização da qualidade dos serviços turísticos, de acordo com os fins da própria Organização (Sancho *et al*, 1998).

No âmbito nacional, a problemática da qualidade representa uma das preocupações dos responsáveis pelo turismo. Como prova disso é o facto de a qualidade constituir, para as entidades que operam na área do turismo, uma vertente inovadora que traduz-se no incremento de um factor de competitividade relevante para esta área, tentando trazer um conjunto de variáveis e indicadores que permitam monitorizar as questões da qualidade, nos

planos regional e local, bem como a promoção de estudos com vista à construção desses indicadores, que permitirão definir estratégias para a melhoria do produto turístico.

Cada vez mais a qualidade é o aspeto que pesa na avaliação da capacidade do turismo e é um requisito necessário para vencer os desafios que a abertura dos mercados já está a trazer ao setor. Aqui, a qualidade pode ser considerada por um atributo essencial e diferenciador de alguma coisa ou de alguém, como uma medida de valor ou excelência ou ainda como a adequação ao uso (Teixeira, 2007). Ainda segundo este autor, o conceito de qualidade foi, primeiramente, associado à definição de conformidade às especificações. Posteriormente evoluiu para a visão de satisfação do cliente. O autor enfatiza que a satisfação do cliente não é resultado apenas e tão-somente do grau de conformidade com as especificações técnicas, mas também de factores como prazo e pontualidade de entrega, condições de pagamento, atendimento pré e pós-venda, flexibilidade, entre outros (*Op. cit.*, 2007). Um produto ou serviço com qualidade é aquele que atende sempre perfeitamente e de forma confiável, de forma acessível, de forma segura e no tempo certo às necessidades do cliente e, compõe-se de diversos estágios, como por exemplo, o planeamento, a organização, o controle e a liderança. O termo Qualidade Total passou a representar a busca da satisfação, não só do cliente, mas de todos os *stakeholders* (entidades significativas na existência de uma determinada atividade) e também da excelência da gestão da organização (Kotler, 1994).

Segundo Kotler (1999) o turismo pode ser definido como a arte e a criatividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cordialmente satisfazer suas necessidades e seus desejos, a qualidade dos produtos e serviços turísticos baseia-se fundamentalmente em proporcionar sempre aos turistas momentos memoráveis que assegurem que mais clientes visitem e voltem para o local. Assim, consegue depreender-se, facilmente, qual a importância do estudo desta área para o fomento do turismo nacional. O processo de satisfação dos turistas, dependendo do segmento do turismo, chega a envolver todas as esferas da sociedade, nomeadamente instituições do Estado, empresas de produtos característicos, de produtos conexos e de produtos específicos do turismo, comunidades locais e sociedade civil.

Segundo o mesmo autor, a trajetória do turista internacional passa por vários setores de atividade, sendo que o seu movimento pode envolver o transporte aéreo, entrada pela fronteira, o uso de estradas até ao destino que caracterizaé circundado pelas comunidades, empresas e instituições locais. Posteriormente, seguindo o mesmo circuito e, dependendo da experiência positiva ou negativa vivida, bem assim da capacidade de indução do turista ao consumo de produtos e serviços ao longo da visita, este poderá realizar a mesma trajetória

para voltar a visitar o local, que pode resultar em ganhos ou perdas económicas para o país promotor do turismo.

O carácter transversal e a complexidade de que se reveste o turismo no processo de atração e satisfação do visitante de variadas culturas aconselha ao envolvimento, tanto quanto possível, de todos que se mostram com interesse em contribuir para o crescimento do setor, sendo os Estados, particularmente nos países em desenvolvimento, chamados a jogarem um papel determinante. Para o caso concreto da Cidade da Beira, e apesar de todo o esforço que tem vindo a ser desenvolvido, pode afirmar-se, em termos gerais, que o setor do turismo apresenta algum atraso relativamente a outros setores da economia, bem como do país em geral sendo, portanto, prioritário que o Estado, os empresários e os gestores deste setor interiorizem a importância desta problemática e percebam que uma política de qualidade deve ser estabelecida a curto, médio ou longo prazo.

3.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA, TIPOS E IMPACTOS DO TURISMO

O entendimento da evolução histórica do turismo pressupõe situá-lo no seu devido contexto económico e social, avaliando-o como é uma das indústrias mais importantes a nível mundial. Ocupando, em muitos países do Norte, o lugar da maior importância na estrutura económica; os do Sul procuram também desenvolvê-lo através da inscrição de algumas das suas cidades e lugares nos fluxos do turismo global. Ele é, simultaneamente uma causa e consequência da globalização, acelerando as interações produzidas pela circulação de mercadorias, serviços e pessoas (Azarya 2004: 949). MacDonald's, Wood (2002) (*in* Azarya 2004: 949) sugere que o turismo é o melhor símbolo da globalização devido aos fluxos gigantescos de pessoas e às conexões económicas, políticas e socioculturais que elas implicam. Daqui decorre que os lugares turísticos são contextos sociais magníficos para se compreender o modo como a globalização funciona e faz sentir seus efeitos, nomeadamente no que se relaciona com os processos de fabricação da cultura, entendida como processo e não como produto (Silva, Carneira da, 2004). Por outro lado, o turismo é inseparável de uma das mais importantes transformações sociais relacionadas, como defende Urry (1995: 130), com a democratização da viagem e a generalização da possibilidade de se comprar tempo por parte das classes sociais mais afluentes.

Na perspectiva de Faulkner (1997), devido a emergência do turismo como um dos principais setores de atividade económica à escala mundial, os governos tornaram-se mais

conscientes do papel que este pode assumir nas suas economias. Aos governos não lhes é admitido desconhecer o turismo devido à enorme potencialidade do crescimento turístico mundial. Para além disso, um dos objetivos da visita dos turistas não é só o consumo de bens e serviços, como o alojamento e alimentação, mas sim, em especial, o gozar de uma experiência resultante de factores, como a cultura, os monumentos, a paisagem, as gentes, o clima (Becker, 1996). Isto significa que a visita acontece a um local público, o que fundamenta e valida a mediação das respetivas autoridades públicas, tal como fundamenta na mesma linha de raciocínio, Urry (2001), que a sociedade de consumo tem uma tendência pós-moderna cuja principal característica é a valorização da diversão, do prazer e da imitação. Mas, atualmente face às novas dinâmicas que o setor de turismo vem assumindo, Urry demonstra outros aspetos que interessam aos turistas, tal como sucedeu no caso britânico em que todo o anseio por parte dos ingleses em busca de lugares históricos transformados em espaços museológicos tem fundamento em uma cultura de museu pós-moderna, pois quase tudo passa a se tornar “objeto de curiosidade” para os turistas, daí a necessidade de se discutir sobre as teorias do turismo.

A expansão do turismo de massas, muito intensa a partir da década de 1960, por força da consolidação do Estado-providência e o apoio dos governos dos países europeus centrais (v., entre outros, Boissevain 1996, Debié 1995, D’Epinay 1991, Lickorisk e Jenkins 2000) – mais tardio no caso português (Arroteia 1994) – e, por outro, o próprio desenvolvimento do capitalismo na contínua procura e invenção de novos mercados e produtos (Ribeiro e Portela 2002), conduziram à incorporação sucessiva de novos destinos na geografia mundial das rotas turísticas.

Porém, outros acham que o turismo se tenha iniciado com a Revolução Industrial no século XVIII, século esse que foi marcado pelo grande salto tecnológico nos transportes e nas máquinas, visto que as deslocações tinham como objetivo o lazer. Mas, para compreender as diferentes trajetórias na evolução do turismo é necessário, inicialmente considerar a situação dos países segundo o grau de desenvolvimento de suas economias. Embora se reconheçam as dificuldades que uma análise dessa natureza comporta, sua utilização aqui tem o propósito de identificar as bases gerais de funcionamento de uma economia que possam dar indicações acerca dos problemas que a expansão do turismo tende a enfrentar. Assim, de acordo com Cunha (2006), para um dado país convém observar: (i) se ele já tornou endógena sua capacidade de crescimento e se é industrializado; (ii) se dispõe de um sistema financeiro privado robusto e, (iii) se o seu rendimento é relativamente pouco concentrada. Caso as

respostas desses itens sejam afirmativas, o país considerado será classificado como desenvolvido²⁶. A ausência dessas características no país analisado resultará em sua classificação na condição de país em desenvolvimento. A importância da distinção do grau de desenvolvimento das economias determina o seu uso na categoria de factor condicionante para os rumos do crescimento do turismo, entrando assim na tipologia.

De entre as estratégias utilizadas por diferentes países para expandir os negócios turísticos em seus territórios fotografaram as operações de financiamento. Assim, o financiamento também dispõe do atributo de ser um condicionante geral para o desenvolvimento do turismo, mas na tipologia proposta encontra-se subordinado à separação originária entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, pelos motivos que serão expostos no seu tratamento (Cunha *op. cit.*).

Entretanto, e de acordo com Cunha (2001; 2006), o financiamento internacional poderia advir, como ocorria comumente, pela implantação, em países em desenvolvimento, de grandes cadeias multinacionais de hotelaria. Essa possibilidade não desconsidera eventuais sociedades com parceiros nacionais. Certamente, pela estatura dessas organizações estrangeiras, elas tendem a ter acesso às grandes praças financeiras do mundo. Nessas circunstâncias, implementaram-se projetos de financiamento específicos em cada país para favorecer as inversões enquadradas dentro do planejamento nacional do turismo. Ao fazê-los, esses governos pretendiam retirar os entraves colocados à expansão do setor pela carência de recursos para financiar investimentos turísticos de capital nacional e pela ausência de instituições financeiras que permitissem a consolidação de seus passivos de curto prazo.

²⁶ Segundo o PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (órgão que tem por mandato promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza do mundo) são considerados países desenvolvidos os que tenham alto nível de desenvolvimento econômico e social, que tenham as seguintes condições: Uma vida longa e saudável (expectativa de vida ao nascer), o acesso ao conhecimento (anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade); um padrão de vida decente (PIB per capita do país que é medida pelo dólar, PPC-Paridade do Poder de Compra), isto é, Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o nível de industrialização, a situação econômica e o índice do Desenvolvimento Humano (IDH) elevado. Os seus habitantes possuem uma melhor qualidade de vida; utilizam seus recursos de tal forma que sejam suficientes para atender às necessidades do país; a qualidade dos seus produtos manufaturados é elevada; têm ordem econômica; os serviços são bem distribuídos no país e entre as pessoas e, acima de tudo, a população trabalha de forma totalmente eficaz, o que se traduz num maior bem-estar material; melhor nível educacional; maior igualdade de oportunidades; melhores níveis de alimentação; maior resistência às doenças; elevado nível de consumo por boa parte da população; maior desenvolvimento físico e mental e maior tempo para o ócio (Sachs: 2005).

Mas, pode-se pensar que as autoridades utilizavam a estrutura do financiamento para também sinalizar às grandes empresas, de capital nacional ou multinacional do setor, que coordenariam o desenvolvimento turístico em seus territórios. Esse é um factor importante a ser levado em conta quando se considera o prazo de maturação de um investimento de grande porte em turismo, pois significa reduzir a incerteza derivada do receio de envelhecimento precoce relacionado a um crescimento desordenado (Cunha, 2006).

Outras considerações também podem ser feitas com relação ao tipo de coordenação do setor e seu financiamento. Se um país em desenvolvimento se dispõe a ser um grande captador do turismo recetivo mundial, a expansão de sua oferta turística precisa estar condizente com esse propósito quanto à capacidade instalada e ao padrão de conforto a ser oferecido. Assim, a política de financiamento público para o setor deve cuidar de assegurar o preenchimento de tais condições. Logo, é factível esperar que os grandes empreendimentos sejam favorecidos, ou pelo menos tenham melhor cotação nesse processo, já que comumente se atribuem aos mesmos *custos de risco* menores à concessão de crédito (Cunha *op. cit.*).

O berço do turismo está nas estruturas urbanas industriais criadas na Europa Ocidental e na América do Norte a partir de 1840 (Castelli, 2001: 16). Boyer (2003), por sua vez, afirma que a história do turismo é inteligível somente no longo prazo e numa perspectiva sociocultural. Para este autor, a história apresenta-se como um pêndulo que, por um lado, para a civilização tradicional o turismo não existe e, por outro lado, a sociedade pós-industrial que é qualificada, certas vezes, de ‘civilização do lazer’. Entre as duas, houve um ponto baixo por volta de 1840, quando a duração do trabalho foi máxima, chegando a sessenta horas semanais e até mesmo para além disso. Mas, ao mesmo tempo, os indivíduos ociosos eram os turistas (Boyer, 2003: 96).

O contexto histórico apontado por Castelli e Marc Boyer, a segunda metade do século XIX coincide com o momento apontado por Eric Hobsbawn como sendo o de consolidação da Revolução Industrial, quando a indústria siderúrgica ganha espaço e importância graças, principalmente, ao advento do transporte ferroviário (Hobsbawn, 2000). Os meios de transporte aparecem, em conjunto com os de comunicação, como elemento fundamental, não apenas para o advento do turismo moderno, mas, principalmente, para consolidar o processo de internacionalização do capital, a partir de um ideal de civilização pautado nos preceitos burgueses de Estado, democracia e liberalismo.

Com o desenvolvimento da indústria automóvel e da aviação comercial e, principalmente, com a crescente penetração capitalista nas atividades turísticas, assiste-se então a um êxodo maciço dos turistas dos países mais ricos, sobretudo com destino ao Mediterrâneo²⁷. Deste modo, dá-se o início a um turismo coletivo e acessível a uma parte significativa da população dos países industrializados, o turismo de massas. Um turismo institucionalizado, reivindicado, produzido e de consequências significativas a nível político e ambiental, social, espacial, económico e cultural.

Os estudiosos do turismo apontam como origens dessa prática social as viagens que os jovens da aristocracia inglesa e de algumas famílias burguesas abastadas faziam à costa mediterrânica e à Paris como complemento da sua educação. Mas, as raízes históricas deste fenómeno podem encontrar-se nas civilizações antigas, especialmente durante o Império Romano, onde as viagens serviam sobretudo objetivos administrativos ou comerciais (Burkart & Medlik, 1990). A viagem constituía um poderoso símbolo de estatuto social, estendendo-se às classes dominantes em meados do século XIX com a invenção do caminho-de-ferro²⁸.

No desenvolvimento do turismo foi determinante o papel desempenhado pelos movimentos sociais na reivindicação da diminuição dos horários de trabalho e do direito aos tempos livres e ao ócio. O problema da *juventude* da indústria do turismo (referido por Kirdar), com destaque para o turismo internacional de massas, levanta algumas questões enunciadas por Cooper *et al.* (1998: 37), donde distinguimos dois aspetos: (i) fraqueza, indefinição e falta de acordo acerca dos conceitos e definições utilizados (e.g., a definição da indústria do turismo) e, (ii) redução do turismo a um conjunto de atividades ou transações económicas, descurando a análise do significado e do conteúdo do turismo para os indivíduos.

John Tribe também explica a criação e o desenvolvimento do turismo que pode ser dividido em dois campos. O campo do turismo que abrange os aspetos comerciais do turismo, composto por agências de viagens, companhias aéreas, meios de hospedagem e todas as empresas de turismo de um modo geral, e o campo do conhecimento pelos aspetos não

²⁷A evolução do turismo é caracterizada pelos aspetos mais importantes como: o aparecimento do turismo automóvel em 1904; o início das carreiras de turismo aéreo em 1919; a criação da União Internacional de Organismos de Propaganda Turística em 1924; e o acordo celebrado com a Associação Automóvel Americana para a emissão de cartões de turismo assinado em 1929 por 30 países, incluindo Portugal. Baptista (1990).

²⁸De acordo com Baptista (1990), o primeiro comboio para transporte de turistas foi alugado por T. Cook, em Inglaterra em 1841, constituindo a primeira intervenção de um agente na compra de bilhetes de comboio para viagens organizadas, que passaram a ter um carácter regular só a partir de 1865.

comerciais do turismo que inclui áreas como percepções do turismo e impactos sociais e ambientais (Tribe, 1995). Nos últimos anos tornaram-se objeto manifesto do desenvolvimento turístico a relação do turismo com o ambiente, entendido este como o suporte físico e humanizado das atividades turísticas, equacionado pelo turismo como recursos naturais.

Deste modo, pretendemos problematizar o fenómeno turístico no quadro de referência como fenómeno social de relevante expressão no âmbito das alterações da organização do trabalho e do lazer. Segundo Tribe (1995), a perspetiva ecológica de conservação da natureza, no sentido da implementação de condicionantes consistentes ao desenvolvimento de atividades socioeconómicas, estabelecidas de forma a proteger os valores da flora e fauna, apontam uma conflitualidade potencial com os recentes desenvolvimentos do turismo. Nos países em vias de desenvolvimento o turismo tem dado um grande contributo na luta contra a pobreza através da valorização dos recursos naturais que propiciam a promoção de investimentos e do emprego, estimulando outros setores de atividade, contribuindo, desta forma, para a diversificação da economia (Tribe, 1995). O aumento dos rendimentos nos países industrializados e a adoção de um conjunto de medidas sociais vão permitir um crescimento do turismo. Porém, a expansão relevante no sentido da massificação desenrola-se após a II Guerra Mundial, acompanhando o período dos *trinta gloriosos*. Burkart & Medlik (1990) e Boyer (1972).

Outro elemento que impulsiona o turismo é a chamada cultura de massas. A cultura de massas, segundo Bosi (1996), deve ser entendida como parte do processo de expropriação do saber proporcionada pela industrialização, levando a uma distinção entre aquele que sabe, planeia e orienta e aquele que executa. Com o processo de industrialização, a distinção entre cultura popular e erudita ganha nova conotação: a erudita, ou burguesa, é tida como racional e progressista, enquanto a popular é aquela que vive miticamente a tradição. Com isso, as manifestações culturais que faziam parte do quotidiano passam a ser entendidas como inferiores, devendo ser eliminadas, possibilitando o surgimento do recetor de culturas, e depois, do consumidor. São os primeiros momentos da cultura de massas, favorecendo o surgimento de expressões culturais produzidas por profissionais, como o circo e o teatro popular.

A partir dos anos 50, com o desenvolvimento do turismo de massas, passa a ser analisado o turismo como um fenómeno social, ainda que no contexto da história de viagem, da sociologia do lazer e da sociologia dos tempos livres. Boyer (2003) entende que o turismo como fenómeno social é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de

livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

A cultura de massas é também favorecida pela necessidade de separar o trabalho do ócio, estabelecendo os momentos de produção dos de consumo e lazer. O lazer passa a ser entendido como o não trabalho, espaço de fuga, sendo interpretado como o tempo livre das atividades profissionais e oposição ao trabalho capitalista (Dumazedier, 2004: 53-63). Está normalmente associada às novas perspectivas que, estabelecidas em relação ao lazer, configuram-se como uma manifestação distanciada, pois, na cultura popular pré-capitalista, a produção e o consumo são imediatos, fazem parte do cotidiano do trabalhador. Já quando tratamos da cultura de massas, temos uma profissionalização das manifestações, com a distinção entre quem produz, o artista, e quem consome, elemento só possível de ser entendido na sociedade capitalista.

Com esse princípio, entende-se que coloca-se aqui uma problemática da alteridade, já que é fundamental, para o profissional do turismo, entender como as interações sociais afetam a prática do turismo. Daí ser fundamental abordar questões ligadas a forma como se dão os contactos entre visitantes e visitados; a forma em que o turismo interfere na questão da identidade, de estereótipos e preconceitos; o impacto na constituição da memória local, devido à criação de cenários, rituais e artesanatos voltados para o turista; a influência que os turistas exercem sobre as tradições locais, tendo em vista que, em geral, é possível encontrar práticas culturais comunitárias e outras voltadas para o turista; e finalmente, como diferentes classes sociais, grupos e faixas etárias comportam-se frente às relações estabelecidas pelo turismo.

Esses aspetos evidenciam claramente que o turismo pode ser entendido como um fenómeno social, tendo em conta os elementos que possibilitam o entendimento da realidade, como a tradição e a história. Só assim será possível compreender a forma como os homens se relacionam durante as visitas. Essas visitas “são feitas sob a proteção da *bolha ambiental* do hotel familiar, de estilo americano, que isola o turista da estranheza do ambiente que o cerca e o hospeda” (Urry, 2001: 23). Urry discute a questão com base em alguns teóricos como MacCannel que, divergindo de Boorstin, afirma que os próprios nativos têm sua parcela de

culpa na criação dos pseudoacontecimentos²⁹, pois além de terem suas vidas preservadas se beneficiam das oportunidades de trabalho e rendimento gerados pelo turismo. Esse debate leva o autor a concordar que o turismo sofreu profundas mudanças, assumindo fortes tendências mercantis. Em outras palavras, a atividade turística passa a ser subordinada às leis de mercado, em que o sucesso da empreitada está relacionado ao seu aspeto lucrativo.

No bojo das transformações promovidas pelo turismo, Urry identifica uma mudança no olhar do turista que deixa de ter um certo ar romantizado e individual para um olhar mais sóbrio e coletivo. Esse tipo de olhar coletivo “precisa, assim, da presença de um grande número de pessoas [...] É a presença de outros turistas [...] que é necessário para o sucesso de tais lugares, que dependem do olhar coletivo do turista”. (Urry, 2001: 70). O livro é de suma importância para o entendimento da *sociologia cambiante do olhar do turista* e suas relações com o conceito de pós-modernidade e o surgimento do *pós-turista* que pela facilidade que possui, graças aos poderes dos meios de comunicação, pode contemplar vários lugares sem precisar deixar o seu lar.

Uma observação importante com relação ao texto é o uso do conceito de pós-modernidade, que estabelece claras relações com o conceito de pós-turismo, que não é totalmente aceite nos dias de hoje. Porém, como frisa Jameson no seu texto *o mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas*: [...] em algum momento posterior à Segunda Guerra Mundial, um novo tipo de sociedade começou a emergir (uma sociedade variavelmente descrita como sociedade pós-industrial, capitalismo multinacional, sociedade de consumo, sociedade dos meios de comunicação, etc.) (Jameson, 1993: 43).

É um novo olhar sobre o turismo atrelado à penetração maciça de propaganda, da televisão e dos meios de comunicação que muitas vezes conseguem transformar a realidade em momentos instantâneos (como um apertar de um botão de máquina de fotografia) é perfeitamente compreensível. Assim, para além da simples clarificação de conceitos e teorias, trata-se de mostrar que a sociologia do turismo recebe vários domínios como o bem-estar e o quadro de vida, a cultura, a comunicação, os grupos sociais, o desenvolvimento, o encontro de sociedades diferentes, a psicologia, as sondagens, os estudos de impacto ou de mercado, e a organização dos tempos livres tornando-se o turismo sensível aos modos e aos efeitos das sociedades onde é analisado (Lanquar, 1985).

Seguindo o pensamento dos autores, vale lembrar que desenvolver projetos sociais é

²⁹ Pseudoacontecimentos de Boorstin é um termo comumente relacionado ao turismo de massas que com suas visitas-guiadas criam um mundo de ilusões com atrações “inventadas” e fora da realidade local.

também desenvolver estratégias de marketing com base em ações sociais em conjunto com a sociedade que está sendo assistida. Assim, somente uma iniciativa de parceria entre o Estado e a sociedade pode mudar as condições das localidades mais necessitadas: o desenvolvimento local integrado e sustentável. A ideia é estimular o surgimento de comunidades sustentáveis que caminhem com as próprias pernas, dependendo cada vez menos do governo.

A componente humana do desenvolvimento é um aspeto importante, sendo que o investimento no turismo deve passar pela formação profissional de mão-de-obra que possa responder às exigências colocadas pelos consumidores do setor. Como exemplo, e com recurso a vários artigos, em Portugal muitas escolas de Turismo e Hotelaria podem dar seu contributo, tendo em conta que a crescente importância das atividades turísticas na economia portuguesa, para além de possuir um elevado significado macroeconómico, reflete-se igualmente na atenção que tem vindo a ser dada à relevância regional destas atividades; é neste contexto que Portugal tem apostado bastante na formação do seu capital humano com vista a prestar melhores serviços aos turistas, elevando cada dia o significado da atividade turística para o desenvolvimento nacional.

O outro aspeto importante é relacionado às infraestruturas, em que Moçambique regista algumas lacunas no que diz respeito a ausência de uma importante variável de alojamentos informais, bem como a natureza muito diversificada do setor da restauração. Estas lacunas possuem uma capacidade evidente para distorcer a imagem da importância nacional do turismo. Essa realidade mostra uma clarividência que o país deve adotar estratégias mais ou menos ativas que vão desde a capacitação do seu capital humano que é para imprimir uma maior dinâmica na realização das atividades e na prestação de serviços cada vez mais de qualidade ao consumidor, tal como se refere Chiavenato (2006), que a capacitação é um processo educativo de curto prazo aplicado de maneira sistemática e organizada através do qual as pessoas adquirem conhecimentos, habilidades e aptidões em função dos objetivos definidos. Nesta perspetiva, essa capacitação deverá envolver a transmissão de conhecimentos específicos relativos ao trabalho, atitudes frente a aspetos de organização, da tarefa e do ambiente e desenvolvimento de habilidades e competências.

O fenómeno turístico é aqui estudado na sua pluridimensionalidade, analisando a dupla relação produção *versus* consumo e trabalhando de forma inovadora, o consumo turístico enquanto fenómeno de consumo concreto (algumas vezes associado aos valores da mitologia local) na dinâmica das sociedades modernas. Ao pensar a restrição de um setor de serviços como o setor turístico, em que a oferta é constituída por inúmeras atividades e cuja

procura resulta de um conjunto distinto de motivações em constante evolução e mutação, é não só bastante complexo como até condicionado pela maior ou menor clareza estatística. Através da estatística podemos compreender as suas dinâmicas de crescimento e expansão, tanto territorial como relativa à natureza das atividades que vai progressivamente agregando, de acordo com alterações na procura e com novas estratégias de diversificação por parte da oferta.

Enquanto turistas, é fácil pensarmos que, fazendo apenas invocação ao senso comum, não só procuramos diversos tipos de atividades quando nos deslocamos, como ainda gozamos desse conjunto de atividades muitas vezes em regime de não-exclusividade (Vieira, 1997); o que significa que muitos dos serviços que utilizamos não existem exclusivamente para satisfazer fins turísticos, o que para fins de evidência estatística quanto ao peso da atividade turística traz algumas dificuldades acrescidas, pois é certo que a atividade dos operadores turísticos e das agências de viagens é claramente componente da indústria turística, uma vez que a viagem turística é o seu objeto, e que a atividade de alojamento, por exemplo, é também sua parte componente por ser substancial à permanência fora da residência habitual.

O turismo assume, geralmente, um papel depredador do recurso *solo*, dando simultaneamente origem a uma hierarquização dos lugares, definida a partir da sua valorização turística. Esta hierarquização traduz-se numa transformação do tipo de povoamento, consubstanciando uma lógica muito particular de organização e funcionalidade do espaço.

Muitas vezes, a nova realidade territorial e urbanística inerente ao processo de massificação do turismo, gera tensões e conflitos espaciais. De acordo com Gonçalves (2000), reportando-se ao caso português, refere-se que os interesses dos investidores e os gestores do setor de turismo entraram em conflito com a consciência social e política dos valores patrimoniais escassos ou não renováveis (recursos turísticos) no que diz respeito ao reconhecimento da importância económica do turismo.

Com efeito, o processo de construção de alojamentos turísticos e de equipamentos próprios de uma atividade nova permite definir um verdadeiro povoamento turístico; esse povoamento incorpora elementos próprios da cidade tradicional, mas a sua marca morfológica essencial é o carácter devorador do processo de alterações do uso do solo (Rebollo, *et al* 1997).

O outro factor diz respeito a acessibilidade dos locais turísticos, na medida em que as novas urbanizações turísticas tendem a localizar-se em áreas de acesso a partir da estrutura

pré-existente. Por outro lado, a estrutura fundiária pode de igual modo condicionar o tipo de povoamento turístico. Ainda relevante é o facto de a maior ou menor vitalidade das atividades agrícolas estabelecer uma relação com o ritmo, velocidade e difusão dos usos turísticos.

No seu conjunto, todas as transformações inerentes à massificação do turismo têm uma tradução muito direta nas formas de povoamento e de ocupação do solo. Elas estão na base de uma profunda alteração das lógicas organizacionais e funcionais pré-existentes, dando origem a uma nova formulação territorial, definida em função dos usos turísticos. Note-se que, se a construção de novos territórios não é uma característica específica do turismo, ela é, pelo menos, distinta das atividades económicas em geral (Mullins, 1991:36).

As transformações que se têm vindo a observar na organização e estruturação das economias e das sociedades em geral, têm conduzido a intensos processos de reconfiguração simultaneamente induzem efeitos multiplicadores significativos, o turismo tem demonstrado ser um importante factor de transformação das paisagens e, num sentido mais alargado, do espaço e do território.

A restrição exata do turismo enquanto setor de atividade, pela diversidade de serviços oferecidos que envolve, pelas variadas atividades que direta e indiretamente impulsionam, não tem sido tarefa fácil. A Organização Mundial de Turismo optou por restringir o setor do turismo a partir de um conjunto de subsectores, que integra não só o alojamento, restauração, transporte e agências de viagens, como também se pode estender a atividades que, pela importância que assumem no setor turístico, importa considerar, como por exemplo, a animação turística consubstanciada em serviços recreativos, desportivos e de lazer e culturais.

O turismo é uma das indústrias mais importantes a nível mundial. Ocupando em muitos países do Norte um lugar da maior importância na estrutura económica; os países do Sul procuram também desenvolvê-lo através da inscrição de algumas das suas cidades e lugares nos fluxos do turismo global. Naturalmente, trata-se de um tópico que requer da parte das ciências sociais e do desenvolvimento a necessária atenção, através da implementação de pesquisas guiadas por diferentes perspetivas e enquadramentos teórico e disciplinar. O turismo constitui um exemplo forte das dinâmicas globalizadoras que se fazem sentir no mundo moderno. É simultaneamente uma causa e consequência da globalização, acelerando as interações produzidas pela circulação de mercadorias, serviços e pessoas (Azarya 2004,

citado em Ribeiro, 2006).³⁰ Mais do que o tão referido *MacDonald's*, Wood in Azarya (2004: 949) sugere que o turismo é o melhor símbolo da globalização devido aos fluxos gigantescos de pessoas e às conexões económicas, políticas e socioculturais que eles implicam.

Segundo Ribeiro (2006, 2007) daqui decorre que os lugares turísticos são contextos sociais magníficos para se compreender o modo como a globalização funciona e faz sentir os seus efeitos, nomeadamente no que se relaciona com os processos de fabricação da cultura, entendida como processo e não como produto (Silva,Cardeira da 2004).³¹ Por outro lado, o turismo é inseparável de uma das mais importantes transformações sociais relacionadas, como defende Urry (1995: 130), com a democratização da viagem e a generalização da possibilidade de se comprar tempo por parte das classes sociais mais afluentes³². De privilégio conspícuo das elites – o lazer como marca distintiva das classes ociosas na perspetiva de Veblen (1970) citado por Ribeiro (2009) – as férias passaram a ser, nos países capitalistas afluentes e nas classes privilegiadas dos países do Sul, um direito social³³.

A expansão do turismo de massas, muito intensa a partir da década de 1960, por força da consolidação do Estado-Providência e o apoio dos governos dos países europeus centrais (v., entre outros, Boissevain 1996, Debié 1995, D'Épinay 1991, Lickorisk e

³⁰ Não será demais repetir que o turismo é o maior setor económico a nível mundial e, não menos importante, o que mais cresce (v. <http://www.unwto.org>).

³¹ Trata-se de conceber a cultura como resultado de processos de construção histórica, logo sujeita às mudanças, incluindo as que estão relacionadas com as interações entre locais e turistas, em oposição a uma visão essencialista e estática.

³² A democratização das viagens fez-se através do comboio, na transição do século XIX para o XX, passou pelo automóvel e realiza-se hoje sobretudo através do avião. Tendo permitido, numa primeira fase, tornar as periferias europeias acessíveis aos turistas dos países mais desenvolvidos do norte da Europa, atualmente o avião tem permitido a “descoberta” de novos destinos turísticos, localizados na América Latina, em África, na Ásia e na Oceânia.

³³ Também em Moçambique, nas duas últimas décadas da presença colonial portuguesa, o turismo se desenvolveu alimentado pelos segmentos mais privilegiados da população branca que, como acontecia em outras geografias, adotou modos de lazer modernos, no qual as férias se assumiam como um dos momentos mais importantes na estilização do seu quotidiano. Importa salientar a integração de Moçambique na região da SADC que ajudou a contribuir para o aumento da concorrência entre os produtos importados e os nacionais, o que estimulará a inovação, a melhoria das qualidades dos produtos ou serviços, o aumento da eficiência das indústrias moçambicanas, o aperfeiçoamento de sistemas de marketing e do poder de compra da população. Ao implementar o Protocolo Comercial da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), para além de potenciar o desenvolvimento e o crescimento económico dos países da SADC, permitirá a Moçambique reforçar a sua capacidade de fazer frente aos desafios oferecidos pela globalização e liberalização da economia mundial; criará condições para gerar economias de escala, aumentar a eficiência produtiva e encorajar o investimento privado num ambiente mais competitivo e inovador, bem como uma maior racionalização das capacidades produtivas.

Jenkins, 2000) – mais tardio no caso português (Arroteia 1994) – e, por outro, o próprio desenvolvimento do capitalismo na contínua procura e invenção de novos mercados e produtos (Ribeiro e Portela, 2002), conduziram à incorporação sucessiva de novos destinos na geografia mundial das rotas turísticas (Ribeiro, 2009).

Ribeiro (2006) olha para o impacto do turismo tratando-o como um fenómeno paradigmático do lazer contemporâneo e do modo como este e o trabalho se organizam em esferas separadas e reguladas das práticas sociais nas sociedades modernas, o turismo envolve atividades agradáveis praticadas durante períodos curtos em lugares distintos dos de residência e de trabalho. Implica o consumo aparentemente desnecessário de bens e serviços, consumidos em virtude de gerarem experiências agradáveis, envolvendo paisagens e pessoas diferentes das que se podem encontrar na vida quotidiana (Urry, 1991, citado em Ribeiro e Sacramento, 2006). É com base na identificação e exaltação destas diferenças que os atores, as organizações relacionadas com o turismo e os próprios Estados recetores procuram produzir as imagens que configuram os destinos turísticos já existentes ou a inventar. Estes são escolhidos porque, argumenta o autor, há uma antecipação, através do *daydreaming*, de prazeres intensos, envolvendo dimensões que raramente se encontram na vida quotidiana.

Esta antecipação é vivida através de uma grande variedade de práticas não-turísticas – filmes, programas de televisão, literatura, revistas, jornais e brochuras e outros documentos produzidos pelas entidades estatais e paraestatais do turismo – que *conectam* o turista com o lugar a visitar e o preparam para a mudança de vida, ainda que transitória. Como nota Franklin, “viajar proporciona anonimato e evasão face ao controlo, ao dever e à obrigação [...] e também a liberdade para a fantasia, imaginação e aventura” (Ribeiro e Sacramento, 2006).

Ainda de acordo com Ribeiro e Sacramento (2006) a mobilidade turística é, em larga medida, impulsionada por aquilo que Appadurai (1990) designa de *imaginação global*: formas subjetivas de imaginação do eu e do mundo, que extravasam a arte, o mito ou o ritual (enquanto domínios de indivíduos carismáticos e de especialistas) e se tornam práticas que informam a vida quotidiana das pessoas comuns. Tais práticas permitem a estas pessoas, como refere Greene (1995: 16), construir novas imagens sobre a realidade e olhar para as coisas como se elas pudessem ser aquilo que não são.

Estas práticas de imaginação global são estimuladas pelos constantes fluxos de imagens, modelos e narrações que ilustram as *paisagens mediáticas* globalizadas

(*mediascapes*, segundo Appadurai, 1990). É a partir destas que os indivíduos em concreto constroem guiões de vidas imaginadas, para si próprios e para outros vivendo em outros lugares. Constituem-se, assim, narrativas do *outro* e proto-narrativas de vidas possíveis que desenham uma plataforma de subjetividade para o desejo de aquisição e para o movimento. Desta mobilidade resulta o que Appadurai (1990) designa de *ethnoscapes*: fluidez das formas culturais associada aos movimentos de pessoas à escala global, muito em particular os movimentos turísticos e migratórios (Ribeiro e Sacramento, 2006).

Longe de constituir um fenómeno específico do turismo Appadurai (1996, citado por Ribeiro, 2004) defende que a imaginação está presente em todas as formas de agência, sendo em si mesma um facto social e um elemento fundamental da atual organização societal. Por outras palavras, as vidas individuais são hoje guiadas, em boa medida, pela imaginação. O turismo é um fenómeno caracterizado pelo deslocamento temporário de pessoas de seu local de origem para um determinado local, com permanência e utilização de serviços e equipamentos turísticos. Envolve tanto aspetos económicos, quanto sociais, naturais, culturais e políticos, compondo um conjunto de serviços e equipamentos interdependentes entre si, os quais são oferecidos ao turista por diferentes empresas turísticas (Rejowski *apud* Portuguesez, 2002). Assim, para o autor, o turismo pode causar problemas indesejados, gerando impactos negativos como a “Superação da capacidade de suporte dos locais e agravamento na deficiência no saneamento básico, poluição por resíduos sólidos e esgotos, perda da biodiversidade e até mazelas sociais, como a prostituição infantil” (Portuguez, *op. cit.*: 23).

Na perspetiva de Robinson (1999), o turismo pode transformar as culturas locais em bens de consumo, em que os rituais e os ritos étnicos e religiosos continuam a ser concentrados de acordo com as expetativas do turista.

O desenvolvimento do turismo cultural e ecológico poderá constituir um benefício para quem o pratica e para as comunidades que recebem os visitantes e os turistas³⁴. O turismo é uma atividade que permite ao local abrir-se ao mundo e impulsionar a sua

³⁴Segundo a Organização Mundial do Turismo, esta atividade cresce anualmente a uma taxa da ordem dos 6,5%, tornando-se no “maior setor de atividade que atua à escala global” (OMT, 1993). No caso dos países da CPLP, esta atividade tem sido projetada para que seja promotora da língua portuguesa, e que se assuma como um factor que capitaliza o património comum na CPLP, e valorizadora do património cultural, através da correta educação e da comunicação, dos monumentos, dos locais históricos, da gastronomia, das atividades festivas e culturais (cinema, dança, teatro, música, etc.), permitindo que estes cumpram o seu papel de elementos de atração turística e de educação cultural.

identidade cultural num mundo *glocal*(Silva e Cardoso, 2005). Para os autores, os impactos turísticos nas esferas sociocultural, económico e ambiental têm a ver com:(i)O impacto sociocultural é o que define as mudanças na qualidade de vida e adaptação nas comunidades de destino ao turismo. Por seu lado, o impacto cultural categoriza a aculturação turística e as mudanças nas normas sociais, a cultura material e os padrões culturais. As mudanças na estrutura coletiva e na forma de vida dos residentes das áreas de destino, mas também sobre as relações interpessoais, traduzem-se nos impactos socioculturais do turismo;(ii)Os custos e benefícios que resultam do desenvolvimento e uso dos bens e dos serviços turísticos que se manifestam nas mudanças da estrutura económica dos destinos, mais conhecidos ao nível nacional e internacional, e menos ao nível local e regional, fazem parte do impacto económico. Em termos de custos e benefícios à estimulação dos investimentos, a entrada de divisas estrangeiras e os contatos que o sistema turístico tem com outros setores faz com que o turismo contribua para o desenvolvimento.

Os efeitos desses impactos económicos têm características gerais como o aumento de benefícios económicos nas áreas de destino, o contributo para a balança de pagamentos e o desenvolvimento de bens e serviços turísticos.

Entretanto, a envolvente turística também cria impactos económicos negativos como as alterações espaciais e do meio ambiente, onde a maioria dos turistas mora em cidades com acumulação de tensões e com um ritmo exigente.

Sobre o meio ambiente existem também impactos positivos (restauração de monumentos, conservação de restos arqueológicos e de recursos naturais) e negativos (poluição sonora, alta densidade demográfica e massificação).

Os efeitos positivos ou negativos gerados pelo turismo refletem-se basicamente sobre os locais, que não são sujeitos passivos de mudança (Robinson, *op. cit.:* 67). Quanto aos impactos negativos baseiam-se fundamentalmente nos vínculos a factores ambientais dos quais, para que sejam minimizados e para que o turismo possa ser melhorado, devem ser levadas a cabo ações que valorizem a importância do planeamento, a normalização das atividades turísticas e a necessidade de união entre os atores. Ainda como impactos negativos destaca-se que com a chegada de turistas estrangeiros vindos de países muito diferentes pode levar à transformação dos valores culturais da comunidade local.

Isso acontece principalmente naqueles lugares onde a população não está preparada para receber o turismo e, inicialmente, se deslumbra devido à capacidade que o turismo possui de gerar rendimento. Porém, quando a euforia passa, ficam somente os estragos para uma

população que não soube manter o controlo, acarretando em malefícios não só físicos, mas também à perda de identidade cultural, porque o comportamento dos turistas influencia em demasia as sociedades recetoras. É como se elas fechassem os olhos e pusessem de parte todo o seu mundosimplesmente para agradar ao turista. Enquanto isso, o turista aproveita a situação e se sente *dono da casa*, impondo seus costumes aos demais, agindo como se estivesse no seu país e não respeitando o modo de pensar dos recetores, dando início então a grandes impactos culturais e sociais negativos. Lanquar (1985) *apud* Aulicino (2001) expressa o seu pensamento dizendo que o fenómeno turístico deve ser analisado como um factor de mudança social, definida, por sua vez, como um fenómeno coletivo que afeta as condições e os modos de vida ou o universo mental dos envolvidos e que pode modificar o aspeto global da sociedade.

Na perceção positiva sobre turismo local evidenciou-se, de entre vários aspetos, o estabelecimento de atitudes mais cooperativas que alcançam formas cada vez mais sustentáveis de opções para os turistas bem como a melhoria das condições de vida das populações locais e do país em geral, tal como se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 3.1 - Benefícios do turismo

Nível	Benefícios
Económico	Criação de emprego; Manutenção e melhoria dos serviços e atividades locais; Diversificação das atividades.
Ambiental	Manutenção, conservação e melhoria da paisagem local.
Antrópico	Intercâmbios culturais; Manutenção de costumes e tradições locais; Aumento do interesse da comunidade pelas atividades de lazer e cultura.

Fonte: Robinson (1999).

Ao discutir sobre os benefícios do turismo vale a pena clarificar que esses dependem grandemente da consciência assumida pela comunidade local bem como pelos turistas, senão, vejamos que o mundo vê hoje o turismo como uma forma de se alcançar altos resultados do ponto de vista de benefícios como emprego, aquisição de novos padrões de consciência, entre outros. Entretanto, tal conceção gera a preocupação de que a maior parte das pessoas

diretamente envolvidas na atividade turística, não leva em consideração a sustentabilidade tanto cultural, social, natural e até económica do local onde se vai desenvolver a atividade. Pois, sem um planeamento adequado, as consequências serão negativas para a comunidade recetora e para o ecossistema local.

Assim, a realização da atividade turística, deve levar em consideração um planeamento adequado para o local, que contribuirá para a diminuição dos impactos ambientais causados na fauna e flora. O crescimento do turismo no mundo leva ao conhecimento global da necessidade de se conservar a natureza, onde não apenas aqueles que estão envolvidos se preocupam com o seu futuro pois, a cada dia, muitos se envolvem com a questão e precisam de conhecer um pouco mais sobre o que a atividade turística deve fazer para utilizar os recursos naturais e culturais de maneira sustentável.

Neste contexto, achamos que a questão da conservação, como benefício do turismo, pode materializar-se numa situação em que se leva em conta as novas formas de práticas apresentadas, como o caso do ecoturismo, o qual deve ter em consideração: *(i)* um impacto ambiental mínimo; *(ii)* impacto mínimo às culturas locais; *(iii)* máximos benefícios económicos para as comunidades locais e, *(iv)* satisfação recreacional máxima para os turistas participantes.

Para a efetivação de um turismo que seja de conservação, seria necessário que as atividades deste ramo de prestígio sejam regidas por um conjunto de condições que superam a prática do turismo convencional de massas (Ruschmann, 1994). O autor destaca que o ecoturismo é uma nova conceção de turismo que supera as práticas convencionais, considerando-o como novo, devido as características de conservação e educacional que apresenta. Isto não quer dizer que o mesmo deixe de precisar dos serviços básicos existentes no turismo de massas. Contudo, tais serviços devem ter funções diferentes, ou seja, um planeamento que esteja adequado às condições da realidade local.

Deste modo, ao criticar a ideia apresentada no quadro acima sobre os benefícios, há que fazer-se menção que uma das medidas mais viáveis para resolver o problema da conservação, que é o epicentro da sustentabilidade, seria a de atribuir ao turismo um papel educativo. Esses fundamentos priorizam a ideia de mitigar impactos ao meio ambiente e consciencialização ambiental. Em conformidade com Ruschmann (1994), os princípios básicos que vários autores colocam são numerosos, tais como estimular a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano. Entretanto, o que se pode destacar é a busca por tomada de decisões planeadas em todos os segmentos da sociedade,

inclusive com o envolvimento das populações locais, de modo que o turismo e outros utilizadores dos recursos naturais e culturais possam utilizá-los considerando que eles têm uma finitude.

Tratando-se do ecoturismo uma estratégia eficiente para a eficácia ao turismo de massas, Ruschmann considera, como sendo estruturais para o desenvolvimento sustentável dos recursos ou localidades turísticas, as seguintes medidas: determinar restrições de acesso e desenvolvimento; impor quotas ou custos extras que limitem a instalação de equipamentos recetivos; delegar poder de decisão às autoridades competentes, responsabilizando-as pelas decisões que envolvem o desenvolvimento. Essas medidas colocadas por Ruschmann procuram dar uma base para se formar um desenvolvimento sério do ecoturismo pois, somente através de critérios técnico-científicos não surgirão planos de desenvolvimento, como ocorreu na década de 60 do século passado na Amazónia (Brasil), impostos pelo Governo Federal e, portanto sem o envolvimento das comunidades.

De um modo geral, pode-se perceber que o desenvolvimento sustentável é o tipo de desenvolvimento que se pode procurar no ecoturismo, pois são conceitos correlatos, visto que a definição e o fim de ambos estão interligados, propiciando, desde então, mecanismos para o desenvolvimento das comunidades. Esses mecanismos seriam as estratégias e planos elaborados pelos empresários e governos, baseados na sustentabilidade e conservação utilizados no ecoturismo, que tem por objetivo a participação das comunidades locais nesse processo, causando assim o desenvolvimento sustentável para todos os envolvidos.

O turismo é um ramo dinamizador das atividades económicas, o qual tem potenciado, cada vez mais, a valorização dos recursos patrimoniais e ambientais, bem como a defesa dos valores culturais, quer ao nível regional como local. O património arquitetónico diz respeito a arte de criar espaços organizados e animados, por meio do agenciamento urbano e da edificação, para abrigar os diferentes tipos de atividades humanas. O património cultural constitui a base fundamental do turismo e a sua deterioração pode comprometer o desenvolvimento deste. Em muitos casos, pela falta de um adequado ordenamento dos espaços e pelo esquecimento da capacidade de carga turística desejável das zonas, o turismo tem-se transformado em grande destruição do património, com reflexos altamente nefastos para o seu desenvolvimento criterioso (Lopes e Correia, 2004).

O esforço de valorização do património cultural, que constitui um dos desafios mais significantes do turismo, encontra justificação económica na sua utilização para fins turísticos. O turismo em si não constitui um recurso, é uma atividade económica que aproveita recursos

do território, paisagens, património natural ou construído entre outros fenómenos que, se forem bem geridos, passam a constituir recurso, contribuindo assim para o desenvolvimento do território. A relação entre o turismo e o património alargou-se não só porque a própria noção de património passou a designar um conjunto mais alargado de elementos, mas também porque o turista desenvolveu o gosto pela fruição do património.

Segundo a UNESCO³⁵ (1972), o turismo cultural deve valorizar e difundir as diferenças culturais de modo a contribuir para a durabilidade, estabilidade e a imponência dos bens patrimoniais. O património favorece o desenvolvimento de um turismo de qualidade, com uma vertente cultural, permitindo assim o aparecimento de outras atividades económicas e, conseqüentemente a melhoria das condições de vida das populações. Ao apostar num turismo sustentável que não prejudique os aspetos culturais da Região e em que a população será o alvo principal, capaz de angariar benefícios socioculturais e económicos, faz com que o desenvolvimento se torne numa realidade. O conceito de património cultural abarca um vasto mundo de realidades materiais e imateriais. Em sentido restrito, património é sinónimo de herança familiar, bens que herdamos dos nossos pais e avós. No nosso tempo, a palavra transferiu-se do mundo económico e jurídico da família para diversos domínios de conhecimento, passando a significar um conjunto de materiais herdados: património genético, património linguístico, histórico e cultural.

Choay (1992: 158-163) atribui o fenómeno do alargamento do campo patrimonial à ação conjugada de vários factores: “a mundialização dos valores e das referências ocidentais” e a conseqüente “expansão ecuménica das práticas patrimoniais”, simultaneamente expressa e fomentada pela colaboração internacional desenvolvida por organismos como a UNESCO e o Conselho da Europa; “o aperfeiçoamento do projeto memorial das ciências humanas” – que diria, além de memorial, identitário – o qual tem contribuído para encontrar nas tipologias patrimoniais criação cada vez mais contemporânea; finalmente, a prossecução do “grande projeto de democratização do saber herdado das luzes” que conduziu à expansão e diversificação dos públicos, à mobilidade e ao turismo de massas.

A noção de património está associada aos conceitos de transmissão e de familiaridade. O de transmissão do passado para o presente e, deste, para o futuro só ocorrerá se o património for conservado e reutilizado. Caso contrário, poderá estar condenado ao desaparecimento a curto ou médio prazo. O conceito de familiaridade permite que uma

³⁵ Relatório da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na sua décima sétima sessão.

herança se torne conhecida pelos membros de uma comunidade, que dela, conscientemente, se apropriam e a valorizam culturalmente.

Através da conservação dos elementos patrimoniais é possível colocar em atuação as políticas denominadas de patrimoniais, que tendem a reforçar os sentimentos de pertença das coletividades às quais se destinam. Com a evolução do conceito do património, não só como bens deixados pelos familiares mas também como uma herança coletiva, passou-se a valorizar não só o monumento mas também o espaço envolvente, contribuindo assim para a partilha de uma identidade herdada do passado e a sua valorização culturalmente.

De acordo com a Convenção do Património Mundial (UNESCO, 1972), são considerados Património Cultural os monumentos, os conjuntos e os sítios. Fazem parte dos monumentos as obras arquitetónicas, de escultura ou pintura monumentais, elementos ou estruturas de tipo arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos que tenham um valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os sítios são obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, assim como as zonas que compreendem os lugares arqueológicos e que tenham um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico; e, os conjuntos são grupos de construções isoladas ou reunidas, que pela sua arquitetura, pela sua unidade, ou pela sua integração na paisagem, tenham um valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência (Lopes e Correia, 2004:126).

Em suma, o património cultural caracteriza o povo que o produziu e o território que ocupa. O património pode, dentro de certas possibilidades e limites, ser encarado como atração turística na medida em que turismo cultural deve valorizar e difundir as diferenças culturais de modo a contribuir para a durabilidade, estabilidade e a imponência dos bens patrimoniais. As ações tendentes a salvaguardar o património têm, geralmente, como objetivo primordial, uma intervenção para o desenvolvimento cultural e económico de um dado país, região ou cidade.

A relação entre o património e o turismo alargou-se não só porque a própria noção de património passou a designar um conjunto mais alargado de elementos, mas também porque o turista desenvolveu o gosto por observar um património vivo e autêntico. Em certa medida, o turismo pode também ser destruidor do património e da cultura, daí que a seguir nos vamos propor uma descrição sobre a maneira mais eficaz de fazer a gestão dos destinos turísticos de tal maneira que os impactos sejam mais positivos do que negativos, bem como tornar os locais e as situações turísticas mais atraentes para o crescimento e a expansão do turismo.

3.3.A PROMOÇÃO DO TURISMO, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Entre os elementos básicos da atividade turística (procura, oferta, espaço geográfico e operadores de mercado), o transporte é um dos componentes desta cadeia. O turismo, por definição, implica deslocamentos, e o transporte é o facilitador da relação entre oferta e procura e, portanto, participante e elo na organização e promoção do turismo. Há situações em que o transporte constitui-se na própria atratividade turística, a exemplo dos cruzeiros marítimos, trens em viagens, os dirigíveis e aviões (OMT, 2003).

A evolução dos transportes, as novas tecnologias na área da informação através de redes como a internet e o avanço dos meios de comunicação aproximaram os lugares e estreitaram as relações entre as pessoas, favorecendo o crescimento das atividades turísticas na economia mundial.

A visão estratégica na promoção do turismo assume uma importância tão vital quanto em qualquer outra área de desenvolvimento. A estratégia aparece aqui como o conjunto de ideias e ações articuladas que corporizam, no seu conjunto, a realização de um ou vários objetivos organizacionais. De raízes militares, o termo *estratégia* vem sendo aplicado com muito sucesso na arena empresarial como sendo a aplicação sensata dos recursos de uma empresa para o alcance dos seus objetivos. A palavra deriva do grego *strategos*, uma formulação de *stratos* (exército) com *ag* (liderar). Entretanto, enquanto no campo puramente militar, estratégia se destina a vencer a oposição, no meio empresarial ela destina-se a “criação de uma vantagem competitiva sustentável” Freire (1997:17-19). Um plano estratégico bem formulado “deve ser estruturado de acordo com as três componentes da reflexão estratégica: a análise estratégica, a formulação da estratégia e a sua organização e implementação”. (Freire, 1997: 597).

Tomando como base esta estruturação, nota-se que um dos enfoques na fase da organização e implementação da estratégia é a gestão estratégica. Ela compreende a implementação de políticas que têm por finalidade oferecer valor aos clientes e sobrepor-se à concorrência, pois elas determinam o nível de desempenho efetivo da empresa no mercado. Na visão apresentada por Oliveira (2000), a gestão estratégica dos locais turísticos passa necessariamente pela escolha das atividades a desenvolver e a implementar como forma de monitorar e reconfigurar o terreno da prática turística. Neste contexto, existe consenso quanto

à forma de encarar o destino turístico como um produto que necessita de ser gerido, na sua globalidade, de produto composto, envolvendo elementos de origens diversas, todos eles contribuindo para a formação do produto final que é a experiência turística para a prestação de serviços cada vez mais de maior qualidade e que, acima de tudo, satisfaçam as necessidades dos clientes.

Normalmente, a gestão estratégica é focada sobre a produção de resultados estratégicos – mercados, produtos, processos, áreas geográficas, entre outros. Ainda na mesma linha de raciocínio, Becker (1996) defende que a gestão estratégica parte do que foi definido como conceito para o destino turístico e do conjunto de estratégias com expressão qualitativa, quantitativa e espacial e com princípios, valores e objetivos fixados, considerando a estratégia enquanto conceito para a ação. Deste modo, pode-se afirmar que existe mais consenso quanto à conveniência da gestão estratégica do que quanto ao planeamento, já que a formalização em plano escrito não é, em rigor, imprescindível. Pode perfeitamente partir-se da formulação estratégica para a agenda estratégica e, desta para o processo de gestão estratégica, sem passar por um documento formal.

O turismo tem sido realizado sob diversas perspetivas e interesses, porém, há que salvaguardar alguns locais que comumente são indicados como estratégicos para a prática e o desenvolvimento do turismo. Por exemplo as áreas balneares, as praias, as paisagens, entre outras, assumiram um papel de grande relevo na evolução do turismo contemporâneo e, muito particularmente, no contexto emergente do turismo de massas que se afirmou após a Segunda Guerra Mundial.

A valorização social, cultural e económica da praia e a sua integração nos circuitos de comercialização internacionais levou a que muitas áreas, até há pouco tempo eminentemente agrícolas ou piscatórias, se transformassem em territórios estruturados a partir do turismo e para o turismo.

...a cronologia das transformações da visão sobre a praia e dos comportamentos neste espaço, propostas pela maioria dos autores, temos que durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX, a praia é frequentada com finalidades terapêuticas; na segunda metade do século XIX até à segunda metade do século XX transforma-se progressivamente num lugar de aventuras e sedução (Watson, 1983; Shields, 1991); finalmente, desde meados do século XX que convertem num local de consumo e de transformação (Rojeck, 1993).

No século XIX, a relação que as elites europeias estabeleceram com a praia e o mar funciona como uma estratégia da distinção social importante, num momento em que o desenvolvimento do capitalismo introduziu mudanças consideráveis no sistema de estratificação social- (Machado, 1996: 204).

O crescimento dos movimentos turísticos internacionais, apoiado pelas lógicas de mundialização e globalização dos agentes envolvidos, tem sido acompanhado, e também potenciado, pela difusão dos espaços turísticos à escala mundial. Mas, alicerçado nas inovações científicas e tecnológicas que caracterizam as sociedades contemporâneas, este processo de crescimento dos movimentos globais tem, também, resultado numa massificação de muitas das áreas de destino dos turistas, com especial destaque para as áreas ligadas às praias.

Santos (2001) e Ruschman (2004) afirmam que apesar de o turismo se poder desenvolver em espaços com características diversificadas, todos eles têm em comum a possibilidade de oferecer aos visitantes uma ou várias das seguintes opções: paisagem para observar e usufruir, atividades para participar e experiências para recordar. De facto, potencialmente, todo e qualquer espaço, pode configurar um espaço turístico e conseqüentemente, uma área de destino de turistas.

Todavia, tal como outras atividades económicas e sociais, o turismo não surge por acaso, nem de igual modo em todos os espaços. Há, sem dúvida, regiões que se apresentam melhor posicionadas para o desenvolvimento do turismo do que outras.

Nesta discussão e segundo Sanchoet *al* (1998), para levar a cabo uma missão tão difícil como oferecer qualidade, é necessário aplicar uma metodologia que coordene e assegure todo o processo, denominada Gestão da Qualidade Total. Este processo consiste em identificar, assumir, satisfazer e superar constantemente as expectativas e necessidades de todos os coletivos relacionados com a organização – clientes, funcionários, proprietários, fornecedores, no que se refere aos produtos e serviços que esta proporciona.

Uma gestão de qualidade tem como objetivo a implicação não apenas de todos os escalões de uma organização, mas também da organização estendida, ou seja, seus fornecedores, distribuidores e demais parceiros de negócios. Assim, para melhor se explicar à volta da gestão de qualidade total, Deming (2000) *apud* Lunenburg (2010), apresenta as estratégias fundamentais necessárias à efetivação de uma gestão de qualidade e descreve que

essas só são atingidas através de métodos e procedimentos concretos, que as pessoas utilizam através de educação e formação contínua.

Em linhas gerais, o autor deduz que a gestão de qualidade total visa produzir e fornecer produtos e serviços que atendam concretamente as necessidades e desejos do cliente; garantir a sobrevivência da empresa através do lucro contínuo adquirido pelo domínio da qualidade; identificar o problema mais crítico e solucioná-lo pela mais alta prioridade; falar, raciocinar e decidir com dados e com base em factos; gerir a empresa ao longo do processo e não por resultados; reduzir metodicamente as dispersões através do isolamento de suas causas fundamentais; o cliente é o rei; procurar prevenir a origem de problemas cada vez mais a montante; nunca permitir que o mesmo problema se repita pela mesma causa; respeitar os empregados como seres humanos independentes; definir e garantir a execução da visão e a estratégia da alta direção da empresa.

Entretanto, essas abordagens levam a uma reflexão de que as organizações têm que esforçar-se por satisfazer as pessoas que nelas trabalham e cada departamento tem que orientar-se para realizar as expectativas dos outros departamentos. Orientado para o cliente, o sistema de qualidade torna-se num elemento integrador de todas as atividades e pessoas envolvidas. É também um processo contínuo de melhoria através da aprendizagem.

Assim sendo, as organizações turísticas que apliquem a gestão da qualidade, mediante o desenvolvimento desta metodologia, podem conseguir: potenciar a diferenciação relativamente aos concorrentes, através de uma melhor imagem, um posicionamento mais forte e claro, redução de custos da não qualidade, incremento das receitas, entre outras; oferecer a garantia do serviço prestado aos clientes; aumentar a confiança e o prestígio relativamente aos clientes (visitantes, operadores turísticos, administrações públicas, e mais); fomentar a motivação e a melhoria contínua da gestão. A gestão da qualidade numa organização pode adequar, otimizar e controlar procedimentos, processos e sistemas e garantir aos clientes que esta tem por norma cumprir com a conformidade do serviço que presta; garantir a melhoria de toda a atividade desenvolvida.

Pearce (1989) afirma que este facto se encontra diretamente relacionado com o tipo de atributos locais que estão na base da atratividade turística e entre os quais destacam-se as características climáticas, geomorfológicas, histórico-culturais, socioeconómicas, políticas, etc. Assim, os espaços turísticos são, antes de mais, os espaços das práticas turísticas (Boullon, 1985, Groote, 1989, Alvarez, 1991, entre outros); são, pois, espaços procurados por turistas, o que lhes confere o estatuto de áreas de destino turístico.

Nesta perspectiva, Gunn (1994) definiu o conceito de área de destino turístico a partir da noção de produto turístico. Para este autor, além do património natural ou histórico-cultural em que se consubstanciam os recursos turísticos, um destino tem de oferecer bens e serviços que, congregados num ou vários produtos turísticos, sejam capazes de atrair e fixar visitantes (*op. cit.*). Assim, um destino turístico pode ser entendido como um espaço que tem características conhecidas por um número suficiente de potenciais visitantes para justificar a sua consideração como entidade, incitando a viagem em si mesma, independentemente das atrações de outros espaços que oferecem produtos competitivos e tem capacidade para atrair visitantes.

A noção de produto turístico tem assumido, nos últimos anos, uma nova dimensão. Machín (1997:35) afirma que um produto turístico é “uma combinação de elementos tangíveis e intangíveis que oferecem benefícios ao cliente, como resposta a determinadas expectativas e motivações.” De acordo com este autor, um produto tem de oferecer ao consumidor todo um conjunto de utilidades funcionais, que satisfaçam as necessidades básicas e expectativas bem como utilidades psicológicas, físicas, culturais e sociais relacionadas com o valor simbólico da região em que se encontra o destino turístico.

Já numa outra visão, não distante da do autor anterior, Kotler (1999) defende que um produto turístico é tudo o que pode ser comercializado, adquirido ou consumido com o fim de satisfazer uma necessidade e que inclui objetos físicos, serviços, lugares, organizações e ideias, pois, para este autor, as características e os recursos turísticos são a base dos próprios produtos e da qualidade turística. Com isso, podemos claramente perceber que um destino turístico é a essência da atratividade de um local turístico, o que chama a atenção para a sua gestão de forma eficiente e eficaz. Assim, há que considerar que todos e quaisquer aspetos que levam os consumidores a escolherem um determinado destino integram-se na maneira como se estrutura e apresenta o local, quer dizer, um núcleo de atração devidamente suportado do ponto de vista infraestrutural e organizacional.

Deste modo, os produtos turísticos têm uma evidente tradução espacial pois, ao contrário de outros bens de consumo, estes não podem ser deslocados até aos consumidores; os locais de produção e de consumo são coincidentes no tempo e no espaço, pelo que envolvem muito mais do que a produção turística propriamente dita, em que a dimensão territorial passa a assumir um papel de acrisado relevo no que diz respeito à sua gestão. Em última análise, o produto turístico é o próprio espaço turístico (Gomez, 1994).

Tomando como base de referência a Europa, no princípio do século XIX, Gormsen destaca a relação entre a evolução cronológica e a difusão dos destinos turísticos ao nível mundial, de acordo com quatro periferias: (i) A primeira, constituída pelos litorais próximos das áreas urbanas desenvolvidas pela revolução industrial (Canal da Mancha e Báltico); (ii) A segunda periferia, resultante do crescimento do turismo na Itália, na Costa Azul e no Sul de França, nos finais do século XIX e princípios do século XX; (iii) A terceira, desenvolvida a partir dos anos 50 do século XX e resultando, por um lado, da expansão da segunda em direção aos litorais da Europa meridional – com especial destaque para o Mediterrâneo espanhol – e, por outro, da afirmação das Ilhas Canárias e do Norte de África e, (iv) A quarta, que se definiu já durante a década de 70, abrange todos os continentes, englobando áreas como as Caraíbas, Sudeste Asiático e Oceânia.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a difusão dos destinos turísticos litorais foi sendo acompanhada por importantes alterações nos destinos pioneiros, tanto em termos de oferta como de procura turística. Estas alterações consubstanciam-se na diversificação do tipo de alojamento e no crescimento da participação local e regional, no processo de evolução dos destinos e dos diferentes tipos de turistas. Porém, enquanto as primeiras periferias são hoje destinos acessíveis à maior parte dos turistas e as estruturas locais têm uma participação fundamental no processo de desenvolvimento, as estruturas dos destinos mais recentes e mais distantes da Europa limitam-se, ainda quase exclusivamente, à hotelaria e meios complementares de alojamento.

Esta tentativa de explicação da difusão do turismo litoral em termos mundiais é apresentada de uma forma que possibilita a sua utilização em diferentes escalas – como o demonstraram Costa *et al* (1999) que ensaiaram a sua aplicação unicamente aos destinos do Mediterrâneo. Contudo, o nível de abrangência inerente às características de cada uma das periferias não identifica os diferentes processos de desenvolvimento vividos pelos diversos destinos que as constituem.

Note-se que, apesar de se basearem no mesmo tipo de potencialidades, os espaços turísticos litorais podem observar processos de desenvolvimento completamente distintos. Tal como na generalidade dos espaços, o ritmo de crescimento do turismo, o nível de participação da comunidade local ou a existência de efetivos instrumentos de apoio ao desenvolvimento, configuram alguns dos elementos estruturantes neste processo de evolução.

A simples dinamização de uma qualquer atividade turística acarreta um conjunto de efeitos e impactos, os quais são variáveis, não só de acordo com as atividades em questão

mas, também, com as características espaço-temporais que lhes estão associadas. Pequenos impactos podem produzir efeitos cumulativos importantes e, nalguns casos, podem também combinar a produção de pequenas e grandes alterações, dependendo das circunstâncias (Butler,1993).

Está claro que a simples circunstância do crescimento e desenvolvimento turístico, embora não sendo suportado por planos, desempenha um papel fundamental no tipo de intervenção que o turismo pode assumir na estruturação do território. Esta ideia está claramente subjacente à tipologia proposta por Barbaza (1970), a qual toma como base de referência os seguintes critérios: (i) Características da área antes do turismo – avaliadas em função da dimensão demográfica, da vitalidade e da diversidade das atividades existentes; (ii) Natureza espontânea ou planeada das estruturas turísticas e, (iii) Natureza concentrada ou difusa do espaço turístico.

Nas instâncias turísticas resultantes de intervenções pontuais, destaca-se o facto do desenho e conceção do próprio destino ter resultado de um processo de planeamento protagonizado pelas instituições estatais, de uma forma refletida e cuidadosamente planeada (o mercado foi estudado, a capacidade de carga das praias avaliada) antes da instalação de qualquer atividade turística. Assim, a oferta estruturou-se em função dos interesses estratégicos nacionais e sempre antecedendo a procura turística (Barbaza, 1970:453).

No caso das instâncias de desenvolvimento extensivo, o segundo tipo de intervenção identificado por Barbaza, também a dinamização turística se deveu a atos de geografia voluntária mas, neste caso, protagonizados por uma interessante parceria entre entidades públicas e privadas. A título de exemplo, a elaboração de um plano de desenvolvimento e a criação, em 1963, de uma Comissão Interministerial, em Espanha, com funções de controlo e gestão das ações propostas, despoletaram todo o processo. Os investimentos foram financiados por entidades públicas – centrais e regionais – e privadas.

No caso dos destinos considerados como tendo observado um desenvolvimento espontâneo, ao contrário dos anteriores, o crescimento turístico não foi desencadeado por qualquer planeamento da oferta turística global, assumindo-se a procura turística como o *motor* fundamental do crescimento. As estratégias de desenvolvimento global, a existirem, não tiveram qualquer efeito regulador do processo de crescimento destes destinos, baseadas em atuações casuísticas, tendendo estes a serem intensivamente ocupados e estruturados pelas atividades turísticas.

Com um ritmo mais ou menos acentuado, o turismo afirma-se como a principal atividade económica, com todos os impactos que lhe estão associados. Em muitos casos, a ausência de um modelo global de ocupação do território leva a que o turismo funcione, por um lado, como inibidor de atividades como a agricultura e a pesca – quase sempre atividades predominantes na fase pré-turismo – e por outro, como potencial fonte de conflitos na relação entre o turismo e o próprio território.

Apesar de definidos a partir do estudo de casos concretos, Barbaza defende que quaisquer dos tipos propostos são extrapoláveis a outros espaços. Consciente de que estes podem ser considerados como casos extremos, a autora defende que entre qualquer um dos tipos propostos há uma enorme diversidade de situações dificilmente integráveis numa tipologia abrangente e consensual, dadas as contingências e peculiaridades dos locais concebidos.

A opção de dinamizar processos de planeamento turístico assentes nos princípios do partenariado tem sido tomada por um número crescente de destinos acompanhando de perto as alterações observadas ao nível dos próprios paradigmas do planeamento turístico. Os protagonistas do desenvolvimento turístico são cada vez mais chamados a participar no processo de planeamento turístico, assumindo, assim, as suas responsabilidades e comprometendo-se com as opções tomadas em sede do próprio processo.

De acordo com Gonçalves (2000), do ponto de vista microeconómico, as atividades turísticas geram emprego e respetivos rendimentos dos empresários e dos recursos humanos em geral, ao mesmo tempo que asseguram importantes receitas fiscais para as entidades públicas. Por outro lado, a natureza intersectorial do turismo funciona como um importante estímulo para o desenvolvimento de todo um conjunto de estruturas e serviços de apoio que, não sendo eminentemente turísticos, derivam dos já referidos efeitos de aglomeração.

É a partir destes indicadores que o turismo assegura importantes benefícios indiretos e induzidos. De facto o turismo induz importantes efeitos multiplicadores económicos, visto que para além das atividades turísticas propriamente ditas, o seu crescimento estimula outras atividades que são fundamentais para o seu desenvolvimento, como por exemplo a construção civil, o comércio, transportes, serviços imobiliários e financeiros, serviços de apoio pessoal e a coletividade, etc. (Gonçalves, 2000: 87).

No seu conjunto, os efeitos diretos, indiretos e induzidos pelo turismo de massas configuram uma nova estrutura económico-produtiva das áreas de destino. Na sua base, encontram-se profundas e radicais transformações das atividades tradicionais, como a

agricultura ou a pesca, e o incentivo de outras, congregadas nas funções turísticas e de lazer. Em qualquer dos casos, o que se observa é a inserção de todas as atividades na esfera de uma economia moderna que visa, antes de mais, o máximo de vantagens económicas.

Entretanto, o turismo implica relevantes alterações na matriz produtiva das áreas massificadas, na medida em que condiciona – incentivando ou inibindo – o desenvolvimento de muitas outras atividades. Ele passa a ser uma referência e, simultaneamente, um concorrente em termos de rendimentos, usos do solo, utilização dos recursos humanos, etc.

Todavia, as estruturas produtivas são tendencialmente dominadas pelo turismo, o que decorre das complexas inter-relações estabelecidas com as restantes atividades ao longo de todo o processo de crescimento e massificação; para além de potenciar o desenvolvimento de atividades diretamente relacionadas com ele, o turismo também induz processos de inibição ou estímulos à transformação. Mas há um conjunto de atividades claramente potenciadas pelo turismo que, na generalidade dos espaços, tendem a assumir uma dimensão concordante com o número de turistas. Neste caso, a oferta de tais atividades ultrapassa largamente a estrita dimensão do mercado constituído pela população residente (Gonçalves, 2000).

Naturalmente que numa análise global, em qualquer um destes exemplos, as atividades agrícolas perderam o protagonismo assumido antes da afirmação do turismo. Igualmente, nas pescas, a situação é semelhante. Os pequenos portos de pesca são, por vezes, transformados em portos de recreio ou em portos de média ou grande dimensão.

O dinamismo económico, associado ao turismo, tem também influências ao nível demográfico, claramente demonstradas com a evolução da população residente nos destinos massificados, onde as expectativas de prosperidade, de novas oportunidades de emprego e de melhores condições de vida em geral, geradas pelo turismo, contribuem fortemente para uma atenuação das tendências para a emigração, ao mesmo tempo que potenciam os movimentos imigratórios, definitivos ou temporários.

As consequências desta inversão têm um duplo efeito sobre a dinâmica demográfica: a maior capacidade de fixação e de atração dos emigrantes, geralmente em idade ativa e de procriação, o que implica num aumento da população residente. Paralelamente, regista-se uma maior vitalidade e um rejuvenescimento demográfico.

Estas alterações manifestam-se diretamente na diminuição dos índices de envelhecimento, nos acréscimos da importância relativa dos indivíduos mais jovens, das taxas de natalidade e da capacidade de substituição de gerações.

Essa ideia também é defendida por Cavaco (1980: 9) ao lembrar que pode existir um paralelismo entre os ritmos de crescimento do turismo e da população residente, afirmação que se comprovou num interessante estudo sobre os movimentos da população que nas últimas décadas dinamizaram a demografia do Algarve (Portugal). Após consideráveis decréscimos da população residente, esta região iniciou, a partir dos anos setenta, um ciclo de crescimento demográfico que acompanhou o do próprio turismo. As tendências para a emigração deram lugar não só capacidade de fixação da população autóctone, como ainda se tornou atrativa face a residentes autóctones.

No final do século XIX, quando a Revolução Industrial levou as cidades a ficarem saturadas inicia-se a desordem que fez surgir necessidade de intervenções nos meios urbanos de forma a tentar reestruturá-los com aplicações de técnicas e conhecimentos arquitetónicos e da engenharia, o que resultou no surgimento do campo de estudo do urbanismo. Em conformidade com Hall (1989) o urbanismo é um campo do conhecimento que tem como objetivo criar condições satisfatórias e ordenadas de vida nos centros urbanos, de acordo com as necessidades humanas, como meios de locomoção, moradas, lazer, criação de áreas verdes, de entre outras.

Harvey (1985a) partilha desse pensamento ao referir que a rede urbana que articula a economia, a sociedade e o espaço-tempo globalizado organiza também territórios de várias amplitudes do microregional ao continental. Para o autor, as teorias que tentaram explicar a transformação, o crescimento, o sentido e a função da cidade para informar suas melhorias e planeamento, tiveram grande importância nas intervenções feitas, tanto pelo Estado quanto pela sociedade em várias manifestações. Essas teorias, pensadas nos países do centro capitalista e apropriadas na periferia, muitas vezes representam *ideias fora do lugar* aplicadas em áreas seletivas e deixando grande parte das cidades como *lugares fora das ideias*.

Ao processo dinâmico e complexo de concentração de população num espaço a partir do seu assentamento original associa-se a urbanização, que parte da ideia de que, a distribuição da população no território era de carácter disperso e rural. Na África Subsahariana, onde Moçambique se encontra inserido, a duplicidade entre o urbano e o rural ainda é muito marcante e manifesta-se por incompatibilidades evidentes. As cidades desenvolveram-se constantemente e as tensões relativas nas áreas rurais tornaram-se idênticas. Não só as cidades absorveram fisicamente os campos, como as exigências crescentes em termos de lazer se combinaram com o aumento da mobilidade individual, garantindo que as áreas rurais fossem cada vez mais relacionadas a áreas de recreio para o urbanista.

O impacto da agricultura mecanizada, bem como o abandono das atividades agrícolas, alteraram a forma e a função da paisagem rural. Por sua vez, a paisagem rural comporta tudo o que diz respeito ao campo: as florestas, a paisagem de campos cultivados, as aldeias e tudo o que as compõem (residências, infra-estruturas administrativas, etc.) e as clareiras; a paisagem agrária engloba o campo (porção de espaço cultivado), os canais de irrigação, os espaços arborizados e incultos que naturalmente fazem parte dela, e a paisagem agrícola é constituída pelas parcelas de cultura.

Harvey (1985a) destaca que de entre as tendências contemporâneas de planeamento e gestão urbana e ambiental, pode-se destacar, por um lado, a preocupação generalizada de criação de formas mais democráticas de gestão, seja pela adoção de metodologias e práticas participativas, seja pela criação de instâncias colegiadas e multissetoriais de gestão de políticas.

Outra tendência bastante presente tem sido a adoção de recortes espaciais determinados, eles próprios fruto de um planeamento anterior, dentro dos quais vigoram regulações específicas urbanísticas, ambientais ou de gestão. Assim, podemos entender que a identificação e discussão de conflitos urbano-ambientais ou sócio ambientais vêm-se caracterizando como uma promissora área de investigação, na medida em que possibilita compreender mais claramente as diferentes lógicas que articulam interesses que se contrapõem em determinadas situações concretas. Em algumas situações pode-se identificar uma total assimetria entre os grupos ou agentes envolvidos no processo de tomada de decisão.

Sublinhe-se que na discussão sobre urbanismo e turismo, há que enfatizar que a partir do entendimento do espaço geográfico como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações que interagem entre si (Santos, 2002: 63), ainda, é possível estabelecer algumas considerações sobre como o turismo condiciona a produção do espaço, notadamente naqueles lugares que ainda estão relativamente abertos à inserção turística, como é o caso de Cidade da Beira. Segundo Santos (2002: 63) “o sistema de objetos condiciona a forma como se dão as ações, e o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes”. Assim, ainda nos termos do autor, o espaço é formado por elementos fixos que, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar.

Lopes Jr. (2000: 213) usa o conceito *urbanização turística* para expressar uma nova forma urbana derivada da conexão entre o desenvolvimento das atividades turísticas e a emergência de novas paisagens urbanas que têm seus significados e identidades sociais

deslocados da produção industrial para o consumo. Em espaços turísticos há certa homogeneidade de funções espaciais e de usos da terra, derivados deste aproveitamento económico específico. Estradas, aeroportos e portos permitem o acesso ao destino turístico, para um espaço identificado como tal e que possui, ou alega possuir, os elementos que possibilitarão ao turista a satisfação com o produto que pretende consumir. Esta satisfação vai além das amenidades ou do potencial recreativo do lugar, que inclui fundamentalmente a existência de estabelecimentos que ofereçam serviços de apoio ao turista, como hospedagem, alimentação, transportes, lazer, etc.

Numa outra perspetiva, vemos que os fluxos renovados recriam as condições ambientais e sociais, redefinindo cada lugar; apresentam apropriação da cultura formada ao longo da história, não só da arquitetura, dos símbolos locais e regionais, mas principalmente uma apropriação de saberes culturais do passado enquanto possibilidade de exploração do trabalho, como acontece com tradicionais caçadores e pescadores, entre outros indivíduos que prestam serviços turísticos, muitas vezes de forma precária e informal (Santos, 2002).

O autor salienta ainda que com o turismo, a população local tem algumas oportunidades de trabalho como empregados dos setores de comércio e serviços, quase sempre em funções de baixa qualificação e rendimento. As vagas de trabalho mais especializadas, como as dos hotéis mais sofisticados (que exigem, por exemplo, o conhecimento de outras línguas e experiências mais técnicas), são muitas vezes ocupadas por pessoas vindas de outros locais, onde estudaram e obtiveram experiência profissional.

Segundo Ouriques (2005: 132), “o trabalho no turismo se caracteriza pela grande ocorrência de trabalhadores temporários e ocasionais, por jornadas de meio expediente, pela desvalorização da mão-de-obra feminina, pela significativa presença de jovens, pela baixa remuneração quando comparadas as de outros setores da economia, pelo elevado número de horas trabalhadas, bem como pelo baixo grau de sindicalização”.

Com essas abordagens podemos entender que sob o ponto de vista espacial, o turismo é uma forma de condicionamento da utilização e da apropriação do espaço, uma cadeia de processos conhecida como *turistificação* (Cazes, 1992 citado por Cara, 1996: 89), que nada mais é que uma produção de espaços turísticos. Segundo Castilho (2007: 3), a turistificação ou o *mise en tourisme de Cazes* é a qualificação do espaço de um lugar para o desenvolvimento de atividades turísticas, por meio de experiências urbanísticas revitalização de zonas históricas e simbólicas, do incentivo às atividades de lazer, entretenimento e

comércio, bem como pela elaboração de imagens positivas do lugar. Para permanecerem atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos) e imateriais (como os serviços), buscando realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, utilizando a imagem do lugar para atrair cada vez mais turistas.

Assim, podemos concluir que o turismo seja indiscutivelmente visto como um elemento de dinamização demográfica e que a fixação de população reformada tem contribuído, igualmente, para o crescimento da população residente nalguns destinos turísticos. As alterações nas formas de povoamento e de ocupação do território e a massificação dos destinos turísticos implicam uma rápida e ampla difusão espacial dos usos e funções turísticas. Subjacente à dinamização de todo um conjunto de estruturas associadas à oferta turística está um aumento das áreas urbanizadas, objetivadas na expansão dos aglomerados pré-existentes e na promoção de novas áreas edificadas.

A evolução das estâncias balneares é estruturada a partir de vários elementos, entre os quais a praia e a urbanização que assumem um papel fundamental; a praia porque constitui o principal motivo de atração de turistas; a urbanização, pois esta pode ser entendida como a resposta do território às necessidades de um constante e progressivo ajustamento a uma nova base económica, com a conseqüente reconversão e génese de espaços produtivos. Unidades de alojamento e infraestruturas e equipamentos turísticos em geral, segundas residências, habitações para a crescente população residente, comércio e serviços de apoio ao turismo, concorrem entre si e criam grande dinamismo urbanístico e imobiliário.

A especulação imobiliária assume uma importância fundamental, em especial quando as alterações nos usos do solo não são sujeitas a quaisquer planos ou quando estes se revelam inoperacionais face às pressões induzidas pelo crescimento turístico. Tomando como referência as tradicionais aldeias agrícolas e piscatórias maltesas, Young (1983) sistematiza em seis fases a apropriação turística destes pequenos aglomerados. O processo foi desencadeado pelo aparecimento de algumas residências secundárias e por pequenas estruturas de alojamento mais ou menos informais – quartos privados, pequenas pensões, etc. – que na globalidade, não induziram grandes alterações espaciais. Com o aumento da procura e oferta turísticas, os impactos do turismo na organização e estruturação do território começaram a ser claramente visíveis.

Na fase de desenvolvimento, a construção de unidades hoteleiras e meios complementares de alojamento e, em menor escala, de alguns serviços de apoio à

comunidade, implicaram a expansão das áreas urbanizadas, bem como a alteração das funções tradicionais do centro. O comércio e os serviços de apoio ao turismo em geral, e aos turistas em particular tendem a localizar-se nos espaços antes unicamente estruturados em função da população residente (habitação, comércio tradicional, etc.).

A última fase considerada por este autor diz respeito à consolidação do turismo de massas que corresponde a um estágio em que as prioridades vão para a estruturação do novo território. Tal estruturação traduz-se no esforço de investimento associado à criação de novas atrações turísticas. Todavia, a importância do turismo, enquanto motor de transformação dos usos do solo e funcionalidade do espaço, não se resume às alterações verificadas nos aglomerados pré-existentes, mas sim nas infraestruturas que gradualmente vão sendo implantadas à luz do crescimento do setor. A expressão territorial do turismo é também muito visível nos novos aglomerados e urbanizações especialmente construídos para o turismo.

Assim, uma nova realidade territorial e urbanística sobrepõe-se à previamente existente, assumindo-se os potenciais usos turístico-imobiliários como o factor regulador dos preços do solo. Como afirma Couillet (1987), o turismo atua como um poderoso agente de transformação do uso do solo na medida em que a lógica de valorização em função das aptidões eminentemente produtivas, dá lugar a uma outra, assente nos atributos recreativos.

O desenvolvimento das vias de comunicação e da rede de transportes com vista a favorecer a livre circulação das pessoas que vêm ao país, visitando monumentos culturais e instâncias turísticas desde os lugares mais recônditos aos urbanos, tornou as distâncias mais curtas. A massificação dos transportes veio permitir a alteração de formas de fazer comércio e negócios, modificou muitas organizações, possibilitou o desenvolvimento dos serviços internacionalizáveis como o turismo e um conjunto de novas oportunidades e desafios foram gerados, contribuindo para o atual estágio de globalização e interligação das economias.

A economia mundial depende, em grande parte, da mobilidade de bens e de pessoas. Por exemplo, o desenvolvimento do mercado aéreo, iniciado nos Estados Unidos e mais tarde estendido para a Europa, impulsionou a projeção internacional da aviação civil e do turismo, fazendo com que os destinos turísticos longínquos dos principais centros emissores fossem cada vez mais difundidos e procurados. O transporte, de um modo geral, é crucial para a competitividade de um país, ou até mesmo cidade, para as suas trocas comerciais, económicas e culturais. Na União Europeia, o setor dos transportes representa aproximadamente 10

milhões de postos de trabalho diretos e cerca de 5% do Produto Interno Bruto³⁶. A mesma fonte refere que o transporte aéreo tem apresentado o maior crescimento nos últimos 20 anos, tendo em conta que se encontra associado a outro setor em franco desenvolvimento, o turístico.

La Torre (2002) apresenta alguns aspetos que mostram a importância do transporte aéreo para a sociedade, a saber: possibilita ampla integração nacional e internacional; é o modal que “mais encurta as distâncias”, confere rapidez, segurança e confiabilidade ao transporte; permite quase que instantâneos deslocamentos intercontinentais, internacionais e nacionais; é uma indústria de capital intensivo das mais importantes; atua como agente de transporte para a indústria do turismo doméstico e internacional e é o maior gerador de empregos e de progresso urbano.

O estudo do fenómeno turístico vai envolver as ideias de globalização, da mundialização da economia, dos meios de comunicação e da chamada modernidade. Também é necessário um maior entendimento do processo de fragmentação com a análise da dinâmica dos movimentos de diferenciação, identidade cultural, valorização do lugar e implantação do desenvolvimento local. A lógica da globalização e da modernidade aproximam os lugares, os povos, pois possui vocação universalista e cosmopolita; torna os lugares interdependentes no desenvolvimento das atividades industriais, comerciais e nas atividades de lazer (Aulicino, 2001).

Elaboradamente, rede é toda a infraestrutura, permitindo transporte de matéria, energia, informações e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia de seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação, mas a rede é também social e política pelas pessoas, mensagens e valores que a frequentam.

Para trabalhar com os meios de comunicação no que diz respeito à atividade turística, é necessário entender o marketing turístico, como uma ferramenta desse meio, tal como Coriolano evidencia sobre o marketing turístico:

O marketing turístico atua de modo extremamente versátil. Cria expectativas de sucesso amoroso em locais pretensamente sensuais. Enfim, o turismo pode ter um número variado de opções, desde que se trabalhe bem o consumidor de espaços que, ao serem postos nos circuitos de consumo, se transformam em signos. Daí as comunidades

³⁶ http://ec.europa.eu/regional_policy. Consultado em 24/02/2014.

recetoras do turismo criarem uma grande expectativa e entrarem num processo de cosmopolitismo, passando a conviver com cidadãos de vários lugares do mundo, possibilidade esta ampliada pela globalização (1998: 38).

3.4. ATORES ENVOLVIDOS NO PLANEAMENTO TURÍSTICO E O SEU PAPEL

Partindo do princípio que as políticas públicas são um instrumento que permitem a combinação de ideais de vários atores da sociedade, não se pode reduzir o processo de sua formulação a um único ator (o Governo) ou tornar este processo unidimensional, porque o sucesso das políticas públicas requer necessariamente que se tomem em conta os pontos de vista de todos os segmentos sociais. Assim, para que o planeamento do setor turístico atinja os resultados pretendidos, é necessário que se crie um clima de confiança, de diálogo e de coordenação entre os intervenientes do processo, de modo a capitalizar e otimizar melhor as sinergias e os escassos recursos existentes, particularmente em termos de capacitação, e reforçar os níveis de base do planeamento. Isso mostra que as atividades turísticas supõem ser um vetor fundamental do desenvolvimento económico, atraindo o interesse cada vez maior dos setores público e privado. Porém, o papel principal e a responsabilidade pelo andamento do setor atribui-se ao Estado.

Em conformidade com McIntosh *et. al.* (2002), o Estado tem importante influência na atitude dos líderes governamentais e no desenvolvimento do turismo; quer dizer, se a liderança não for eficiente em relação às dinâmicas do turismo, o desenvolvimento será lento ou mesmo inexistente. Smith (1989b) *apud* Hall (2001) ressalta o papel do Estado no turismo, segundo a qual, os órgãos deste em todos os seus níveis, do nacional às pequenas cidades, devem adotar um papel progressivamente mais ativo e assumir o turismo como instrumento de desenvolvimento. Ruschmann (2001: 29) afirma que “a população de qualquer que seja o sistema económico, social ou ideológico, e independentemente do seu grau de desenvolvimento”, tem o direito de favorecer-se dos benefícios e das vantagens proporcionados pelo turismo. Sendo assim, é papel do Estado “cumprir uma série de obrigações a favor de um desenvolvimento ordenado dessa atividade, a fim de evitar seus impactos negativos nas comunidades e no meio natural”.

O relacionamento entre turismo e comunidade, Estado, regiões e países exige a consideração de muitas questões difíceis, dentre as quais está a busca pela qualidade da arquitetura, paisagem e *design* ambiental; recuperação e melhorias ambientais; conservação

natural; gestão do uso da terra; estratégias financeiras para o desenvolvimento económico a longo prazo; emprego, transportes, conservação de energias; sistemas de educação, de informação e de comunicação, e muito mais (McIntosh, 2002).

A União Internacional de Organizações de Viagens (1974), precursora da OMT, faz referência que o papel do Estado no turismo poderia ser dividido em cinco áreas de desenvolvimento: coordenação, planeamento, legislação e regulamentação, empreendimentos e incentivo. Hall (2001: 184) acrescentou mais duas: um papel de turismo social e de proteção de interesses. Este autor faz ainda uma pontual discussão sobre essas funções do governo no turismo, às quais se complementa com a visão de outros pesquisadores (Ruschmann, 2001 e Swarbrooke, 2000 *apud* McIntosh *et al.* 2002) e com a análise sobre cada um dos itens:

(i) *Coordenação*: É o governo que conhece (ou deveria conhecer) todo o sistema turístico. É o poder público que tem a permeabilidade em todos os setores da atividade turística e identifica o papel de cada um. Sendo assim, torna-se importante sua interferência (do Governo) na coordenação do desenvolvimento da atividade. Assim, a OMT (1993, *apud* Ruschmann, 2001) destaca que ao Estado caberia a coordenação do conjunto multissetorial do turismo, envolvendo bens, serviços e atividades de diversos outros setores. Além disso, o governo deverá coordenar as diversas organizações públicas que têm interesse no turismo em consonância e em busca de objetivos políticos comuns (Hall, 2001). A OMT (1993) afirma que a função de coordenação supõe, também, a elaboração e a aplicação de uma política de turismo, referenciada por outros órgãos públicos e privados, associações e empresários envolvidos na atividade. (ii) *Planeamento*: O planeamento público para o turismo ocorre de várias maneiras (desenvolvimento, infraestrutura, uso do solo e de recursos, divulgação e *marketing*); *instituições* (diferentes organizações governamentais) e escalas (nacional, regional, local e setorial). Entende-se ser responsabilidade do governo, em qualquer uma das escalas, o planeamento da atividade para uma melhor coordenação dos recursos, visualizando o turismo multidisciplinar e holisticamente e, no longo prazo, como uma atividade capaz de trazer o bem comum (Hall, 2001). (iii) *Legislação e regulamentação*: A intervenção do governo na legislação e regulamentação do turismo dá-se de acordo com a abrangência deste. Nacionalmente, há a emissão de passaportes e vistos, questões de fronteiras, alfandegárias, de segurança, ligadas ao meio ambiente, entre outros. A nível do Estado situa-se a proteção do meio ambiente, a regulamentação do setor, entre outros. (iv) *O governo como empresário*: esta intervenção pode fazer-se sentir quando os governos, em diferentes escalas, sentem a necessidade de ocupar um espaço não preenchido pelo setor turístico, ainda que receoso

quanto ao desenvolvimento do turismo e seu retorno económico, construindo desde hotéis, já que se entende que bastaria ter hotéis de luxo, se poderia transformar uma cidade em polo turístico, bem como centros de eventos. Além de empreendimentos, o governo pode oferecer serviços de ornamentação das cidades, porém essa intervenção tem que ser cada vez mais de busca de alianças e parcerias junto do setor privado, visando desenvolver o turismo.

(v) *Incentivo*: Os incentivos para o desenvolvimento do turismo, proporcionados pelos governos, têm sido direcionados para facilitar a implantação de novos empreendimentos, através da redução ou isenção de impostos; fornecimento de infraestruturas básicas; fornecimento ou facilitação na obtenção de empréstimos, com maior prazo a taxas menores. Segundo Hall (2001), o incentivo governamental pode-se dar através do patrocínio de pesquisas que beneficiem o setor turístico como um todo. O governo pode ainda incentivar o desenvolvimento da atividade, através da promoção de destinos, utilizando-se das ferramentas do *marketing*. A OMT (1993) aponta, ainda, como medidas de incentivo, a venda ou concessão temporária de terrenos públicos; a concessão e licença de trabalho para pessoas estrangeiras; o auxílio na formação de profissionais específicos; subvenções, entre outros. (vi) *Divulgação do turismo*: É aqui que reside boa parte das ações dos governos no sentido de promover a atividade turística. Através de campanhas de *marketing*, destinadas à captação e a promoção interna do turismo, os governos têm contribuído para a ampliação do fluxo de visitantes em determinados destinos. Na ideia apresentada por McIntoch (1972), sobre a divulgação do turismo, o governo deve procurar estabelecer parcerias com as empresas do setor privado, visando comprometê-las com o objetivo de vender o destino como um todo, dentro do entendimento de que, para ser competitivo, o local deve oferecer um conjunto de atrativos e serviços que serão desfrutados pelo turista (meios de hospedagem, alimentação, compras, lazer, segurança, infraestrutura e atrativos turísticos propriamente ditos).

(vii) *Turismo social*: O turismo social tem sido motivo de interesse dos governos recentemente, visando atender a uma necessidade das populações menos favorecidas economicamente, possibilitando o descanso e o lazer, que são parte dos direitos do ser humano. O turismo social pode-se entender como sendo o de “relacionamentos e fenômenos no campo do turismo resultantes da participação em viagens por elementos economicamente fracos ou desprivilegiados da sociedade” (Hall, 2001: 192). (viii) *Defensor do interesse público*: É a missão maior do governo, em qualquer escala, quando trabalha com o planejamento turístico, procurar o bem comum e benefícios para toda a comunidade. Para isso, deverá possibilitar a participação e intervenção da população local; deverá criar canais de

escuta, onde receba as informações referentes às necessidades e aspirações de todos e, uma das formas de conhecer essas aspirações dos setores da comunidade tem sido a criação dos conselhos de turismo, que devem ser representativos, e buscar o consenso nas decisões que envolvem a comunidade.

O governo deverá conhecer a comunidade como um todo e com uma visão holística, que permita defender o interesse geral, ao mesmo tempo que atue como responsável entre interesses conflitantes. A política turística, porém, precisa ser considerada como potencialmente incluída em uma série mais ampla de políticas governamentais económicas, sociais, de bem-estar e ambientais, beneficiando toda a comunidade e não algumas áreas seccionalmente.

Algumas vezes, terá que se defrontar com empresas ou organizações de grande influência e poder, para que se possa fazer justiça e buscar a sustentabilidade. Tem-se, assim, a preocupação com a própria essência do turismo (como atividade em que o produto é, muitas vezes, o próprio local) e dos perigos que a total desregulamentação pode ocasionar, já que o setor privado raramente está interessado nas questões sociais e ambientais de longo prazo.

Quanto ao papel dos municípios no planeamento do turismo, ao poder público municipal cabe a regulamentação de uso e ocupação do solo, expressa no plano diretor, código de obras e posturas, incentivos fiscais, entre outros. Por isso, na visão de Ruschmann (2001), cabe ao Estado, no caso vertente, às autoridades municipais, a criação e administração de parques e reservas naturais.

Existem diversas leis e ações que não dizem diretamente respeito à atividade turística, mas que afetam sobremaneira o desenvolvimento do turismo, tais como, a política económica, ambiental e de conservação. Ainda podem influenciar as medidas regulamentadoras em geral, do setor da indústria, proteção ambiental e política tributária, (Hall, 2001). Aqui, há que enfatizar, mais uma vez, a influência dos aspetos políticos na criação, operação e sobrevivência dos projetos turísticos.

3.5.O TURISMO COMO AGENTE DINAMIZADOR DA ECONOMIA LOCAL

Quando se pensa em turismo, conseqüentemente surge a necessidade de uma reflexão sobre os processos de desenvolvimento que a atividade produz sobre esses locais, dado que o ser humano é parte integrante e indissociável do meio ambiente natural e cultural no qual está inserido. Relacionar turismo com desenvolvimento implica analisar mais do que o simples crescimento económico, visto envolver o deslocamento de pessoas para sítios e lugares onde

normalmente vivem pessoas e as mais variadas relações interpessoais decorrentes desses deslocamentos que chega a provocar a sociabilidade.

Na perspectiva de Magalhães (2008), nenhuma outra área do conhecimento vem ganhando tanto destaque quanto o turismo, seja pela sua dimensão económica, seja pela problemática social que ela envolve. Apesar disso, muitos ainda insistem em pensar o turismo simplesmente como prática, ou como técnica, deixando de percebê-lo como um fenómeno social amplo, complexo e contraditório, que afeta todo o mundo e todas as camadas sociais, mesmo aqueles que não participam de forma direta de sua prática. Existe assim o perigo de reduzirmos a análise do turismo a uma perspectiva comercial, marginalizando-o como meio de entendimento dos fenómenos sociais. Tal postura entende o turismo como produto elaborado a partir de recursos naturais ou culturais, acrescido de equipamentos e de meios de transportes e que é colocado no mercado para ser consumido. Porém, o turismo deve ser olhado numa perspectiva utilitarista levando em consideração os interesses, ideologias e conflitos, com atenções voltadas para o desenvolvimento social e económico.

No final do século XIX, quando a Revolução Industrial levou as cidades a ficarem saturadas inicia-se a desordem que fez surgir necessidade de intervenções nos meios urbanos de forma a tentar reestruturá-los com aplicações de técnicas e conhecimentos arquitetónicos e da engenharia, o que resultou no surgimento do campo de estudo do urbanismo. Em conformidade com Hall (1989) o urbanismo é um campo do conhecimento que tem como objetivo criar condições satisfatórias e ordenadas de vida nos centros urbanos, de acordo com as necessidades humanas, como meios de locomoção, moradas, lazer, criação de áreas verdes, de entre outras.

Harvey (1985a) partilha desse pensamento ao referir que a rede urbana que articula a economia, a sociedade e o espaço-tempo globalizado organiza também territórios de várias amplitudes do microregional ao continental. Para o autor, as teorias que tentaram explicar a transformação, o crescimento, o sentido e a função da cidade para informar suas melhorias e planeamento, tiveram grande importância nas intervenções feitas, tanto pelo Estado quanto pela sociedade em várias manifestações. Essas teorias, pensadas nos países do centro capitalista e apropriadas na periferia, muitas vezes representam *ideias fora do lugar* aplicadas em áreas seletivas e deixando grande parte das cidades como *lugares fora das ideias*.

Ao processo dinâmico e complexo de concentração de população num espaço a partir do seu assentamento original associa-se a urbanização, que parte da ideia de que, a distribuição da população no território era de carácter disperso e rural. Na África

Subsahariana, onde Moçambique se encontra inserido, a duplicidade entre o urbano e o rural ainda é muito marcante e manifesta-se por incompatibilidades evidentes. As cidades desenvolveram-se constantemente e as tensões relativas nas áreas rurais tornaram-se idênticas. Não só as cidades absorveram fisicamente os campos, como as exigências crescentes em termos de lazer se combinaram com o aumento da mobilidade individual, garantindo que as áreas rurais fossem cada vez mais relacionadas a áreas de recreio para o urbanista.

O impacto da agricultura mecanizada, bem como o abandono das atividades agrícolas, alteraram a forma e a função da paisagem rural. Por sua vez, a paisagem rural comporta tudo o que diz respeito ao campo: as florestas, a paisagem de campos cultivados, as aldeias e tudo o que as compõem (residências, infra-estruturas administrativas, etc.) e as clareiras; a paisagem agrária engloba o campo (porção de espaço cultivado), os canais de irrigação, os espaços arborizados e incultos que naturalmente fazem parte dela, e a paisagem agrícola é constituída pelas parcelas de cultura.

Harvey (1985a) destaca que de entre as tendências contemporâneas de planeamento e gestão urbana e ambiental, pode-se destacar, por um lado, a preocupação generalizada de criação de formas mais democráticas de gestão, seja pela adoção de metodologias e práticas participativas, seja pela criação de instâncias colegiadas e multissetoriais de gestão de políticas.

Outra tendência bastante presente tem sido a adoção de recortes espaciais determinados, eles próprios fruto de um planeamento anterior, dentro dos quais vigoram regulações específicas urbanísticas, ambientais ou de gestão. Assim, podemos entender que a identificação e discussão de conflitos urbano-ambientais ou sócio ambientais vêm-se caracterizando como uma promissora área de investigação, na medida em que possibilita compreender mais claramente as diferentes lógicas que articulam interesses que se contrapõem em determinadas situações concretas. Em algumas situações pode-se identificar uma total assimetria entre os grupos ou agentes envolvidos no processo de tomada de decisão.

Sublinhe-se que na discussão sobre urbanismo e turismo, há que enfatizar que a partir do entendimento do espaço geográfico como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações que interagem entre si (Santos, 2002: 63), ainda, é possível estabelecer algumas considerações sobre como o turismo condiciona a produção do espaço, notadamente naqueles lugares que ainda estão relativamente abertos à inserção turística, como é o caso de Cidade da Beira. Segundo Santos (2002: 63) “o sistema de objetos condiciona a forma como se dão as ações, e o sistema de ações leva à criação de

objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes”. Assim, ainda nos termos do autor, o espaço é formado por elementos fixos que, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar.

Por exemplo, no Rio Grande do Norte (Brasil) este crescimento se deu por conta de suas características geográficas, tais como a sua localização no território nordestino, clima privilegiado em parte do seu litoral; praias, dunas, lagoas litorâneas, belezas naturais que, juntamente com os investimentos feitos nos últimos 25 anos, credenciaram a Cidade de Natal como recetora de turistas a nível nacional e internacional (Santos, 1997).

A globalização, ao relacionar o local com o global, cria a oportunidade para o lugar ser visto como um produto a consumir, numa concepção de que o mundo é uma grande loja, onde tudo deve ser consumido; o turista é quem vai optar pelo local a ser visitado, apesar de saber que o marketing é o principal responsável por essa procura. Para isso, marketing vai ser entendido como: “o processo de *planejar sic* planejar e executar a concepção, custo, planeamento e distribuição de ideias, bens e serviços para criar trocas que satisfaçam os objetivos de empresas e indivíduos” (Petrocchi, 2004: 26). Para o autor, a venda e o marketing são antíteses e não sinónimos, ou complementos.

Haverá sempre necessidade para alguma venda. Mas o objetivo do marketing é tornar supérfluo o esforço de vender; é conhecer e compreender tão bem o cliente que o produto ou serviço o sirva e se venda por si mesmo. Do ponto de vista ideal, marketing deve resultar num cliente que está pronto para comprar. Tudo que se precisa, então, é tornar o produto ou serviço disponível, isto é, logística em vez de perícia em vendas, e técnicas estatísticas em vez de promoção (Drucker, 2002 *apud* Petrocchi, 2004: 17).

Os produtos locais (naturais e económicos) devem ser divulgados utilizando as mais avançadas estratégias de marketing, pois assim, a atração e os ganhos serão maiores face ao aumento do fluxo de turistas. Com isso, aumenta-se o mercado de turismo que vai ser caracterizado por um grupo de pessoas potencialmente compradoras dos serviços turísticos. Essas têm necessidades de viajar e possuem recursos disponíveis para realizar suas vontades e, dependendo da faixa etária, classe económica, os indivíduos vão ter necessidades diversas. E quem pode potencializar essas vontades, vai ser o marketing do lugar, mostrando suas principais atrações para diferentes grupos.

Os turistas tendem a identificar-se com os destinos não só por causa dos atributos turísticos do lugar, mas também por conta dos valores adicionais agregados. Por isso, a

adoção da responsabilidade social pelas empresas do destino, transforma-se em factor relevante de sucesso económico e de prosperidade para a sociedade local (Petrocchi, 2004: 22). O marketing turístico deve oferecer uma maior satisfação ao turista, com elementos que faça com que essa classe tenha vontade de ir para determinado local, deve-se assim ter um diferencial na oferta. O preço também é importante nessa questão, pois deve ser oferecido um ótimo serviço, parecido com outras regiões, sendo que este deve ter um custo menor, para se posicionar na frente da concorrência dos preços.

O desafio do marketing do turismo está em fazer com que os serviços oferecidos para os turistas satisfaçam os desejos e as vontades desse público e que todas as suas expectativas positivas com relação ao lugar realmente ocorram. Uma das preocupações do governo e dos parceiros sociais é a redução dos níveis de pobreza, através da promoção do crescimento económico sustentável, com o reforço do programa no desenvolvimento humano e social, dando apoio ao investimento e desenvolvimento do empresariado nacional e, criando um bom ambiente de negócios muito favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada e incidência de ações na educação, saúde e desenvolvimento rural, com o objetivo de promoção do emprego e formação profissional.

Quanto ao continente africano, temos, por exemplo, as Ilhas Seychelles que se assumem como um destino único no mundo, de praias paradisíacas e natureza exuberante constituindo um roteiro especial para quem busca dias de descanso em um dos lugares mais exclusivos, que proporciona excelente oferta hoteleira e serviço de primeira qualidade, facto que a longo prazo poderá contribuir para uma maior atração turística de nível local, regional e até mundial. Ainda em África, no Botswana aproveitam-se bastante as potencialidades das características geográficas e naturais da fauna bravia, onde o Delta do Okavango, *habitat* de inúmeras espécies animais como elefantes, girafas e hipopótamos, pode servir de atração turística, para além de que é um terreno fértil para safaris e passeios pelos braços do maior Delta da África Austral.

Mundialmente conhecido, o famoso Kruger National Park oferece uma experiência de vida selvagem, que se classifica como a melhor de África- Este parque nacional sul-africano estende-se por cerca de 350 quilómetros, de norte a sul, ao longo da fronteira com Moçambique. Anualmente, recebe cerca de um milhão de turistas e é considerado um autêntico paraíso natural, visto que oferece uma inesquecível aventura aos amantes da vida animal, pois apresenta

ao visitante 50 espécies diferentes de mamíferos e quase 500 espécies de pássaros (Esteves³⁷, 2014).

Entretanto, apesar das potencialidades desses países, acredita-se que possam ainda melhorar o sistema de transportes e comunicações, infraestruturas, como forma de aumentar ainda as suas vantagens comparativas em relação a outras nações competidoras no que tange ao setor do turismo. A questão de que as comunidades passem a intervir no seu próprio crescimento, através da dinamização das atividades económicas locais, foi uma necessidade sentida pelos efeitos da globalização (Azarya. V. e Dennis Smith: 2004).

Ao tratar-se do tema devemos, antes de tudo, esclarecer que desenvolvimento endógeno não implica ausência de elementos exógenos, pois o processo de desenvolvimento pressupõe um diálogo constante entre elementos internos e externos. De um lado, os atores locais apropriam-se de componentes *globais* (cultura, signos, tecnologia, conhecimento, entre outros), num processo permanente de desconstrução e reconstrução de valores que contribuam para a melhoria das condições de vida das populações. De outro, o local oferece seus produtos ao global, que assim se apropria de elementos locais (Souza, 2007).

Deste modo, podemos aferir que o desenvolvimento endógeno é aquele onde os elementos locais são a referência, ou seja, é aquele que parte das características e recursos locais (potencial endógeno) para promover uma nova coerência entre os elementos tradicionais e os exógenos, tratando de harmonizar as condições ecológicas, socioculturais e económicas locais. O desenvolvimento endógeno é compreendido como desenvolvimento local, produzido principalmente por impulsos locais e largamente fundado sobre os mesmos recursos. Essa abordagem é fundamentada pelo facto do desenvolvimento de toda e qualquer área ou setor de atividade depender essencialmente da intervenção dos atores locais.

Apesar da possibilidade de identificar tais elementos implicados na mobilização do potencial para o desenvolvimento local, para Lowe *et. al.* (1995) as ciências sociais não têm tido êxito em prover modelos teóricos úteis para abordar o desenvolvimento endógeno. Assim, o câmbio de uma estratégia exógena em endógena de desenvolvimento tem sido dirigido por realidades práticas e não pela teoria, porque, para o autor, o desenvolvimento endógeno não é tanto um conceito com raízes teóricas claramente definidas, é mais uma perspectiva do desenvolvimento rural, fortemente sustentada por julgamentos de valor sobre

³⁷ Virgínia Esteves, Directora da Revista Digital Portuguesa *A Próxima Viagem*.

formas desejáveis de desenvolvimento, carecendo ainda de um trabalho profundo dos cientistas para torná-lo prático.

Outrossim, vale clarificar que no caso de um desenvolvimento movido por atores externos, deve haver um profundo respeito pelos traços históricos e valores culturais locais, aspetos que exercem grande influência sobre todo e qualquer desafio relacionado ao desenvolvimento que, mais do que melhorar e elevar as possibilidades económicas de quem o promove, deve brindar as comunidades locais de melhores oportunidades de vida. Aliás, como afirma Gómez (2007), o desenvolvimento deve significar uma melhoria das condições de vida de cada indivíduo e de toda a população, através de sua participação ativa no próprio desenvolvimento e em todos os momentos. Daí que não se pode pensar num desenvolvimento que não envolva a população local na planificação e gestão desse processo. Se a população local não aproveitar empreender esforços para investir no turismo, outras pessoas virão à frente com uma série de vantagens, ficando a comunidade local com as desvantagens. O exemplo de muitas localidades do mundo mostra que quem investe na implantação e na melhoria de pousadas e qualifica a sua mão-de-obra consegue tirar melhor proveito da globalização e assim pode beneficiar-se da atividade turística.

Com o fluxo turístico passa a acontecer, de forma intensa e em maior volume, a circulação de pessoas e mercadorias. Essas passam a ter outra finalidade, desejam agora satisfazer a necessidade de consumo do turista. “A produção se destina a atender o desejo de outro tipo de pessoas, a fim de manter e assegurar os fluxos. Se este local não conseguir mantê-lo, o capital transfere-se para onde for mais rentável” (Lima, 1971; Silva, 2004: 20). Esses fluxos é que ditam o que deve ser produzido, comprado, oferecido, vendido e confirmado. Como fala Santos (1997: 77) “Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenómenos da distribuição e do consumo”. Assim, tudo se torna mercadoria, o que antes, para as comunidades, tinha um valor de uso, agora passa a ter valor de troca.

Contudo, o papel do Estado face ao turismo, tendo em conta que é uma atividade multifacetada capaz de mobilizar dezenas de setores produtivos, de movimentar contingentes de pessoas pelos territórios, de transformar os lugares, mostra-se que não é um tema passível de ser tratado apenas por um organismo da gestão pública. As interfaces entre turismo e outras práticas sociais e produtivas são fortes e evidentes e daí a problemática da concentração de ações voltadas ao seu desenvolvimento em um único órgão da administração.

Na Alemanha, por exemplo, o desenvolvimento do turismo não é submetido a nenhum ato geral, nem na escala federal nem na escala estadual, sendo fortemente influenciado por outras políticas setoriais como política de transportes, fiscais, de saúde, trabalho, políticas sociais, de educação entre outras. Todas essas políticas setoriais consideram o turismo como uma atividade relevante para a Alemanha e, neste sentido, deflagram ações específicas voltadas para o setor. As políticas de turismo na Alemanha estão em constante comunicação com as outras políticas setoriais que têm qualquer ingerência sobre o bom desenvolvimento da atividade. O turismo neste país é tido como a atividade mais importante do setor de serviços, ao responder por 8% do PIB nacional e empregar 3 milhões de pessoas, direta e indiretamente. Ao invés de um Ministério do Turismo, a administração pública federal alemã tem uma Divisão de Política de Turismo subordinada ao Ministério da Economia e do Trabalho (Santos, 2002).

Assim, urge a necessidade de haver um planejamento, que se pode entender por um processo contínuo de tomada de decisões, voltado para o futuro e para a perseguição de um ou mais fins. Como processo, o planejamento tem um forte sentido de intangibilidade e não pode, portanto, ser confundido com um plano, que é um documento que reúne um conjunto de decisões sobre determinado tema, área ou setor. Planejamento governamental, nada mais é do que o planejamento que se faz no âmbito das administrações públicas, considerando-se suas diferentes escalas de gestão. Daí para a área do turismo ser necessária a intervenção de políticas voltadas para a eficiência dessa gestão e eficácia na satisfação das necessidades dos consumidores de serviços e produtos turísticos da população.

3.6.PLANEAMENTO: CONCEITO, TIPOS, INSTRUMENTOS E NÍVEIS

De acordo com Oliveira (2007), o planejamento “diz respeito às implicações futuras de decisões tomadas no presente e não é um ato isolado; é um processo composto de ações inter-relacionadas e interdependentes que visam alcançar objetivos previamente estabelecidos”. Portanto, pode-se definir o planejamento como uma técnica de gestão que determina o que se deve fazer para se atingir os objetivos definidos. Devido à natureza desse tipo de instrumento, este deve ser entendido como sendo um processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de problemas. É um processo permanente porque supõe uma ação contínua em torno de um conjunto dinâmico de variáveis, num momento histórico determinado. E é um processo metódico de abordagem racional e científica, porque supõe

uma sequência de atos decisórios ordenados em fases definidas e baseados em conhecimentos científicos e técnicos (Oliveira, *idem*).

Segundo Baptista (*apud* Oliveira (2007)) há quatro dimensões que devem ser consideradas ao definir o conceito de planeamento, nomeadamente: (i) a dimensão racional, que implica uma reflexão em relação ao conhecimento de dados, uma análise e estudo de alternativas; uma decisão em relação à escolha de alternativas, de meios e definição de prazos; uma ação referente à execução das decisões; e, uma revisão responsável pela crítica dos efeitos da ação planeada; (ii) a dimensão política, que é decorrente do facto de ser um processo contínuo de tomada de decisões. Assim, o gestor de desenvolvimento tem a responsabilidade de equacionar o conjunto de informações significativas e encaminhar aos tomadores de decisões ou responsabilidades de transformar tais decisões em planos ou projetos; (iii) a dimensão valorativa, que decorre do facto de a planificação permitir o desenvolvimento de tecnologias que podem resolver cientificamente determinados problemas. Ela envolve opções valorativas de conteúdo ético, tendo em vista a mudança da situação futura de determinados grupos sociais, os quais nem sempre têm acesso a essas decisões; e, (iv) a dimensão técnico-administrativa, que é decorrente do facto da ação planificada pressupor uma montagem que pode abranger diferentes níveis e setores, a partir da linha mestre da política de ação, que deve servir de base para todos os níveis de decisão.

Com isso, percebe-se que tanto para Oliveira, como para Baptista, o planeamento é um processo racional e metódico de variáveis interdependentes. É com base na dimensão política e na dimensão técnico-administrativa que se vai orientar o trabalho. Na dimensão política, por esta ver o planeamento como um processo de tomada de decisão e transformação de tais decisões em planos, na dimensão técnico-administrativa por esta ver o planeamento como um processo que envolve diferentes níveis, tendo como base a linha mestre de política.

Conforme Oliveira (2007) existem três tipos de planeamento que podem ser descritos, como se segue: (i) o planeamento estratégico é aquele que é feito pelos gestores de cúpula e está relacionado com objetivos de médio prazo e com os meios para alcançá-los, afetando a empresa como um todo. Os gestores devem ter uma ideia confiável do mercado em que estão a operar, conhecer a sua dimensão e as tendências políticas e económicas do país; (ii) o planeamento tático está ligado aos objetivos de curto prazo e aos meios a utilizar para o alcance de cada um desses objetivos. Geralmente afetam uma parte da empresa; (iii) planeamento operacional que consiste na materialização estratégica. É na parte operacional onde deverão estar descritos os recursos necessários, os procedimentos básicos e os prazos

estabelecidos para a execução dos planos já traçados. Deverão estar definidos os responsáveis pela execução e implementação dos planos traçados.

Ao analisar os tipos de planeamento percebe-se que existe uma grande interligação e interdependência entre si: o planeamento estratégico, por si só, não é suficiente, uma vez que estabelece objetivos de médio prazo, e estes podem não ser alcançados devido às mudanças do ambiente. É necessário desdobrá-lo através de desenvolvimento e implementação dos planeamentos táticos e operacionais de uma forma integrada para se atingir os objetivos estabelecidos. O processo de planificação é sintetizado num documento que contém todas as indicações das providências que devem ser tomadas e das atividades a serem desempenhadas para se atingir os objetivos pretendidos no prazo estabelecido. Este documento é o plano. Não obstante a estreita relação que une a planificação ao plano, pode ocorrer a planificação sem a elaboração formal do plano ou, por outro lado, há continuidade de ações de planificação após a aprovação do plano. O que não pode existir é um plano sem atividades ou processo de planificação anterior, dado que aquele é produto deste. Não se pode deixar de notar, todavia, que a planificação sem a elaboração de um plano apresenta-se como um processo inacabado, permanecendo implícitos os pressupostos e objetivos a serem alcançados.

O planeamento turístico e a intervenção do governo no desenvolvimento do setor mostram-se necessários no momento em que surgem inúmeros casos onde a atividade turística foi responsável por grandes impactos indesejáveis, principalmente na escala local. A rápida expansão do setor, que hoje se caracteriza como uma atividade de massas, aliada à cultura capitalista de *consumo* de produtos turísticos, fez com que o setor público se ocupasse apenas em dar respostas a problemas surgidos em decorrência do impacto do turismo em determinados destinos. Tal falta de estratégia é a antítese do que entendemos por planeamento turístico, uma vez que se apresenta como uma reação a um impacto já ocorrido (Oliveira, 2007).

Embora não seja a resposta para todos os males gerados pela atividade turística, o planeamento, quando voltado para os processos, pode minimizar os impactos negativos e maximizar retornos económicos nos destinos, beneficiando assim, as comunidades locais (Hall, 2001). Todavia, alguns aspetos precisam ser levados em conta quando tratamos de planeamento turístico. Para que este represente efetivamente as ambições da comunidade de um dado destino, é necessário que esta esteja envolvida de forma ativa em todas as etapas do planeamento. Outra consideração diz respeito ao carácter pluralista do planeamento, uma vez que deve abarcar dimensões sociais, económicas e físicas.

De acordo com Bursztyn (2005) como uma área de pesquisa mais abrangente, o planeamento turístico, influenciado pelas tradições do planeamento urbano e regional, tem concentrado esforços no que se refere ao planeamento dos destinos e não no planeamento comercial do turismo individual. Com o ganho de importância das questões ligadas ao ecoturismo e à sustentabilidade, o planeamento turístico tem sofrido uma grande influência do planeamento ambiental e, conseqüentemente, vem agregando valor ao componente das articulações políticas. Desse modo, para Bursztyn (2005) o planeamento turístico passa a ser visto não mais como um exercício de planeamento de uso do solo, embora esse seja de extrema importância para as regiões de destino, mas como um complexo relacionamento de atividades que vão do âmbito local ao global.

Ainda discutindo a questão, seguindo os argumentos de Abrahamsson e Nilsson (1994), pode-se entender que o planeamento também deve ser visto como uma atividade abrangente que analisa a ocupação do espaço em todas as dimensões (sociais, culturais, físicas e económicas). Nesta perspectiva, tendo em conta que as relações sociais, culturais e produtivas transformam-se continuamente em função do crescimento da população, do desenvolvimento das suas instituições, da evolução da sua cultura técnica e material, do melhoramento das infraestruturas e das alterações ambientais, na atualidade, promove-se a necessidade de elaboração e implementação de planeamento territorial em Moçambique.

Paralelamente às perspectivas aqui delineadas, existe um aspecto importante a considerar, o da qualidade no sector do turismo, cujo conceito tem evoluído. Isso porque, enquanto antes o centro de atenção era o interior da organização, a orientação, ou o enfoque deve ser para os clientes, que são os consumidores do produto e daí avaliarem se o produto pago o é merecidamente ou não. Nesse sentido, a qualidade surge como um imperativo a ter em conta nos procedimentos e em toda a planificação, de modo a garantir que as expectativas dos clientes sejam satisfeitas.

Outra importante função que o planeamento público em turismo vem assumindo recentemente não está ligada apenas aos impactos negativos do setor. Com a dinâmica do mercado turístico e o crescimento da concorrência entre os destinos, a preocupação em como manter a atratividade dos produtos também vem sendo trabalhada no âmbito do planeamento turístico. Assim, é possível melhorar vários aspetos das atrações, instalações e infraestruturas de modo a aumentar a captação de visitantes ou pelo menos ampliar o ciclo de vida do produto, através da planificação integrada do setor.

Relativamente ao Planeamento turístico integrado, Bursztyn (2005) defende que a planificação e gestão de todo e qualquer processo de desenvolvimento devem ser feitas respeitando os diversos setores interligados e em interação que vão constituir esse mesmo desenvolvimento. Tal abordagem leva a uma visão de que o desenvolvimento deve ser global e integrado, suscitando a intervenção e melhoria de todas as partes ou setores de atividades que vão traduzir-se na melhoria das condições sociais, económicas, políticas, culturais e até ambientais da vida das pessoas. É importante ressaltar que o planeamento é um processo sistemático, caracteristicamente marcante pela flexibilidade, visando atingir os objetivos, os quais, se não forem claramente definidos, dificilmente serão alcançados.

Entretanto, a abordagem integrada do planeamento pode ser entendida como sendo uma abordagem por processos, que permite uma visão geral do funcionamento de uma organização, ou de um processo de desenvolvimento como um todo, que possibilita o alcance mais eficiente dos resultados desejados (Capra, 1992). O planeamento integrado considera todos os recursos de oferta e de demanda, abrangendo aspetos técnicos, económicos, sociais e ambientais, com a participação de todos os agentes envolvidos no processo, considerando: (a) o uso racional dos recursos existentes, em busca de alternativas para a sua conservação, e os melhores processos de produção de bens e serviços; (b) a avaliação criteriosa dos impactos das medidas a adotar sobre todos os setores económicos e sociais envolvidos e sobre o meio ambiente; (c) a busca de recursos novos e renováveis que possam tomar o lugar das alternativas mais tradicionais; (d) a maior preocupação com o atendimento das necessidades básicas da população; (e) a maior consciência da importância do turismo como um factor de desenvolvimento; e (f) a escassez de capital para investimento.

De acordo com Capra (1992) o planeamento integrado é uma maneira de resolver problemas sob o ponto de vista da Teoria Geral de Sistemas³⁸, na medida em que muitas soluções surgem quando observamos um problema como um sistema que envolve todos os elementos do processo que sofrem da sua influência, e possui relações com objetivos e o meio-ambiente.

³⁸A Teoria Geral de Sistemas, segundo Capra (1992) tem a ver com o esforço humano para prever o futuro, em que o sistémico representou uma profunda revolução na história do pensamento científico ocidental. O pensamento sistémico é contextual, requer que para se entender alguma coisa é necessário entendê-la, como tal, e em um determinado contexto maior, ou seja componente de um sistema maior, que é o seu também chamado ambiente.

Deste modo, para o turismo, a pesquisa e o conseqüente planejamento supõem o maior aproveitamento dos recursos potenciais, evitando que um plano produza um aproveitamento deficiente das possibilidades da região vocacionada para o processo de ocupação turística (Oliveira, 2000) tal que o planejamento integrado do setor de turismo constitui uma forma de explorar racionalmente todos os recursos existentes (naturais ou criados), proporcionando o máximo de excedentes econômicos consorciados à manutenção dos requisitos básicos ambientais, essenciais à continuidade do processo de expansão da economia e do bem-estar social da região.

De acordo com Oliveira (2007: 26), o planejamento estratégico pode ser conceituado como um processo desenvolvido para o alcance de uma situação desejada, de um modo mais eficiente e efetivo, com melhor concentração de esforços e recursos pela instituição. No entanto, a atividade de planejamento é complexa em decorrência da sua própria natureza, de um processo contínuo de pensamento sobre o futuro, desenvolvido mediante a determinação de estados futuros desejados e a avaliação do custo de ação alternativos a serem seguidos para que tais estados sejam alcançados.

O planejamento estratégico é atualmente importante para os administradores, pois permite que as organizações funcionem e se preparem para enfrentar o ambiente em rápida transformação (Oliveira, 2007). Quando o ritmo de vida era mais lento, os administradores conseguiam trabalhar com base na premissa de que o futuro seria bastante parecido com o passado. Podiam estabelecer objetivos e planos simplesmente explorando experiências passadas. Hoje, os acontecimentos estão a ocorrer muito depressa para a experiência ser sempre um guia digno de confiança e os administradores são obrigados a formular novas estratégias adaptadas aos problemas e às oportunidades peculiares do futuro.

Através do planejamento estratégico as instituições esperam alcançar e utilizar melhor os seus pontos fortes, sendo que ponto forte é a diferença conseguida pela instituição que proporciona uma vantagem operacional no ambiente empresarial (variável controlável), conhecer e eliminar ou adequar seus pontos fracos, no qual ponto fraco é uma situação inadequada da instituição que lhe proporciona uma desvantagem operacional no ambiente empresarial (variável controlável), conhecer e usufruir das oportunidades externas, sendo que essa oportunidade é a força ambiental incontável pela empresa, que pode favorecer a ação estratégica, desde que conhecida e aproveitada satisfatoriamente enquanto perdurar. Conhecer e evitar ameaças externas, que é a força ambiental incontável pela empresa, que

cria obstáculos à sua ação estratégica, mas que poderá ou não ser evitada desde que conhecida a tempo (Oliveira, 2007).

Existem vários passos até se chegar a estabelecer uma proposta definida de planeamento estratégico para uma organização. A sequência do processo é vista de forma diferente pelos autores. Isto é, eles encontram maneiras próprias de propor possíveis metodologias para o desenvolvimento e a estruturação da formulação estratégica. No entanto, não fogem dos aspetos ligados ao conteúdo básico de que tratam as etapas ou fases essenciais deste processo. Oliveira (2007) propõe as seguintes fases básicas com as suas respetivas partes, a saber:

Fase I – Diagnóstico estratégico: *(i)* identificação da visão; *(ii)* análise externa; *(iii)* análise interna; *(iv)* análise dos concorrentes.

Fase II – Missão da empresa: *(i)* estabelecimento da missão da empresa; *(ii)* estabelecimento dos propósitos atuais e potenciais; *(iii)* estruturação e debate de cenários; *(iv)* estabelecimento da postura estratégica.

Fase III – Instrumentos prescritivos e quantitativos: os prescritivos correspondem ao estabelecimento de objetivos, desafios e metas; ao estabelecimento de estratégias e políticas funcionais; ao estabelecimento dos projetos e planos de ação; e os quantitativos estão relacionados com as projeções económicas e financeiras da planificação orçamental.

Fase IV – Controle e avaliação: envolvem todos os aspetos que dizem respeito aos processos de controlo e de avaliação de desempenho real do que foi delineado no planeamento, bem como quais foram os critérios e parâmetros adotados para esse fim. Somente com conhecimento técnico-científico será possível, para uma organização, desenvolver a formulação estratégica com resultados satisfatórios.

O planeamento estratégico tendo em vista a sua abrangência, as inúmeras situações contingentes do ambiente social, as responsabilidades da tomada de decisões estratégicas e os riscos de uma implementação inadequada, constitui um desafio para aqueles que ousam encará-lo para intervir nas organizações, numa perspetiva integrada. Quando se planifica sobre a matéria de desenvolvimento, seja qual for o setor de atividades, tomam-se de entre as várias decisões, algumas pertinentes sobre aquilo que se pretende em relação a melhoria das condições de vida da sociedade. Por isso, não basta dispor de um bom delineamento normativo e prescritivo do plano. É preciso, além disso, uma boa estratégia para lidar com os outros atores e com as circunstâncias que cercam a sociedade, podendo-se concluir que a

planificação estratégica é um processo através do qual podemos prever o futuro e elaborar os procedimentos e as operações para podermos influenciar e alcançar esse futuro.

Por seu turno, o planeamento operacional define-se como a materialização prática para a realização das metas definidas no planeamento estratégico. Nele visa-se a utilização eficiente dos recursos disponíveis para a consecução dos objetivos previamente estabelecidos. Esta etapa do planeamento consiste em organizar um esforço sistemático, no sentido de identificar e escolher alternativas operacionais que viabilizem a consecução das diretrizes estratégicas esboçadas no planeamento estratégico. Requer um retalhamento das alternativas seleccionadas no que diz respeito a recursos, procedimentos, produtos, prazos, bem como os responsáveis pela execução.

De acordo com Oliveira (2007), o processo de planeamento operacional compreende três fases básicas, a saber: a primeira consiste na preparação de estimativas para todos os departamentos e setores duma organização. Neste contexto, a proposta do orçamento deverá estar em conformidade com o quadro legal em vigor no país em termos de elaboração do orçamento do Estado. Na segunda fase, combinam-se todas as posições a serem consideradas. Muitas vezes, é necessário alterar o orçamento dos departamentos, antes de se fazer a proposta do orçamento da organização como um todo. E, por último, submete-se a proposta do orçamento ao corpo diretivo da organização para aprovação final. O corpo diretivo poderá ser um conselho nomeado ou eleito ou, no caso do governo central, o parlamento.

Uma perspetiva diferente foi adotada por Castelli, Pereira e Vasconcelos (1999). Para eles “o processo de planeamento operacional compreende os seguintes passos: (i) estabelecimento de objectivos operacionais; (ii) definição de meios e recursos; (iii) identificação de alternativas de ação; (iv) simulação das alternativas identificadas; (v) escolha das alternativas e incorporação ao plano; (vi) estruturação e quantificação do plano; e (vii) aprovação e divulgação do plano” (Castelli *et al.* 1999).

Em conformidade com o Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD), o processo de planificação integrada em Moçambique é caracterizado de acordo com o escalão do governo responsável e vários níveis de planificação, a saber: nacional, provincial, distrital e autárquico. Em cada um desses níveis o planeamento dá maior ou menor ênfase a determinados aspetos da realidade, ainda que conserve a sua natureza integradora.

De acordo com MPD/MF (2006) o sistema de planificação compreende os seguintes níveis:

(i) *A nível nacional* - o instrumento elaborado neste tem abrangência em todo território e pode ser de curto, médio ou de longo prazo. Os instrumentos de curto prazo para a programação anual das atividades do governo e de despesa pública, são: Plano Económico e Social e o Orçamento do Estado; os de médio prazo são os que definem objetivos estratégicos, resultados e metas: Planos Estratégicos Setoriais e Cenário Fiscal de Médio Prazo; e os de longo prazo, que definem objetivos e metas a serem alcançados num período de cinco anos. São eles: o PARP e o Plano Quinquenal do Governo-PQG.

(ii) *A nível provincial* - os instrumentos elaborados nesta dimensão têm abrangência em toda província, podendo ser de curto ou médio prazo. Os de curto prazo são os componentes de planeamento e orçamento: PES provincial e o OE, ou simplesmente PESOP; e o instrumento de médio prazo é o Plano Estratégico Provincial e se destina a dar uma orientação estratégica às atividades do governo provincial;

(iii) *A nível distrital* - os instrumentos deste nível têm abrangência em todo distrito, e podem ser de curto e médio prazo. O instrumento de curto prazo é o PESOD, que é um instrumento de gestão do Governo Distrital, que define os principais objetivos económicos e sociais a serem alcançados durante o ano económico, as ações a realizar para atingir aqueles objetivos e a afetação de recursos orçamentais para esses fins; e o de médio prazo é o PEDD, que cobre um período de cinco anos, fornece uma visão estratégica para o desenvolvimento do distrito e é elaborado com a colaboração das comunidades locais, com vista a promover e apoiar as iniciativas locais de desenvolvimento;

(iv) *A Nível Autárquico*, os instrumentos deste nível abrangem o território das autarquias. O instrumento de médio prazo é o Plano de Desenvolvimento Municipal; e os de curto prazo são: o Plano de Atividades e o Orçamento Municipal.

No sistema de planificação, o PES fixa os objetivos específicos a alcançar e ações a serem desenvolvidas durante o ano económico; já o OE determina a afetação de recursos para a realização do PES. E, em virtude da sua união indissolúvel, a elaboração destes instrumentos não pode ser paralela senão conjunta e simultânea por ser absolutamente interdependente. Assim, o horizonte temporal do planeamento apresenta-se de forma hierarquizada, o PQG e o PARPA são os orientadores da planificação de médio e curto prazo; em contrapartida, o PESOD é um plano operacional, ligado à atribuição dos recursos através do orçamento. No processo de planificação estes instrumentos obedecem a abordagem territorial e a abordagem setorial

A finalidade do planeamento turístico é definir as decisões básicas que vão articular as políticas turísticas de um Estado, país, região ou organização. Ou seja, estabelecer as diretrizes que orientarão as decisões para o desenvolvimento do turismo: o tipo de turismo que se quer promover, os mercados que serão atingidos, a posição que se deseja nesses mercados, as metas a alcançar e as estratégias dos programas de ação. Segundo Ruschmann (1999:25), o planeamento turístico tem como objetivos: *(i)* coordenar o turismo com outras atividades económicas, integrando seu desenvolvimento aos planos económicos de desenvolvimento do país; *(ii)* atrair investimentos nacionais e internacionais para o desenvolvimento do turismo e preservação do meio ambiente; *(iii)* maximizar os benefícios socioeconómicos e minimizar custos que visam alcançar o bem-estar da comunidade recetora e a rentabilidade dos empreendimentos do setor; *(iv)* promover incentivos necessários para estimular a implantação de equipamentos e serviços turísticos, tanto para o setor privado como para as empresas públicas e, *(v)* capacitar os vários serviços públicos para a atividade turística, a fim de que se organizem e respondam satisfatoriamente quando solicitados.

O planeamento governamental para o turismo pode referir-se a diversas áreas, com ênfase no fomento, na provisão de infraestruturas básicas, no controle do uso do solo e exploração de recursos ambientais, na divulgação e no marketing (Hall, 2001). É nessas áreas que instituições de diferentes departamentos governamentais e em diversas escalas têm atuado em países e regiões considerados como destinos turísticos consolidados. Tal atuação tem-se efetivado a partir da elaboração de programas e projetos de incremento ao turismo, nos quais o governo define as diretrizes que vão servir de orientação para o desenvolvimento turístico, assim como as formas e o grau de intervenção no processo de planeamento e de desenvolvimento do setor (Beni, 1997, 2000, 2001; Hall, 2001).

A exigência do planeamento turístico governamental e da intervenção do Estado no desenvolvimento do turismo decorrem da necessidade de se oferecer respostas aos problemas inerentes a esse processo e, principalmente, de se prevenir os efeitos indesejados que o crescimento da atividade pode provocar, em especial nas escalas regional e local. Conforme se referiu anteriormente, o turismo não é só portador de vantagens e benefícios, mas também de riscos, podendo provocar uma série de danos às regiões recetoras quando o seu crescimento ocorre de modo desordenado, implicando efeitos negativos para o meio ambiente, para as sociedades e, até mesmo, para a economia desses espaços.

Porém, o planeamento do turismo deve ser visto como um importante instrumento para nortear o desenvolvimento da atividade turística, mas não é uma panaceia. É um erro ver

o planeamento como aquele que vem solucionar todos os problemas decorrentes de modelos de desenvolvimento turístico inadequados. Neste sentido, cabe recordar aqui o modelo de desenvolvimento turístico que se implantou entre os anos 1950 e 1980, em países e regiões em todo o mundo, caracterizado sobretudo pelo turismo *fordista* ou do tipo industrial – comumente designado como turismo de massas –, e que tem sido bastante criticado pelos seus impactos negativos nas sociedades e no meio ambiente natural das regiões de destino, (Hall, 2001).

Ainda segundo o autor, é interessante observar que entre os pressupostos básicos do planeamento está o aspeto territorial, relacionado com o uso do solo e dos recursos ambientais, dos quais o turismo depende em grande parte para existir. Por isso, entende-se que o planeamento turístico e ordenamento territorial apresentam-se muito inter-relacionados. É claro que o planeamento do turismo não se esgota no ordenamento do território, sendo necessário garantir uma intervenção mais ampla sobre os subsistemas económico e social, que são complexos por natureza.

A sua complexidade é devido ao envolvimento de variáveis endógenas e exógenas, bem como a necessidade de mecanismos eficazes de controlo sobre processos dinâmicos que podem ter implicações múltiplas. Na realidade, a função do planeamento é nortear o crescimento turístico de modo a compatibilizar os factores económicos com os factores de ordem social e ambiental, determinando metas e objetivos precisos e disponibilizando os meios próprios para os atingir.

No entanto, essa função do planeamento turístico ainda é muito pouco praticada. O que impera, na maioria dos países e localidades, é o planeamento fortemente centrado nos retornos económicos de curto prazo que podem advir do desenvolvimento do turismo. Ou seja, tem-se privilegiado os fins económicos de curto prazo, não se evidenciando uma articulação adequada aos subsistemas social e ambiental, de forma global e integrada, condição necessária para o turismo se desenvolver dentro da perspectiva da sustentabilidade (Hall, 2001).

Em suma, o planeamento deve ser considerado um instrumento estratégico para se fazer o desenvolvimento turístico em bases sustentáveis no longo prazo. Ao ser executado, segundo uma política de turismo também concebida nesta mesma perspectiva, o planeamento turístico deve promover a modernização das infraestruturas sociais de base, com efeitos evidentes em termos de saneamento básico, tratamento de resíduos sólidos e do lixo, abastecimento de água, distribuição de energia eléctrica e expansão das comunicações e

transportes, criando, assim, não apenas as condições exigidas para o desenvolvimento do turismo, mas melhorando também a qualidade de vida das populações residentes.

Associado a tudo isso, está o papel prioritário do planeamento, que é o de promover o desenvolvimento turístico compatível com a conservação do meio ambiente e do património natural e cultural dos lugares. A preparação de um planeamento urbanístico, com ênfase turística, parece-me de suma importância para o desenvolvimento sustentável da Cidade da Beira e a população em geral, basta que nele se levem em consideração os seguintes aspetos: *(i)* políticas de recuperação do património ambiental, impulsionando o andamento dos programas de reabilitação integrada; *(ii)* acondicionar e administrar o património cultural para que possa responder à procura e necessidades turísticas: ter património é importante, mas não é suficiente para ser lugar turístico de qualidade; *(iii)* dotar a cidade de adequada infraestrutura de acolhimento para excursionistas visitantes: estacionamento, parque amplo para acampamento com infraestruturas básicas (saneamento, água, energia, sanitários e banheiros coletivos), centro de receção a visitantes e interpretação urbana; *(iv)* desenvolver estratégias de marketing para atrair o turismo promissor de terceira idade, considerando as condições favoráveis proporcionadas pelo lugar; *(v)* preservar as paisagens estreitamente ligadas a simbologias do destino turístico; *(vi)* estender pontes reais de comunicação entre as políticas urbanísticas, turísticas e património cultural. Para isso, será necessário que se coordenem com as diversas administrações, e estas, com o setor privado e, *(vii)* implementar um sistema de pesquisa que faça a monitoria constante às necessidades advindas da comunidade e dos visitantes e turistas.

PARTE2 - RECONSTRUIR UM DESTINO TURÍSTICO: A CIDADE DA BEIRA

CAPÍTULO IV: UMA CIDADE NA BORDA DO ÍNDICO

4.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E CARATERIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOECONÓMICA

Moçambique estende-se ao longo da costa sudeste africana entre a África do Sul e a Tanzânia, numa distância de aproximadamente 2.500km. Faz fronteira terrestre com a República da África do Sul, Swazilândia, Zimbábue, Zâmbia, Malawi e Tanzânia. A sua área total é de 799.390km². O clima é subtropical até tropical (de sul para norte), com uma estação chuvosa, quente e húmida de Novembro a Abril, e uma estação seca e fresca de Maio a Outubro. A parte sul sofre de secas cíclicas. Vários rios cruzam o país no seu percurso para o oceano Índico, em particular o grande Zambeze, assim como os rios Limpopo, Rovuma e Save.

A maior parte do território de Moçambique localiza-se numa zona intertropical. Sendo um país que se estende no sentido norte-sul, voltado para o Índico, é também um espaço em forma de anfiteatro a partir da zona litoral para o interior. Cerca de 40% do território dispõe de uma altitude até aos 200 metros, seguindo-se uma região que abrange áreas de Cabo Delgado, de Nampula e do interior de Inhambane onde se encontram planaltos com altitudes entre os 200 e os 600 metros, e que se prolonga, entre Manica e Sofala, para uma região mais elevada com altitudes a rondar os 1.000 metros. A esta zona segue-se uma faixa montanhosa junto às fronteiras terrestres de Moçambique onde se encontram os pontos mais elevados do país, por exemplo, 2.436 metros no monte Binga (Manica) e 2.419 metros nos picos Namule (Zambézia).

Pela descrição da CESO CI³⁹ Portugal (2011), a disposição orográfica do território de Moçambique, associada a um clima tropical, origina numerosos rios que correm para o Oceano Índico. Podem destacar-se seis principais bacias hidrográficas: (i) a Bacia do Rio Rovuma (Províncias do Niassa e de Cabo Delgado), com 650 km de extensão, nascendo na Tanzânia, uma pequena parte do rio é navegável e o seu principal afluente, proveniente de Moçambique, é o Rio Lugenda; (ii) a Bacia do Rio Lúrio (Províncias de Cabo Delgado e Nampula) com 605 km de extensão. Na sua maioria não é navegável; (iii) a Bacia do Rio Zambeze (Províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambézia) com 820 km de extensão. É deste

³⁹ CI Portugal S.A. é uma organização empresarial portuguesa de consultoria internacional, económica, social e institucional.

rio que é produzida energia de origem hídrica pela central elétrica da Barragem de Cahora Bassa, sendo navegável por embarcações médias ao longo de cerca de 420 Km e apresentando um delta de dimensões consideráveis; (iv) a Bacia do Rio Save (Províncias de Gaza, Inhambane, Manica e Sofala), com 330 km. Como atravessa uma zona de grande instabilidade climática é um rio sujeito frequentemente a fortes variações no seu caudal. Não é navegável por embarcações de média dimensão; (v) a Bacia do Rio Limpopo, com cerca de 1600 km de extensão mas atravessando largas extensões da África do Sul, Botswana e Zimbábue antes de entrar na Província de Gaza (Chicualacuala) e desaguar perto da Cidade de Xai-Xai. Geralmente, e porque também é sujeito a grandes flutuações de caudais, este rio também só é navegável por embarcações de dimensão média numa extensão de 50 km, e (vi) a Bacia do Rio Incomati, sendo o maior rio da zona Sul do país, atravessa a África do Sul, a Suazilândia e entra em território moçambicano na localidade de Ressano Garcia para desaguar na Baía de Maputo. É navegável por embarcações de média dimensão numa pequena extensão e está largamente aproveitado em termos de construções de barragens e diques quer para a produção de energia quer para irrigação agrícola (CESO – CI 2011: 7)⁴⁰.

Ao longo das bacias dos rios e no planalto é encontrada terra fértil, ao passo que a maior parte do Sul e da costa é arenosa, com pouca fertilidade.

De acordo com Ki-Zerbo (2002) a fase colonial de ocupação iniciou-se com a Conferência de Berlim. Foi assim que o governo colonial criou, por decreto de 14 de Julho de 1884, o comando militar do Aruângua, a que se seguiu, em 1887, a fixação do posto militar no “sítio de Chiveve”, local onde viria a construir-se o porto da Beira (Figura 4.1).

No período colonial, o planeamento visava dar respostas ao desenvolvimento económico a nível regional e em zonas específicas com forte potencial para o desenvolvimento em Moçambique. No período pós-independência, a responsabilidade de planeamento nas zonas urbanas, então exercida pelas Câmaras Municipais, passa para os Conselhos Executivos das cidades; igualmente, a iniciativa de elaboração dos planos era a nível central, cabendo ao Conselho Executivo a sua implementação e, a alocação dos recursos era em função das prioridades definidas centralmente (Abrahamsson e Nilsson, 1994).

Segundo estes autores, a participação dos beneficiários e das demais instituições no processo de planeamento limitava-se ao fornecimento de informação de base necessária para a elaboração de planos. Por haver insuficiência de pessoal técnico qualificado e como

⁴⁰ CESO CI – Consultoria Internacional Económica, Social e Institucional.

consequência, muitos planos, basicamente os de estrutura, foram preparados a nível central.



Figura 4.1 Situação geográfica de Moçambique

A escolha do local para a instalação do posto militar foi rodeada de profundas contradições entre as autoridades coloniais, devido às más condições naturais para a construção de edifícios. Mais tarde, com base em estudos efetuados, decidiu-se pela instalação na área onde atualmente se desenvolve a cidade que, em 1887, viria a receber o nome de Beira, em honra do recém-nascido príncipe D. Luís Filipe, que usava o título de príncipe da Beira, Região do centro de Portugal.

Em 1893 iniciou-se a construção da linha férrea para ligar o porto ao atual Zimbábue e só em 1896 entrava em funcionamento um pequeno cais de madeira que, após transformações sucessivas, viria a constituir o atual porto (Lima, 1971). As exigências específicas do desenvolvimento da Companhia de Moçambique contribuíram para o crescimento da cidade, tendo surgido os primeiros armazéns e sido construídos edifícios tais como a Fazenda, correios, alfândega e uma série de instalações e equipamentos sociais, mesmo que em estado delicado devido aos materiais preferidos nesta altura, a madeira e o zinco, por serem de baixo custo. Só em 1900 se inaugura a linha férrea, com ligação para o atual Zimbábue, contribuindo substancialmente para aumentar a importância dos transportes e comunicações a partir do porto que, entretanto, trouxeram enormes benefícios para o crescimento da Beira, tendo ganho o estatuto de cidade em 1907.

A Beira é uma cidade que conta com mais de cem anos, fundada em 1890, cuja edificação e crescimento foram acompanhados por várias contradições. A pujança da antiga Beira estava ligada ao porto a servir a linha de escoamento, por via ferroviária, do minério das ex-colónias britânicas (atuais Zimbábue e Zâmbia) fronteiriças e seu fornecimento de petróleo. O crescimento da atividade portuária e ferroviária, a partir de 1965, também ficou a dever-se ao desenvolvimento industrial da cidade que por sua vez dá origem a um notável crescimento populacional.

Beira é a segunda maior cidade de Moçambique em termos populacionais e infraestruturas económicas. O seu porto desempenha um papel importante na ligação de Moçambique com o Zimbábue e outros países vizinhos, como a Zâmbia e o Malawi. O crescimento do turismo na Cidade da Beira, atualmente, baseia-se no comércio e negócios, sendo que a importância comercial da Beira foi destacada com o estabelecimento do Corredor de Desenvolvimento da Beira. Entretanto, a cidade foi perdendo áreas de mangal e dunas, para dar lugar a construções desenfreadas. Com as mudanças climáticas e o conseqüente

aquecimento global e o aumento do nível dos oceanos, torna-se importante acautelar-se sobre a erosão costeira⁴¹.

Como capital provincial, a cidade goza do estatuto de distrito, designando-se assim por Distrito da Beira, tendo como limite ao Norte o Distrito de Dondo, no Sul situa-se o Oceano Índico, no Este o Distrito de Dondo e o Oceano Índico e, Oeste, o Distrito de Buzi. Possui uma superfície equivalente a 0,9% da província (631km²).

Quadro 4.1. Temperatura, precipitação e humidade na cidade da Beira, 2012

Temperatura (°C)			Precipitação (mm)	Humidade do ar (%)
Média	Máxima	Mínima	148,4	77,9
25,0	41,0	15,0		

Fonte: Instituto nacional de Meteorologia, 2013.

A temperatura média ronda os 25°C, sendo que a máxima atingida foi de 40,1°C e a mínima os 12,9°C. A precipitação média mensal é de 121,9mm. Conta com cerca de 600 mil habitantes, representando 24% do total da província, sendo a maioria (50,4%) homens. Os 59,7% da população está na idade ativa (dos 15 aos 64 anos de idade) e apenas 2% são idosos com mais de 65 anos⁴².

Inquéritos sobre o bem-estar indicam baixas percentagens em indicadores como posse de bens duráveis, em que a maioria dos agregados familiares (69,3%) tem rádio, mas 23,6% não têm nenhum; tipo de material de construção das habitações em que apenas 48,7% são de bloco de cimento e 33,4% são construídas de paredes de pau-a-pique, 70,6% das casas têm pavimento de cimento. Os dados sobre o consumo de água potável indicam que 77,5% da população citadina possui algum tipo de canalização. No aspeto sanitário sabe-se que uma boa parte da população (mais de 80%) não possui fossas sépticas. 58,5% dos habitantes usa petróleo, parafina ou querosene como fonte de iluminação.

O setor da educação comporta vários níveis de ensino, desde o primário até ao superior. A coexistência entre o ensino público e o privado e comunitário tem permitido oferecer uma rede de infraestruturas educacionais que se vai alargando de ano para ano. O ensino primário público é, como em todo o país, gratuito. O sistema possui 125 estabelecimentos com 98.059 alunos, enquanto o secundário, com 68 escolas, possui 49.593

⁴¹ Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental-Direcção Nacional de Gestão Ambiental (2006: 16).

⁴² www.govnet.gov.mz.

alunos, sendo que as raparigas ocupam 51% do total das vagas deste nível.

A saúde constitui um setor bastante sensível na Cidade da Beira. Conta com um hospital central, 11 centros e 2 postos de saúde oferecendo 911 camas gerais e 215 camas de maternidade, havendo na cidade 2 camas por cada 1.000 habitantes.

A agricultura é praticada por 48.999 pequenas e médias explorações agropecuárias e 66 classificadas como grandes explorações, representando 17,1% e 12,8% em relação ao total da província.

A crise política e económica em que o Zimbábue está mergulhado tem atingido a província e, em especial, a Cidade da Beira. Devido à sua posição geográfica e suas infraestruturas, nomeadamente ferro-portuárias, a Cidade da Beira desempenha um papel económico fundamental no *interland* nacional, regional e internacional, servindo não só os países vizinhos Zimbábue, Malawi e Zâmbia, mas também o Médio Oriente, a Europa Mediterrânica, a Europa do Norte e a América do Sul (MPD, 2004).

4.2.AS ESTRUTURAS POLÍTICAS E A GESTÃO LOCAL DA CIDADE

Com cerca de 600 mil habitantes, a maioria pertencente ao grupo étnico Bangwe, resultante do cruzamento entre os Machangas, Matewes e Podzos do vale do Rio Zambeze, havendo, contudo, uma grande franja de muçulmanos e hindus. Segundo Amaral (1969: 76-86), a cidade nasceu de uma expedição militar saída da Ilha de Chiloane, composta por cerca de 30 soldados e 10 operários, que embarcaram em quatro lanchas, aportando na Ponta Chiveve, em 19 de Agosto de 1887, e aí instalaram, no dia seguinte, o Posto de Aruângua, num local pantanoso e língua de areia de cotas muito baixas e de contornos constantemente modificados pelas marés, na foz dos rios Púngue e Búzi.

Em 1892 era elevada à categoria de aglomeração urbana, embora esta designação fosse meramente legal, pois o núcleo destinava-se a servir de apoio à penetração e à divisão dos talhões de terrenos entre o Estado e a Companhia de Moçambique, concessionária de vasta área ao seu redor. Por decreto de 24 de Julho de 1907 a vila, com o crescimento da povoação e da complexidade dos seus problemas exigiram a presença de um organismo de administração municipal, desempenhada incipientemente por uma “Comissão Sanitária”, criada em 15 de Setembro de 1898, era transformada em cidade, quando já formava um aglomerado de certa dimensão, habitado por cerca de 800 *civilizados*, com muitas lojas, repartições públicas, casas de comércio com o exterior, hotéis, etc., na sua maior parte instalados em edifícios de madeira ou de chapas de zinco (Figura: 4.10).

O crescimento da população urbana revela, melhor que qualquer outro aspeto, a expansão dinâmica da Beira: de cerca de meia centena de indivíduos em 1887, o número de habitantes passou para 1.327 não africanos (perto de 540 portugueses e 110 indo-portugueses) e 2.714 africanos em 1897. Sessenta anos depois já existiam cerca de 33.000 habitantes no centro urbano, além de 43.000 africanos com residência eventual, espalhados à sua volta. Aliás, Beira foi edificada num ambiente pouco favorável, sobre terrenos aluviais, de fraca consistência e rodeada de pântanos. O areal da Ponta Gea, que em 1887 mal se destacava da costa e que, com o tempo, foi aumentando de dimensões, está hoje ocupado pela zona comercial da cidade. Mas, antes dos aterros e da construção da muralha, as águas das marés altas alagavam os terrenos e as ondas chegavam a saltar até aos pântanos do Chiveve. Para a conservação da cidade houve que proceder à construção de defesas contra os efeitos das marés e das correntes fluviais; a grande maioria dos edifícios assenta em fundações de estacaria profunda. Com um plano que se desenvolve num terreno em U grosseiro, está aberto para nordeste e é atravessado a meio pelo leito do Chiveve.



Figura 4.2 - Situação geográfica da Província de Sofala.

Após a Independência, a nacionalização dos prédios de rendimento significou uma nova fase do desenvolvimento da cidade, caracterizada pela alteração da estrutura socioeconómica e por uma mudança do ritmo de crescimento. O crescimento populacional da cidade, apesar do abandono dos antigos proprietários dos imóveis e das casas precárias do subúrbio, não correspondeu ao crescimento económico e de construção habitacional (Jones, 2007). O autor refere que o contexto atual é marcado pela globalização (Jones, 2007)⁴³, cujo potencial de desenvolvimento é que dará condições para responder aos desafios impostos pelo aumento da competitividade, vinculando os processos de ajuste produtivo-organizacional à utilização de recursos próprios, à difusão das inovações e ao fortalecimento das relações com outras cidades, tornando-se necessário respostas estratégicas através de iniciativas locais, capazes de estimular o desenvolvimento interno e com meios próprios.

O desenvolvimento da Beira deve-se muito à Companhia de Moçambique.⁴⁴ Desde o século XIX que esta Companhia realizou um conjunto de construções que constituiu um melhoramento de alto interesse para a cidade.

A concretização de um conjunto de projetos de investimentos, articulados entre si em termos de estratégia de desenvolvimento e sincronismo de execução, deve proporcionar um impacto no emprego, a nível regional, como complemento da implementação dos projetos.

⁴³ Os meios urbanos convertem-se no espaço de eleição para o desenvolvimento, dado que é nelas que se tomam decisões de investimentos e de localização da indústria e dos serviços.

⁴⁴ A Companhia de Moçambique foi uma companhia majestática da colónia portuguesa de Moçambique que tinha a concessão das terras que abrangem as atuais províncias de Manica e Sofala. A Companhia teve a sua sede na Beira, onde controlava a administração pública e os correios, tendo inclusivamente criado um banco privado – o Banco da Beira – que emitia moeda, com a denominação de Libra.



Fotografia 4.3 - Hotel Moçambique

Atualmente, o papel estratégico da Cidade da Beira aumenta, tendo em conta a sua importância para os países da SADC⁴⁵ sem acesso direto ao oceano. A implantação do conhecido projeto do *Corredor da Beira*, seguramente estimulará o desenvolvimento da cidade. Graças aos progressos dos transportes, as cidades tornaram-se menos dependentes das suas proximidades, uma vez que o alimento para o crescente número de habitantes da cidade pode ser transportado de distâncias maiores, daí que podemos entender que estimular o desenvolvimento da Cidade da Beira passa necessariamente por um planeamento capaz de encaixar-se às oportunidades locais.

Ao estudar o turismo é inevitável analisar a evolução da sociedade e o surgimento das formas de consumo e necessidades dos indivíduos. Diferentes segmentos objetivam consolidar a atividade como um produto, comercializando lazer, cultura, passado e presente, de acordo com a motivação do turista.

A um nível mais amplo e segundo o MITUR (2004), Sofala, cuja capital é a Cidade da Beira, à semelhança de muitas províncias de Moçambique, tem determinadas potencialidades

⁴⁵ Acrónimo inglês (Southern Africa Development Community) oficial e universalmente utilizado para significar Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. A SADC é a organização sub-regional de integração económica dos países da África Austral. Possui atualmente 14 membros, nomeadamente África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zambia e Zimbábue. A sede da SADC encontra-se em Gaborone, Botswana e tem como línguas oficiais o inglês, o francês e o português. Foi criada em 1992 com a transformação da SADCC, Southern Africa Development Co-Ordination Conference, ou Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, criada em 1980. Possui um mercado global de mais de 200 milhões de pessoas.

e constrangimentos para o desenvolvimento da atividade turística. Partindo desses pressupostos teremos que diagnosticar se há vocação turística do território; se há consolidação da procura com a existência de um potencial de mercado que pode vir a ser atraído pelos recursos de forma a possibilitar a comercialização de produtos turísticos; e por último, se há qualificação da oferta, visto existirem recursos que podem ser valorizados e equipamentos que podem ser criados ou requalificados, a fim de consolidar ofertas turísticas.

São exemplos disso alguns destinos turísticos, em especial na zona centro de Moçambique, onde existem deficiências e discordâncias na ligação e articulação do papel dos vários atores no seio do sistema turístico. Assim, ainda de acordo com o MITUR, a organização do setor do turismo (com estatuto de ministério) em Moçambique caracteriza-se por possuir duas grandes áreas de domínio ou serviços que são: *(i)* área de hospitalidade e viagens, essencialmente privada, onde o papel do ministério é de supervisão e facilitação; *(ii)* área de conservação (parques, reservas e coutadas oficiais), área essencialmente interventora, em que o papel do Estado é o de administrar (gerir e investir) os parques e reservas.

Quadro 4.2. Origem dos hóspedes estrangeiros 2009-2013 em Sofala em que cerca de 90% são na Cidade da Beira

	2009	2010	2011	2012	2013
EUR	1347	4396	1869	3483	2360
Ásia	674	2198	1557	1088	1770
África	4379	5128	3634	3265	3539
Outr	337	2930	3322	3047	4129
TOTAL	6737	14652	10382	10883	11798

Fonte: Direcção de Estatísticas Setoriais e de Empresas, 2014

Para que possa haver um crescimento gradual da corrente de turistas europeus, e não só, que podem querer viajar diretamente para Beira (a Europa é um mercado onde os turistas manifestam crescente interesse por mercados exóticos ou tropicais), há que procurar “desviar” para este destino uma parte dos turistas que visitam a Tanzânia, Botswana e mesmo a África do Sul à procura de oportunidades de férias exóticas ou, simplesmente de novas oportunidades de negócios em países que já oferecem uma variedade e qualidade de atrações turísticas similares às que existem em destinos já mais reconhecidos, fazendo incluir, por

exemplo, o porto da Beira nas rotas de cruzeiros para paquetes de luxo que cruzam os oceanos.

Quadro 4.3. Evolução do nº de hóspedes 2009-2013 em Sofala em que cerca de 90% estão na cidade da Beira

ORIGEM	ANOS				
	2009	2010	2011	2012	2013
Nacional	26949	27212	26695	25394	30064
Estrangeira	6737	14652	10382	10883	11798
TOTAL	33686	41864	37077	36877	41861

Fonte: INE, Direcção de Estatísticas Sectoriais e de Empresas (DESE), 2014

A Cidade da Beira foi um destino de férias preferido e dos mais procurados por uma grande população de língua inglesa vinda da antiga Rodésia, devido à existência de recursos naturais, que geralmente constituem um dos maiores atrativos na atividade turística. Entre eles destacam-se o mar com excelentes e longas praias para o banho e prática de desporto, desde o Grande Hotel (Fotografia: 4.5) até ao Farol do Macúti (Fotografia: 4.6).

Fotografia: 4.4 - Ruínas do Grande Hotel



Fotografia: 4.5 - Farol do Macúti



A Catedral, o Complexo Estoril (Fotografia: 6.7) (nome pelo qual foi conhecido o conjunto dos hotéis Dom Carlos, Motel Estoril e a Esplanada Estoril, em processo de reabilitação), alguns restaurantes localizados no centro da cidade e à beira-mar, e a fauna, com destaque particular para o Parque Nacional da Gorongosa, somam-se ao conjunto de atrações turísticas.

Fotografia: 4.6 - Complexo Estoril (Hotel Dom Carlos e Motel Estoril)



Destaca-se um estabelecimento hoteleiro, o Grande Hotel, localizado frente ao mar, de ótimo acesso, com restaurante, salão de festas, *boite* e piscina, que foi inaugurado em finais de

1955, com uma capacidade de 131 quartos para hóspedes distribuídos pelos diversos andares do edifício. Além de possuir um panorama magnífico, é garantida uma excelente ventilação, achando-se mais alto que qualquer construção vizinha junto ao mar. Em 1957 o Grande Hotel já não pertencia à Companhia de Moçambique, passando desta para a Sociedade de Turismo de Moçambique, e esta, em consequência da inspeção realizada às instalações hoteleiras da Beira, foi instada a proceder à realização de alguns melhoramentos destinados ao alojamento dos serviçais indígenas que nele trabalhavam⁴⁶. Atualmente, o edifício do Grande Hotel (Fotografia: 6.5) encontra-se na posse do Conselho Municipal da Cidade da Beira, entregue pela sua proprietária, o Grupo Entrepasto, em 1989. Naquele mesmo ano, o Grande Hotel passara para a propriedade da Empresa Entrepasto que, entretanto, não tinha perspectivas para utilização por considerar impraticável e antieconómico pensar-se na sua reabilitação, tendo em conta o estado de degradação. O edifício está em ruínas e imundices, e aparenta um total estado de abandono embora vivam nas instalações muitas famílias.

O Hotel Moçambique (Fotografia⁴⁷: 4.7), apesar de ter sido construído em 1972, o seu estado de conservação não difere dos demais hotéis e outros meios de alojamento existentes no país. A sua capacidade é de 182 quartos. Destes, 130 são duplos, 26 simples, 25 *suites* e 1 apartamento presidencial com duas camas, podendo atingir uma capacidade máxima de 390 camas.

Fotografia: 4.7 - Hotel Moçambique



O restaurante tem uma capacidade total de 415 lugares, o salão de festas e conferências têm a capacidade de 125 lugares.

⁴⁶ Direcção Provincial de Turismo na Beira (1986)

⁴⁷ Todas as fotografias aqui reproduzidas são autoria da autora deste trabalho.

A estas, há a acrescentar outros elementos que jogaram um papel importante no desenvolvimento da atividade turística, tais como os clubes noturnos e outros meios de entretenimento, restaurantes e bares e, mais importante ainda, os meios de acomodação constituídos por pensões, residenciais, motéis e hotéis (Fotografia: 4.7). A própria cidade continua a ser um grande polo de atração turística. Por outro lado, pode ser muito interessante para o fotógrafo porque existem muitos lugares de natureza e valor arquitetónicos. São exemplo da arquitetura alguns edifícios como a Casa dos Bicos (Fotografia 1) (construída para exposições e feiras permanentes), a Estação dos Caminhos-de-Ferro (Fotografia 9), o edifício do Almoarifado e a ex-Casa Bachoo.

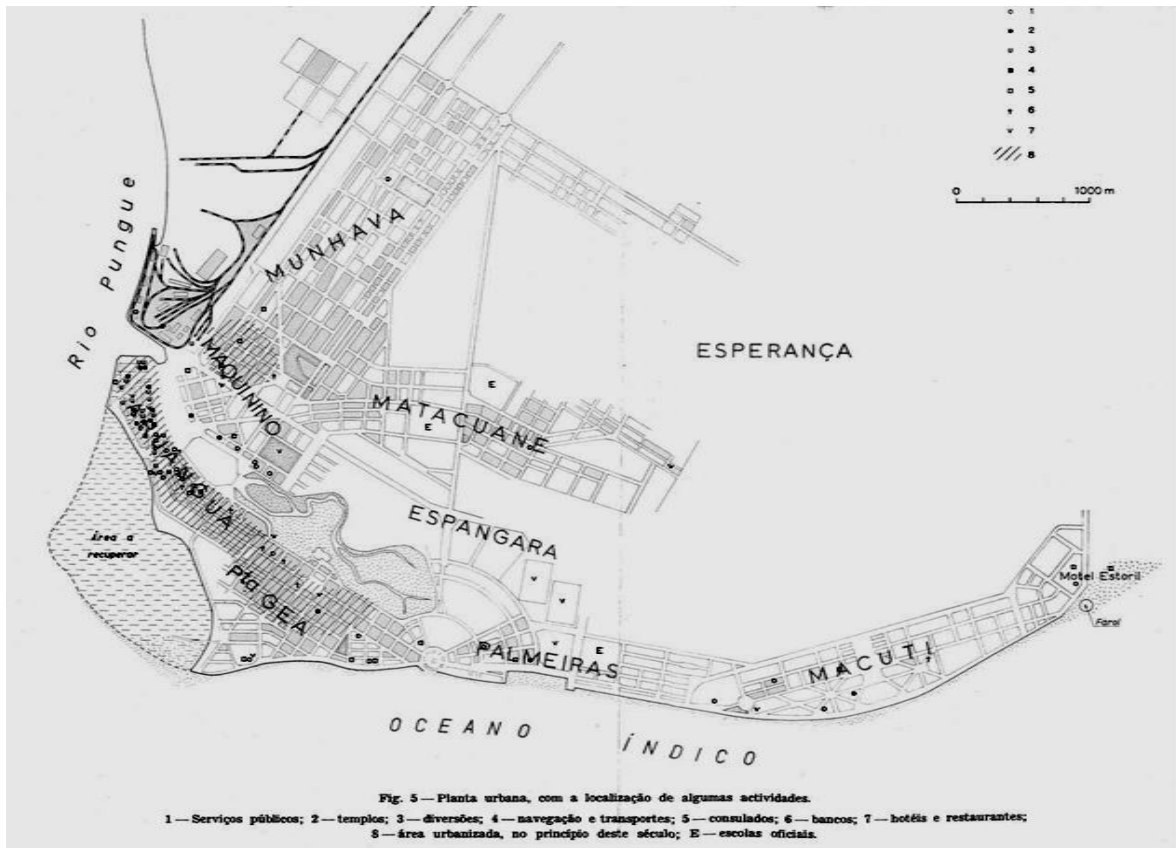
Nos países em vias de desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, um dos grandes dilemas é ter que escolher em que setor produtivo se deve priorizar a alocação dos seus recursos financeiros. Como se sabe, as cidades dependem do campo para uma variedade de bens de consumo. Para esse dilema pesam as características socioeconómicas gerais do país, como sejam altas taxas de crescimento demográfico⁴⁸, economia baseada na produção agrícola e *deficit* da sua balança de pagamentos. O certo é que a maior parte do investimento direto estrangeiro tem sido direcionada para o setor da indústria, cerca de 46,5% (Centro de Promoção de Investimento em Moçambique, dados referentes a 2000-2005).

Devido à sua localização geográfica, o país é afetado sistematicamente por calamidades naturais (principalmente secas, cheias e ciclones), sendo, por isso, importante investir em tecnologias que visam o aproveitamento da água para irrigação, como parte duma estratégia global de desenvolvimento do setor agrícola. Existem boas perspectivas de crescimento de culturas de rendimento como algodão, açúcar, tabaco, castanha de cajú e também culturas alimentares como hortícolas, arroz, milho e frutos tropicais.

O padrão da industrialização em Moçambique terá um carácter dinâmico, sustentável e progressivo na medida em que se transforma e se fortalecem as ligações económicas e sociais, acelera-se o crescimento, desenvolve-se a capacidade de a economia nacional participar positivamente na economia mundial, e fortalecem-se as capacidades económicas identificadas por vias de alguns indicadores-chave macroeconómicos.

⁴⁸ Há a destacar os aspetos como o rápido crescimento populacional, consequência das elevadas taxas de natalidade; as precárias condições de saúde, reflexo de subalimentação que atinge grande parte da população e das baixas condições médico-hospitalares; e, más condições de habitação, uma vez que grande parte da população vive em zonas rurais carecidas de infraestruturas básica (esgotos, água canalizada, eletricidade).

figura 4.8 – Planta da Cidade da Beira



Com o advento da governação autárquica no país, Beira teve as suas primeiras eleições em 1998, tendo sido ganhas pela FRELIMO e pelo seu candidato, Chivavice Machangaze. Em 2003, Daviz Simango, então candidato pela RENAMO, vence as eleições. A RENAMO tinha indicado outro candidato para o pleito autárquico de 2009 mas Simango, concorrendo como independente, venceu, formando posteriormente o Movimento Democrático de Moçambique, que perdeu a favor da RENAMO as eleições para membros da Assembleia Municipal decorridas em 2013. No entanto, cabe ao presidente do conselho municipal formar o elenco da sua governação pelo período de cinco anos que é constituído por vereadores, auxiliados por diretores de serviços e chefes de departamentos especializados.

No plano territorial o município está dividido em 5 postos administrativos urbanos (nº1, nº 2, nº 3, nº4 e nº 5) e 27 bairros: Macúti, Palmeiras, Ponta-Gêa, Chaimite, Pioneiros, Esturro, Matabuane, Macurungo, Munhava, Central, Mananga, Vaz, Marazo, Chota, Alto da Manga, Nhaconjua, Chingussura, Vila Massage, Inhamízua, Matadouro, Mungassa, Ndunda,

Manga Mascarenha, Muave, Nhangau, Nhangoma e Tchonja. Cada um dos bairros é dirigido por um secretário que, à luz da Lei dos Órgãos Locais do Estado, é legitimado pela comunidade e reconhecido pelo governo. Os postos administrativos urbanos são geridos pelos respetivos Chefes do Posto. Existem várias outras organizações de gestão local direcionadas para assuntos específicos, como água, lixo, defesa e proteção civil e também para a gestão de fundos do governo destinados ao financiamento de projetos dos municípios integrados no PERPU (Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana).

Diferentes mecanismos de participação comunitária nos processos detomada de decisão do conselho municipal na governação municipal foram institucionalizados: *(i)* encontros de consulta comunitária: o Conselho Municipal (na pessoa do Presidente do Conselho Municipal e dos Vereadores) leva a cabo consultas ao Municípes sobre assuntos que consideram relevantes de modo a inclui-los nos processos de Planificação e Orçamentação Anual Municipal. Este processo utiliza as estruturas a nível dos bairros para auscultar a opinião e necessidades dos municípios, e considerando a disponibilidade e limitação dos recursos, para traçar as ações mais prioritárias para o exercício seguinte. Estes encontros de consulta não têm uma periodicidade determinada; *(ii)* Conselho Consultivo do PERPU: a atribuição dos fundos do PERPU é mediante deliberação em Conselho Consultivo criado para o efeito, no qual fazem parte representantes dos Bairros Municipais, da Sociedade Civil e do Conselho Municipal, sendo antecedida de uma consulta às comunidades municipais. Contudo, ainda existe uma vasta maioria que não tem conhecimento do procedimento que deve ser utilizado para aceder ao PERPU e ainda existe um número elevado de organizações da sociedade civil que não se encontra informado sobre o mesmo. Neste momento (2013) a Sociedade civil só ocupa 2 das 5 vagas existentes da sociedade civil no Conselho Consultivo do PERPU, a saber: Liga dos Direitos Humanos e FOPROSA (Fórum Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Sofala); *(iii)* Encontros de consulta com grupos de interesse: existe também um diálogo permanente com grupos de interesse, nomeadamente com os transportadores semiolectivos, operadores de táxi, associações desportivas, por exemplo, sobre a melhor forma de abordar as questões respeitantes às suas áreas de atuação.

CAPÍTULO V: O TURISMO COMO ALAVANCA PARA O DESENVOLVIMENTO NA CIDADE DA BEIRA

5.1.O QUE ESPERAM OS TURISTAS: CRÍTICAS E ANSEIOS

Moçambique posicionou-se novo nas rotas do turismo mundial, detendo presentemente lugares bastante apreciados pelos turistas da África Austral e mesmo de outros continentes, como o arquipélago de Bazaruto e o Parque Nacional de Gorongosa e o Parque das Quirimbas, anteriormente citados. Na Cidade da Beira o turismo tem sido propulsionado também pelos fluxos provenientes dos países vizinhos de forte presença branca, como o Zimbábue e a África do Sul. Ela pode também beneficiar destes fluxos, incluindo os que se relacionam com as viagens de cruzeiro. A partir de um estudo sobre os destinos turísticos da Cidade da Beira, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento da eira (2004- 2013) estabeleceu-se uma interessante relação entre o ritmo de desenvolvimento e os reflexos da atividade, quer na natureza, quer na comunidade de acolhimento.

Os dados revelam que o crescimento turístico, como o que caracteriza a Cidade da Beira, é lento pois este devia potenciar não só uma maior participação local no financiamento e desenvolvimento das atividades turísticas e conexas, como também os serviços e comércio, bem assim as possibilidades de controlo dos impactos no território. Pelo contrário, um crescimento muito rápido e controlado conduz ao aparecimento de novas estruturas económicas, o que pode traduzir-se numa progressiva perda de protagonismo político e social das comunidades dos arredores da Cidade da Beira.

Com vista a obter informações mais detalhadas sobre a dinâmica do turismo na Cidade da Beira e o movimento dos turistas naquele ponto de Moçambique, achou-se conveniente interagir com os próprios turistas como forma de colher suas opiniões no que toca a vários aspetos desde a viagem, o ambiente de estadia, período de viagens, bem como o tratamento proporcionado pelas comunidades locais. Deste modo, foram submetidos a entrevista vários turistas nacionais e de outras nacionalidades, no caso zimbábueanos, sul-africanos e zambianos. Entretanto, em conformidade com os dados obtidos da entrevista, houve o entendimento que as distâncias percorridas variam de acordo com a proveniência de cada um, sendo que a mínima é de 194km (da província central de Manica à Beira), e a máxima de 1500km (de algumas regiões da África do Sul).

Foram entrevistados 21 turistas com as seguintes características no que respeita ao perfil da faixa etária: 9 turistas com 29 anos ou menos, 5 com 30 a 49 anos e 7 com 50 anos

ou mais, sendo que no total foram abarcados 9 turistas do sexo feminino e 12 do sexo masculino

No tocante aos meios de transporte, na sua maioria os turistas usam transportes pessoais, viajando em grupos ou caravanas, levando consigo, em muitos casos, alguma comida e bebida, facto que nalgum momento reduz a geração de receitas aos nacionais locais. Segundo informações prestadas pelos turistas internacionais dá-se conta que preferem viajar de transportes terrestres para melhor usufruir da paisagem natural que Moçambique apresenta. Nesta mesma questão, houve queixas das condições das estradas e ainda lamentaram o facto de nalgumas regiões verificar-se a problemática das queimadas descontroladas, ato destruidor do meio ambiente natural.

Quanto ao aspeto ligado às condições das estradas, é importante deixar claro que o Estado devia fazer muito para que as estradas fossem reconstruídas e beneficiem de manutenção constante, visto que estas são vias de comunicação bastante importantes e necessárias também para o escoamento de produtos agrícolas, que também fornecem o setor de turismo, para além do seu papel preponderante a desempenhar na área de turismo no que respeita as viagens e circulação dos turistas.

Indo ao segundo aspeto, respeitante às queimadas descontroladas, que deixam a cada dia o ambiente natural com degradado e desagradável aspeto, entre outros prejuízos, seria pertinente que um trabalho fosse levado a cabo pelas autoridades governamentais de forma que haja um conjunto de ações visando sensibilizar a população sobre o papel e a necessidade de manter o equilíbrio ecológico, tal como Pinheiro (2003) afirma que o turismo é responsável pela paisagem nas zonas cultivadas, é uma forma de vida, visto que para além da atividade económica desenvolvida pelos agentes turísticos, tem outros papéis de grande interesse para a sociedade: serve de guardião da paisagem e do meio natural.

Por outro lado, os turistas nacionais dizem preferir usar transporte terrestre porque encontram dificuldades em viajar por via aérea. Embora entendam ser mais confortável para um momento de descanso e lazer, o facto é que os preços das viagens aéreas são elevados devido a falta de competitividade naquele setor de transporte.

Assim, entendemos que o Estado devia promover algumas reformas, através de implementação de políticas que viabilizassem a melhoria das condições dos serviços prestados, tal como apresenta Rocha (2010), ao salientar que a reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do seu papel, que deixa de ser o responsável

direto pelo desenvolvimento económico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Nesse contexto, o autor pretende referir-se que cabe ao Estado a intervenção no sentido de corrigir as imperfeições do mercado, a partir da supervisão das instituições turísticas, financeiras e outras, da regulação preventiva, bem como pela adoção de um comportamento mais seletivo entre esses atores do mercado. Essa intervenção ocorre de forma complementar às determinações do mercado, ou seja, é apenas uma forma de se criar um ambiente estável para que os agentes possam fazer o uso das informações de maneira mais eficiente e eficaz possível (Moraes, 2002; Rocha, 2010).

Ainda nessa matéria, Moraes (2002) esclarece que o transporte, de um modo geral, é crucial para a competitividade de um país, região ou até mesmo cidade, para as suas trocas comerciais, económicas e culturais. Uma parte ainda de turistas nacionais disse preferir viajar de transportes ferroviários, particularmente aos de arredores da província de Sofala. No que respeita a frequência de visitas à Cidade da Beira, uma boa parte constituída por pelo menos 14 turistas, afirmou unanimemente que visitam-na todos anos, acompanhados com seus familiares, e isso acontece particularmente nos períodos de férias letivas e laborais.

A maioria dos turistas tem solicitado sua estadia em hotéis e residenciais, sendo que uma ínfima parte tem-se hospedado em pensões dadas as qualidades que essas oferecem no que diz respeito aos equipamentos internos - acrescentaram os entrevistados. Em relação ao motivo que leva os turistas a frequentarem a Cidade da Beira destacam-se as praias, a gastronomia, as manifestações artísticas e a hospitalidade, servindo como lazer em momentos de descanso; o que naturalmente não se distancia das categorias comuns que motivam o turista a sair de sua residência para um local diferente, tal como descanso, lazer, desporto, gastronomia e eventos (Barreto, 2003).

No final da interação com cada turista, fazia-se pertinente ficar com as suas impressões de modo a melhorar as estratégias que norteiam a atividade turística na Cidade da Beira, pois esta é de bastante relevo para o desenvolvimento da cidade e, conseqüentemente do país. Assim, para atender os turistas da melhor forma, faz-se necessária a utilização de toda uma infraestrutura, em geral diferente daquela quotidiana, visando suprir os anseios e necessidades dessas pessoas durante o período de viagem e estadia (Ansarah, 2000). Desta forma, a opinião dos turistas é de que o turismo na Beira é excelente, embora seja necessário regular algumas atividades fundamentais como as vias de acesso e a melhoria do saneamento em alguns pontos da cidade.

Os motivos que levam a grande maioria dos entrevistados a achar o turismo na Cidade da Beira excelente estão relacionados com o ambiente, a diversidade de atrativos, o bom atendimento e infraestruturas, os amigos e parentes e a história local. Outros referiram-se que o ambiente foi factor decisivo para que achassem o turismo excelente e acrescentaram que aquele ponto de Moçambique é diferente das demais regiões do país por onde já passaram, embora um pouco quente, mas saudável, com paisagens que incluem o mar e algumas infraestruturas históricas como a casa dos bicos, a catedrale a estação dos caminhos-de-ferro, já acima mencionadas.

Já para os outros, uma minoria composta maioritariamente por mulheres, apontam a diversidade de atrativos como factor determinante para a qualidade do turismo local na Cidade da Beira, e o fazem devido às diversas opções como culinária simples e saborosa, artesanato, locais de visitas gratuitos e bares variados. O bom atendimento e infraestruturas foram outras razões motivadoras apresentadas, isso devido ao bom atendimento e organização que oferecem os restaurantes recetivos, ao permitir que o visitante escolha seu peixe, o qual é assado na frente do cliente. Alguns afirmam que as infraestruturas são boas, porém podem melhorar, evitando as barraquinhas⁴⁹, que revelam falta de higiene. Propõem ainda mais toalhetes nos restaurantes e melhor conservados, de forma a assegurar a boa saúde das pessoas em tempos de lazer.

A história dos locais em estudo é outro motivo que estimula alguns turistas, pois estas pessoas gostaram da história que é contada na casa da cultura e dos eventos culturais que têm às vezes acontecido no local. Outro grupo de turistas apenas opinou que os locais estudados por onde passaram são excelentes, pois consideram os mesmos propícios para reencontro de amigos e parentes. Entretanto, e apesar de algumas atividades que devem ser implementadas para dar um aspeto diferente ao setor de turismo na Cidade da Beira, há que enfatizar que os turistas poderão voltar a visitar os locais existentes, pelo que ações imediatas que pautem pelo aumento de mais turistas devem ser imediatamente levadas a cabo, com o envolvimento de todos os atores locais e nacionais.

Aliás, os gestores das estâncias turísticas referiram-se ao longo das interações que a cooperação existente entre o setor turístico e o governo local, bem como o município deve ser fortificada de forma a realizarem-se ações com sinergia necessária. Nesta questão, partimos do princípio que o turismo é uma atividade realizada pelo indivíduo em sociedade, por isso

⁴⁹ Barraquinha refere-se a espaços de venda de produtos alimentares e bebidas sem a observância de regras mínimas de higiene e segurança alimentar.

carateriza-se por uma elevada imprevisibilidade, portanto não se pode generalizar nem prever como serão as relações entre visitantes e visitados em determinado momento e lugar. Neste contexto, a visão dos turistas sobre a comunidade local e sua participação nas atividades é de que a população apresenta muitas reservas para interagir com pessoas estranhas, não obstante as boas condições de hospitalidade. Todavia, para a população, essa atitude é manifesta como forma de oferecer privacidade ao turista para que ele goze e usufrua dos lugares sem grande interferência da comunidade, evitando assim perturbar seu descanso e liberdade.

Entretanto, alguns turistas consideram que os moradores da Cidade da Beira são recetivos, pois afirmam que são hospitaleiros, unidos e atenciosos. Esta opinião foi formada pelo contacto mantido com as pessoas do comércio e particularmente das instâncias turísticas. As opiniões que julgam os moradores como hospitaleiros e atenciosos baseiam-se no facto de que sempre que os turistas necessitaram de informações referentes aos locais por visitar, onde comer, estes mostraram-se à disposição, simpáticos, amáveis e comunicativos.

Ainda na opinião dos turistas são enaltecidas abordagens como a convivência respeitosa e harmoniosa entre os membros da comunidade, o que provavelmente contribuiu para o conseqüente bem-estar e tranquilidade dos turistas. Porém, um grupo composto por quatro turistas acredita que apenas alguns moradores da Cidade da Beira sejam recetivos, pois os demais necessitam de uma transformação cultural, ou seja, modificar os seus valores e atitudes em consonância com os dos turistas que visitam a região, de forma que haja uma convivência harmoniosa entre eles.

Na última questão teve-se o interesse em compreender a impressão dos turistas em relação à contribuição dos moradores no desenvolvimento do setor de turismo, ao que constatámos que eles acreditam que a participação dos moradores seja importante para o turismo, dado o nível de envolvimento e entusiasmo por parte da comunidade local. Outros acrescentaram sustentando que a importância da participação da comunidade prende-se com o desenvolvimento do turismo nos locais em estudo, pois boa parte destes tem informações a respeito da cidade (hotéis, praias, espaços culturais, entre outros), sendo os mais indicados para preservar, conservar e tecer comentários aos visitantes sobre os locais.

Para terminar, os turistas entrevistados realçaram esperar que o turismo na Cidade da Beira, apesar de estar num bom ritmo em termos de prestação de serviços e a oferta do próprio produto turístico, possa vir a melhorar através da participação dos moradores e melhor administração das políticas públicas sobre alguns setores conexos ao do turismo.

5.2.O QUE ESPERAM OS OPERADORES TURÍSTICOS: CRÍTICAS E ANSEIOS

Com a entrevista aos proprietários das estâncias turísticas, procurava-se basicamente obter informações inerentes aos aspetos que estes propõem para o crescimento do turismo na Cidade da Beira. Nesta senda, apercebemo-nos que as necessidades dos entrevistados vão desde a melhoria ou reforço da segurança, visto que só assim é que os turistas podem-se sentir livres e à vontade durante os momentos de lazer. Para eles, o turismo é em algum momento ausência de preocupações da vida. Sugeriram mais policiamento, principalmente à noite, sendo viável uma base policial nos locais, proporcionando assim melhor fiscalização e segurança nos espaços de consumo turístico e outros.

Partilham também das preocupações dos proprietários questões relacionadas com a ampliação e reabilitação das infraestruturas públicas como casas de banho, limpeza local, educação dirigida e divulgação, esta última que devia, por um lado, estar ao serviço dos proprietários dos estabelecimentos ou estâncias turísticas e, por outro lado, por parte do Governo, através das políticas públicas e de desenvolvimento local. De entre os aspetos apresentados há que ressaltar a pertinência da educação dirigida, ou seja, para além da construção de infraestruturas e aquisição de outros recursos necessários a consecução das atividades turísticas e satisfação dos clientes, igualmente será necessário que sejam criadas instituições de formação profissional de pessoal com habilidades, talentos e conhecimentos específicos da área turística.

Quanto às infraestruturas, os proprietários entrevistados sugeriram que o município, bem como o governo provincial, deveriam trabalhar em coordenação com os promotores de turismo a nível da cidade, da província e do país em geral aumentando substancialmente o número de assentos nas vias e locais públicos, lixeiras, iluminação e (mais) banheiros públicos. Opinam que deveria haver limpeza mais eficiente das ruas, praias, minimizando os produtos químicos, dejetos e esgotos que ainda são despejados pelas indústrias que se encontram a operar na cidade.

Do número total de proprietários entrevistados num universo de cinco, todos acreditam que as melhorias aparecerão se houver maior participação do município na promoção de atividades turísticas, bem como na melhor organização da cidade, através de implantações de placas explicativas, com normas a serem seguidas. Seria também necessária a presença mais marcante da polícia, não só para fiscalizar, mas também para combater a criminalidade existente, principalmente durante o período noturno. Por fim, afirmaram que se devia

melhorar a sinalização de trânsito, infraestruturas para a receção de turistas e mais eventos de modo a aumentar as possibilidades de atrair cada vez mais turistas.

O turismo assume hoje um lugar significativo na atividade económica de um destino, não sendo exceção para o nosso país e para a Beira, em particular. No entanto, o aumento crescente de visitantes e a crescente atenção virada para este setor, considerado estratégico pela maioria, tem conduzido a uma intensificação da concorrência na atividade. De facto, se o setor continuar a conhecer passos largos em termos de crescimento, tal como se perspetiva, as organizações de turismo terão de apostar cada vez mais num turismo de qualidade para fidelizar os visitantes pois, no quadro do mercado nacional e global, torna-se cada vez mais evidente que a procura pela satisfação das necessidades dos consumidores do produto turístico orienta as suas escolhas em função da qualidade.

Atualmente, o setor turístico na Cidade da Beira enfrenta um conjunto de desafios, que vão desde a transformação das estruturas internas da oferta até à globalização do setor, passando pelas novas exigências da procura dos consumidores. De facto, o comportamento destes no campo do turismo está a alterar-se significativamente, sendo influenciado por novos valores, como o respeito pelo meio ambiente ou a procura de experiências e valores autênticos, caraterísticos de quem procura serviços satisfatórios, particularmente de lazer.

Deste modo, as organizações de turismo devem centrar-se na competitividade e garantir que os clientes encontrem a satisfação que procuram, incluindo as necessidades, desejos e expetativas sempre em melhor qualidade que os seus concorrentes. É neste contexto que as organizações e estâncias turísticas devem, com vista a oferecer serviços de qualidade, gerir as expetativas que se criam nos clientes, ajustando o preço do serviço à oferta real, ter em conta as instalações ou os processos, procurando sempre verificar se esses cumprem as normas de qualidade estabelecidas; procurar que a atenção aos clientes se faça conforme eles a esperam e conseguir que as medidas tomadas sejam percebidas corretamente pelos visitantes.

A abordagem apresentada é igualmente partilhada por Barreto (1997) que se refere ao conceito moderno de qualidade, comumente aceite. Para ele, pode definir-se como a satisfação das necessidades e expetativas razoáveis dos clientes, a um preço igual ou inferior ao que eles atribuem ao produto ou serviço, em função do valor que receberam ou perceberam. De acordo com Becker (1996), o novo conceito de qualidade das organizações turísticas pode depreender-se de alguns aspetos fundamentais da qualidade, destacando-se que são os visitantes que avaliam se a relação satisfação – preço é adequada; os visitantes baseiam

o seu critério nas expectativas que formaram previamente; e, por último, é tão importante cuidar do serviço e da percepção dos visitantes. Neste contexto, para o autor, em função do grau de satisfação que podem ter os atributos de um produto ou de um serviço, a qualidade tem as dimensões de qualidade obrigatória e qualidade atrativa.

A qualidade obrigatória refere-se aos aspetos que são esperados pelo visitante; se não os encontra, sente-se insatisfeito. Enquanto a qualidade atrativa, pelo contrário, refere-se aos aspetos que vão para além do esperado e que surpreendem o visitante; se não acontecem, não se sente enganado. Essas abordagens levam-nos a compreender que a implementação de um sistema de qualidade no turismo requer uma observação cuidadosa das características deste setor e dos mais procurados produtos turísticos (Sancho, 1998). Portanto, a qualidade em turismo pode ter uma perspetiva individual como a qualidade num hotel, qualidade dos serviços públicos, ou geral, que engloba a qualidade do transporte aéreo, qualidade de um destino turístico. Porém, em ambos os casos é importante manter uma atitude aberta, considerando a importância das relações entre os componentes do turismo como um todo.

Tendo em conta os paradigmas apresentados, há uma clarividência de que a Cidade da Beira não se encontra num mau caminho em relação aos padrões de qualidade, precisando de os melhorar, de modo a que possa atrair e oferecer uma nova imagem aos antigos e novos visitantes. Quer dizer, sob iniciativa dos proprietários, apoiados pelo governo local e município, devem levar a cabo ações visando a reconstrução de algumas infraestruturas e implantação de sistemas mais modernos nos terminais de transportes aéreos, bem como na melhoria dos serviços de transportes públicos e a manutenção regular das vias de acesso dentro da cidade.

Assim, entendemos que como qualquer serviço, o turismo é heterogêneo e que a qualidade da experiência turística constrói-se com a participação de diversas pessoas e organizações, desde o planeamento da viagem até o visitante regressar à casa. A sua satisfação depende de cada pessoa com quem contata. Do resultado destes momentos depende a boa impressão do visitante, seja através da rapidez do serviço, o trato, a eficácia, a empatia ou qualquer outro atributo que se dá ao turista durante a sua visita. Cada um destes momentos supõe excelentes oportunidades para demonstrar a capacidade de satisfazer as necessidades do cliente e de superar as suas expectativas. Para tal, tanto as pessoas como as organizações devem estar preparadas, desenvolvendo planos de qualidade que potenciem a satisfação dos turistas, tendo em conta que esses contribuem para a mudança e transformação de suas vidas, como também da economia do país em geral.

Uma das estratégias não menos importante que pode ser adotada para o desenvolvimento do turismo na Beira deve ser o desafio do marketing que deve igualmente preocupar-se em fazer com que os serviços oferecidos para os turistas satisfaçam os desejos e as vontades desse público e que todas as suas expectativas positivas com relação ao lugar ou produto turístico realmente ocorram. Para que isso aconteça, as empresas que trabalham com o turismo, devem preocupar-se com a satisfação do turista acima de tudo. Também precisam dar prioridade às políticas de recursos humanos, tentando sempre manter os membros da equipa de trabalho motivados, pois esses é que estarão sempre em contato com os turistas; por isso há importância em capacitá-los da melhor forma, para que assim sejam prestados os melhores serviços.

Essa necessidade é motivada por duas questões fundamentais, a destacar: primeiro, pela necessidade de competir com sucesso na economia global, caracterizada por uma competição crescente no quadro da globalização; a segunda relaciona-se com a necessidade de eliminar a pobreza e de fazer face às questões da desigualdade (PEDTM, 2004-2013). Contudo, o desenvolvimento de recursos humanos constitui ferramenta indispensável para a edificação do processo turístico. Porém, três requisitos fundamentais são necessários a esse processo: (a) o estabelecimento de uma força de trabalho no setor do turismo particularmente motivada e competente; (b) desenvolvimento de habilidades, formação e desenvolvimento de carreiras para os trabalhadores e funcionários do setor, e (c) admissão de funcionários do governo com capacidade e vontade para implementar os objetivos do turismo e maximizar os benefícios económicos e sociais para a população.

5.3. RECURSOS, DIFICULDADES E POTENCIALIDADES: ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA CIDADE DA BEIRA

No geral, Moçambique apresenta um grande e diversificado potencial para o desenvolvimento do turismo. Afora a sua área geográfica, o país possui cerca de 2.500km de costa com uma grande variedade de praias, ilhas e lagos. Além disso, oferece muitas opções de safari nos parques e reservas nacionais como áreas de conservação para o desenvolvimento do ecoturismo, como são os casos do Parque Nacional da Gorongosa, próximo da Cidade da Beira, e o Parque Nacional das Quirimbas, em Cabo Delgado.

No estudo realizado pelo CESO CI Portugal (2011), Moçambique é apresentado como “Produto do processo da própria História Universal”, oferecendo uma “miscelânea cultural da culinária indo e afro-europeu do Norte ao Sul e da costa ao *interland*, que é um potencial do

turismo cultural ainda por explorar”. O outro potencial em exploração está relacionado com a criação de parques subaquáticos ao longo da costa, para explorar o turismo de mergulho não só para a apreciação da fauna marinha, mas também a gama de artefactos arqueológicos de navios naufragados ao longo da costa.

As infraestruturas de suporte ao potencial oferecido pela diversidade natural têm vindo a conhecer um crescimento digno de realce, particularmente no que diz respeito aos hotéis de luxo e da primeira classe que se vão erguendo em todo o país, alicerçadas por uma economia em franco desenvolvimento que vem promovendo o crescimento em setores complementares ao turismo, como os transportes e comunicações, através de investimentos nos principais corredores ferro-portuários (Maputo, Beira e Nampula) e rodoviários, que permitem melhores ligações com as regiões do interior e países fronteiriços. As ações sobre as infraestruturas de transportes e comunicações também se alargam aos aeroportos nacionais, com a modernização do Aeroporto Internacional de Mavalane, em Maputo; transformação da Base Aérea de Nacala em aeroporto internacional, para citar alguns exemplos e, a expansão das redes de telefonia móvel para as áreas mais remotas do país, ligando-o ao mundo pela transmissão de voz, imagem e dados.

A Lei nº 4/2004, Lei do Turismo da República de Moçambique corporiza as aspirações que o país tem com referência à contribuição do turismo nodesenvolvimento nacional ao estabelecer o quadro legal para o fomento e exercício das atividades turísticas. Depreende-se, pela análise aos seus objetivos, que a Lei procura harmonizar três vetores fundamentais: desenvolvimento sustentável, preservação de valores e da biodiversidade e participação, quer das entidades públicas, quer privadas e comunitárias. Especificamente, ela atribui os seguintes objetivos: *a)* impulsionar o desenvolvimento económico e social do país respeitando o património florestal, faunístico, mineral, arqueológico e artístico, que deve ser preservado e transmitido às gerações futuras; *b)* preservar os valores históricos e culturais, bemcomo promover o orgulho nacional; *c)* contribuir para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do país; *d)* contribuir para a criação de emprego, crescimento económico e o alívio da pobreza; *e)* estimular o setor privado nacional e participar na promoção e desenvolvimento dos recursos turísticos; *f)* estabelecer mecanismos de participação e articulação interinstitucional; *g)* promover a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos e terrestres; *h)* melhorar o nível de vida das comunidades locais, impulsionando a sua participação ativa no setor do turismo; *i)* estimular medidas de segurança

e tranquilidade dos turistas, consumidores e fornecedores de produtos e serviços turísticos; j) assegurar a igualdade de direitos e oportunidades de todos os sujeitos objetos da presente lei.

As estratégias de desenvolvimento turístico apresentadas neste capítulo são resultantes das indicações contidas nas conclusões do diagnóstico e de um abrangente processo de pesquisa em vários estabelecimentos turísticos, com a participação de vários responsáveis de diversas instâncias do setor de turismo. Houve ainda contribuições de diversos estudos elaborados pelo poder público e outras instituições como ONG e alguns membros da sociedade civil organizada. Estas estratégias procuram indicar iniciativas para o crescimento da atividade turística na Cidade da Beira na perspectiva do desenvolvimento e consequente melhoria das condições de vida da população local e do país em geral, bem como do desenvolvimento sustentável. Elas abrigam projetos e ações em diversas áreas, partindo do diagnóstico preparado e da análise SWOT⁵⁰ (Potencialidades, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças) para cada um dos aspetos.

Através do processo de pesquisas exploratórias, bem como com as contribuições das comunidades, do governo e das agendas políticas de governo, identificou-se uma série de valores, que definiram as vertentes, visão e missão do turismo na Beira como um todo. A análise SWOT, por sua vez, indicou uma série de diferenças relacionadas à caracterização regional.

De acordo com os objetivos expostos no Plano Estratégico do MITUR, com as políticas públicas de turismo adotadas no Município da Beira e considerandoos pilares da sustentabilidade, foram identificadas três vertentes de desenvolvimento turístico. As vertentes são fontes de onde cada estratégia provincial, distrital, municipal ou local, com seus respetivos projetos, se originam. Cada vertente também funciona como um filtro, uma maneira de aferir a consistência de cada estratégia e sua consonância com os objetivos do Governo e do Estado. A definição das vertentes baseou-se nos princípios do desenvolvimento sustentável, que pressupõe uma integração entre as esferas do desenvolvimento económico, desenvolvimento social e preservação ambiental. As vertentes de desenvolvimento para o turismo na Beira, ou seja, as origens das ações e dos objetivos a serem atingidos neste desenvolvimento dizem respeito a (i) valorização das Pessoas (desenvolvimento

⁵⁰ Sigla inglesa para *Strengthness, Weakness, Opportunities, Threats*. Traduzido para português, entende-se por Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças (FFOA). Comumente tem-se usado o anagrama FOFA que, entretanto, distorce a semântica original, obrigando a criar um alinhamento vertical das componentes da análise.

sociocultural); (ii) valorização da Natureza (preservação e conservação ambiental); (iii) valorização do Produto Turístico (desenvolvimento económico).

Através da valorização das pessoas se define, de maneira inequívoca, que o ponto de partida para o planeamento turístico são as pessoas que habitam na área onde se pretende implantar ou planejar a atividade. Sob essa ótica, o turismo é uma ferramenta de promoção socioeconómica. Para tanto, o respeito às opiniões das comunidades inseridas nessas áreas, além da busca de sua inserção na atividade, é um componente essencial.

A valorização da natureza, por sua vez, sinaliza que essa promoção socioeconómica será estruturada através da compreensão do valor intrínseco do meio ambiente, colaborando para sua conservação e preservação. O turismo presta-se, sob essa perspectiva, a ser uma ferramenta de sensibilização sobre a questão ambiental e de uso sustentável dos recursos naturais.

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Beira (PEDB), a competitividade do setor turístico da Beira é a garantia de que o processo de promoção socioeconómico e de uso sustentável dos recursos naturais será mantido, mesmo inserido num ambiente económico dinâmico. Sob esse aspeto, a valorização do produto turístico identifica a necessidade de estruturar soluções adequadas ao mercado e inovadoras em sua essência.

Deste modo, há um entendimento de que com essas ações, a possibilidade de garantir simultaneamente a manutenção cultural local e a sustentabilidade das atividades a nível do setor de turismo, representa um caminho capaz de proporcionar o crescimento do turismo a nível da Cidade da Beira e da província, procurando, a todo o custo, aumentar as possibilidades de desenvolvimento local e nacional bem como a melhoria das condições de vida de toda população.

Assim, ao se falar de atividades culturais, vale a pena lembrar que, segundo Colleyn (2005), a produção do conhecimento como atividade cultural fundamental deve ser feita com aplicação correta de seus métodos e técnicas específicas, dadas as particularidades e potencialidades desta área de estudo. Assim, todo e qualquer setor de atividade que queira desenvolver-se com base na promoção da cultura deve estabelecer um estudo cauteloso junto das comunidades de forma a perceber quais os valores em extinção e outros que precisam ser reforçados e mantidos como o orgulho e identidade locais. Se recorremos a Colleyn (2005: 245) uma vez mais, veremos que os elementos culturais só existem na mente das pessoas, nos seus símbolos tais como padrões artísticos e mitos. Entretanto, o autor fala também de cultura material, que na sua visão manifesta-se com a presença dos produtos culturais concretos

(obras de arte, escritos, ferramentas, etc.). Essa forma de cultura é preservada no tempo com mais facilidade, uma vez que a cultura simbólica é extremamente frágil.

Nesta perspetiva, caso o setor de turismo, por exemplo, tenha uma deficiente capacidade estratégica na aplicação das técnicas de estudo cultural, conseqüentemente não se poderá estabelecer um ambiente harmonioso entre turistas e a comunidade local, dificultando assim a satisfação dos consumidores de serviços e produtos turísticos, estagnando deste modo o desenvolvimento local. Com isso, podemos entender que a principal característica da cultura é o chamado mecanismo adaptativo, em que na visão partilhada por Weber (1992) refere-se à capacidade de responder ao meio de acordo com mudança mais rápida de hábitos. Aliás, ao se fazer uma profunda análise sobre os traços característicos e identitários de uma comunidade, pode-se perceber que a cultura é também um mecanismo cumulativo, em que as modificações trazidas por uma geração passam à geração seguinte, de modo que a cultura transforma-se perdendo e incorporando aspetos mais adequados à sobrevivência, reduzindo o esforço das novas gerações (Rocha, 2004).

Essa ideia leva a um entendimento de que a cultura é dinâmica e, como mecanismo adaptativo e cumulativo, ela sofre mudanças, onde traços se perdem, outros se adicionam, em velocidades distintas nas diferentes sociedades, havendo apenas a necessidade de preparar as comunidades para esse confronto que é tão necessário para enaltecer o desenvolvimento das partes. Basta ter em conta que a cada dia os valores culturais se flexibilizam a nível das sociedades.

De acordo com o Boletim Económico e Estatístico de Moçambique (BEEM, 1988), a analogia com países que já se projetaram no desenvolvimento turístico há muitas décadas e com condições de património cultural e histórico muito diversas, é irrealista. Mas, parece ser aconselhável olhar para os países ou duas décadas de anos atrás de forma a perceber como se encontravam nos princípios quanto a esta matéria e que hoje, partindo de situações equivalentes, têm já uma posição internacional proeminente.

Com isso, podemos entender que Beira tem grandes potencialidades para o desenvolvimento do turismo, na medida que toda a economia nacional pode dar um salto em frente, desenvolvendo também os parques, a gastronomia e o artesanato, embora as atuais atrações turísticas são escassas e dispersas pela cidade, sendo que a única atracção significativa é a praia, que pela sua extensão e pelo clima ameno alicia numerosos cidadãos e estrangeiros.

A análise da Matriz SWOT, realizada e apresentada, permitiu a visualização estruturada dos desafios trazidos por um processo de desenvolvimento turístico nos moldes

em que o Governo demonstrou que as ações a serem implantadas no município deveriam ser integradas e complementares, dado que as inter-relações existentes entre os desafios são evidentes. Soluções pontuais, que não considerassem todo o abrangente contexto em que o turismo se insere, seriam insuficientes e, portanto, inadequadas para compreender as ações a levar a cabo para se elevar o setor a um nível desejado.

A elaboração de estratégias eficazes partiu, então, de uma análise cuidadosa dos recursos, desde físicos, humanos e organizacionais, bem como as capacidades, ou seja, condição que um conjunto integrado desses recursos possui para executar tarefas ou gerar valor. Algumas dessas capacidades se configuram em possíveis diferenciais, por serem únicas e de difícil imitação, podendo gerar uma vantagem competitiva sustentável.

Quadro 5.1. Demonstração do ambiente turístico na Cidade da Beira

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidades locais acolhedoras e sensíveis ao movimento turístico; ▪ Autoridades locais empenhadas no desenvolvimento do turismo; ▪ Praias limpas; ▪ Melhoria e expansão de serviços básicos; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca disponibilidade de recursos humanos qualificados; ▪ Fraco desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e adequadas à realidade local; ▪ Inexistência de uma rede de estradas em boas condições; ▪ Deficiente saneamento do meio urbano; ▪ Fraca capacidade dos meios de transporte e comunicações locais; ▪ Deficiente preservação e manutenção dos edifícios, particularmente os espaços turísticos.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vantagens (geográficas, turístico-naturais e transportes e comunicações) comparativas; ▪ Políticas de atração de investimentos; ▪ Vizinhança com o Parque Nacional da 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grande concorrência dos Países vizinhos com maior destaque para África do Sul na atração de investimentos; ▪ Escassez de capital para investimento; ▪ Fragilidade das infra-estruturas de

<p>Gorongosa;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de energia elétrica das hidroelétricas de Cabora Bassa e Chicamba; ▪ Solo e clima favorável para a produção de bens alimentares; ▪ Integração nas ZRD (Zonas de Rápido Desenvolvimento); ▪ Governo e parceiros internacionais com diagnóstico comum. 	<p>transporte durante a época chuvosa.</p>
--	--

Identificaram-se, igualmente algumas estratégias a serem trabalhadas em todo o município, e estratégias sub-regionais, que enfatizam as características específicas de cada zona turística. O intuito dessa formulação estratégica é o de transformar os recursos e capacidades em diferenciais efetivos. As estratégias locais são os grandes campos que necessitam de intervenções para garantir que as vertentes, a visão e a missão sejam implementadas no atual ambiente. A indicação dessas estratégias, portanto, orienta os esforços de todos os envolvidos com a atividade turística em prol de um desenvolvimento integrado e sustentável. Traduzem uma avaliação da realidade turística da Beira, evidenciadas através da Matriz SWOT, identificando basicamente dois tipos de intervenções, sendo (i) ações corretivas – aquelas que foram originadas das fraquezas detetadas durante o processo de avaliação ou estudo da matriz e da auscultação participativa, donde foram sugeridas pela própria comunidade, por órgãos públicos que atuam nas regiões e pelos gestores de empreendimentos turísticos e, (ii) ações pró-ativas – são as ações que potencializam os pontos fortes ou permitem o fortalecimento ante as ameaças e oportunidades apontadas. Também foram sugeridas pela comunidade local, órgãos públicos e gestores de atividades turísticas.

De um modo geral, as estratégias locais identificadas no nosso estudo para o desenvolvimento do turismo na Beira são: estrutura pública, gestão municipal, socioeducativo, integração e produto turístico. A seguir são apresentadas as características destas estratégias e diversas outras que convergem para o seu objetivo central.

O fundamental do alicerce público é criar as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável do turismo através de planeamento, infra-estrutura básica e acompanhamento. O ponto de partida para esse processo de planeamento é o entendimento,

por parte do Estado, da necessidade de coordenação do crescimento do turismo, objetivando um crescimento sustentável da atividade na Beira. Assim sendo, o primeiro ponto a ser abordado está relacionado com a estrutura pública, que se refere às atribuições e responsabilidades do Estado no planeamento e coordenação da atividade turística e no fornecimento de infraestruturas básicas. O grande papel do Estado no desenvolvimento do turismo é o de planear, induzir e coordenar os polos de turismo na cidade e nas sub-regiões. Neste contexto, como forma de garantir a implementação dos rumos e estratégias definidas, o Estado provê a implantação de infra-estrutura de transportes; implantação dos serviços básicos como a distribuição de água, estrutura de esgotamento sanitário e estruturas de deposição final de resíduos sólidos; educação para o turismo; segurança; regulamentação da atividade, entre outras atividades.

As estratégias abaixo identificam como será direcionado o fortalecimento da estrutura pública na Cidade da Beira. Além de contribuir para a atividade turística, a melhoria dessa estrutura causa impactos positivos, diretos e indiretos, para a comunidade local, passando necessariamente pela ampliação e melhoramento dos sistemas utilizados para a integração e acesso às áreas turísticas; articulação e melhoria do sistema de saúde nas áreas de interesse turístico; coordenação, planeamento e gestão estratégica dos pólos turísticos; fomento e melhoria dos meios de transporte de acesso ao pólo turístico e de circulação nacional, regional e local.

Outras estratégias incluem a implantação e operação dos sistemas de saneamento básico nas áreas de interesse turístico; implantação e melhoria dos sistemas de coleta e deposição final dos resíduos sólidos nas áreas de interesse turístico; implantação de sistemas de segurança pública de padrão adequado às áreas turísticas; desenvolvimento e implantação de um sistema integrado de informação e de indicadores estatísticos do turismo; otimização das redes de energia e comunicação e a recuperação e restauração do património histórico apoiando a sua revitalização.

Relativamente à gestão municipal é necessária a promoção da modernização técnico-administrativa para uma gestão municipal referenciada nos princípios do desenvolvimento sustentável do turismo. A partir da identificação pelo município da importância da oferta de uma base para o desenvolvimento turístico, a etapa seguinte é o ajuste das capacidades municipais para a gestão do turismo. Esta estratégia reúne deste modo as intervenções necessárias para que o poder público municipal execute suas atribuições adequadamente. As estratégias aqui apresentadas procuram encaminhar os municípios para uma

administração eficiente da atividade turística, em consonância com as vertentes, visão e missão da atividade turística na Cidade da Beira.

O escopo das responsabilidades dos presidentes municipais é estrategicamente importante. Se não, vejamos que este responsabiliza-se pela elaboração e implementação das ferramentas de gestão, implementação e operação do setor de turismo e meio ambiente; gestão e manutenção do património histórico; operação dos sistemas de coleta e deposição final dos resíduos sólidos e execução de intervenções de urbanização e paisagismo que melhorem a relação dos cidadãos e turistas com a cidade.

O fortalecimento da gestão municipal para a atividade turística também provoca melhorias institucionais e outros resultados que impulsionam significativamente a qualidade de vida do cidadão local. Essa estratégia resulta em impactos positivos diretos e indiretos para a comunidade.

Assim, seriam as seguintes propostas de estratégias de gestão municipal que permitiriam levar ao pico a atividade turística: *(i)* desenvolver habilidades e competências nas equipas municipais para a gestão do turismo; *(ii)* apoiar de maneira pró-ativa os organismos e equipas de turismo e meio ambiente; *(iii)* incentivar, elaborar e garantir a implantação de ferramentas de gestão turística que garantam o seu desenvolvimento e sustentabilidade; *(iv)* oferecer assistência para a operação regular dos sistemas de coleta e deposição final dos resíduos sólidos; *(v)* gerir o património histórico, cultural e ambiental, procurando a sua revitalização em conjunto com a comunidade local; *(vi)* apoiar intervenções urbanísticas e paisagísticas necessárias para melhorar a relação do município com os turistas e cidadãos e, *(vii)* fortalecer os mecanismos que contribuam para a formação da identidade municipal.

A componente educativa visa mobilizar as pessoas para a reconstrução permanente do processo socioeducativo da comunidade, visando o aumento da qualidade da experiência turística. O envolvimento da comunidade deve ser visto e assumido como o terceiro passo para o desenvolvimento sustentável do turismo na Cidade da Beira. Para tanto, a educação social remete-nos para estratégias, ações e projetos que permitem o aumento da qualidade de vida da população e sua articulação com a atividade turística. Permite a melhoria da experiência turística numa determinada região através do aprimoramento do papel do morador local no processo.

Essa melhoria traduz-se na perceção da importância do turismo para a comunidade, no respeito e valorização do património histórico, cultural e ambiental pelos moradores, além da sensibilização comunitária para a perceção de liberdades individuais inseridas no contexto

social (Ribeiro, 2008). Essa alteração de perspectiva se traduz na qualidade dos serviços prestados, na cortesia e prestabilidade da população local.

Sendo que se pretende elevar o nível e a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo na Cidade da Beira, pensamos que se deve levar a cabo ações que promovam a integração nas seguintes perspectivas: *(i)* incrementar a inserção da comunidade local no processo turístico através da valorização e respeito de sua cultura, seu espaço e suas decisões; *(ii)* fomentar o associativismo comunitário como forma de representação perante os governos locais e o conselho municipal; *(iii)* fomentar o associativismo empresarial, com destaque para os de ramo turístico como forma de representação do setor e dinamização de seu desenvolvimento; *(iv)* garantir que o desenvolvimento turístico seja integrado entre os municípios com a consolidação dos roteiros e zonas turísticas; *(v)* estimular a formação da cadeia produtiva local do turismo, aumentando contribuição desta atividade no PIB; *(vi)* estimular e priorizar investimentos da comunidade local no recetivo turístico; *(vii)* intensificar a comunicação e a cooperação entre o setor público e o privado; *(viii)* criar, apoiar e fortalecer *clusters* locais e regionais, aproveitando as características e diferenciais de cada zona.

A missão de uma estratégia para a produção turística deve estimular a formatação de produtos turísticos que sejam competitivos em segmentos específicos de procura, de forma a promover a excelência nos serviços. A etapa seguinte de intervenções necessárias objetiva o aprimoramento do produto turístico oferecido ao mercado, condição indispensável para a adequação do mercado dos atrativos turísticos.

A estratégia de produto turístico relaciona as estratégias que visam melhorar constantemente a oferta de produtos turísticos do município. Tal resultado trará ao turista maior satisfação pelo serviço prestado e, ao Município da Beira, a opção pela seleção de um perfil de turista cada vez mais exigente e com maior poder de consumo nos destinos. Essa estratégia atende diretamente à necessidade de mais opções de emprego e rendimento, entendendo que a simples existência de recursos naturais, humanos, organizacionais, culturais e históricos não é condição suficiente para a comercialização de produtos turísticos de maneira competitiva (PEDB, 2008). Os recursos disponíveis devem ser integrados, gerando capacidades que possam ser valiosas e únicas. Esses recursos tornam-se capacidades e, então, vantagens competitivas.

Ao lado do papel de apoio que o município oferece, são necessários outros três passos para transformar recursos em vantagens competitivas: *i)* a adequada formatação de produtos;

ii) sua consistente operacionalização; *iii)* uma eficaz inserção no mercado. Esses passos deverão ser dados em conjunto com o setor privado, cada qual oferecendo sua contribuição.

Com o intuito de orientar os esforços coletivos em prol dos passos acima descritos e melhor aproveitar as características da região, são sugeridos elementos relevantes para a sua concretização. Estes elementos estão descritas abaixo, para cada uma indicando-se as melhores oportunidades de criação de produtos turísticos competitivos e diferenciados a partir dos recursos existentes. Esses produtos turísticos competitivos e diferenciados são essenciais para a competitividade do destino na perspectiva econômica, permitindo o financiamento das ações que promovam a qualidade de vida e a conservação dos recursos naturais.

As estratégias apresentadas a seguir para essa área definem como será atingido esse objetivo: *(i)* realizar o processo promocional e o marketing dos empreendimentos ou produtos turísticos, visando reconhecimento e apreciação nacional e internacional da Cidade da Beira; *(ii)* valorizar e apoiar produtos inovadores e criativos; *(iii)* estimular a busca pela excelência dos serviços e produtos turísticos; *(iv)* diversificar a oferta de produtos turísticos para atender segmentos de demanda adequados a cada turista, tendo em conta a sua proveniência; *(v)* criar postos integrados de informação turística; e *(vi)* estimular a atividade turística a partir do fortalecimento do município com uma maior estrutura e atratividade turística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, como foi amiúde analisado, pretendia avançar na compreensão dos modos como o turismo se pode constituir em ferramenta e estratégia eficiente para a promoção do desenvolvimento local da Cidade da Beira, partindo do envolvimento ou protagonismo tomado pelo Estado e demais intervenientes da sociedade a nível da cidade e do país em geral. O trabalho partiu fundamentalmente do pressuposto de que o turismo é hoje uma das atividades económicas e sociais mais dinâmicas da nossa sociedade. Considerou-se ainda que o fenómeno turístico tem sido fortemente marcado pela problemática dos impactos ou efeitos socioculturais nas comunidades de acolhimento, levando alguns autores a considerá-lo como um processo de difusão do modelo ocidental à escala mundial. Claro, uma posição pessimista, por não ter em conta os benefícios económicos e sociais para o país em geral e a população em particular.

Nos vários momentos da discussão do trabalho abordou-se o turismo como um fenómeno caracterizado pelo deslocamento temporário de pessoas de seu local de origem para outro previamente determinado, com permanência e utilização de serviços e equipamentos turísticos, envolvendo tanto aspetos económicos, quanto sociais, naturais, culturais e políticos do local escolhido.

Com isso compreendeu-se o turismo como um dos fenómenos que melhor caracteriza o modo de viver das sociedades modernas, constituindo uma consequência de necessidades socialmente construídas nos domínios do lazer, da cultura, da religião, da atividade profissional e do conhecimento de outras terras e de outros povos. Assim, no que tange a compreensão da definição, entende-se que o turismo pode ser assumido de diversas formas, de acordo com os interesses e as perceções das entidades envolvidas, sejam elas associações profissionais e empresariais, setor público, investigadores, entre outras que procuram fornecer produtos e serviços à sociedade.

No caso da cidade costeira da Beira, os problemas relacionados com o turismo fazem-se sentir particularmente na questão de recrutamento de recursos humanos, em que a preferência dos proprietários dos produtos turísticos têm sido mais voltada para o pessoal já qualificado e com certa experiência, na tentativa de reduzir os custos, pois não tem sido preciso pagar cursos de especialização ou de aprofundamento em algumas áreas, por exemplo, línguas estrangeiras, gestão de pessoas, serviços gerais, entre outros.

Face a isso, as atividades turísticas têm sido realizadas na sua maioria pela população estrangeira em detrimento da local, por não possuir algumas das atribuições citadas. Essa situação não agrada a uma parte da população, tendo em conta que não percebe a necessidade de se recrutar pessoal com qualificação para responder às exigências do próprio mercado de trabalho. Este desentendimento é suscetível de promover na comunidade formas relevantes de descontentamento, afetando conseqüentemente a imagem do turismo a nível da cidade.

Embora o turismo possa contribuir sensivelmente para o desenvolvimento socioeconómico e cultural da cidade, tem, ao mesmo tempo, o potencial para degradar mais o ambiente natural, as estruturas sociais e a herança cultural dos povos. Sendo este inseparável da discussão em torno do desenvolvimento, talvez seja por isso que, na visão de Coriolano (1998:24), o desenvolvimento local significa “um desenvolvimento em escala humana atendendo as demandas sociais, em que o homem passa a ser a medida de todas as coisas e não apenas os índices quantitativos para os relatórios.”

Assim, a nossa opinião é que se envolva a comunidade local, tal como faz menção a nova lei que vinha sendo trabalhada pelo MITUR desde 2002 em concertação com diversos níveis económico, social e político que visa, entre outros aspetos, promover a segurança na indústria turística e criar condições para o turismo participativo com o envolvimento de diferentes órgãos do Estado, setor privado e comunidades em redor das estâncias turísticas. Isto significa que o turismo deve estar ao serviço deste público, ao mesmo tempo que deve estabelecer um conjunto de benefícios em prol da população local, fazendo com que esta apoie e se envolva.

Assim, para tornar a Cidade da Beira num ponto preferencialmente turístico será necessário delinear um conjunto de estratégias que se inserem no investimento em pessoas que possam assegurar o crescimento do turismo, na promoção de emprego de nacionais com os mais diversos níveis de formação no turismo e setores relacionados, incluindo áreas de conservação e setores vocacionados para apoiar o seu desempenho, recorrendo à formação e capacitação; na adoção de medidas apropriadas de modo a dar resposta às questões de oferta de mão-de-obra e implementação dos padrões nacionais de formação e educação de competências; no comprometimento com o investimento e desenvolvimento de um sistema de educação que conduza à autossuficiência e redução da dependência em relação à mão-de-obra e habilidades importadas; na formação de recursos humanos qualificados para a gestão e fiscalização das áreas de conservação, tendo em conta a importância destas para o ecoturismo e a importância de um turismo baseado nos recursos naturais, incluindo os relacionados com a

fauna bravia; no apoio e envolvimento do setor privado e instituições relacionadas, na disponibilização de educação e de formação específica para o setor.

De um modo geral, vale ressaltar que entre os protagonistas que tendem a levar avante a atividade turística, destaca-se o governo, que tem importante influência na promoção e desenvolvimento do setor e que deverá coordenar as diversas organizações públicas e privadas que têm interesses no turismo e que buscam objetivos políticos comuns, por meio de planejamento para o melhoramento das infraestruturas, transportes e comunicações, segurança, uso do solo e de recursos, a divulgação e o marketing.

Ainda percebeu-se que cabe ao governo pautar pela questão da legislação e regulamentação, tendo que se fazer sentir em diferentes escalas da esfera social. Aliás, segundo os vários teóricos e os dados do campo, foi possível perceber que é na divulgação que reside boa parte das ações dos governos no sentido de promover a atividade turística.

Entretanto, é através das campanhas de marketing destinadas à captação da procura turística, ou à promoção interna do turismo, que os governos têm contribuído para a ampliação do fluxo de visitantes em determinados destinos. Com isso, a política para o setor de turismo deve ser considerada como uma estratégia potencialmente incluída numa série mais ampla de políticas governamentais económicas, sociais, de bem-estar e ambientais, beneficiando toda a comunidade e não apenas alguns segmentos sociais.

Um outro elemento bastante relevante decorrente deste estudo é a necessidade de envolvimento de não só membros do governo, autarquias e políticos, mas também e principalmente a comunidade local, tendo em conta que o desenvolvimento de qualquer atividade tem de levar em consideração a participação e implicação ativas dos atores locais, pois são os detentores do conhecimento aprofundado dos aspetos históricos sobre a origem e desafios de todos setores de atividade humana da sua região. Por isso, o desenvolvimento vem sendo amplamente salientado como um processo social, económico, cultural e político que tende para a melhoria das condições de vida das populações e de todos os indivíduos através de sua participação livre e significativa no próprio desenvolvimento e na distribuição da riqueza que dela deriva.

De um modo geral, criadas as condições de participação de toda a comunidade local, governo, políticos e demais membros da sociedade civil, o turismo vai permitir, na Cidade da Beira, vários benefícios, destacando-se a criação de emprego, manutenção e melhoria dos serviços e atividades locais, diversificação das atividades, conservação e melhoria da

paisagem local, intercâmbios culturais, manutenção de costumes e tradições locais, aumento do interesse da comunidade pelas atividades de lazer e cultura.

Sendo a esfera económica bastante decisiva para o desenvolvimento das demais dimensões da vida humana, neste trabalho foi possível evidenciar que a importância do turismo está sobejamente comprovada, como demonstram alguns dos indicadores geralmente mais utilizados, nomeadamente balança de pagamentos, aumento do PIB e do investimento, entrada de divisas e criação direta, indireta e induzida de emprego e de rendimentos.

Finalmente, destacou-se o papel da conservação e manutenção de valores culturais como estratégia fundamental para atrair mais turistas a visitarem o país e a Cidade da Beira em particular, elevando deste modo as possibilidades de expressão de talentos locais que, assumidos com maior responsabilidade, poderão melhorar as condições de vida das populações, reduzindo a pobreza e outros males que as afetam.

VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS

- Abrahamsson, H.; Nilsson, A. (1994). *Moçambique em transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo, PADRIGU/CEEI-ISRI.
- Alencar & Barbosa (2000), *Transvias-Guia Geral dos Transportes, Ed. 129, São Paulo: Editora Transvias*.
- Alvarez, J. D. (1991), *Geografía del Turismo*, (1ª ed. 1989), Madrid: Síntesis.
- Amaral, et al. (2008), “Environment International” 34 – *A Journal of Environmental Science, Risk e Health*. Vol. 34, 8.
- Amaral, Ilídio (1969). Beira, Cidade e Porto do Índico. Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia Vol. Iv-7, Lisboa.
- Amaral, W. (1999), *Guia para Apresentação de Teses, Dissertações, Trabalho de Graduação*, 2ª ed., Maputo: Livraria Universitária.
- Amaro, R. Roque (1990), O “Puzzle territorialidade flexível (Uma nova base para as relações entre nações e regiões)”, *Vértice*, 33, pp. 39-48.
- _____ (Coord.) (1992), *Iniciativas de Desenvolvimento local: caracterização de alguns exemplos*, ISCTE/IEFP, Dezembro (159 pág.).
- _____ (1993), “As Novas Oportunidades de Desenvolvimento Local” *Revista A Rede para o Desenvolvimento Local*, 8, Faro: LOCO, pp. 16-22.
- _____ (1999), “Projecto Le Cheile – Análise das Necessidades e das Potencialidades da Freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia)”, *Numa Perspectiva de Criação de Emprego e de Desenvolvimento Local*, Lisboa: Proact- ISCTE/Cruz Vermelha Portuguesa.
- _____ (2004), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, Janeiro/Julho, pp. 35-70.
- Anése, Rogério Luis Reolon (2000), “Globalização e regionalização”, *Revista Economia e Desenvolvimento*, 12, nov. X. Santa Maria: UFSM.
- Ansarah, M. G. dos Reis (2000), *Turismo: como aprender como ensinar*, 1ª.ed., São Paulo: SENAC.
- Appadurai, A. (1990), Disjuncture and difference in the global culture economy. *Theory, Culture, and Society*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- _____ (1996), *Identity, Culture and Globalization*, Edited by Eliezer Ben-Rafael with Yitzhak Sternberg, Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- _____ (1998), “Disjunção e diferença na economia cultural global” Featherstone, Mike (coord.). *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*, 2ª ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Araújo, Sérgio De; Eudivânio Lopes da Silva (2006), “Ecoturismo, Desenvolvimento Sustentável e Planeamento: política brasileira e potencialidades do Sertão Paraibano”, *Caderno Virtual de Turismo*, 3, Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 64-72.
- Arce, Alberto e Norman Long (eds.) (1999), *Anthropology, development and modernities: exploring discourses, counter-tendencies and violence*. Londres, Routledge.
- Arrighi, Giovanni (1997), *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.

- Arroteia, Jorge Carvalho (1994), *O Turismo em Portugal: subsídios para o seu conhecimento*, Aveiro: Editora Fundação João Jacinto de Magalhães.
- Ascher, Susanne Dollmann, Richard Haep, Petra Jacobi, Christiane Jansen, Iris Paulus, Petra Schnadt (2001), *Crop-Livestock Integration in Uva Province, Sri Lanka - Present Role and Potential*: Berlin.
- Aulicino, M. P. (2001), *Turismo e Estâncias: Impactos e benefícios para o turismo*. São Paulo: Futura.
- Azarya V. e Dennis Smith (2004), *Globalization and International Tourism in Developing Countries: Marginality as a Commercial Commodity*, London: SAGE.
- Baptista, Mário (1990), *O Turismo na Economia: uma abordagem técnica, económica, social e cultural*, Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística.
- _____ (1997), *Turismo competitividade sustentável*, Lisboa, Editorial Verbo.
- _____ (2001), *Turismo e Economia*, I Congresso de Turismo, 8-9 de Março, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Leiria.
- _____ (2003), *Turismo-Gestão Estratégica*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Barbaza, Y. (1970), *Trois Types d'Intervention du Tourisme dans l'organisation de l'espace littoral*. Annales de Géographie, pp. 434,446-69.
- Barral, Welber (org.) (2000), *O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais*. Florianópolis: Diploma Legal.
- Barreto, F. A. F. D., P. M. Jorge Neto, E. Tebaldi (2007), “Desigualdade de Renda e Crescimento Económico no Nordeste Brasileiro”. *Revista Económica do Nordeste*. Fortaleza.
- Barreto, Margarita (2002), *Manual de Iniciação ao Turismo*, 3ª Edição, São Paulo: Editora Papyrus.
- Barreto, Margarita (2003), “O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo”, *Horizontes Antropológicos*, 20, pp. 15- 29, ISSN 0104-7183.
- _____ (2009), *Tendências Metodológicas da Pesquisa em Turismo*, São Paulo: Papyrus Editora.
- _____ (2009a), *Planejamento Responsável do Turismo*, São Paulo: Papyrus Editora.
- Barreto, Margarita; Burgos, Raúl e Frenkel, David (2003), *Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais*. São Paulo: Papyrus Editora.
- Bazim, Laurent (2001), “Industrialisation, Désindustrialisation” L. Bazim e M. Selim, *Motifs Économiques en Anthropologie*. Paris, L’Harmatton, pp. 111-154.
- Becker, B. et al. (Orgs.) (1998), *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*, 2ª Ed., São Paulo: Hucitec.
- Becker, Berta (1996), “Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil”, Yázigi, E.; A. F. Carlos, R. Cruz (Orgs.), *Turismo - Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec.
- _____ (2001), Conferência: Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil, Caderno Virtual de Turismo, ISSN 1677-6976, 1. Disponível em: <http://www.ivtrj.net/caderno/anteriores/>
- _____ (2005), “Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil”. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/1
- Beni, Mário Carlos (2001), “Análise estrutural do turismo”, *Antônio Pereira Oliveira, “Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e organização”*, 3ª ed. Revista e ampliada), São Paulo: Atlas, S.A.
- Beni, Mário Carlos (2001), “A Política do turismo”. IN: Trigo, Luiz Gonzaga Godoi (ORG.). *Turismo, como aprender, como ensinar*. São Paulo: Senac.

- Boissevain, J. (Org.) (1996), *Coping with Tourists European Reactions to Mass Tourism*. Oxford: Berghahn Books.
- Bosi, E. (1996), *Cultura de massas e cultura popular*. Petrópolis: Vozes.
- Boullón, Roberto (1985), *Planificación del espacio turístico*. México, Trillas.
- _____ (1990), *Planificación del espacio turístico*. México, Trillas, 1990 [1982].
- Boyer, Marc (1972), *Le Tourisme*, Editions du Seuil.
- Boyer, Marc (1988), “Valeur et Importance du Tourisme dans une Société Complexe” *Sociologia Urbane e Rurale* (26), Universidade de Bolonha, Bolonha, pp. 41-59.
- _____ (1996), *L’Invention du Tourisme*, Ed. Gallimard, Paris.
- Boyer, Marc (1999), *Le Tourisme de l’an 2000*, Lyon Presses Universitaires de Lyon, p. 265.
- Boyer, Marc (2003), *História do turismo de massas*. Bauru: EDUSC.
- Bruner, E.M. (2005), *Culture on Tour: Ethnographies of Travel*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Burgess, Robert (1997), *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras, Celta.
- Burkart, A. J. and S. Medlik (1990), *Historical Development of Tourism*, Centre des Hautes Études Touristiques, Aix en Provence (France).
- Bursztyn, M. (Dir.) (2005), *A difícil sustentabilidade. Política Energética e Conflitos Ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- Butcher, David (1987), “The applied anthropology in development projects”, *Edinburgh Anthropology*, 1, pp.40-59.
- Butler, Richard (1993), “Pre-and Post-Impact of Tourism Development” Pearce, D. e R. Butler, *Tourism Research: Critiques and Challenges*, Londres: Routledge, pp. 135-155.
- Caetano, A. & VALA, J. (1999) “Efeitos da justiça organizacional percebida sobre a satisfação no trabalho e as opções comportamentais”. *Psicologia*, XIII (1-2): 75-84.
- Caetano, A. (Coord.). (1999). *Mudança Organizacional e Gestão de Recursos Humanos*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Caetano, A. (2001). Mudança e intervenção organizacional. In J. M. C. Ferreira, J. Neves, e A. Caetano (Coords.), *Manual de Psicossociologia das Organizações*. Lisboa: McGraw-Hill. pp. 531-565.
- Cais, Jordi (1997), *Metodología del análisis comparativo*. Madrid, Centro de Investigaciones, Sociológicas: pp. 23-38.
- Capela, José (2000), “Moçambique no século XIX” Valentim Alexandre (coord. de), *O império africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Colibri, pp.117-134.
- Capra, Fritjof (1982), *O ponto de mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix.
- _____ (1992), *Gerenciamento Ecológico. Guia do Instituto de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis*. São Paulo: Cultrix.
- _____ (1999), *A Teia da Vida-Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*, 4ª ed., São Paulo: Cultrix.
- Cara, Roberto Bustos (1993), *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC.

- Cardoso, F. Jorge (1993), *Gestão e Desenvolvimento Rural: Moçambique no Contexto de África SubSahariana*, Lisboa: Fim de Século.
- Castel-Branco, C.N. (2003), *Indústria e Industrialização em Moçambique: Análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento*, Maputo.
- Castel, R., (1997a), “As armadilhas da exclusão”, *Desigualdade e a Questão Social* (L. Bógus, M. C. Yazber & M. Belfiore-Wanderley, org.), pp. 15-48, São Paulo: Educ.
- Castelli, Armando; Carlos Alberto Pereira; Marco Tullio de castro Vasconcelos (1999), *Processo de gestão e sistemas de informações gerenciais*, Castelli, Armando (Coord.), Controladoria: Uma abordagem da gestão económica GECON. São Paulo: Atlas.
- Castelli, Geraldo (1999), *Administração Hoteleira*, 6ª ed. Caxias do Sul (RS): EDUCS.
- _____ (2001), *Turismo: actividade marcante*. 4ª Edição, Caxias do Sul (RS): EDUCS.
- Castells, Manuel (1998), *La société en réseaux: l'ère de l'information*. Paris, Fayard.
- Castilho, Claudio Jorge Moura (2007), *O uso do turismo na formação de representações sócio-espaciais do desenvolvimento em Recife/Pernambucano: Perspectivas de inclusão ou ilusão social pelos empregos turísticos*. Edição do Núcleo de estudos em espaço e Representações (NEER). Curitiba, PR: Vol. 1, 1.
- Cavaco, Carminda (1980), *Turismo e Demografia no Algarve*, Lisboa: Editorial.
- Cazes, Georges (1992), “Fondements pour une géographie du tourisme et des loisirs”, Richez, Gérard (1993) *Pour une géographie du tourisme et des loisirs*, Méditerranée, Vol. 78, ° 3, pp. 107-109.
- CESO CI Portugal (2011), *Manual do Empreendedor_Versão 2011 Moçambique*. Disponível em http://www.ceso.pt/upload/pdf/content_intelligence/xBW96tqV/EstudoMercado_Moz.pdf.
- Chiavenato, Idalberto (2006), *Recursos Humanos: O capital humano das organizações*. São Paulo:Atlas.
- Choay, F. (1992), *O Urbanismo*, 3ª Ed., É Seuil, São Paulo: Editora Perspectiva.
- Colleyn, Jean-Paul (2005), *Elementos de Antropologia Social e Cultural*, Edições 70, Lisboa, pp.131-157.
- Comité de Conselheiros da Agenda 2025 (Revisão 2013). *Agenda 2025 Visão e Estratégias da Nação*. Maputo: Elográfico.
- Cooper, Chris, et al. (1993), *Turismo: Princípios e Práticas*, 3ª Ed., Artmed Editora S.A.
- Cooper, Chris, et al. (2001), *Turismo: Princípios e Práticas*, 2ª Ed., Porto Alegre: Bookman.
- Coriolano, Luzia Neide M. T. (1998), *Turismo com Ética*. Fortaleza: EDUECE.
- _____ (1998), *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. Campinas: Papirus.
- _____ (2003), *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE.
- _____ (2006), *O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume.
- Coriolano, Luzia Neide M. T. (2013), *Lazer e turismo para o desenvolvimento na escala humana*, Revista Lusófona de Estudos Culturais | Lusophone Journal of Cultural Studies Vol. 1, n.2, pp. 127-142.
- Costa, C. et al. (1999), “Alterações estratégicas decorrentes do euro: perspectivas e experiências no setor do Turismo”, *Revista Correio do Turismo*, 5, INFT.

- Costa, M. H., J. D. C. Souza-Filho, and A. Ribeiro (2004), *Comments on "The regional evapotranspiration of the Amazon."* *J. Hy-drometeor.*, 5,1279-1280.
- Coullet, L. (1987), "Age, evolution, durée des grands littoraux touristiques" *Méditerranée* (4, tome 62), Marseille: CRDP, pp.11-18.
- Cunha, Licínio (2001), *Introdução ao Turismo*, Editorial Verbo, Lisboa.
- _____ (2006), *Economia e Política do Turismo*, Editorial Verbo. www.editorialverbo.pt
- Dálmas, A. (2001). *Planeamento participativo na escola*. Brazil: Vozes.
- Dava, F., D. Artur, e C. Enosse (2003), *A participação das Autoridades Comunitárias na Governação Local*, ARPAC-Instituto de Investigação Sócio-Cultural, Maputo.
- Davis, Mike (2006), *Planeta favela*. S. Paulo, Boitempo.
- Dencker, A. F. M. (2004), *Planejamento e Gestão em turismo e hospitalidade*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.
- D'Épinay, Christian Lalive (1991), "Loisir: dynamique et différenciation Sociales", *Sociétés*, 32: 163-171.
- Dewalt, K. e B. Dewalt (2002), *Participant observation: a guide for fieldworkers*. Walnut, Creek, CA: Altamira Press.
- Diálogo (2013). Estudo sobre a Governação Local na Cidade da Beira.Pdf. www.dialogomz.com/index.php
- Dornibusch, R. Helmers, F. Leslie C. H. (1991) *Economia Aberta*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dumazedier, J. (2004), *Lazer e cultura popular*, São Paulo: Perspectiva.
- Drucker, P.F. (2002), *Administração de Organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. São Paulo: Thomson.
- Escobar, Arturo (1991), "Anthropology and the development encounter: the making and marketing of development anthropology", *American Ethnologist*, 18 (4): pp. 658-682.
- _____ (1995), *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- Esteves, Virgínia (2014), *A próxima viagem*, 4ª edição, Revista Digital.
- Faulkner, R. A., K. C. Kowalski, & R. McGrath, (1997), "Measuring general levels of physical activity: Preliminary evidence for the Physical Activity Questionnaire for Older Children", *Medicine and Science in Sports and Exercise*, 29, pp. 1344-1349.
- Fortuna, Carlos (1999), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais, Estudos Sociológicos da Cultura Urbana*, 1ª edição, Oeiras: Celta Editora.
- Francisco, António Alberto da Silva (2003), "Reestruturação económica e desenvolvimento" Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiça em Moçambique*. Porto, Afrontamento, vol. I, pp.141-178.
- Francisco, A. A. (2010). *Desenvolvimento comunitário em Moçambique: contribuição para a sua compreensão crítica*. Namacurra: Editora BS.
- Frank, André Gunder (1976), *Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia*. Coimbra, Centelha.
- Freire, Adriano (1997). *Estratégia, Sucesso em Portugal*. 1ª Edição. Lisboa / São Paulo, Editorial Verbo.

- Friedman, John (1996), *Empowerment: Uma política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras: Celta Editora.
- Fukuda-Parr, Sakiko (2003), *The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen's Ideas on Capabilities*, *Feminist Economics*, 9(82-3), pp. 301-317.
- Furtado, C. (1961), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- _____ (2000), *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural*. São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, C. (2009), *A saga da SUDENE: (1958-1964)*. *Arquivos Celso Furtado*, v. 3, Rio de Janeiro: *Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento*.
- Ghai, Dharam (1990) "Participatory development: Some perspectives from grass roots experiences", in *Estratégias de Desenvolvimento*, ISCTE, pp.215-246.
- Giddens, Anthony (1991), *As consequências da Modernidade*, 2ª Ed., São Paulo: UNESP.
- Gil, A. C. (2002), *Como elaborar projectos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Giotart, Lozato (1990), *Geographie du Tourisme*, Paris: Masson.
- Godinho, Tatau & Silveira, Mª Lúcia da (ORG.) (2004), *Políticas Públicas e Igualdades de Gênero*, Caderno Nº 8 da Coordenadoria Especial da Mulher, São Paulo.
- Gómez, J. A. Carride; De Freitas, O. M. Perreira; Callejas, G. Vargas (2007), *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local*. São Paulo: Profedições, Lda.
- Gomez, M. Marchena (1994), "Crisis del Turismo? Magnitudes Generales y Proximas Orientações" M. Gómez, F. Fourneau e V. Granados (eds.) (2007) *Crisis del Turismo? Las Perspectivas en el Nuevo Escenario Internacional*, Sevilha: Instituto de Desarrollo Regional, Universidade de Sevilha, pp. 11-21.
- Gonçalves, Eunice (2000), "Turismo e Estruturação do Território: as Áreas Balneares Massificadas" *Jorge Umbelino (Ed.) Textos de Turismo-I*, Lisboa: Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, pp. 33-50.
- Gontijo, Manoel Magalhães dos Santos (2012), *Da Rodésia ao Zimbábwe: A Transmutação de Culturas Políticas e a Identidade dos Colonos*. Disponível em http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1330812076_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO_XIENCONTROABHO2012_DOC.pdf. Acesso em 10 de Agosto de 2015.
- Gouldner e Mackintosh (1986), *Tourism, Principles, Practices and Philosophies*, Ed. John & Sons, inc., USA.
- Greene, Maxine (1995), *Releasing the imagination: essays on education, the arts, and social change*, São Francisco: jossey-Bass.
- Greenwood, Davyd J. (1989), "La cultura al peso: perspectiva antropológica del turismo en tanto proceso de mercantilización cultural", in Valene L. Smith (org.), *Anfitriones e invitados: antropología del turismo*. Madrid, Endymion, 257-279.
- Groote, P. (1989), *The concept of Geography of Tourism*. Berne: Mars.
- Gunn, Clark (1994), *Tourism Planning*, Londres: Longman.
- Hall, C. Michael (2001), *Planejamento turístico: Políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.
- Hall, P. G. (1989), *Urban and regional planning*. London ; Boston: Unwin Hyman.

- Hall, Stuart (2003), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 8ª ed., Rio de Janeiro: DP&A.
- Harvey, David (1985a), *Consciousness and the urban experience: studies in the history and theory of capitalist urbanization*. Baltimore, Md.: John Hopkins: University Press.
- Harvey, David (1999), *The limits to capital*. Londres: Verso.
- Harvey, David (2011), *O enigma do capital E as crises do capitalismo*. Lisboa, Bizâncio.
- Hobsbawm, Eric (1995), « Présentation et traduction para André Mary, Karim Fghoul et Jean Boutier », *Inventing traditions, Enquête*, 2, pp.171-189.
- _____ (2000), *Era dos Extremos – O Breve Século XX – 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Honwana, L B. (2000), *Nós matámos o cão tinhoso*. Lisboa: Afrontamento.
- Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, (2007), *Relatório do Senso da População e Habitação*. Maputo.
- Jafari, Jafar (1994), “La cientifizacion del turismo”. *Estudios y perspectivas en turismo*. Buenos Aires: CIET, v.3, 1, pp.7-36.
- Jameson, Frederic (1993), “O pós-modernismo e a sociedade de Consumo” Kaplan, Ann (Org.) (1993) *O mal-estar no pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____ (1998), “Transformations of the image in post-modernity”. *The cultural turn. Selected writings on the postmodern, 1983-1998*. London, Verso, pp.93-195.
- Jones, Sam (2007), *A Economia de Turismo em Moçambique: Tamanho, Impacto e Implicações*. Maputo: DNEAP.
- Kirdar, I. U. (1997), «Tourism Market Segmentation for National Tourism Organisations and its practical importance for National Tourism Offices Abroad». PhD thesis in Tourism Marketing, School of Management Studies for the Service Sector, University of Surrey, Guildford, United Kingdom.
- Ki-Zerbo, Joseph (2002), *História Geral da África Negra*, 3ª Ed., Vol. II, Publicações Europa-América.
- Kotler, P. (1997), *Marketing management - Analysis, Planning, Implementation and Control. 9th Edition*. Prentice Hall, Upper Saddle River.
- Kotler, Philip; Karen F. A. Fox, (1994), *Marketing estratégico para instituições educacionais*. São Paulo: Atlas.
- Kotler, P. (1999), *Marketing for Hospitality and Tourism, 2nd Ed*, Prentice Hall, Upper Saddle River.
- Kotler, P. (2000), *Administração de Marketing*, 10ª Edição, São Paulo: Futura.
- Krippendorf, J., (2003), *Sociologia do Turismo - para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- La Torre, Francisco (2002), *Sistemas de Transportes Turísticos*. São Paulo: Roca. Tradução: Cláudia Bruno Galvão.
- Lage, B.H.G. e P.C. Milone (1998), *Economia do Turismo*, São Paulo: Papirus Editora, Campinas.
- Lage, Beatriz (ORG.) (2000), *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Lanfant, Marie-Françoise (1980), “Le Tourisme dans le Processus d’Internationalisation” *Revue Internationale des Sciences Sociales* (1, Vol. XXXII), UNESCO, pp. 8-27.

- _____ (1991), “Tourisme International Reconsideré: Milieu Exclu, Tiers Exclu? Le Principe de l’Alternative” *Les Cahiers du Tourisme* (165, Série C), Centre des Hautes Etudes Touristiques, Aix-en-Provence.
- _____ (1992), “L’Identité en Jeu dans l’Echange Touristique International” *Sociologia Urbana e Rurale* (38), Universidade de Bolonha, Bolonha, pp. 171-176.
- _____ (1993), “Methodological and Conceptual Issues Raised by the Study of International Tourism: a Test for Sociology” PEARCE and BUTLER (org). *Tourism Research – Critiques and Challenges*, Routledge, Londres, pp. 20-35.
- Lanquar, Robert (1985), *Sociologie du Tourisme et des Voyages*, PUF, Paris.
- Latouche, Serge (2009), *Farewell to Growth, 1st Ed*, Polity Press, Cambridge.
- Lemos, Amália Inês G. (2001), *Turismo: Impactos Socioambientais*, 3ª edição. São Paulo: Hucitec.
- Lickorish, Leonard e Carson L. Jenkins (2000), *Introdução ao turismo. Rio de Janeiro: Campus*
- Lima, Alfredo Pereira de (1971), *História dos caminhos-de-ferro de Moçambique*. Lourenço Marques, Administração dos Portos, Caminhos-de-Ferro e Transportes de Moçambique, vol. II.
- Lindberg, K. e D. Hawkins, (org).(2002), *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC.
- Lipovtsky, Gilles (2007), *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*, Lisboa: Edições 70.
- Long, Norman, (ed.) (1989), *Encounters at the interface: a perspective on social discontinuities in rural development*. Wageningen, Agricultural University.
- _____ (ed.) (1992), *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. Londres, Routledge.
- _____ (2001), *Development sociology: actor perspectives*. Londres, Routledge.
- Lopes, Antonio Simões (1980), *Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 1.
- Lopes, Flávio e Miguel Brito Correia (2004), *Património arquitectónico e arqueológico*, 1ª colecção, Estudos de arte, Livros Horizonte. Porto: Porto Editora.
- Lopes Jr, Edmilson (2000), *População e meio ambiente nas paisagens de urbanização turística do nordeste: o caso de Natal*. TORRES, Haroldo.
- Lowe, P. *et al.*(1995), *Networks in Rural Development: Beyond exogenous and endogenous models*. Centre for Rural Economy – University of Newcastle upon Tyne.
- Lunenburg F.C. (2010), *Total Quality Management Applied to Schools*. Houston State University.
- Machado, Maria Helena (1996), *A construção social da praia*, Guimarães: Ed. Autor.
- Machín Carmen Altes (1997), *Marketing y Turismo-Introducción al Marketing de Empresas e Destinos*, Madrid: Editorial Síntesis.
- Magalhães, Leandro Henrique (2008), “Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica”, *Caderno Virtual de Turismo*, 2, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=115415175009>.
- Magode, José (1996), *Moçambique, Etnicidade, Nacionalismo e o Estado. Transição Inacabada*. Maputo, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais.

- Marconi, Marina de A. & Eva Maria Lakatos (2009), *Metodologia do Trabalho Científica*, 7ª Ed., São Paulo: Editora Atlas, SA.
- McIntosh, M. et al. (2002), *Living Corporate Citizenship: Strategic Routes to Socially Responsible Business*, London: Financial Times & Pearson
- McIntosh, R. W. (1972), *Tourism: Principles, Practices, Philosophies*, Columbus: Grid.
- Meadows, D. (1998), *Systems Thinking. Stakeholders and Decision-Making: Sustainable Development Trough Integrated Water Management*, Beijing, China, Lead International Inc.: pp.105-108.
- Meadows, Donella H., Gary Meadows, Jorgen Randers, and William W. Behrens III, (1972), *The Limits to Growth*. New York: Universe Books.
- Ministério da Economia e da Inovação (2007), *PENT-Plano Estratégico Nacional de Turismo*, Apresentação na Bolsa de Turismo de Lisboa, em 25 de Janeiro, FIL, Parque das Nações, Lisboa.
- Ministério do Plano e Desenvolvimento (2004), *Plano Estratégico*, Maputo.
- Ministério do Turismo – MITUR (2004), *Plano Estratégico do Setor de Turismo*, Maputo.
- Ministério do Turismo – MITUR (2011), *Plano Estratégico do Setor de Turismo*, Maputo.
- Moesch, M. M. (2006), *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto.
- Moraes, Denis de (1997), *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre.
- Moraes, Denis de (2002), *Mídia e globalização: o capital da mídia na lógica da globalização*. Revista do Terceiro Setor .Campo Grande: Letra Livre.
- Mullins, Patrick (1991), “Tourism Urbanization”, *International Journal of Urban and Regional Research* (15), Oxford e Cambridge: Basic Blackwell eds. pp. 326-342.
- Murteira, Mário (1988), *Os Estados da Língua Portuguesa na Economia Mundial*, Lisboa: Editorial Presença, Lda.
- Myrdal, Gunnar (1970), *The Challenge of World Poverty*. Londres, Allen Lane.
- _____ [1974 (1957)], *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Nash, Dennison (1996), *Anthropology of tourism*. Oxford: Elsevier Science.
- Oliveira, A. (2000). *Turismo e desenvolvimento – Planeamento e organização*, 2ª edição. São Paulo: Atlas.
- Oliveira, D.P.R. de (2007), *Planeamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. São Paulo: Atlas.
- Oliveira, G. B. de (2002) “Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento”. *Revista da FAE*. Curitiba, v.5, 2, pp.37-48, maio/ago.
- Olivier de Sardan, Jean-Pierre (1990a), “Populisme développementiste et populisme en sciences sociales: ideologie, action, connaissance”, *Cahiers d'Etudes africaines*, 120, XXX (4), pp. 475-492.
- _____ (1995), “Para uma abordagem antropológica das ideologias e práticas do desenvolvimento”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 12 e 13: pp. 189-198.
- _____ (1995b), *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris, Éditions Karthala.
- _____ (2001), “Populisme méthodologique et populisme idéologique en anthropologie”, in Jean-Louis Fabiani (sous la direction de), *Le goût de l'enquête (pour Jean-Claude Passeron)*. Paris, L'Harmattan, 195-246.

- _____ (2001a), “Les trois approches en anthropologie du développement”, *Tiers Monde*, XLII (168), 729-754.
- _____ (2001b), “Populisme méthodologique et populisme idéologique en anthropologie”, Jean-Louis Fabiani (sous la direction de), *Le goût de l'enquête (pour Jean-Claude Passeron)*. Paris, L'Harmattan, pp.195-246.
- Organização Mundial de Saúde (OMS), (1999), *Relatório Mundial de Saúde: Banco de Dados*. Genebra.
- Organização Mundial de Turismo (OMT)(1993), “Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais”, *Publicação de Turismo e Ambiente*, Madrid.
- _____ (1999b), *Mercados emissores de turismo*. Madrid.
- _____ (2003). *Turismo internacional: uma perspectiva global*. 2ª ed., Porto Alegre: Bookman.
- Ornelas, J. (2002), “Participação, empowerment e liderança comunitária”. *Comunicação apresentada na III Conferência Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental*, Instituto Superior de Psicologia Aplicada: Lisboa, pp. 5-13.
- Ouriques, Helton R. (2005), *A produção do Turismo: feticchismo e dependência*. Campinas: Alínea.
- Palhares e Netto (2003), *Transporte Turístico*, (2. ed.), São Paulo: Aleph.
- Parsons, Talcott [1988 (1951)], *El sistema social*, Madrid, Alianza Editorial.
- Pearce, D.G. e Butler, R.W., (2002) *Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto.
- Pearce, Douglas (1989), *Tourist Development*, Londres: Longman.
- Peirano, M. (1991), *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Petrocchi, Mario (2004), *Marketing para destinos turísticos: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura.
- Phillips, D. C. (1999), “Positivism, antipositivism, and empiricism”. Keeves, J.; G. Lakomski, - *Issues in educational research*. Oxford: Pergamon, pp. 249-255.
- Pieterse, Jan Nederveen (2001), *Development theory: deconstructions/reconstructions*. Londres, Sage.
- Piketty, Thomas (2013), *Le capital au XXI^e siècle*. Paris, Seuil.
- Pinheiro, A. C. A., M. L. S. Carvalho, (2003), *Economia e políticas agrícolas*. Silabo Lda: Lisboa.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1996), *Relatório do Desenvolvimento Humano: As tendências recentes do turismo*, Trinova Editora, Lisboa.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1997), *Relatório do Desenvolvimento Humano: Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza*, Trinova Editora, Lisboa.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2002), “*Relatório de Desenvolvimento Humano: aprofundar a democracia em um mundo fragmentado*”.
- Portuguez, A. P. (2002), *Agroturismo e Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Quivy, Raymond e Luc van Campenhoudt (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.
- Rebollo, Vera; F. L. Palomeque, J. Manuel Gómez Marchéna e Salvador Anton (1997), *Análisis Territorial del Turismo*, Barcelona: Editorial Ariel.
- Reis, José (1994), “O desenvolvimento local é possível?” in Manuel Belo Moreira (org.), *O desenvolvimento local é possível?* Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 3-16.
- República de Moçambique, Lei Nº 14/2004, Lei do Turismo, Maputo: Imprensa Nacional.

- Ribeiro, Fernando Bessa (2003a), *Salvador*, Vila Real, DES/UTAD (Filme antropológico).
- Ribeiro, Fernando Bessa (2003b), *Cartas da periferia: um antropólogo na terra dos heróis*, Porto: Profedições.
- _____ (2004), *Sistema mundial, mercados e ajustamento estrutural: Dinâmicas do capitalismo em Moçambique*. Tese de Doutoramento, UTAD, Vila Real.
- _____ (2005), “A invenção dos heróis: nação, história e discursos de identidades em Moçambique”, *Etnográfica*, Vol. IX, 2, pp. 257-275.
Porto, Afrontamento, 195-208.
- _____ (2006), “Sistema mundial, mercados e ajustamento estrutural: Dinâmicas do capitalismo em Moçambique”, Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e Estado: entre o global e o local*. Porto: Afrontamento, 195-208.
- Ribeiro, Fernando Bessa (2007), “Trabalho e políticas de produção numa fábrica de caju em Moçambique”, *Campos*, vol. 8 (1), 167-181.
- _____ (2009), *Terra de Heróis: História e discursos de identidade em Moçambique*, Teia Literária, 3, pp. 89-106.
- _____ (2010a), *Entre martelos e lâminas: Dinâmicas globais e políticas de produção e fábricas de Moçambique*, Porto: Afrontamento.
- _____ (2010b), “A questão fundiária em Moçambique: dinâmicas globais, Estado e interesses em torno da terra no pós-independência”, *Revista Angolana de Sociologia*, nº 5-6, 47-58.
- _____ (2012), *O desenvolvimento como campo de luta teórica e política: Trajectos e discursos em África. II Colóquio de Ciências Sociais: Múltiplos olhares sobre o Estado, a Sociedade numa Era Global*, Comunicação em Luanda.
- Ribeiro, Fernando Bessa e José Portela (2002), “Globalizações, resistências e/ou alternativas: David frente a Golias?” *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Ribeiro, Fernando Bessa e Octávio Sacramento (2006), “Sexo, amor e interesse entre gringos e garotas em Natal”, *Cronos*, 7 (1): pp. 161-172.
- _____ (2008), “Turismo sexual e economia informal no Nordeste brasileiro: o caso da praia de Ponta Negra”, ESPINA BARRIO, Ángel B. (ed.), *Turismo, cultura y desarrollo: antropología en Castilla y León e Iberoamérica*, X. Salamanca, Ediciones de la Diputación de Salamanca, pp. 343-354.
- Ribeiro, Gleiciane (2008), *Turismo de base comunitária*. *Revista global tourism*. V.4, 2. Disponível em: www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/Turismo%20Comunit%C3%A1rio.pdf. Acesso em: 27 maio 2010
- Ricardo, David [2001 (1817)], *Princípios de Economia Política e de Tributação*, 4ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 175.
- Robinson, Mike (1999), “Por um turismo consensual”. *Turismo e Cultura: um casamento por conveniência*. O correio da UNESCO, Brasília, pp. 22-23.
- Rocha, O. J. A. (2010), *Gestão do processo político e políticas públicas*. Escolar Editora.
- Rocha, S. (2004), *Internet Marketing: Como a indústria hoteleira responde a solicitações de informações Via Correio Electrónico?* Rio de Janeiro: Enanpad.

- Rodrigues, Valdemar (2009), *Desenvolvimento sustentável: uma introdução crítica*. Cascais, Príncípa.
- Ruschmann, Doris V.M. (1994), *Forschungs Probleme des Okotourismus in Brasilien (A Problemática da Pesquisa do Turismo Ecológico no Brasil)*. Revue De Tourisme, Saint Gallen-Suíça, v. 4, pp. 30-34.
- _____ (1994a), *Tendências para o Desenvolvimento do Turismo no Brasil até o ano de 2002*. Turismo em Análise, São Paulo, pp. 100-107.
- _____ (1994b), *O planeamento do turismo e a proteção do meio ambiente*. São Paulo: ECA/USP.
- _____ (1999), *Condições e Perspectivas do Mercado de Trabalho no Setor de Turismo*. Estudos do Turismo Brasileiro, Brasília, v. 1, 1, pp. 85-102.
- _____ (2000), Turismo e Desenvolvimento. Turismo em Debate, pp. 1-4.
- _____ (2001), *Turismo e planeamento sustentável: A protecção do meio ambiente*, 8ª ed., Campinas: Papirus.
- Ruschmann, Doris V.M. (2004), “Programa de Sensibilização e Capacitação Profissional em Turismo”. *Turismo & Ciência*, São Paulo, pp. 31-36.
- Sachs, Ignacy (1996), “Desenvolvimento sustentável”. *Série Meio Ambiente em Debate*. Brasília: IBAMA.
- Sachs, Jefrey (2005) *O Fim da Pobreza*, Londres: Editora Penguin Group.
- Sacramento, Octávio e Fernando Bessa Ribeiro (2014), “Trópicos sensuais: a construção do Brasil como geografia desejada”, *Bagoas – Estudos Gays, Género e Sexualidades*, n.º 10, 215-232.
- Salomão, L. (2007), *Formulação e Implementação de Políticas Públicas*. Rio de Janeiro, EPPG.
- Sancho, A. ; D. Buhalis ; J. Gallego ; J.N.S. Mata ; E.P.A. Osório ; S. Ramos e P. R(1998), *Introducción asl Turismo. Organización Mundial del Turismo*. Madrid.España.
- Sancho, Juana M. (2009), *Para uma tecnologia educacional*. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Art Med.
- Sandroni, P. (2002), *Novíssimo dicionário de economia*. 11. ed. São Paulo: Best Seller, 649p.
- Santana, Agustín (2009), *Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações*. São Paulo: Aleph.
- Santos, Boaventura de Sousa (1997), “Por uma concepção multicultural de direitos humanos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, pp. 11-32.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática* (Volume I – A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência). Porto, Afrontamento.
- _____ (2003), “O Estado heterogéneo e o pluralismo jurídico” Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, vol. I, pp. 47-95.
- Santos, Boaventura de Sousa e César Rodríguez (2003), “Introdução: para ampliar o cânone da produção”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Afrontamento, 21-63.

- Santos, Daniel dos (2001), “Economia, democracia e justiça em Angola: O efémero e o permanente”, *Estudos Afro-Asiáticos*, 23 (1), pp. 99-133.
- Santos, Milton. (2002), *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp).
- Sen, Amartya (1999), *Pobreza e Fomes - um ensaio sobre direitos e privações*, Terramar, Lisboa.
- _____ (2003), *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Motta L.T.; Revisão técnica Mendes RD. São Paulo: Companhia das Letras.
- Serra, Carlos (2000a), “O Estado de Gaza” Carlos Serra (direcção de), *História de Moçambique*. Maputo, UEM, vol. I, pp. 89-100.
- Shulman, Lee (1989), “Paradigmas y programas de investigación en el estudio de la enseñanza: una perspectiva contemporánea”. WITTROCK, M. - *La investigación de la enseñanza*, I. Madrid: Paidós, pp. 9-92.
- Silva, Augusto Santos (1994), *Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: Uma análise urbano regional baseada em cluster*, 2ª ed., Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos (1994a), *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura portuguesa*, Porto: Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos (1994b), “Alguns temas para pensar a mudança social”, *Educação, Sociedade e Culturas*, 1, 105-128.
- Silva, J.A. et al., (1994), *O Impacte Sócio-Económico e Ambiental das Actividades Turísticas – Contributos Para Uma Avaliação Integrada*, Relatório preparado para a Direcção Geral de Turismo, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos e Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, Lisboa.
- Silva, J.A. e Perna, F.(200), “Turismo e desenvolvimento auto-sustentado”, *Compêndio de Economia Regional* (José Silva Costa, Coordenador) Colecção APDR, Coimbra.
- Silva, João da (2001), *Construção de indicadores de avaliação da qualidade no turismo – Portugal* Universidade do Algarve – Portugal.
- Silva, Manuel Carlos e António Cardoso (2005), “O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento”, Manuel Carlos Silva, Ana Paula Marques e Rosa Cabecinhas (orgs.) (2005), *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais: perspectivas teóricas e estudos de caso*. Braga, Núcleo de estudos em Sociologia/Inovação à Leitura, 23-79.
- Silva, Manuel Carlos e Fernando Bessa Ribeiro (2012) “Crença e política entre portugueses(as): valores, práticas e percepções”. *Actas do Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia*.
- Silva, Maria Cardeira da (Coord.) (2004), *Outros trópicos- Novos destinos turísticos, Novos terrenos da Antropologia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva Sousa, L. (2006), *Turismo e desenvolvimento local sustentável*. São Paulo: Ed. Juan Carlos Martínez Coll.
- Skocpol, Theda e Margareth Somers (1998), *The users of comparative history in macrosocial inquiry*. Harvard University.
- Smith, Adams [1985(1776)] *A riqueza das Nações* Colecção os Economistas. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural.

- Smith, R. D. (1984), "The influence of collecting, harvesting and processing on viability of seed", J. B. Dickie, S. Linington, & J. T. Williams, (ed.), *Seed Management Techniques for Genebanks*. - IBPGR, Rome.
- Smith, R. D. (1985a), "Seed banks: a useful tool in conservative plant evaluation and exploitation" Wickens, G. E., J. R. Goodin, & D. V. Field, (ed.), *Plants l'or Arid Lands. - Proceedings of the Kew International Conference on Economie Plants for Arid Lands held in the Jodrell Laboratory, Royal Botanic Gardens, Kew, England, 23-27 July 1984*. Gcorge Allen and Unwin , London.
- Smith, Valene L. (1989b), *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- So, Alvin Y. (1990), *Social Change and development: Modernization, Dependency and World-systems Theory*, Sage Publications, London.
- Sousa, L. Silva (2006), *Turismo e desenvolvimento local sustentável*, São Paulo: Juan Carlos Martínez Cole.
- Sousa, M.L. (2004), *Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão Urbanos*, 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand.
- Souza, Nali de Jesus de.(1995), *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas.
- Souza, N. J. De (2007), *Desenvolvimento económico*, São Paulo: Atlas.
- Stiglitz, Joseph E.(2004), *Globalização: A Grande Desilusão*, Terramar Editora,Lisboa.
- Stohr, W. (1981), "Development from Below? The Bottom-up and Periphery: Inward Development Paradigm" inW. Stohr e D. Taylor (orgs.), *Development from Above or Below?*Nova Iorque, John Willey & Sons.
- Swarbrooke, John (2000), *Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto ambiental*, 6ª Ed., Campinas: Papyrus.
- Swarbrooke, John (2002), *The Development and Management of Visitor Attractions*, 2nd ed, New York, Routledge.
- Teixeira, A. (2007), *Gestão da Qualidade*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Teixeira, Elenaldo Celso (2002), *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. AATR-BA: São Paulo.
- Todaro, M. P.; S. C. Smith, (2002), *Economic Development*. Pearson Education Limited.
- Torres, Adelino (1995), *Economia do Desenvolvimento – Problemas Teóricos do crescimento e do desenvolvimento*, Texto de Apoio ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG-UTL, Lisboa.
- Tribe, J. (1995), *The economics of leisure and tourism: environments, markets and impacts*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- _____ (Ed.) (2004), *Educação intenacional em Turismo*. São Paulo: SENAC.
- Trindade, João Carlos Trindade (2003), "Rupturas e continuidades nos processos políticos e jurídicos" Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento, vol. I, pp. 97-127.
- Urry, J.(1981), *The Anatomy of Capitalist Societies: The Economy, Civil Society, and the* Prometheus Books.
- _____ (1995), *Consuming Places*. The International Library of Sociology: Routledge.

- _____ (1996), *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo, SP: Studio Nobel: SESC.
- _____ (2000), *Sociology Beyond Societies: Mobilities for the Twenty First Century*: Routledge
- _____ (2001), *O Olhar do Turista: Lazer e Viagens na Sociedade Contemporânea*. São Paulo: Editora Studio Nobel/SESC.
- Vasconcelos, Leite de (1999), *Pela boca morre o peixe (crônicas)*. Maputo, Associação dos Amigos de Leite de Vasconcelos.
- Veblen, Thorstein [1970(1899)], *Théorie de la classe loisir* Paris: Galimard.
- Vieira, J. M. (1997), *A Economia do Turismo em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Vieira, Sérgio (1990), “África Austral: conflitos, percepções e perspectivas na arena internacional”, *Estudos Moçambicanos*, 8, pp. 63-96.
- Wallerstein, Immanuel (2002), *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, Vozes.
- Weber, Max (1992), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa, Presença.
- _____ [1997 (1922)], *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.
- Wood, M.E. (2002), *Ecotourism: Principles, Practices & Policies for Sustainability*, United Nations Environment Program, Paris.
- World Bank. (2011), “The International Bank for Reconstruction and Development”. *Global Economic Prospects*. Washington DC: The World Bank, Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/meetings/discuss/online-qa-global-economic-prospects-2011>. (07.04.2014)
- Yáñez-Casal, Adolfo (1991), “Discurso Socialista e Camponeses Africanos: Legitimação Política-Ideológica de Socialização Rural em Moçambique (*Frelimo, 1965-1984*)”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, pp.14-15, pp. 35-76.
- _____ (1996), *Antropologia e Desenvolvimento. As Aldeias Comuns de Moçambique*, Ministério da Ciência e Tecnologia, Lisboa.
- Young, Bruce (1983), “Touristization of Traditional Maltese Fishing-Farming Villages” *Tourism Management* (2, vol.1) Kent: Butterworth-Heinemann, pp. 35-41.
- Zaluar, Alba. (1995), *O medo e os movimentos sociais*. Revista Proposta.
- Zanden, Jan Luiten van *et al.* (eds.) (2014), *How Was Life?: Global Well-being since 1820*. S. l., OECD Publishing.

DOCUMENTOS E FONTES PRIMÁRIAS

- Direcção dos Serviços de Economia e de Estatística Geral/Imprensa Nacional de Moçambique.
- Direcção Provincial do Turismo na Beira.
- Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental-Direcção Nacional de Gestão Ambiental (2006: 16).

DOCUMENTAÇÃO EM SUPORTE ELECTRÓNICO

ethics.onwto.org/sites/all/files/docpdf/Portugal.pdf (10 de Junho de 2015).
RDH: <http://hdr.undp.org>. (26 de Maio de 2009).
www.usaid.gov (2 de Junho de 2009).
www.worldbank.org/afr/poverty/databank (29 de Maio de 2010).
www.iantt.pt/instituto.html (17 de Julho de 2010).
www.fema.org.mz (2 de Setembro de 2011).
www.dgturismo.pt (28 de Junho de 2012).
www.govnet.gov.mz (12 de Julho de 2012).
www.lusotopia.no.sapo.pt (5 de Agosto de 2012).
www.oxfam.org.uk (12 de Outubro de 2012).
www.ine.pt (8 de Dezembro de 2012).
www.ine.gov.mz (8 de Dezembro de 2012).
www.panapress.com/ crise económica (13 de Dezembro de 2012).
www.publico.pt/.../ zimbabue (13 de Dezembro de 2012).
www.govnet.gov.mz (10 de Janeiro de 2013).
http://pt.wikipedia.org/wiki/Zimbábue#cite_note (16 de Fevereiro de 2014).
World Bank. (2011), “The International Bank for Reconstruction and Development”. *Global Economic Prospects*. Washington DC: The World Bank, Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/meetings/discuss/online-qa-global-economic-prospects-2011>. (07.04.2014)
www.voa-português.com/content/a (14 Agosto de 2014).

ARQUIVOS E OUTROS RECURSOS DOCUMENTAIS

Arquivo Histórico de Moçambique
Arquivo Histórico Ultramarino
Arquivo do Património Cultural (Moçambique)
Boletim Económico e Estatístico
Boletim Oficial (de Moçambique)
Boletim da República (Publicação Oficial da República Popular de Moçambique).
Boletim da República (Publicação Oficial da República de Moçambique).
Constituição da República Popular de Moçambique
INE (M) Instituto Nacional de Estatística de Moçambique
INE (P) Instituto Nacional de Estatística de Portugal
PDM-Plano de Desenvolvimento Municipal
PEDB-Plano Estratégico de Desenvolvimento da Beira
PEDD- Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital
PEDTM- Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique (2004-2013)
PES- Plano Económico e Social

VIII - ANEXOS

ANEXO - A

Inquérito à Direção Provincial de Turismo da Beira

1. Características do setor de turismo na Beira? Que tendências quanto ao crescimento?
2. Como se aproveita o setor do turismo como vetor de desenvolvimento local?
3. A origem dos turistas.
4. A descrição da história do turismo e as maiores estâncias turísticas.

ANEXO - B

Guião de entrevista aos turistas na Cidade da Beira

1. Proveniência dos turistas por países de origem.
2. Distância percorrida e meio de transporte utilizado.
 - a) Motivação da escolha do meio de transporte.
3. A impressão dos turistas sobre as vias de acesso em Moçambique.
4. Como se caracteriza a nossa paisagem?
5. Que tipo de estâncias tem preferido frequentar quando visita a Cidade da Beira?
6. O que o motiva a fazer o turismo na Cidade da Beira? Como tem sido o acolhimento pela comunidade local? Aspectos práticos como exemplos?
7. Contributo da comunidade local na melhoria do setor turístico.
8. Propostas para fazer da Cidade da Beira um espaço de referência de prática turística.

ANEXO - C

Guião de entrevista aos proprietários das estâncias turísticas

1. Como caracteriza o setor de turismo na Cidade da Beira?
2. Que apoio as autoridades locais empreendem para o crescimento da actividade turística?
3. Até que ponto a comunidade local colabora na promoção da actividade turística?
4. O que acha que pode ser feito para atrair mais turistas para a Cidade da Beira?

ANEXO - D

Guião de observação às instâncias turísticas

1. Que tipo de infra-estruturas?
2. Qualidade das infra-estruturas.
3. Como se faz a gestão das expectativas dos clientes/turistas?
4. Que atividades de marketing se realizam na Cidade da Beira?

ANEXO E - FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Casa dos Bicos



Fotografia 2 - Vista do Hotel Embaixador



Fotografia 3 - Hotel Índico



Fotografia 4 – Hotel Tivoli



Fotografia 5 - Hotel Mira Mar – Entrada principal



Fotografia 6 - Hotel Mira Mar – Restaurante



Fotografia 7 - Mural no interior do Restaurante Mira Mar



Fotografia 8 – Porto da Beira



Fotografia 9 – Navio de grande porte atracado no Porto da Beira



Fotografia 10 – Camiões carregando mercadorias



Fotografia 11 – Camiões descarregando mercadorias

